

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 439, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 966/2024****OF 1043/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.763, de 28 de março de 2024, que renova, a partir de 9 de setembro de 2015, permissão outorgada anteriormente à Rádio Cidade de Campinas Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 966

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 12.763, de 28 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2024, que renova, a partir de 9 de setembro de 2015, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio Cidade de Campinas Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Brasília, 29 de agosto de 2024.

Brasília, 19 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.023095/2015-47, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4804/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12.763, de 28 de março de 2024, publicada em 10 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de setembro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), nos termos da Portaria nº 728, datada em 3 de setembro de 1975, publicada em 9 de setembro de 1975, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 10/04/2024 | Edição: 69 | Seção: 1 | Página: 10

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.763, DE 28 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.023095/2015-47, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 46.241.816/0001-08, número de inscrição no FISTEL nº 02008009149, a partir de 9 de setembro de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1043/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.763, de 28 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2024, que renova, a partir de 9 de setembro de 2015, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio Cidade de Campinas Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 02/09/2024, às 21:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6051150** e o código CRC **53FDEA75** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

26

**EXMO. SR.
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL**

53900.073085/2015-47
13/05/15

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, requer a V. Sa. se digne a apreciar e submeter à decisão da autoridade competente, o presente PEDIDO DE RENOVAÇÃO, por novo período, da permissão que lhe foi outorgada pelo Decreto Legislativo n.º 167 de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 20/02/2013, seção 1, página 04, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo.

Declara, outrossim, conhecer as cláusulas que passarão a regular suas relações com o Poder Concedente no novo período de exploração do serviço, caso o pedido de renovação seja atendido e declara, por este instrumento, aderir às referidas cláusulas, achando-as conforme seus interesses.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador



Senado Federal
Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 167, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 176, de 24 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 9 de setembro de 2005, a permissão outorgada à Rádio Cidade de Campinas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.

**SENADOR RENAN
CALHEIROS**

Presidente do Senado Federal



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de outubro de 2007, a concessão outorgada à Rádio Colorado Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colorado, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 162, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA POMPEIA - ACUDICOP para executar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Dilermando de Aguiar, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 546, de 17 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Pompeia - ACUDICOP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Dilermando de Aguiar, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 163, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CONSELHO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 587, de 24 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Conselho Cultural de Difusão Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 164, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL BOM SUCESSO para executar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 232, de 25 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Bom Sucesso para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 165, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO ATLANTIDA FM DE BLUMENAU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 354, de 16 de abril de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de fevereiro de 2006, a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 166, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO MORENA STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 520, de 14 de junho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de novembro de 2003, a permissão outorgada à Rádio Morena Stereo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 167, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 176, de 24 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 9 de setembro de 2005, a permissão outorgada à Rádio Cidade de Campinas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 168, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão à REDE ELO DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iraporanga, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 217, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iraporanga, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 169, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SIQUEIRA CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 11 de novembro de 2002, a concessão outorgada à Rádio Siqueira Campos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 170, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CURRAIS NOVOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 7 de fevereiro de 2009, a concessão outorgada à Rádio Currais Novos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 171, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GRANDE PICOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picos, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de julho de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 2 de dezembro de 1992, a concessão outorgada à Rádio Grande Picos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picos, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

ÍNDICE DE DOCUMENTOS – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. – CAMPINAS/SP

Requerimento assinado pela Representante Legal da entidade;	01
Decreto Legislativo n.º 167 de 2013 e DOU de 20/02/2013, que renova a permissão.	02 e 03
Índice contendo a relação completa de toda documentação protocolizada;	04 e 05
Instrumento de Mandato – Procuração atualizada - cópia autenticada;	06
Declaração de não infringência às vedações do § 5º, do art. 220 da Constituição Federal;	07
Declaração de adesão às cláusulas que regulam o serviço com o Poder Concedente;	08
Declaração de cumprimento as normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme disposição constitucional;	09
Declaração relativa ao cumprimento das porcentagens de programação;	10
Grade de programação completa da emissora devidamente assinada;	11 e 14
Declaração relativa à finalidade de promover a cultura nacional e regional;	15
Declaração de cumprimento aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, com relação ao conteúdo veiculado;	16
Declaração contendo os dados do responsável pela gestão das atividades, área editorial e direção de programação;	17
Cópia autenticada da cédula de identidade do responsável pela gestão das atividades, área editorial e direção de programação, conforme declaração acima, para comprovação de nacionalidade;	18
Declaração de que a mesma não possui autorização para execução do mesmo tipo de serviço na localidade da permissão – artigo 12 do Decreto-Lei 236/1967;	19
Declaração de que somente Brasileiros natos ou naturalizados exercerão os cargos e funções estabelecidos pela Portaria n.º 329 de 04/07/2012;	20
Certidão negativa de débitos relativos ao FISTEL, válida até 04/06/2015;	21

Certidão de regularidade do FGTS, válida até 27/05/2015;	22
Certidão conjunta de regularidade relativa aos tributos federais, dívida ativa da união e INSS, válida até 31/08/2015;	23
Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual, válida até 05/06/2015;	24
Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal, válida até 20/08/2015;	25
Cópia completa da RAIS – ano base: 2013;	26 à 34 (com verso)
Cópia autenticada dos comprovantes de recolhimento sindical dos <u>trabalhadores</u> , referente aos últimos 05 (cinco) anos: 2010 à 2014;	35 à 39
Cópia autenticada dos comprovantes de recolhimento sindical das <u>empresas</u> , referente aos últimos 05 (cinco) anos: 2011 à 2015;	40 à 44
Certidão de Distribuição Cível e Criminal – <u>Justiça Estadual</u> de todos os sócios e administradores, juntamente com as certidões de inteiro teor de todos os processos mencionados;	45 à 87
Certidão de Distribuição Cível e Criminal – <u>Justiça Federal</u> de todos os sócios e administradores; (1ª e 2ª Instancia)	88 à 91
Certidão Simplificada e Ficha cadastral completa e atualizada, emitida pela JUCESP;	92 à 96
Cópia autenticada da 11ª Alteração e Consolidação Contratual registrada na JUCESP sob n.º 317.568/11-5 em sessão de 28/09/2011.	97 à 104

DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **D E C L A R A** que a emissora não pertence a nenhum monopólio nem tampouco a nenhum oligopólio, não infringindo, desta forma, as vedações do § 5º do artigo 220 da Constituição Federal.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, com sede na Rua Paulo Nogueira Filho n.º 17 – Jardim São Gabriel – Campinas/SP – CEP 13045-320, inscrita no CNPJ sob n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **DECLARA** conhecer as cláusulas que passarão a regular suas relações com o Poder Concedente no novo período de exploração do serviço, caso o pedido de renovação seja atendido e declara também, por este instrumento, aderir às referidas cláusulas, achando-as conforme seus interesses.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **DECLARA** que a emissora cumpre as normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme as disposições constitucionais (artigo 220, § 4º, da Constituição Federal) e legais (Lei 9.294/1996), que regem a matéria.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **DECLARA** que a emissora cumpre os seguintes percentuais em sua programação:

- ❖ Máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo reservado à propaganda comercial e mínimo de 5% (cinco por cento) do tempo reservado ao serviço noticioso, bem como o cumprimento da obrigação de transmitir 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais.

Para tanto, faz por anexar cópia de sua grade de programação.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

GRADE DE PROGRAMAÇÃO – RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA - SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

HORÁRIO	DESCRIÇÃO
00:00	ORAÇÃO DA MEIA NOITE
00:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO
00:00 A 00:15	BLOCO COMERCIAL
00:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
00:15– 00:30	INFORME EDUCACIONAL
00:30	BLOCO COMERCIAL
00:30 – 00:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
00:45	INFORME EDUCACIONAL
00:45 – 01:00	BLOCO COMERCIAL
01:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
01:00 – 01:15	NOTICIÁRIO / PREFIXO
01:15	BLOCO COMERCIAL
01:15– 01:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
01:30	INFORME EDUCACIONAL
01:30– 01:45	BLOCO COMERCIAL
01:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
01:45 – 02:00	INFORME EDUCACIONAL
02:00	BLOCO COMERCIAL
02:00 – 02:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
02:15	INFORME EDUCACIONAL
02:15 – 02:30	BLOCO COMERCIAL
02:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
02:30 – 02:45	INFORME EDUCACIONAL
02:45	BLOCO COMERCIAL
02:45 – 03:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
03:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO
03:00– 03:15	BLOCO COMERCIAL
03:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
03:15 – 03:30	INFORME EDUCACIONAL
03:30	BLOCO COMERCIAL
03:30 – 03:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
03:45	INFORME EDUCACIONAL
03:45 – 04:00	BLOCO COMERCIAL
04:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
04:00 – 04:15	NOTICIÁRIO / PREFIXO
04:15	BLOCO COMERCIAL
04:15 – 04:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
04:30	INFORME EDUCACIONAL
04:30 – 04:45	BLOCO COMERCIAL
04:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
04:45 – 05:00	INFORME EDUCACIONAL
05:00	BLOCO COMERCIAL
05:00– 05:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
05:15	INFORME EDUCACIONAL
05:15 – 05:30	BLOCO COMERCIAL
05:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
05:30 – 05:45	INFORME EDUCACIONAL
05:45	BLOCO COMERCIAL
05:45 – 06:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL

HORÁRIO	DESCRIÇÃO
06:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO
06:00 – 06:15	BLOCO COMERCIAL
06:15	SUCESSOS DA CIDADE
06:15– 06:30	INFORME EDUCACIONAL
06:30	BLOCO COMERCIAL
06:30 – 06:45	SUCESSOS DA CIDADE
06:45	INFORME EDUCACIONAL
06:45 – 07:00	BLOCO COMERCIAL
07:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
07:00 – 07:15	NOTICIÁRIO / PREFIXO
07:15	BLOCO COMERCIAL
07:15 – 07:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
07:30	BLOCO COMERCIAL
07:30 – 07:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
07:45	INFORME EDUCACIONAL
07:45 – 08:00	BLOCO COMERCIAL
08:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
08:00 – 08:15	NOTICIÁRIO / PREFIXO
08:15	BLOCO COMERCIAL
08:15– 08:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
08:30	BLOCO COMERCIAL
08:30 – 08:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
08:45	INFORME EDUCACIONAL
08:45 – 09:00	BLOCO COMERCIAL
09:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
09:00– 09:15	NOTICIÁRIO / PREFIXO
09:15	BLOCO COMERCIAL
09:15– 09:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
09:30	BLOCO COMERCIAL
09:30– 09:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
09:45	INFORME EDUCACIONAL
09:45 – 10:00	BLOCO COMERCIAL
10:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
10:00 – 10:15	NOTICIÁRIO / PREFIXO
10:15	BLOCO COMERCIAL
10:15 – 10:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
10:30	BLOCO COMERCIAL
10:30 – 10:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
10:45	INFORME EDUCACIONAL
10:45 – 11:00	BLOCO COMERCIAL
11:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
11:00 – 11:15	NOTICIÁRIO / PREFIXO
11:15	BLOCO COMERCIAL
11:15 – 11:30	SUCESSOS DA CIDADE
11:30	BLOCO COMERCIAL
11:30– 11:45	SUCESSOS DA CIDADE
11:45	INFORME EDUCACIONAL
11:45 – 12:00	BLOCO COMERCIAL
	SUCESSOS DA CIDADE

GRADE DE PROGRAMAÇÃO – RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA - SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

HORÁRIO	DESCRIÇÃO	HORÁRIO	DESCRIÇÃO
12:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO	18:00	NOSSA SENHORA
12:00 - 12:15	BLOCO COMERCIAL	NOTICIÁRIO / PREFIXO	BLOCO COMERCIAL
12:15	BLOCO COMERCIAL	18:00 – 18:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
12:15 – 12:30	MOMENTO DE AMOR	18:15	BLOCO COMERCIAL
12:30	BLOCO COMERCIAL	18:15– 18:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
12:30– 12:45	MOMENTO DE AMOR	18:30	BLOCO COMERCIAL
12:45	INFORME EDUCACIONAL	18:30 – 18:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
	BLOCO COMERCIAL	18:45	INFORME EDUCACIONAL
12:45 – 13:00	MOMENTO DE AMOR		BLOCO COMERCIAL
		18:45 – 18:55	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
13:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO	18:55	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL	19:00 – 20:00	A VOZ DO BRASIL
13:00 – 13:15	MOMENTO DE AMOR		
13:15	BLOCO COMERCIAL		
13:15 – 13:30	MOMENTO DE AMOR		
13:30	BLOCO COMERCIAL		
13:30 – 13:45	MOMENTO DE AMOR		
13:45	INFORME EDUCACIONAL		
	BLOCO COMERCIAL		
13:45 – 14:00	MOMENTO DE AMOR		
14:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO	20:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL		BLOCO COMERCIAL
14:00 – 14:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	20:00 – 20:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
14:15	BLOCO COMERCIAL	20:15	INFORME EDUCACIONAL
14:15– 14:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL		BLOCO COMERCIAL
14:30	BLOCO COMERCIAL	20:15 – 20:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
14:30– 14:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	20:30	BLOCO COMERCIAL
14:45	INFORME EDUCACIONAL	20:30 – 20:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
	BLOCO COMERCIAL	20:45	INFORME EDUCACIONAL
14:45 – 15:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL		BLOCO COMERCIAL
		20:45 – 21:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
15:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO	21:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL		BLOCO COMERCIAL
15:00 - 15:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	21:00 – 21:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
15:15	BLOCO COMERCIAL	21:15	INFORME EDUCACIONAL
15:15– 15:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL		BLOCO COMERCIAL
15:30	BLOCO COMERCIAL	21:15 – 21:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
15:30 – 15:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	21:30	BLOCO COMERCIAL
15:45	INFORME EDUCACIONAL	21:30 – 21:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
	BLOCO COMERCIAL	21:45	INFORME EDUCACIONAL
15:45 – 16:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL		BLOCO COMERCIAL
		21:45 – 22:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
16:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO	22:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL		BLOCO COMERCIAL
16:00 – 16:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	22:00 – 22:15	SUCESSOS DA CIDADE
16:15	BLOCO COMERCIAL	22:15	INFORME EDUCACIONAL
16:15– 16:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL		BLOCO COMERCIAL
16:30	BLOCO COMERCIAL	22:15 – 22:30	SUCESSOS DA CIDADE
16:30 – 16:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	22:30	BLOCO COMERCIAL
16:45	INFORME EDUCACIONAL	22:30 – 22:45	SUCESSOS DA CIDADE
	BLOCO COMERCIAL	22:45	INFORME EDUCACIONAL
16:45 – 17:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL		BLOCO COMERCIAL
		22:45 – 23:00	SUCESSOS DA CIDADE
17:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO	23:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL		BLOCO COMERCIAL
17:00 - 17:15	SUCESSOS DA CIDADE	23:00– 23:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
17:15	BLOCO COMERCIAL	23:15	INFORME EDUCACIONAL
17:15 – 17:30	SUCESSOS DA CIDADE		BLOCO COMERCIAL
17:30	BLOCO COMERCIAL	23:15 – 23:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
17:30 – 17:45	SUCESSOS DA CIDADE	23:30	BLOCO COMERCIAL
17:45	INFORME EDUCACIONAL	23:30 – 23:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
	BLOCO COMERCIAL	23:45	INFORME EDUCACIONAL
17:45 – 18:00	SUCESSOS DA CIDADE		BLOCO COMERCIAL
		23:45 – 00:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL

“DURANTE TODA PROGRAMAÇÃO DIÁRIA, SÃO TRANSMITIDOS BOLETINS METEOROLÓGICOS E INFORMATIVOS SOBRE ASSUNTOS PERTINENTES À COMUNIDADE, TAIS COMO, CAMPANHAS DE VACINAÇÃO, AVISOS EMITIDOS PELOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS, BEM COMO INTEGRA A CADEIA DE RÁDIOS PARA RETRANSMITIR OS PROGRAMAS OBRIGATÓRIOS E FACULTATIVOS.”

GRADE DE PROGRAMAÇÃO – RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA - SÁBADOS – DOMINGOS - FERIADOS

HORÁRIO	DESCRIÇÃO
00:00	ORAÇÃO DA MEIA NOITE
	PREFIXO
00:00 - 00:15	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
00:15 - 00:30	BLOCO COMERCIAL
00:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
	INFORME EDUCACIONAL
00:30 - 00:45	BLOCO COMERCIAL
00:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
	INFORME EDUCACIONAL
00:45 - 01:00	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
01:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
01:00 - 01:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
01:15	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
01:15 - 01:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
01:30	BLOCO COMERCIAL
01:30 - 01:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
01:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
01:45 - 02:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
02:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
02:00 - 02:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
02:15	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
02:15 - 02:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
02:30	BLOCO COMERCIAL
02:30 - 02:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
02:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
02:45 - 03:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
03:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
03:00 - 03:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
03:15	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
03:15 - 03:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
03:30	BLOCO COMERCIAL
03:30 - 03:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
03:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
03:45 - 04:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
04:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
04:00 - 04:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
04:15	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
04:15 - 04:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
04:30	BLOCO COMERCIAL
04:30 - 04:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
04:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
04:45 - 05:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
05:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
05:00 - 05:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
05:15	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
05:15 - 05:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
05:30	BLOCO COMERCIAL
05:30 - 05:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
05:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
05:45 - 06:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL

HORÁRIO	DESCRIÇÃO
06:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
06:00 - 06:15	SUCESSOS DA CIDADE
06:15	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
06:15 - 06:30	SUCESSOS DA CIDADE
06:30	BLOCO COMERCIAL
06:30 - 06:45	SUCESSOS DA CIDADE
06:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
06:45 - 07:00	SUCESSOS DA CIDADE
07:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
07:00 - 07:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
07:15	BLOCO COMERCIAL
07:15 - 07:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
07:30	BLOCO COMERCIAL
07:30 - 07:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
07:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
07:45 - 08:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
08:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
08:00 - 08:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
08:15	BLOCO COMERCIAL
08:15 - 08:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
08:30	BLOCO COMERCIAL
08:30 - 08:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
08:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
08:45 - 09:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
09:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
09:00 - 09:30	SEGUIDINHA DA CIDADE
09:30	BLOCO COMERCIAL
09:30 - 09:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
09:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
09:45 - 10:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
10:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
10:00 - 10:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
10:15	BLOCO COMERCIAL
10:15 - 10:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
10:30	BLOCO COMERCIAL
10:30 - 10:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
10:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
10:45 - 11:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
11:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
11:00 - 11:15	SUCESSOS DA CIDADE
11:15	BLOCO COMERCIAL
11:15 - 11:30	SUCESSOS DA CIDADE
11:30	BLOCO COMERCIAL
11:30 - 11:45	SUCESSOS DA CIDADE
11:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
11:45 - 12:00	SUCESSOS DA CIDADE

GRADE DE PROGRAMAÇÃO – RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA - SÁBADOS – DOMINGOS - FERIADOS

HORÁRIO	DESCRIÇÃO
12:00	PREFIXO
12:00 – 12:15	BLOCO COMERCIAL
12:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
12:15 – 12:30	BLOCO COMERCIAL
12:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
12:30 – 12:45	BLOCO COMERCIAL
12:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
12:45 – 13:00	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
13:00	PREFIXO
13:00 – 13:15	BLOCO COMERCIAL
13:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
13:15 – 13:30	BLOCO COMERCIAL
13:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
13:30 – 13:45	BLOCO COMERCIAL
13:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
13:45 – 14:00	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
14:00	PREFIXO
14:00 – 14:15	BLOCO COMERCIAL
14:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
14:15 – 14:30	BLOCO COMERCIAL
14:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
14:30 – 14:45	BLOCO COMERCIAL
14:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
14:45 – 15:00	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
15:00	PREFIXO
15:00 – 15:15	BLOCO COMERCIAL
15:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
15:15 – 15:30	BLOCO COMERCIAL
15:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
15:30 – 15:45	BLOCO COMERCIAL
15:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
15:45 – 16:00	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
16:00	PREFIXO
16:00 – 16:30	BLOCO COMERCIAL
16:30	SEGUIDINHA DA CIDADE
16:30 – 16:45	BLOCO COMERCIAL
16:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
16:45 – 17:00	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
17:00	PREFIXO
17:00 – 17:15	BLOCO COMERCIAL
17:15	SUCESSOS DA CIDADE
17:15 – 17:30	BLOCO COMERCIAL
17:30	SUCESSOS DA CIDADE
17:30 – 17:45	BLOCO COMERCIAL
17:45	SUCESSOS DA CIDADE
17:45 – 18:00	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	SUCESSOS DA CIDADE

HORÁRIO	DESCRIÇÃO
18:00	PREFIXO
18:00 – 18:15	NOSSA SENHORA
18:15	BLOCO COMERCIAL
18:15 – 18:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
18:30	BLOCO COMERCIAL
18:30 – 18:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
18:45	BLOCO COMERCIAL
18:45 – 19:00	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
19:00	PREFIXO
19:00 – 20:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
20:00	PREFIXO
20:00 – 20:30	BLOCO COMERCIAL
20:30	SEGUIDINHA DA CIDADE
20:30 – 20:45	BLOCO COMERCIAL
20:45	INFORME EDUCACIONAL
20:45 – 21:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
21:00	PREFIXO
21:00 – 21:15	INFORME EDUCACIONAL
21:15	BLOCO COMERCIAL
21:15 – 21:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
21:30	INFORME EDUCACIONAL
21:30 – 22:00	BLOCO COMERCIAL
	SEGUIDINHA DA CIDADE
22:00	PREFIXO
22:00 – 22:15	BLOCO COMERCIAL
22:15	SUCESSOS DA CIDADE
22:15 – 22:30	INFORME EDUCACIONAL
22:30	BLOCO COMERCIAL
22:30 – 22:45	SUCESSOS DA CIDADE
22:45	INFORME EDUCACIONAL
22:45 – 23:00	BLOCO COMERCIAL
	SUCESSOS DA CIDADE
23:00	PREFIXO
23:00 – 23:15	BLOCO COMERCIAL
23:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
23:15 – 23:30	INFORME EDUCACIONAL
23:30	BLOCO COMERCIAL
23:30 – 23:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
23:45	INFORME EDUCACIONAL
23:45 – 00:00	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL

DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **DECLARA** que a emissora cumpre a sua finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **DECLARA** que a emissora cumpre suas obrigações pautadas nos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado em sua programação, nos moldes do artigo 221, IV, da Constituição Federal.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **DECLARA** que os responsáveis pela gestão das atividades, área editorial e direção da programação, são brasileiros natos, conforme indicado abaixo:

Gestão das Atividades:

Nome: Odilon Garcia Nascimento Filho

Nacionalidade: Brasileiro

Área Editorial

Nome: Odilon Garcia Nascimento Filho

Nacionalidade: Brasileiro

Direção da Programação:

Nome: Odilon Garcia Nascimento Filho

Nacionalidade: Brasileiro

Para tanto, faz por anexar cópia autenticada das Cédulas de Identidade dos acima citados.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8210-7

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT
MAIOR DE 65 ANOS

PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO TITULAR

B600-042067

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.767.203-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/AGO/2011

NOME ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO

FILIAÇÃO ODILON GARCIA NASCIMENTO

E MARIA PIRES GARCIA

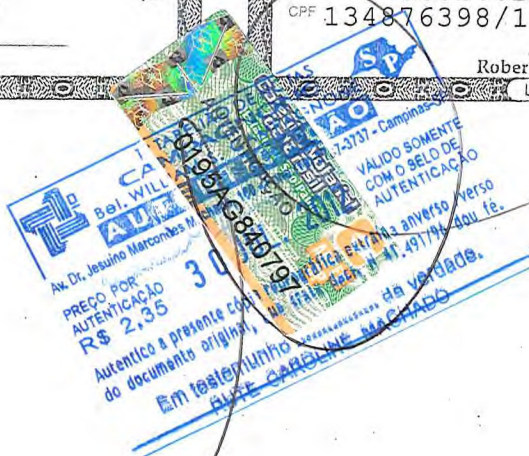
NATURALIDADE CAMPINAS -SP DATA DE NASCIMENTO 24/JUL/1944

DOC ORIGEM CAMPINAS-SP
PRIMEIRO SUBDISTRITO
CC:LV.B079/FLS.0044/N.010550

CPF 134876398/15

180 Delegado Divisionário
Roberto ANÍTORA DO PRIMEIRO IIRGD.SSP.SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **D E C L A R A** que não possui autorização para execução do mesmo tipo de serviço na localidade objeto da permissão que será renovada, bem como não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28 de Fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **D E C L A R A** que somente *Brasileiros Natos ou Naturalizados há mais de 10 (dez) anos*, exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada, de acordo com a Portaria n.º 329 de 04 de Julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11/07/2012.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
CNPJ: 46.241.816/0001-08

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:43:22 do dia 05/05/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/06/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 46241816/0001-08**Razão Social:** RADIO CIDADE CAMPINAS LTDA REMAG**Endereço:** R PAULO NOGUEIRA FILHO 17 / JD SAO GABRIEL / CAMPINAS / SP / 13046-360

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/04/2015 a 27/05/2015**Certificação Número:** 2015042801511825704304

Informação obtida em 05/05/2015, às 16:46:05.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
CNPJ: 46.241.816/0001-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 14:53:48 do dia 04/03/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/08/2015.

Código de controle da certidão: **4490.13AD.F856.D535**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Coordenadoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 46.241.816

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 7613902

Data e hora da emissão 05/05/2015 16:49:08

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

Folha 1 de 1
(hora de Brasília)

25

09/03/2015

RAIS 2014



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Departamento de Emprego e Salário
Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS
RECIBO DE ENTREGA DA RAIS

ANO-BASE 2013

Identificação do Estabelecimento

CREA	590571199573		
Razão Social	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA		
CNPJ	46.241.816/0001-08		
CEI Vinculado			
CNAE	6010100 - ATIVIDADES DE RADIO		
Endereço	RUA PAULO NOGUEIRA FILHO, 17	Bairro	J.S.GABRIEL
Cidade/UF	CAMPINAS / SP	CEP	13045-320

Declaração entregue

Data da Recepção	12/03/2014	Total de vínculos	31
Código de Identificação do Recibo	493.1758.4394.296.75		

Coordenação da RAIS

Brasília, 09/03/2015

Declaração enviada com Certificado Digital

84

Relatório completo do estabelecimento

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

f. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical		CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
	Sindical	Assistencial		
	61.708.293/0001-50	58,27		0,00
Associativa 1		0,00		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado: Não	

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 104.24330.75.7

Nome: MARIO DE ALMEIDA

Empregado
Nascimento: 31/03/1952 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 773.667.518-04
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00023529
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00254
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 05 - Ensino fundamental completo.

Admissão
Data de Admissão: 28/04/2009 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.072,00 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 44 CBO: 517410 - Porteiro de edifícios
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	Desligam.				Data:			
	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Causa: -			
1)	-	-	00	0000	Aviso Prévio: 0,00			
2)	-	-	00					
3)	-	-	00					

Remuneração	Remun.		H Extra		Remun.		H Extra		Remun.		H Extra		Verbas Pagas na Rescisão		Valor Qtd. Meses	
Jan	1.478,74		036		Mai	1.529,45		035	Set	2.387,57		006	Férias Indenizadas:		0,00	
Fev	1.375,80		027		Jun	1.612,50		028	Out	1.368,06		020	Multa FGTS:		0,00	
Mar	1.249,72		018		Jul	1.757,82		027	Nov	1.852,67		044	Banco de Horas:		0,00	
Abr	2.531,10		027		Ago	1.507,14		020	Dez	1.596,71		028	Reajuste Coletivo:		0,00	
13º Adiantamento		11	769,00		13º Parcela Final		12	768,31					Gratificações:		0,00	

Inf. Sindicais
Sindical CNPJ da Entidade Sindical Valor Total CNPJ da Entidade Sindical Valor Total
Sindical 61.708.293/0001-50 30,67 Confederativa 0,00
Associativa 1 0,00 Assistencial 0,00
Associativa 2 0,00 Sindicalizado: Não

VÍNCULO

PIS: 104.34538.91.1

Nome: NILZA FERREIRA DO NASCIMENTO TININI

Empregado
Nascimento: 19/04/1956 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 819.645.448-15
Sexo: F Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00045419
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00317
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 05 - Ensino fundamental completo.

Admissão
Data de Admissão: 01/08/1991 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 3.261,34 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 44 CBO: 142105 - Gerente administrativo
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	Desligam.				Data:			
	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Causa: -			
1)	-	-	00	0000	Aviso Prévio: 0,00			
2)	-	-	00					
3)	-	-	00					

Remuneração	Remun.		H Extra		Remun.		H Extra		Remun.		H Extra		Verbas Pagas na Rescisão		Valor Qtd. Meses	
Jan	3.232,48				Mai	3.394,10			Set	3.652,70			Férias Indenizadas:		0,00	
Fev	3.232,48				Jun	5.113,78			Out	3.652,70			Multa FGTS:		0,00	
Mar	3.232,48				Jul	3.667,79			Nov	3.652,70			Banco de Horas:		0,00	
Abr	5.387,42				Ago	3.652,70			Dez	3.652,70			Reajuste Coletivo:		0,00	
13º Adiantamento		11	1.827,00		13º Parcela Final		12	1.825,83					Gratificações:		0,00	

Inf. Sindicais
Sindical CNPJ da Entidade Sindical Valor Total CNPJ da Entidade Sindical Valor Total
Sindical 61.708.293/0001-50 96,20 Confederativa 0,00
Associativa 1 0,00 Assistencial 0,00
Associativa 2 0,00 Sindicalizado: Não

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDR AIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08
Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:
Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31
CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 104.34669.11.0

Nome: ANTONIO ORMO

Nascimento: 20/05/1947 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 720.245.008-97
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00086394
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00175
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 01/10/2007 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 4.472,60 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 44 CBO: 782305 - Motorista de carro de passeio
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 4.431,56		Mai 4.431,56		Set 4.830,41		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 4.431,56		Jun 5.206,08		Out 4.830,41		Multa FGTS:	0,00	
Mar 4.431,56		Jul 4.830,41		Nov 6.923,59		Banco de Horas:	0,00	
Abr 4.431,56		Ago 4.830,41		Dez 4.347,37		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 2.416,00	13º Parcela Final	12 - 2.414,70			Gratificações:	0,00	

Sindical	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	Confederativa	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Associativa 1	51.909.356/0001-83	136,78	Assistencial	51.909.356/0001-83	90,17
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	737,59

VÍNCULO

PIS: 105.60738.47.9

Nome: HOMERO RODRIGUES

Nascimento: 24/10/1958 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 002.354.208-08
Sexo: M Raça/Cor: 8 - Parda Carteira de Trabalho: 00096825
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00111
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 03/11/2008 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.149,21 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 18 CBO: 373120 - Operador de gravação de rádio
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.109,27	008	Mai 1.128,40		Set 1.213,83		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 1.078,02		Jun 1.218,16		Out 1.213,42		Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.078,02		Jul 1.339,87	006	Nov 1.281,74	009	Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.896,42	006	Ago 1.283,13	007	Dez 1.136,94		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 618,00	13º Parcela Final	12 - 617,84			Gratificações:	0,00	

Sindical	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	Confederativa	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Associativa 1	61.708.293/0001-50	33,90	Assistencial		0,00
Associativa 2	61.708.293/0001-50	194,67	Sindicalizado:	Sim	0,00
		0,00			

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 105.63250.31.0

Nome: JOSE PEREIRA DE OLIVEIRA

Nascimento: 25/07/1951	Nacionalidade: 10 - Brasileiro	CPF: 984.473.788-53
Sexo: M	Raça/Cor: 2 - Branca	Carteira de Trabalho: 00063085
Deficiente: 0 - Não deficiente	Ano de Chegada: -	Série CTPS: 00297
Local de Trabalho: -		Para uso da empresa:
Instrução: 04 - Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental incompleto (antiga 5ª 8ª série).		

Data de Admissão: 02/08/2013	Tipo de Admissão: 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 4,88	Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 44	CBO: 517410 - Porteiro de edifícios
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não	

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		28/10
2) -	-	00			Causa: 11 - Rescisão de contrato de trabalho sem justa
3) -	-	00			Aviso Prévio: 918,27

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 0,00		Mai 0,00		Set 1.088,90	024	Férias Indenizadas:	408,12	
Fev 0,00		Jun 0,00		Out 921,63	025	Multa FGTS:	127,93	
Mar 0,00		Jul 0,00		Nov 0,00		Banco de Horas:	0,00	
Abr 0,00		Ago 756,00	011	Dez 0,00		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	0,00	13º Parcela Final	10 - 306,09			Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical		0,00	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 106.10394.05.0

Nome: JOSE FERREIRA DA SILVA

Nascimento: 23/04/1957	Nacionalidade: 10 - Brasileiro	CPF: 849.672.188-49
Sexo: M	Raça/Cor: 2 - Branca	Carteira de Trabalho: 00038264
Deficiente: 0 - Não deficiente	Ano de Chegada: -	Série CTPS: 00359
Local de Trabalho: -		Para uso da empresa:
Instrução: 05 - Ensino fundamental completo.		

Data de Admissão: 23/11/2012	Tipo de Admissão: 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 4,88	Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 44	CBO: 517410 - Porteiro de edifícios
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não	

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		
2) -	-	00			Causa: -
3) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 879,42	032	Mai 850,65	024	Set 1.127,88	023	Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 753,44	023	Jun 1.008,01	024	Out 1.139,05	007	Multa FGTS:	0,00	
Mar 730,24	017	Jul 1.032,90	024	Nov 1.048,87	033	Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.048,14	024	Ago 1.080,92	023	Dez 955,28	025	Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 456,00	13º Parcela Final	12 - 455,95			Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	17,43	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31

CEI Vinculado:

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 106.19325.10.8

Nome: MARCOS AURELIO DE JESUS BARRETO

Nascimento: 06/08/1959

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 055.288.298-44

Sexo: M

Raça/Cor: 8 - Parda

Carteira de Trabalho: 00056900

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00361

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 21/10/2013 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 2.595,00 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 20 CBO: 313205 - Técnico de manutenção eletrônica
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 0,00		Mai 0,00		Set 0,00		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 0,00		Jun 0,00		Out 1.124,50		Multa FGTS:	0,00	
Mar 0,00		Jul 0,00		Nov 3.373,50		Banco de Horas:	0,00	
Abr 0,00		Ago 0,00		Dez 3.373,50		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento 11	282,00	13º Parcela Final 12	281,13			Gratificações:	0,00	

CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	0,00	Confederativa	0,00
Associativa 1	0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2	0,00	Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 106.33665.55.7

Nome: DANIEL BASTOS SIAS

Nascimento: 29/12/1956

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 769.127.607-91

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00089374

Deficiente:

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00118

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 03 - 5º ano completo do Ensino Fundamental.

Data de Admissão: 01/04/2002 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.543,70 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 44 CBO: 514310 - Auxiliar de manutenção predial
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.448,08		Mai 1.520,49		Set 1.636,32		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 3.185,77		Jun 1.636,32		Out 1.636,32		Multa FGTS:	0,00	
Mar 193,08		Jul 1.752,15		Nov 1.636,32		Banco de Horas:	0,00	
Abr 2.413,43		Ago 1.636,32		Dez 1.636,32		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento 11	819,00	13º Parcela Final 12	818,27			Gratificações:	0,00	

CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50 45,54	Confederativa	0,00
Associativa 1	0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2	0,00	Sindicalizado:	Não

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 107.83394.18.4

Nome: ISMAEL ALVES

Empregado

Nascimento: 02/06/1960

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 004.670.988-67

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00025661

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00531

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 06 - Ensino médio incompleto.

Admissão

Data de Admissão: 01/10/1993

Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou

Salário Contratual: 16,03

Tipo Salário: 5 - Horário

Horas Semanais: 30

CBO: 262115 - Produtor de rádio

Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas
1) -	-	00	0000
2) -	-	00	
3) -	-	00	

Desligam.

Data:
Causa: -
Aviso Prévio: 0,00

Remuneração

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.141,01		Mai 4.577,92	012	Set 4.951,95	013	Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 4.016,67	011	Jun 4.713,17		Out 4.678,78	014	Multa FGTS:	0,00	
Mar 4.221,89		Jul 6.084,43	012	Nov 5.093,56	028	Banco de Horas:	0,00	
Abr 6.480,80	012	Ago 4.725,97		Dez 10.875,05	004	Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11	2.454,00		13º Parcela Final	12 - 2.453,33	Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais

	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	105,62	Confederativa		0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

VÍNCULO

PIS: 108.26660.18.2

Nome: LUIZ CARLOS PALLARO

Empregado

Nascimento: 30/10/1964

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 096.910.128-71

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00032637

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00575

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 06 - Ensino médio incompleto.

Admissão

Data de Admissão: 12/06/1999

Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou

Salário Contratual: 1.072,00

Tipo Salário: 1 - Mensal

Horas Semanais: 30

CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão

Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas
1) -	-	00	0000
2) -	-	00	
3) -	-	00	

Desligam.

Data:
Causa: -
Aviso Prévio: 0,00

Remuneração

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 2.503,23	016	Mai 2.814,24	027	Set 2.743,15	017	Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 2.503,23	016	Jun 2.924,97	017	Out 2.727,17		Multa FGTS:	0,00	
Mar 2.340,48		Jul 3.225,56	016	Nov 6.471,10	027	Banco de Horas:	0,00	
Abr 4.188,59	017	Ago 2.727,17		Dez 545,43		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11	1.441,00		13º Parcela Final	12 - 1.439,93	Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais

	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	73,60	Confederativa		0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31

CEI Vinculado:

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 123.23577.65.6

Nome: ODILON GARCIA NASCIMENTO NETO

Nascimento: 30/03/1973

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 175.909.318-10

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00059871

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00095

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 08 - Educação superior incompleta.

Data de Admissão: 02/01/2006 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.072,00 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 44 CBO: 123105 - Diretor administrativo
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 947,60		Mai 994,98		Set 1.104,16		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 947,60		Jun 1.104,16		Out 1.104,16		Multa FGTS:	0,00	
Mar 947,60		Jul 1.213,35		Nov 1.472,21		Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.579,33		Ago 1.104,16		Dez 1.104,16		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento 11 553,00		13º Parcela Final 12 - 551,33				Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	30,67		0,00
Associativa 1		0,00	Confederativa	0,00
Associativa 2		0,00	Assistencial	0,00
			Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 123.25741.32.1

Nome: ROGERIO AMORIM CLARO

Nascimento: 17/07/1973

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 182.161.668-50

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00030923

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00092

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 09 - Educação superior completa.

Data de Admissão: 11/05/1999 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.522,71 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 24 CBO: 212405 - Analista de desenvolvimento de sistema
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.425,82	009	Mai 1.490,43	006	Set 1.643,83	006	Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 1.478,00	007	Jun 1.580,98	005	Out 1.610,44		Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.441,93	006	Jul 1.801,23	008	Nov 2.768,98	007	Banco de Horas:	0,00	
Abr 2.459,17	007	Ago 1.624,70	006	Dez 874,91	002	Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento 11 827,00		13º Parcela Final 12 - 826,84				Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	44,92		0,00
Associativa 1		0,00	Confederativa	0,00
Associativa 2		0,00	Assistencial	0,00
			Sindicalizado:	Não

30

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI: **46.241.816/0001-08**
Razão Social: **RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA**

CREA:
Prefixo: **00**

Total de Vínculos: **31**
CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: **123.40020.35.4**

Nome: **SIDNEY ALEXANDRE CINTRA**

Nascimento: 13/07/1971
Sexo: M
Deficiente: 0 - Não deficiente
Local de Trabalho: -
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Nacionalidade: 10 - Brasileiro
Raça/Cor: 2 - Branca
Ano de Chegada: -

CPF: 120.821.158-79
Carteira de Trabalho: 00023998
Série CTPS: 00086
Para uso da empresa:

Data de Admissão: 05/04/2011 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.531,85 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 24 CBO: 373120 - Operador de gravação de rádio
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.353,65		Mai 1.530,24	006	Set 1.693,22		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 1.438,21		Jun 1.628,70	005	Out 1.705,38		Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.458,78		Jul 2.382,11	005	Nov 1.875,41		Banco de Horas:	0,00	
Abr 2.406,00		Ago 1.527,41		Dez 1.691,65		Reajuste Coletivo:	0,00	
13ª Adiantamento	11 859,00		13ª Parcela Final	12 - 858,93		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	45,19	Confederativa	0,00
Associativa 1	61.708.293/0001-50	244,31	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Sim

VÍNCULO

PIS: **123.40674.13.3**

Nome: **JOSE EDUARDO MANOEL DA SILVA**

Nascimento: 18/04/1973
Sexo: M
Deficiente: 0 - Não deficiente
Local de Trabalho: -
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Nacionalidade: 10 - Brasileiro
Raça/Cor: 8 - Parda
Ano de Chegada: -

CPF: 138.092.898-25
Carteira de Trabalho: 00050542
Série CTPS: 00123
Para uso da empresa:

Data de Admissão: 04/10/2010 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 7,15 Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 30 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.872,25	026	Mai 1.314,35	012	Set 1.958,73	032	Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 1.856,86	025	Jun 1.938,31	024	Out 4.025,42	026	Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.716,66	018	Jul 1.821,82	014	Nov 556,95		Banco de Horas:	0,00	
Abr 2.154,95	022	Ago 2.019,24	016	Dez 2.001,18	009	Reajuste Coletivo:	0,00	
13ª Adiantamento	11 924,00		13ª Parcela Final	12 - 924,31		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	61,42	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRais - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08

CREA:

Prefixo: 00

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

Total de Vínculos: 31

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 123.50512.94.2

Nome: WASHINGTON LUIS DE MELO

Nascimento: 11/10/1971

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 173.856.438-09

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00096247

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00095

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 06 - Ensino médio incompleto.

Data de Admissão: 15/03/1995 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 18,38 Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 12 CBO: 262115 - Produtor de rádio
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:					
	1)	-	-	00		0000	Causa: -				
	2)	-	-	00			Aviso Prévio: 0,00				
	3)	-	-	00							
Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão		Valor	Qtd. Meses	
	Jan 2.606,97	009	Mai 1.187,87	008	Set 1.263,19	007	Férias Indenizadas:		0,00		
	Fev 181,40	002	Jun 1.229,94	006	Out 1.369,84	009	Multa FGTS:		0,00		
	Mar 1.086,92	004	Jul 1.356,97	007	Nov 1.341,98	010	Banco de Horas:		0,00		
	Abr 1.896,50	006	Ago 1.249,18	006	Dez 1.331,50	007	Reajuste Coletivo:		0,00		
	13º Adiantamento	11	637,00	13º Parcela Final	12 - 637,04		Gratificações:		0,00		
Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical			Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical			Valor Total		
	Sindical	61.708.293/0001-50		32,54		Confederativa			0,00		
	Associativa 1			0,00		Assistencial			0,00		
	Associativa 2			0,00		Sindicalizado:	Não				

VÍNCULO

PIS: 123.58526.30.6

Nome: JOSE CICERO PEREIRA DA SILVA

Nascimento: 06/10/1973

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 154.939.558-06

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00069685

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00111

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 05 - Ensino fundamental completo.

Data de Admissão: 01/04/1995 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 5,96 Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 36 CBO: 422220 - Operador de rádio-chamada
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:				
	1) -	-	00	0000		Causa: -				
	2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00				
	3) -	-	00							
Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd.	Meses
	Jan 434,72	020	Mai 261,67	009	Set 261,67	009	Férias Indenizadas:	0,00		
	Fev 342,24	015	Jun 281,08	009	Out 299,15	008	Multa FGTS:	0,00		
	Mar 249,02	009	Jul 406,19	014	Nov 403,54	005	Banco de Horas:	0,00		
	Abr 480,98	007	Ago 276,76	008	Dez 308,52	008	Reajuste Coletivo:	0,00		
	13º Adiantamento	11	172,00	13º Parcela Final	12 - 172,84		Gratificações:	0,00		
Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical			Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total		
	61.708.293/0001-50			4,78				0,00		
	Associativa 1			0,00		Confederativa Assistencial		0,00		
	Associativa 2			0,00		Sindicalizado: Não				

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 123.88765.93.7

Nome: ROSELAINE MARCELINO DE MORAIS

Nascimento: 31/07/1973

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 154.679.018-77

Sexo: F

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00025579

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00123

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Empregado

Admissão

Data de Admissão: 11/02/2008

Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou

Salário Contratual: 14,17

Tipo Salário: 5 - Horário

Horas Semanais: 24

CBO: 413110 - Auxiliar de contabilidade

Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas
1) -	-	00	0000
2) -	-	00	
3) -	-	00	

Desligam.

Data:
Causa: -
Aviso Prévio: 0,00

Remuneração

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 59,71		Mai 1.574,87	006	Set 1.675,96		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 1.503,55		Jun 2.029,68	005	Out 1.679,03		Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.819,40	005	Jul 1.730,27	006	Nov 1.698,97		Banco de Horas:	0,00	
Abr 2.603,86	007	Ago 1.673,66		Dez 3.926,15		Reajuste Coletivo:	0,00	
13ª Adiantamento	11 857,00			13ª Parcela Final	12 - 857,51	Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais

	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	45,98	Confederativa		0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

VÍNCULO

PIS: 124.14395.68.2

Nome: ANA CLAUDIA DO NASCIMENTO

Nascimento: 07/10/1972

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 154.598.828-50

Sexo: F

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00056524

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00123

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Empregado

Admissão

Data de Admissão: 27/09/2011

Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou

Salário Contratual: 1.141,59

Tipo Salário: 1 - Mensal

Horas Semanais: 24

CBO: 411010 - Assistente administrativo

Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas
1) -	-	00	0000
2) -	-	00	
3) -	-	00	

Desligam.

Data:
Causa: -
Aviso Prévio: 0,00

Remuneração

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.010,24		Mai 1.060,75		Set 1.141,59		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 1.010,24		Jun 1.141,59		Out 1.141,59		Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.010,24		Jul 1.222,43		Nov 1.141,59		Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.698,50	006	Ago 1.141,59		Dez 1.141,59		Reajuste Coletivo:	0,00	
13ª Adiantamento	11 572,00			13ª Parcela Final	12 - 571,72	Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais

	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	33,67	Confederativa		0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08
Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:
Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31
CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 124.23174.46.4

Nome: FABIO BARBOSA GARCIA NASCIMENTO

Nascimento: 05/03/1976 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 175.907.728-36
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00064651
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00141
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 09 - Educação superior completa.

Data de Admissão: 02/01/2006 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.072,00 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 44 CBO: 123305 - Diretor comercial
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Atestamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:		
						Causa: -		
1)	-	-	00	0000		Aviso Prévio: 0,00		
2)	-	-	00					
3)	-	-	00					

Remuneração	Remun.		H Extra	Remun.		H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan	947,60			Mai	994,98		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev	947,60			Jun	1.104,16		Multa FGTS:	0,00	
Mar	947,60			Jul	1.213,35		Banco de Horas:	0,00	
Abr	1.579,33			Ago	1.104,16		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11	553,00		13º Parcela Final	12	551,33	Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50		30,67		0,00
Associativa 1			0,00	Confederativa	0,00
Associativa 2			0,00	Assistencial	0,00
				Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 124.81750.94.4

Nome: PAULO CESAR SILVEIRA

Nascimento: 13/05/1977 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 265.869.298-65
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00031462
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00263
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 06/09/2012 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 6,45 Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 30 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Atestamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:		
						Causa: 11 - Rescisão de contrato de trabalho sem justa		
1)	-	-	00	0000		Aviso Prévio: 1.445,53		
2)	-	-	00					
3)	-	-	00					

Remuneração	Remun.		H Extra	Remun.		H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan	1.731,40			Mai	1.392,61		Férias Indenizadas:	1.766,76	
Fev	1.677,22			Jun	868,22		Multa FGTS:	537,57	
Mar	1.512,61			Jul	0,00		Banco de Horas:	0,00	
Abr	1.512,25			Ago	0,00		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	-	0,00		13º Parcela Final	06	843,22	Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50		61,42		0,00
Associativa 1			0,00	Confederativa	0,00
Associativa 2			0,00	Assistencial	0,00
				Sindicalizado:	Não

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI: 46.241.816/0001-08
Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA: 00
Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31
CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 124.81750.94.4

Nome: PAULO CESAR SILVEIRA

Nascimento: 13/05/1977
Sexo: M
Deficiente:
Local de Trabalho: -
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Nacionalidade: 10 - Brasileiro
Raça/Cor: 2 - Branca
Ano de Chegada: -

CPF: 265.869.298-65
Carteira de Trabalho: 00031462
Série CTPS: 00263
Para uso da empresa:

Data de Admissão: 18/10/2013 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 7,15 Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 30 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 0,00		Mai 0,00		Set 0,00		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 0,00		Jun 0,00		Out 392,37	003	Multa FGTS:	0,00	
Mar 0,00		Jul 0,00		Nov 2.581,11	053	Banco de Horas:	0,00	
Abr 0,00		Ago 0,00		Dez 2.152,07	025	Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 37,00		13º Parcela Final	12 - 36,87		Gratificações:	0,00	

CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	0,00	Confederativa	0,00
Associativa 1	0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2	0,00	Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 125.23733.78.3

Nome: MARCOS FRANCISCO DA SILVA

Nascimento: 12/04/1980
Sexo: M
Deficiente: 0 - Não deficiente
Local de Trabalho: -
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Nacionalidade: 10 - Brasileiro
Raça/Cor: 2 - Branca
Ano de Chegada: -

CPF: 052.659.296-65
Carteira de Trabalho: 00056495
Série CTPS: 00080
Para uso da empresa:

Data de Admissão: 14/07/2008 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 7,15 Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 30 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.613,54	016	Mai 1.978,39	032	Set 1.713,66	022	Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 3.332,96	008	Jun 1.911,27	017	Out 1.881,75	024	Multa FGTS:	0,00	
Mar 174,22	002	Jul 1.745,55	012	Nov 2.448,80	038	Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.974,10	017	Ago 1.582,03	012	Dez 2.377,79	022	Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 762,84		13º Parcela Final	12 - 762,94		Gratificações:	0,00	

CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	Confederativa	0,00
Associativa 1	0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2	0,00	Sindicalizado:	Não

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08
Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA: 00
Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31
CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 127.45613.24.5

Nome: AUDREY DE ANDRADE E SILVA

Nascimento: 22/10/1982 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 310.980.308-93
Sexo: F Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00013789
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00244
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 22/05/2006 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 2.283,18 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 44 CBO: 411010 - Assistente administrativo
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:				
	1)	-	00	0000		Causa: -				
	2)	-	00			Aviso Prévio: 0,00				
	3)	-	00							
Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão		Valor	Qtd. Meses
	Jan 2.058,41		Mai 2.146,74		Set 2.305,92		Férias Indenizadas:		0,00	
	Fev 3.135,94		Jun 2.346,11		Out 2.336,38	006	Multa FGTS:		0,00	
	Mar 1.736,37	002	Jul 2.495,87	005	Nov 2.351,67		Banco de Horas:		0,00	
	Abr 3.494,41	005	Ago 2.341,19		Dez 2.340,24	004	Reajuste Coletivo:		0,00	
	13º Adiantamento	11	1.176,82	13ª Parcela Final	12 - 1.203,88		Gratificações:		0,00	
	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total			
Inf. Sindicais	Sindical	61.708.293/0001-50		67,35					0,00	
	Associativa 1			0,00	Confederativa Assistencial				0,00	
	Associativa 2			0,00	Sindicalizado:	Não				

VÍNCULO

PIS: 127.61727.77.2

Nome: PEDRO PAULO MAGALHAES VECCHIA

Nascimento: 17/09/1974 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 028.570.616-09
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00007881
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00208
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 09 - Educação superior completa.

Data de Admissão: 01/10/2007 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 2.203,16 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 24 CBO: 252305 - Secretária(o) executiva(o)
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:				
	1)	-	-	00		0000	Causa: -			
	2)	-	-	00			Aviso Prévio: 0,00			
	3)	-	-	00						
Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão		Valor	Qtd. Meses
	Jan 2.066,68		Mai 2.170,02		Set 2.335,35		Férias Indenizadas:		0,00	
	Fev 2.066,68		Jun 2.719,19		Out 2.335,35		Multa FGTS:		0,00	
	Mar 2.436,75		Jul 2.500,68		Nov 2.319,20		Banco de Horas:		0,00	
	Abr 3.498,78	005	Ago 2.329,51		Dez 2.425,17	006	Reajuste Coletivo:		0,00	
	13º Adiantamento	11	1.169,00	13ª Parcela Final	12 - 1.169,63		Gratificações:		0,00	
	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total			
	Sindical	61.708.293/0001-50		64,99		Confederativa			0,00	
Inf. Sindicais	Associativa 1			0,00		Assistencial			0,00	
	Associativa 2			0,00		Sindicalizado:	Não			

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08
Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA: 00
Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31
CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 128.17882.23.9

Nome: BRUNA DANIELA PALLARO

Nascimento: 16/01/1986
Sexo: F
Deficiente: 0 - Não deficiente
Local de Trabalho: -
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Nacionalidade: 10 - Brasileiro
Raça/Cor: 2 - Branca
Ano de Chegada: -

CPF: 352.500.688-80
Carteira de Trabalho: 00020606
Série CTPS: 00290
Para uso da empresa:

Data de Admissão: 01/12/2006 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.072,00 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 30 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1)	-	-	00	0000		Causa: -
2)	-	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3)	-	-	00			

Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan	2.628,81	024	Mai	4.717,68	021	Set	2.649,98	Férias Indenizadas:	0,00
Fev	2.561,35	016	Jun	1.678,31		Out	2.826,68	Multa FGTS:	0,00
Mar	2.381,32	006	Jul	3.352,08	017	Nov	2.834,36	Banco de Horas:	0,00
Abr	4.093,21		Ago	2.655,11	005	Dez	2.826,68	Reajuste Coletivo:	0,00
13º Adiantamento	11	1.411,00	13º Parcela Final	12	1.410,19		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	73,60	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 128.41004.26.2

Nome: JOANA TOME

Nascimento: 30/04/1982
Sexo: F
Deficiente: 0 - Não deficiente
Local de Trabalho: -
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Nacionalidade: 10 - Brasileiro
Raça/Cor: 2 - Branca
Ano de Chegada: -

CPF: 315.721.158-74
Carteira de Trabalho: 00046672
Série CTPS: 00215
Para uso da empresa:

Data de Admissão: 26/02/2013 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.141,57 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 36 CBO: 422105 - Recepcionista, em geral
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1)	-	-	00	0000		Causa: -
2)	-	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3)	-	-	00			

Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan	0,00		Mai	1.080,96	005	Set	1.141,57	Férias Indenizadas:	0,00
Fev	168,37		Jun	1.141,57		Out	1.141,57	Multa FGTS:	0,00
Mar	1.010,24		Jul	1.202,18		Nov	1.141,57	Banco de Horas:	0,00
Abr	1.160,10		Ago	1.143,09		Dez	1.141,57	Reajuste Coletivo:	0,00
13º Adiantamento	11	476,00	13º Parcela Final	12	476,12		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	33,67	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31

CEI Vinculado:

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 128.45666.24.3

Nome: JOSE MARIA DA SILVA

Nascimento: 12/12/1974

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 272.010.398-57

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00088836

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00208

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 04 - Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental incompleto (antiga 5ª 8ª série).

Data de Admissão: 25/11/2009 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 4,88 Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 44 CBO: 517410 - Porteiro de edifícios
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De				Motivo	Até				Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:			
	1)	2)	3)	4)		1)	2)	3)	4)			Causa:	Aviso Prévio:	0,00	
Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra		Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses					
	Jan 1.148,24	035	Mai 1.340,72	041		Set 1.238,29	025	Férias Indenizadas:	0,00						
	Fev 1.054,86	031	Jun 1.233,84	031		Out 1.242,90	026	Multa FGTS:	0,00						
	Mar 1.071,25	021	Jul 1.432,09	028		Nov 1.545,42	046	Banco de Horas:	0,00						
	Abr 1.911,43	030	Ago 1.568,01	010		Dez 1.258,64	030	Reajuste Coletivo:	0,00						
13ª Adiantamento		11	624,00			13ª Parcela Final	12	622,71	Gratificações:	0,00					

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total	
	Sindical	61.708.293/0001-50	27,70		Confederativa		0,00	
	Associativa 1		0,00		Assistencial		0,00	
	Associativa 2		0,00		Sindicalizado:	Não		

VÍNCULO

PIS: 131.45877.77.0

Nome: RENATA ROLISOLA DOS SANTOS

Nascimento: 19/07/1984

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 325.620.758-89

Sexo: F

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00009214

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00296

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 08 - Educação superior incompleta.

Data de Admissão: 22/11/2012 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.080,96 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 36 CBO: 422105 - Recepcionista, em geral
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De				Motivo	Até				Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:			
	1)	2)	3)	4)		1)	2)	3)	4)			Causa:	Aviso Prévio:	0,00	
Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra		Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses					
	Jan 1.012,14	007	Mai 0,00			Set 0,00		Férias Indenizadas:	0,00						
	Fev 976,57		Jun 0,00			Out 0,00		Multa FGTS:	0,00						
	Mar 0,00		Jul 0,00			Nov 0,00		Banco de Horas:	0,00						
	Abr 0,00		Ago 0,00			Dez 0,00		Reajuste Coletivo:	0,00						
13ª Adiantamento		-	0,00			13ª Parcela Final	-	0,00	Gratificações:	0,00					

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total	
	Sindical	61.708.293/0001-50	33,67		Confederativa		0,00	
	Associativa 1		0,00		Assistencial		0,00	
	Associativa 2		0,00		Sindicalizado:	Não		

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI: 46.241.816/0001-08

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 134.58191.77.0

Nome: GRAZIELLE ROBERTA DOS SANTOS

Nascimento: 21/02/1987 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 356.896.278-01
Sexo: F Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00058670
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00310
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 27/11/2012 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.141,59 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 24 CBO: 411010 - Assistente administrativo
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afás	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.024,52	008	Mai 1.036,44		Set 1.138,07		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 1.010,24		Jun 1.141,59		Out 1.134,17		Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.010,24		Jul 1.223,32	005	Nov 1.144,07	007	Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.270,29		Ago 1.139,02		Dez 1.396,76		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 572,00	13º Parcela Final	12 - 571,78			Gratificações:	0,00	

Sindical	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	Confederativa	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Associativa 1	61.708.293/0001-50	33,67	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	0,00

VÍNCULO

PIS: 209.26028.93.0

Nome: CARLOS JOSE CORSATO

Nascimento: 09/12/1972 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 201.807.768-60
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00086703
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00105
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 06 - Ensino médio incompleto.

Data de Admissão: 02/04/2004 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.072,00 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 30 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afás	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 5.426,43	021	Mai 2.803,32	022	Set 3.188,01	023	Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 948,28		Jun 2.943,30	019	Out 3.244,32	025	Multa FGTS:	0,00	
Mar 2.641,06	017	Jul 3.579,70	026	Nov 3.819,32	048	Banco de Horas:	0,00	
Abr 4.754,01	028	Ago 3.114,57	018	Dez 3.217,94	024	Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 1.550,00	13º Parcela Final	12 - 1.549,98			Gratificações:	0,00	

Sindical	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	Confederativa	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Associativa 1	61.708.293/0001-50	73,60	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	0,00



GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical

1ª VIA - CONTRIBUINTE

Vencimento 30/04/2010 Exercício 2010

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Código da Entidade Sindical	
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP DE RADIODIFUSÃO E TELEV DO EST DE SÃ		000.264.02693-4	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade
RUA CONSELHEIRO RAMALHO	992		61.708.293/0001-50
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	
BELA VISTA	01325-000	SÃO PAULO	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA		462418160001	
Endereço	Número	Complemento	
RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	17		
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
13045-320	J.S.GABRIEL	CAMPINAS	SP
			Código Atividade
			92215-00

Dados de Referência da Contribuição

<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador	<input checked="" type="checkbox"/> Empregados	<input type="checkbox"/> Prof. Liberal	<input type="checkbox"/> Autônomo	(=) Valor do Documento
Capital Social - Empresa	116.000,00	Nº Empregados Contribuintes	26	1.100,80
Capital Social - Estabelecimento	0,00	Total Remuneração - Contribuintes	33.024,00	(-) Outras Deduções
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento	27	(+) Mora/Multa
				(+) Outros Acréscimos
				(=) Valor Cobrado

104-0 10499.70260 93917.746245 18160.001220 3 45880000110080

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.264.02693-4	462418160001	1.100,80	30/04/2010	2010

1ª VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

2ª VIA - DOCUMENTO DO BANCO

CAIXA GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical 1ª VIA - CONTRIBUINTE

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMB DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO DO EST DE SÃO PAULO		Vencimento 30/04/2011		Exercício 2011	
Código da Entidade Sindical 000.264.02693-4					
Endereço RUA CONSELHEIRO RAMALHO	Número 992	Complemento	CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50		
Bairro/Distrito BELA VISTA	CEP 01325-000	Cidade/Município SÃO PAULO	UF SP		

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 462418160001			
Endereço RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Número 17	Complemento			
CEP 13045-320	Bairro/Distrito J.S.GABRIEL	Cidade/Município CAMPINAS	UF SP	Código Atividade 92215-00	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomo		Dados da Contribuição (-) Valor do Documento: 1.137,80	
Capital Social - Empresa 116.000,00	Nº Empregados Contribuintes 26	(-) Desconto/Abatimento			
Capital Social - Estabelecimento 0,00	Total Remuneração - Contribuintes 34.134,00	(-) Outras Deduções			
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento 27		(+/-) Outros Acréscimos	
NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 30/04/2011 ART. 600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPÍTULO, QUANDO ESPONTANEO SERÁ AGRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALÉM DE JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MES E CORREÇÃO MONETARIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.				(-) Valor Cobrado	

104-0 10499.70280 93917.746245 18160.001220 9 49530000113780

Código da Cadência 000.264.02693-4	Nosso Número 462418160001	Valor do Documento 1.137,80	Data Vencimento 30/04/2011	Exercício 2011
--	-------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------	--------------------------

1ª VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



1.137.8001602

CEP29227042011072241001428

CAIXA GRCS - () a de Recolhimento da Contribuição Sindical VIA - CONTRIBUINTE

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO TRAB EMPR DE RADIODIFUSAO E TELEV EST SP		Vencimento 30/04/2012		Exercício 2012	
Endereço RUA CONSELHEIRO RAMALHO		Número 992	Complemento		
Código da Entidade Sindical 000.264.02693-4		CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50			
Bairro/Distrito BELA VISTA	CEP 01325-000	Cidade/Município SÃO PAULO	UF SP		

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 462418160001			
Endereço RUA PAULO NOGUEIRA FILHO		Número 17	Complemento		
CEP 13045-320	Bairro/Distrito J. S. GABRIEL	Cidade/Município CAMPINAS	UF SP	Código Atividade 92215-00	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomo		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 1.210,69	
Capital Social - Empresa	116.000,00	Nº Empregados Contribuintes	25	(-) Desconto/Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	0,00	Total Remuneração - Contribuintes	36.320,70	(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento	26	(+/-) Mora/Multa	
NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 30/04/2012 ART. 600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPÍTULO, QUANDO ESPONTANEO SERÁ ACRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALÉM DE JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MES E CORREÇÃO MONETÁRIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.				(+/-) Outros Acréscimos	
				(-) Valor Cobrado	

104-0 10499.70260 93917.746245 18160.001220 3 53190000121069

Código do Cedente 000.264.02693-4	Nosso Número 462418160001	Valor do Documento 1.210,69	Data Vencimento 30/04/2012	Exercício 2012
--------------------------------------	------------------------------	--------------------------------	-------------------------------	-------------------

1a VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



CEP295225042012009241000496

CAIXA**GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical VIA - CONTRIBUINTE****Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade		Código da Entidade Sindical	
SINDICATO TRAB EMPR DE RADIOFONIA E TELEV EST SP		000.264.02693-4	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade
RUA CONSELHEIRO RAMALHO	992		61.708.293/0001-50
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF
BELA VISTA	01325-000	SÃO PAULO	SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA		462418160001	
Endereço	Número	Complemento	
RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	17		
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
13045-320	J.S.GABRIEL	CAMPINAS	SP
			Código Atividade
			92215-00

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomo		(=) Valor do Documento: 1.322,16	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto/Abatimento	
116.000,00	27		
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
0,00	39.664,80		
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento	(+/-) Mora/Multa	
	28		

NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 30/04/2013

ART.600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPÍTULO, QUANDO ESPONTANEO SERÁ ACRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALEM DE JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MES E CORRECAO MONETARIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.

104-0 10499.70260 93917.746245 18160.001220 4 56840000132216

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.264.02693-4	462418160001	1.322,16	30/04/2013	2013

1a VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

2a Via - DOCUMENTO DO BANCO

CAIXA

CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 - 725 7474

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492

www.caixa.gov.br

Vencimento
30/04/2014Exercício
2014

1ª VIA - CONTRIBUINTE

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP DE RADIODIFUSÃO E TELEV DO EST DE SÃO

Código da Entidade Sindical

000.264.02693-4

Endereço

RUA CONSELHEIRO RAMALHO

Número

992

Complemento

CNPJ da Entidade

61.708.293/0001-50

Bairro/Distrito

BELA VISTA

CEP

01325-000

Cidade/Município

SÃO PAULO

UF

SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social

RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CPF/CNPJ/Código do Contribuinte

46.241.816/0001-08

Endereço

RUA PAULO NOGUEIRA FILHO

Número

17

Complemento

CEP

13045-320

Bairro/Distrito

J.S.GABRIEL

Cidade/Município

CAMPINAS

UF

SP

Código Atividade

92215-00

Dados de Referência da Contribuição**Categoria**☐ Patronal/Empregador☒ Empregados☐ Prof. Liberal☐ Autônomo

Capital Social - Empresa

522.000,00

Nº Empregados Contribuintes

27

Capital Social - Estabelecimento

0,00

Total Remuneração - Contribuintes

44.691,30

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Total Empregados - Estabelecimento

28

NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 30/04/2014

ART. 600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPÍTULO, QUANDO ESPONTANEO SERA ACRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALEM DE JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MES E CORRECAO MONETARIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento

1.489,71

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora/Multa

(+) Outros Acréscimos

(-) Valor Cobrado

104-0 10499.70260 93917.746245 18160.001220 5 60490000148971

Código do Cadastro

S-02693

Nosso Número

462418160001

Valor do Documento

1.489,71

Data Vencimento

30/04/2014

Exercício

2014

1ª VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1.2.2014
1.489,71R 20/55
SER 4192 003 29042014 0007



CAIXA

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Código da Entidade Sindical	
SINDICATO EMPRESAS RADIO TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO		000.000.02667-0	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade
RUA APINAJES	1100	14.ANDAR - CJ.140.	62.650.809/0001-16
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF
VILA POMPÉIA	05017-000	SÃO PAULO	SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA		462418160001	
Endereço	Número	Complemento	
RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	17		
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	Código de Verificação
13045-320	J.S.GABRIEL	CAMPINAS	92215-00

Dados de Referência da Contribuição

Categoria

☐ Patronal/Empregador☐ **Empregados**☐ Prof. Liberal☐ ^{Conte}Autônomo**Capital Social - Empresa**

116.000,00

Nº Empleados Contribuintes

Capital Social - Establecimiento

0,00

Total Remuneração - Contribuintes

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Total Empregados - Estabelecimento

NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 31/01/2011

ART.600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUICAO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPITULO, QUANDO ESPONTANEO SERA AGRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALEM DE JUROS DE MORA DE 1%(UM POR CENTO) AO MES E CORRECAO MONETARIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento: R\$ 1.000,00

445,34

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora/Multa

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

104-0	10499.70260	67917.746249	18160.001220	3	48640000044534
-------	-------------	--------------	--------------	---	----------------

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.02667-0	462418160001	445,34	31/01/2011	2011

1a VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical 1ª VIA - CONTRIBUINTE

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO EMPRESAS RADIO TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO			Código da Entidade Sindical 000.000.02667-0	
Endereço RUA APINAJES	Número 1100	Complemento 14.ANDAR - CJ.140.	CNPJ da Entidade 62.650.809/0001-16	
Bairro/Distrito VILA POMPEIA	CEP 05017-000	Cidade/Município SÃO PAULO	UF SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 462418160001	
Endereço RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Número 17	Complemento		
CEP 13045-320	Bairro/Distrito J.S.GABRIEL	Cidade/Município CAMPINAS	UF SP	Código Atividade 92215-00

Dados de Referência da Contribuição
Categoria

<input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador	<input type="checkbox"/> Empregados	<input type="checkbox"/> Prof. Liberal	<input type="checkbox"/> Autônomo	(=) Valor do Documento 461,26
Capital Social - Empresa 116.000,00	Nº Empregados Contribuintes			(-) Desconto/Abatimento
Capital Social - Estabelecimento 0,00	Total Remuneração - Contribuintes			(-) Outras Deduções
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento			(+) Mora/Multa 22
NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 31/01/2012 ART.600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPÍTULO, QUANDO ESPONTANEO SERA ACRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALEM DE JUROS DE MORA DE 1%(UM POR CENTO) AO MES E CORRECAO MONETARIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.				(+) Outros Acréscimos
				(=) Valor Cobrado

104-0 10499.70260 67917.746249 18160.001220 9 52290000046126

Código do Cedente 000.000.02667-0	Nosso Número 462418160001	Valor do Documento 461,26	Data Vencimento 31/01/2012	Exercício 2012
--------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

1ª VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

CEF295225012012019241000423

461,26RC1003



CAIXA GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical VIA CONTRIBUINTE

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO EMPRESAS RADIO TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO		Código da Entidade Sindical 000.000.02667-0	
Endereço RUA APINAJES	Número 1100	Complemento 14.ANDAR - CJ.140	CNPJ da Entidade 62.650.809/0001-16
Bairro/Distrito VILA POMPEIA	CEP 05017-000	Cidade/Município SÃO PAULO	UF SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 462418160001	
Endereço RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Número 17	Complemento 150	
CEP 13045-320	Bairro/Distrito J.S.GABRIEL	Cidade/Município CAMPINAS	UF SP
		Código de Atividade 92215-00	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomo		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 478,96	
Capital Social - Empresa 116.000,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto/Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento 0,00	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento	(+/-) Mora/Multa	
NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 31/01/2013 ART.600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUICAO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPITULO, QUANDO ESPONTANEO SERA ACRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALEM DE JUROS DE MORA DE 1%(UM POR CENTO) AO MES E CORRECAO MONETARIA, FIGANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.		(+/-) Outros Acréscimos	
		(-) Valor Cobrado	

104-0 10499.70260 67917.746249 18160.001220 7 55950000047896

Código do Cedente 000.000.02667-0	Nosso Número 462418160001	Valor do Documento 478,96	Data Vencimento 31/01/2013	Exercício 2013
--------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

1a VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



478,96R1002

CEF295230012013078241001280

CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 - 725 7474

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492

www.caixa.gov.br

1ª VIA - CONTRIBUINTE

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade

SINDICATO EMPRESAS RADIO TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Código da Entidade Sindical
000.000.02667-0

Endereço

RUA APINAJES

Número

1100

Complemento

14. ANDAR - CJ.140.

CNPJ da Entidade

62.650.809/0004-16

Bairro/Distrito

VILA POMPÉIA

CEP

05017-000

Cidade/Município

SÃO PAULO

UF

SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social

RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CPF/CNPJ/Código do Contribuinte

46.241.816/0001-08

Endereço

RUA PAULO NOGUEIRA FILHO

Número

17

Complemento

CEP

13045-320

Bairro/Distrito

J. S. GABRIEL

Cidade/Município

CAMPINAS

UF

SP

Código Atividade

92019-00

Dados da Referência da Contribuição**Categoria**☒ Patronal/Empregador☐ Empregados☐ Prof. Liberal☐ Autônomo

Capital Social - Empresa

116.000,00

Capital Social - Estabelecimento

0,00

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 30/01/2014

ART. 600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPÍTULO, QUANDO ESPONTANEO, SERÁ ACRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALEM DE JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MES E CORREÇÃO MONETARIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.

Dados da Contribuição

(a) Valor do Documento

466,46

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+/-) Multa/Multa

(+/-) Outras Retenções

(-) Valor Cobrado

104-0 10499.70260 67917.746249 18160.001220 8 69690000048846

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
S-02667	462418160001	466,46	30/01/2014	2014

1ª VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



466,46 R\$ 1005

CPF295229012014048241000397

CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 - 725 7474

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492

www.caixa.gov.br

1ª VIA - CONTRIBUINTE

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade

SINDICATO EMPRESAS RADIO TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO ✓

Código da Entidade Sindical

000.000.02667-0

Endereço

RUA APINAJES

Número

1100

Complemento

14.ANDAR - CJ.140.

CNPJ da Entidade

62.650.809/0001-16

Bairro/Distrito

VILA POMPEIA

CEP

05017-000

Cidade/Município

SÃO PAULO

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social

RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CPF/CNPJ/Código do Contribuinte

46.241.816/0001-08

Endereço

RUA PAULO NOGUEIRA FILHO

Número

17

Complemento

CEP

13045-320

Bairro/Distrito

J.S.GABRIEL

Cidade/Município

CAMPINAS

UF

SP

Código Atividade

92215-00

Dados de Referência da Contribuição**Categoria**☒ Patronal/Empregador☐ Empregados☐ Prof. Liberal☐ Autônomo

Capital Social - Empresa

✓ 522.000,00

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

0,00

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 30/01/2015

ART.600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPÍTULO, QUANDO ESPONTANEO SERÁ ACRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALÉM DE JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MES E CORREÇÃO MONETARIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento

✓ 1.239,29

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+/-) Mora/Multa

(+/-) Outros Acréscimos

(-) Valor Cobrado

104-0 10499.70260 67917.746249 18160.001220 5 63240000123929

Código do Cedente

S-02667

Nosso Número

462418160001

Valor do Documento

1.239,29

Data Vencimento

30/01/2015

Exercício

2015

1ª VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Vencimento

30/01/2015

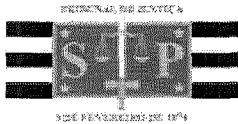
Exercício

2015



1.239,29R\$1005

CEPS9230012015007241000218



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) COMARCA DE CAMPINAS

CERTIDÃO Nº: 6940782

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de Campinas, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA, EXECUTIVOS FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 08/03/2015, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: ****

MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, RG: 58469588, CPF: 031.180.048-35, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

A seguinte distribuição: *****

» *Foro de Campinas - 2ª Vara da Fazenda Pública. Processo: 0021474-30.2010.8.26.0114 (0021474-30.2010.8.26.0114). Ação: Desapropriação. Assunto: Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941. Data: 20/04/2010. Repte: Prefeitura Municipal de Campinas. ******

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria Técnica de Serviço de Informações Cíveis.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão aponta os feitos cadastrados no sistema informatizado com situação em andamento.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

Campinas, 9 de março de 2015.

Alethea Torres Gabrielli
Coordenadora

PEDIDO Nº:

1256230





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Ligia Helena Bellucci Gervasio, Escrivã do Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0021474-30.2010.8.26.0114 - **CLASSE** - **ASSUNTO:** Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2010 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 259.497,27

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas

REQUERIDO(S):

Walderez Garcia Jacobucci, RUA REVERENDO GUILHERME KERR, 110, NOVA CAMPINAS, Campinas-SP, CPF 016.847.038-16, RG 2767193, Odilon Garcia Nascimento Filho, Rua Doutor Guilherme da Silva, 520, apto 6, Cambui - CEP 13025-070, Campinas-SP, CPF 134.876.398-15, RG 2.767.203, nascido em 24/07/1944, Advogado, Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento, Rua Doutor Guilherme da Silva, 520, apto 06, Cambui - CEP 13025-070, Campinas-SP, CPF 031.180.048-35, RG 58469588, Paulo Afonso Jacobucci, Rua Reverendo Guilherme Kerr, 110, Nova Campinas - CEP 13092-139, Campinas-SP, CPF 014.402.178-15, RG 2697566, Oswaldo Ignacio de Tella, Brasileiro

OBJETO DA AÇÃO:

Desapropriação por utilidade pública de parte da gleba 1.A, localizada no quarteirão 6797, com área de 3303,70m², conforme Decreto Municipal nº 16.709 de 21 de julho de 2009

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Processo Distribuído - 20/04/2010 14:46:07 - Processo Distribuído por Sorteio p/ 2ª. Vara da Fazenda Pública

Carga à Vara Interna - 20/04/2010 18:16:46 - Carga à Vara Interna sob nº 4646653 - Local Origem: 981-Distribuidor(Fórum de Campinas)

Local Destino: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 20/04/2010

Data de Recebimento: 22/04/2010

Previsão de Retorno: Sem prev. retorno

Vol.: Todos

Recebimento de Carga - 22/04/2010 09:03:55 - Recebimento de Carga sob nº 4646653

Carga Outro - 22/04/2010 12:01:07 - Carga Outro sob nº 4648945 - Destino: CLS - URGENTE - DRª ELIANE CAMARA - 22/04/2010

Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 22/04/2010

Data de Recebimento: 23/04/2010

Previsão de Retorno: 23/04/2010

Vol.: Todos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Recebimento de Carga - 23/04/2010 15:18:17 - Recebimento de Carga sob nº 4648945
Conclusos para Despacho - 26/04/2010 - Conclusos para Despacho - Aguardando remessa.
Carga Outro - 30/04/2010 10:38:39 - Carga Outro sob nº 4687168 - Destino: CLS. PARA DR. EDUARDO BIGOLIN- 30/04/2010.
Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)
Data de Envio: 30/04/2010
Data de Recebimento: 30/04/2010
Previsão de Retorno: 30/04/2010
Vol.: Todos
Recebimento de Carga - 30/04/2010 17:39:08 - Recebimento de Carga sob nº 4687168
Aguardando Publicação - 03/05/2010 - Aguardando Publicação- para relacionar.
Aguardando Publicação - 19/07/2010 - Aguardando Publicação
Aguardando Prazo - 20/07/2010 - Aguardando Prazo 22/08
Juntada de Documentos - 05/01/2011 - Juntada de Documentos em
Aguardando Remessa - 05/01/2011 - Aguardando Remessa cls despacho
Conclusos para Despacho - 13/01/2011 - Conclusos para Despacho - Aguardando remessa.
Aguardando Intimação - 17/01/2011 - Aguardando Intimação do Perito - mesa Of. Maior
Aguardando Manifestação do Perito - 15/02/2011 - Aguardando Manifestação do Perito PRATELEIRA em 15 02 2011.-
Carga Outro - 18/02/2011 11:30:11 - Carga Outro sob nº 5816020 - Destino: PERITO - LUIZ CELIO P.MORAES Fº - CREA - 56512 - (19-32567999)
Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)
Data de Envio: 18/02/2011
Data de Recebimento: 19/05/2011
Previsão de Retorno: 19/05/2011
Vol.: Todos
Recebimento de Carga - 19/05/2011 14:49:12 - Recebimento de Carga sob nº 5816020
Aguardando Juntada - 20/05/2011 - Aguardando Juntada (expediente) em 20 05 2011.-
Juntada de Petição - 23/05/2011 - Juntada da Petição < N.º da Petição > em
Juntada de Laudo Periciais - 23/05/2011 - Juntada de Laudo < Tipo do Laudo > < N.º do Laudo > em
Aguardando Conferência - 23/05/2011 - Aguardando Conferência ANDAMENTO
Conclusos - 27/05/2011 - Conclusos para < assinar > maio 2011
Aguardando Publicação - 31/05/2011 - Aguardando Publicação- para relacionar.
Remessa ao Setor - 09/06/2011 - Remetido ao < expediente p/ digitação > em
Aguardando Conferência - 09/06/2011 - Aguardando Conferência-MESA DIRETOR
Aguardando Providências - 10/06/2011 - Aguardando Providências- assinatura de guia
Conclusos para Despacho - 13/06/2011 - Conclusos para Despacho em 13/06
Aguardando Providências - 14/06/2011 - Aguardando Providências p/ relacionar - junho
Conclusos para Despacho - 27/09/2011 - Conclusos para Despacho em 28/09
Aguardando Providências - 04/10/2011 - Aguardando Providências p/ relacionar - outubro
Aguardando Publicação - 09/02/2012 - Aguardando Publicação (11)
Aguardando Manifestação do Autor - 15/02/2012 - Aguardando Manifestação do Autor - PRAZO 01/04
Conclusos para Despacho - 16/02/2012 - Conclusos para Despacho em
Aguardando Providências - 27/02/2012 - Aguardando Providências p/ relacionar - fevereiro
Juntada de Petição - 05/03/2012 - Juntada da Petição < N.º da Petição > em
Aguardando Conferência - 05/03/2012 - andamento chefe



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Conclusos para Despacho - 07/03/2012 - Conclusos para Despacho em mar 2012.-
Aguardando Publicação - 13/03/2012 - Aguardando Publicação (20)
Aguardando Diligência - 21/03/2012 - Aguardando Diligência ou custas - PRAZO 22/04
Aguardando Juntada - 26/03/2012 - Aguardando Juntada
Juntada de Petição - 28/03/2012 - Juntada da Petição
Aguardando Digitação - 28/03/2012 - Aguardando Digitação março
Carga ao Advogado - 11/05/2012 12:15:35 - Carga ao Advogado sob nº 7877011 - Advogado: RAQUEL DE ARRUDA GUERREIRO
OAB: 273689/SP
Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)
Data de Envio: 11/05/2012
Data de Recebimento: 28/05/2012
Previsão de Retorno: 28/05/2012
Vol.: Todos
Aguardando Digitação - 28/05/2012 - Aguardando Digitação 03/12
Recebimento de Carga - 28/05/2012 14:43:14 - Recebimento de Carga sob nº 7877011
Aguardando Juntada - 30/05/2012 - Aguardando Juntada
Juntada de Contestação - 31/05/2012 - Juntada de Contestação em
Aguardando Conferência - 31/05/2012 - andamento chefe
Conclusos para Despacho - 31/08/2012 - Conclusos para Despacho em
Despacho Proferido - 03/09/2012 - Processo nº 431/10 Recebo o agravo ficando retido nos autos. Fica suspensa a imissão da posse temporariamente. Defiro ao expropriado o oferecimento de quesitos em 05 dias. Int. Campinas, d.s.
WAGNER ROBY GÍDARO JUIZ DE DIREITO
Data da Publicação SIDAP - 03/09/2012 - Fls. 78 - Processo nº 431/10 Recebo o agravo ficando retido nos autos. Fica suspensa a imissão da posse temporariamente. Defiro ao expropriado o oferecimento de quesitos em 05 dias. Int. Campinas, d.s.
WAGNER ROBY GÍDARO JUIZ DE DIREITO
Aguardando Publicação - 11/09/2012 - Aguardando Publicação- para relacionar (mesa)
Aguardando Publicação - 12/09/2012 - Aguardando Publicação (83)
Aguardando Manifestação do Réu - 28/09/2012 - PRAZO 9/11/12
Juntada de Petição - 13/11/2012 - Juntada da Petição
Aguardando Conferência - 13/11/2012 - Aguardando Conferência - andamento
Aguardando Providências - 26/11/2012 - Aguardando Providências p/relacionar DEZ/12
Mudança de Classe Processual - 13/02/2013 Ato ordinatório - 29/05/2013 - à réplica no prazo de 10 dias.
Remessa - 10/06/2013 - Relação: 0051/2013
Teor do ato: à réplica no prazo de 10 dias.
Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro (OAB 273689/SP)
Certidão de Publicação Expedida - 12/06/2013 - Relação :0051/2013
Data da Disponibilização: 11/06/2013
Data da Publicação: 12/06/2013
Número do Diário: 1432
Página: 1487/1497
Autos Entregues em Carga ao Advogado do Autor - 13/06/2013 - TEL.(19) 21160272
Tipo de local de destino: Advogado
Especificação do local de destino: Samuel Benevides Filho



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Recebidos os Autos do Advogado - 24/06/2013 - Tipo de local de destino: Cartório
Especificação do local de destino: Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública
Decurso de Prazo - 11/07/2013 Petição - 15/07/2013 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Desapropriação - Número: 80000 - Protocolo: FCAS13000600204
Petição - 15/07/2013 Conclusos para Despacho - 23/07/2013 Mero expediente - 24/07/2013 - Publique-se o despacho de fls. 43. Sem prejuízo, manifestarem-se as partes, no prazo de 05 dias, sobre as provas que pretendem produzir, especificando e justificando. Int.
Recebidos os Autos da Conclusão - 25/07/2013 Remessa - 06/12/2013 16:06:00 Remessa - 06/12/2013 16:39:00 Remessa - 07/02/2014 14:24:04 - Relação: 0155/2013
Teor do ato: Publique-se o despacho de fls. 43. Sem prejuízo, manifestarem-se as partes, no prazo de 05 dias, sobre as provas que pretendem produzir, especificando e justificando. Int.
Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro Ferraris (OAB 273689/SP)
Certidão de Publicação Expedida - 10/02/2014 10:18:52 - Relação :0155/2013
Data da Disponibilização: 10/02/2014
Data da Publicação: 11/02/2014
Número do Diário: 1589
Página: 1336/1354
Remessa - 10/02/2014 13:25:19 - fls. 43 - vista dos autos ao requerido: fl. 42v - Defiro o prazo de 15(quinze) dias conforme requerido.(PMC)
Remessa - 10/02/2014 13:26:58 Remessa - 11/02/2014 13:40:33 - Relação: 0156/2013
Teor do ato: fls. 43 - vista dos autos ao requerido: fl. 42v - Defiro o prazo de 15(quinze) dias conforme requerido.(PMC)
Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro Ferraris (OAB 273689/SP)
Certidão de Publicação Expedida - 12/02/2014 10:16:19 - Relação :0156/2013
Data da Disponibilização: 12/02/2014
Data da Publicação: 13/02/2014
Número do Diário: 1591
Página: 1268/1284
Autos no Prazo - 12/02/2014 14:13:00 Autos Entregues em Carga ao Advogado do Autor - 14/02/2014 10:37:36 - FONE- 21160272
Tipo de local de destino: Advogado
Especificação do local de destino: Samuel Benevides Filho
Recebidos os Autos do Advogado - 21/02/2014 10:27:56 - Tipo de local de destino: Cartório
Especificação do local de destino: Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública
Autos no Prazo - 21/02/2014 10:44:47 Laudo Juntado - 11/03/2014 16:31:04 - Juntada a petição diversa - Tipo: Laudo Pericial em Desapropriação - Número: 80001 - Protocolo: FCAS14000497252
Serventuário - 12/03/2014 10:00:00 Autos no Prazo - 12/03/2014 16:03:04 Serventuário - 19/03/2014 12:32:00 Petição - 19/03/2014 12:41:11 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Desapropriação - Número: 80002 - Protocolo: FCAS14000428861
Conclusos para Despacho - 20/03/2014 13:16:00 Mero expediente - 24/03/2014 20:31:19 - Fls.99 - II - Certifique-se a serventia, após tornem-me. Int.
Recebidos os Autos da Conclusão - 03/04/2014 17:16:00 - mesa do diretor
Petição - 30/05/2014 14:50:49 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Desapropriação - Número: 80003 - Protocolo: FCAS14000812680
Conclusos para Despacho - 02/06/2014 11:20:00 Decisão - 04/06/2014 18:55:14 - Razão assiste a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

requerida às fls.99, motivo pelo qual reconsidero a decisão de fls.91, para determinar a inclusão no polo passivo, os herdeiros de Odilon Garcia Nascimento e s/ mulher, bem como, de Oswaldo Ignacio de Tella e sua mulher. Anote-se no D.R.A. Forneça a expropriante, os endereços para a citação dos expropriados supra. Após, expeçam-se o mandado de citação dos requeridos supra. Int.

Recebidos os Autos da Conclusão - 09/06/2014 14:49:00 - rel 68

Remessa - 13/06/2014 13:10:37 - Relação: 0068/2014

Teor do ato: Razão assiste a requerida às fls.99, motivo pelo qual reconsidero a decisão de fls.91, para determinar a inclusão no polo passivo, os herdeiros de Odilon Garcia Nascimento e s/ mulher, bem como, de Oswaldo Ignacio de Tella e sua mulher. Anote-se no D.R.A. Forneça a expropriante, os endereços para a citação dos expropriados supra. Após, expeçam-se o mandado de citação dos requeridos supra. Int.

Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro Ferraris (OAB 273689/SP)

Certidão de Publicação Expedida - 16/06/2014 09:08:25 - Relação :0068/2014

Data da Disponibilização: 16/06/2014

Data da Publicação: 17/06/2014

Número do Diário: 1671

Página: 1246/1266

Serventuário - 16/06/2014 11:00:00Autos no Prazo - 16/06/2014 12:04:00Autos Entregues em Carga ao Advogado do Autor - 18/06/2014 10:16:18 - TEL. 21160611

Tipo de local de destino: Advogado

Especificação do local de destino: Marcela Gimenes Bizarro

Recebidos os Autos do Advogado - 25/06/2014 09:30:10 - Tipo de local de destino: Cartório

Especificação do local de destino: Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública

Autos no Prazo - 25/06/2014 11:16:31Petição - 04/07/2014 08:13:44 - Juntada a petição diversa -

Tipo: Petições Diversas em Desapropriação - Número: 80004 - Protocolo: FCAS14001950218

Ato ordinatório - 04/07/2014 11:39:05 - Ato Ordinatório - Formulário

Petição - 05/08/2014 18:23:30 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petições Diversas em Desapropriação - Número: 80005 - Protocolo: FCAS14002349811

Ato ordinatório - 06/08/2014 12:03:30 - Ato Ordinatório - Formulário

Ato ordinatório - 23/09/2014 15:54:49 - Vistas dos autos ao autor para: (x) apresentar, em 05 dias, as contrafes (tres) necessárias à expedição dos mandados de citação.

Remessa - 15/10/2014 14:11:57 - Relação: 0131/2014

Teor do ato: Vistas dos autos ao autor para: (x) apresentar, em 05 dias, as contrafes (tres) necessárias à expedição dos mandados de citação.

Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro Ferraris (OAB 273689/SP)

Certidão de Publicação Expedida - 16/10/2014 09:19:01 - Relação :0131/2014

Data da Disponibilização: 16/10/2014

Data da Publicação: 17/10/2014

Número do Diário: 1756

Página: 1551/1561

Autos no Prazo - 16/10/2014 13:42:00Serventuário - 24/10/2014 15:00:00Petição - 27/10/2014 11:47:47 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Desapropriação - Número: 80006 - Protocolo: FCAS14003327255

Expedição de documento - 27/10/2014 11:48:30 - ag.expedição de mandados

Certidão de Cartório Expedida - 13/01/2015 12:06:31 - Certidão - Genérica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Mandado Expedido - 13/01/2015 12:35:59 Ato ordinatório - 13/01/2015 12:42:52 - Vistas dos autos ao autor/expropriante para: (x) apresentar, em 05 dias, a qualificação dos expropriados Oswaldo Ignácio de Tella e s/mulher, inclusive o(s) endereço(s). 02 (duas) Contrafeis e diligencia(s) do oficial de justiça. Necessários à expedição do(s) mandado(s) de citação.

Mandado de Citação Expedido - 20/01/2015 09:24:55 - Mandado nº: 114.2015/002484-3

Situação: Cumprido - Ato negativo em 05/02/2015

Local: Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública

Mandado de Citação Expedido - 20/01/2015 09:25:33 - Mandado nº: 114.2015/002489-4

Situação: Aguardando Cumprimento em 27/01/2015

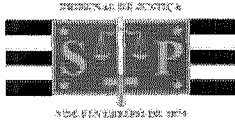
Local: Oficial de justiça - Marcelo Ferreira Minari

Serventuário - 11/02/2015 11:11:00 Mandado Juntado - 11/02/2015 12:53:59 Autos no Prazo - 11/02/2015 12:56:36

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 17 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$ 47,40



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) COMARCA DE CAMPINAS

CERTIDÃO Nº: 6945664

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de Campinas, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 08/03/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, RG: 58469588, CPF: 031.180.048-35, nascido em 14/09/1946, natural de Campinas - SP, filho de RUY DE ALMEIDA BARBOSA e YOLANDA CHECCHIA BARBOSA, conforme indicação constante do pedido de certidão.

Esta certidão abrange os processos criminais e os processos dos Juizados Especiais Criminais, só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão é sem custas.

Campinas, 10 de março de 2015.

Alethea Torres Gabrielli
Coordenadora





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) COMARCA DE CAMPINAS

CERTIDÃO Nº: 6940721

FOLHA: 1/3

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de Campinas, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA, EXECUTIVOS FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 08/03/2015, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: ****

ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, RG: 27672034, CPF: 134.876.398-15, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

As seguintes distribuições: *****

» Foro de Campinas - 9ª Vara Cível. Processo: 0063011-11.2007.8.26.0114 (0063011-11.2007.8.26.0114). Ação: Procedimento Sumário. Data: 04/10/2007. Repte: Sara Rossilho Assirati. *****

» Foro de Campinas - 2ª Vara da Fazenda Pública. Processo: 0075009-73.2007.8.26.0114 (0075009-73.2007.8.26.0114). Ação: Desapropriação. Assunto: Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941. Data: 06/12/2007. Repte: Município de Campinas. *****

» Foro de Campinas - 2ª Vara Cível. Processo: 0073773-52.2008.8.26.0114 (0073773-52.2008.8.26.0114) Situação: Em grau de recurso. Ação: Renovatória de Locação. Data: 09/12/2008. Repte: Bwu Comercio e Entretenimento S/A. *****

» Foro de Campinas - 2ª Vara da Fazenda Pública. Processo: 0021474-30.2010.8.26.0114 (0021474-30.2010.8.26.0114). Ação: Desapropriação. Assunto: Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941. Data: 20/04/2010. Repte: Prefeitura Municipal de Campinas. *****

» Foro de Campinas - 8ª Vara Cível. Processo: 4031299-22.2013.8.26.0114. Ação: Renovatória de Locação. Assunto: Locação de Imóvel. Data: 12/12/2013. Repte: BWU COMÉRCIO E ENTRETENIMENTO S.A., atual denominação social de BWU VIDEO S.A.. ****

CERTIFICA ainda que, em razão da inexistência de elementos de identificação pessoal (RG ou CPF) na base de dados do distribuidor, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de **ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO**, não qualificado(a), as distribuições abaixo relacionadas, que podem referir-se a homônimos. *****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0550398-33.2006.8.26.0114 (0550398-33.2006.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 04/12/2006. Repte: Prefeitura Municipal de Campinas. *****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0079294-41.2009.8.26.0114 (0079294-41.2009.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 16/12/2009. Repte: Fazenda Pública do Município de Campinas. *****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0079296-11.2009.8.26.0114 (0079296-11.2009.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 16/12/2009. Repte: Fazenda Pública do Município de Campinas. *****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0079299-63.2009.8.26.0114 (0079299-63.2009.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 17/12/2009. Repte: Fazenda Publica do Municipio de Campinas. *****

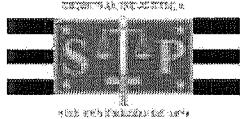
» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0079301-33.2009.8.26.0114 (0079301-33.2009.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 17/12/2009. Repte: Fazenda Publica do Municipio de Campinas. *****

1256229

PEDIDO Nº:



Alethea Torres Gabrielli
Coordenadora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) COMARCA DE CAMPINAS

CERTIDÃO Nº: 6940721**FOLHA: 2/3**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0079302-18.2009.8.26.0114 (0079302-18.2009.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 17/12/2009. Reqte: Fazenda Publica do Municipio de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0079303-03.2009.8.26.0114 (0079303-03.2009.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 17/12/2009. Reqte: Fazenda Publica do Municipio de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0079304-85.2009.8.26.0114 (0079304-85.2009.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 17/12/2009. Reqte: Fazenda Publica do Municipio de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0505682-42.2011.8.26.0114 (0505682-42.2011.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 07/12/2011. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0514236-63.2011.8.26.0114 (0514236-63.2011.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 07/12/2011. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0507321-61.2012.8.26.0114 (0507321-61.2012.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano. Data: 06/11/2012. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0510455-96.2012.8.26.0114 (0510455-96.2012.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano. Data: 07/11/2012. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0511065-64.2012.8.26.0114 (0511065-64.2012.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano. Data: 07/11/2012. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0511148-80.2012.8.26.0114 (0511148-80.2012.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano. Data: 07/11/2012. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0511891-90.2012.8.26.0114 (0511891-90.2012.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano. Data: 07/11/2012. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0512537-03.2012.8.26.0114 (0512537-03.2012.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano. Data: 07/11/2012. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria Técnica de Serviço de Informações Cíveis.

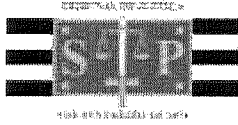
Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão aponta os feitos cadastrados no sistema informatizado com situação em andamento.

PEDIDO Nº:**1256229**

Alethea Torres Gabrielli
Coordenadora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) COMARCA DE CAMPINAS

CERTIDÃO Nº: 6940721

FOLHA: 3/3

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

As custas no valor de R\$ 30,60 foram recolhidas na forma da Lei.

Campinas, 9 de março de 2015.

Assinatura manuscrita de Alethea Torres Gabrielli.

Alethea Torres Gabrielli
Coordenadora

PEDIDO Nº: 1256229





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
9ª VARA CÍVEL

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Jardim Santana - CEP 13089-530, Fone: (19) 3756-3642, Campinas-SP - E-mail: campinas9cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Adelaide Marques De Souza, Oficial Maior do Cartório da 9ª Vara Cível do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0063011-11.2007.8.26.0114 - **CLASSE - ASSUNTO:** Procedimento Sumário

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 04/10/2007 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 13.000,00

REQUERENTE(S):

Sara Rossilho Assirati, CPF 005.681.188-80, RG 98593353

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, Paulo Nogueira Filho, 17, Jardim São Gabriel, Campinas-SP, CPF 134.876.398-15, RG 27672037

OBJETO DA AÇÃO:

Ação de Cobrança pelo rito Sumário referente a serviços de corretagem

SITUAÇÃO PROCESSUAL: AUTOS SENTENCIADOS

Sentença Proferida em 19/02/2010, conforme tópico final: "Diante desse quadro, JULGO PROCEDENTE o pedido constante da inicial, extinguindo o processo, com o exame do mérito, ex vi do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, condeno o Odilon a pagar à Sara a comissão de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), atualizada a contar do ingresso em Juízo (04/10/2007), com juros moratórios de 1% ao mês, devidos a partir da citação (30/01/2008, fls. 60 verso). Em razão da sucumbência, condeno Odilon ao pagamento das custas e despesas processuais, arbitrando os honorários advocatícios em 15% sobre o valor da condenação nos termos do art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil. Pela litigância de má-fé condeno o Odilon a pagar a multa de 1% sobre o valor atualizado da causa, bem como na multa que arbitro em 15% calculados, da mesma forma, sobre o valor atualizado da causa. P. R. I. C. Campinas, 19 de fevereiro de 2010. CARLOS ORTIZ GOMES, Juiz de Direito".

O réu apresentou recurso de apelação, sendo dado provimento ao recurso, para o fim de, reformando a sentença, julgar a ação IMPROCEDENTE.

A autora interpôs Recurso Especial, o qual foi negado seguimento. Após, pela mesma foi apresentado Agravo nos próprios autos contra decisão denegatória de Recurso Especial.

17/03/2015 – No momento, os autos aguardam intactos em cartório comunicação de decisão final.

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 17 de março de 2015.

Assino por ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, conforme Portaria nº 01/90.

ADELAIDE MARQUES DE SOUZA
OFICIAL MAIOR

ASSINATURA ELETRÔNICA - LEI 11.419/2006 (IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA)

Ao Estado: R\$ 19,40



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Ligia Helena Bellucci Gervasio, Escrivã do Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0075009-73.2007.8.26.0114 - **CLASSE** - **ASSUNTO:** Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 06/12/2007 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 139.190,40

REQUERENTE(S):

Município de Campinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203, Espólio de Lauro Navarro, Na Pessoa da Inventariante Yamara Navarro Coppo, CPF 014.177.628-53, RG 327750, Valdeci Pregnotatto, CPF 091.163.028-77, RG 1773708, Wladimir Pregnotatto, Ana Lucia Ferrari Pregnotatto, CPF 130.097.398-69, RG 16573610

OBJETO DA AÇÃO:

AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO do seguinte imóvel: "Gleba 07, do quarteirão 3.036 do Cadastro Municipal, com 3.888m² de área e as seguintes medidas e confrontações: 50,00m confrontando com a rua Natividade da Serra; 82,00m confrontando com a praça sem denominação da Vila Guararapes; 61,00m em área de córrego; 60,50m confrontando com a praça sem denominação do Arruamento Escola Americana de Campinas.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Processo Distribuído - 06/12/2007 14:23:14 - Processo Distribuído por Sorteio p/ 2ª. Vara da Fazenda Pública

Carga à Vara Interna - 06/12/2007 18:45:52 - Carga à Vara Interna sob nº 1678592 - Local Origem: 981-Distribuidor(Fórum de Campinas)

Local Destino: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 06/12/2007

Data de Recebimento: 11/12/2007

Previsão de Retorno: Sem prev. retorno

Vol.: Todos

Conclusos para Despacho - 11/12/2007 - Conclusos para Despacho com carga m 11 12 2007.-

Recebimento de Carga - 11/12/2007 13:40:24 - Recebimento de Carga sob nº 1678592

Despacho Proferido - 20/12/2007 - Citem-se. Nomeio para o cargo de Perito Judicial o Dr. Luis Cláudio Nóbrega Souza que deverá ser intimada a estimar seus honorários em 10 dias. Aprovo o Assistente Técnico indicado pela expropriante. Faculto ao(s) Expropriado(s) indicar seus(s) Assistente Técnico e formularem quesitos oportunamente. Int.

Aguardando Manifestação do Perito - 22/01/2008 - CAIXA PERITO

Remessa ao Setor - 08/02/2008 - Remetido ao expediente - mesa

Despacho Proferido - 08/02/2008 - J. Defiro a estimativa de honorários pelas horas da Tabela (R\$ 2.500,00). Intime-se a PMC para o depósito em 10 dias para a prova pericial.

Data da Publicação SIDAP - 11/02/2008 - Fls. 17 - J. Defiro a estimativa de honorários pelas horas da Tabela (R\$ 2.500,00). Intime-se a PMC para o depósito em 10 dias para a prova pericial.

Aguardando Publicação - 11/02/2008 - Aguardando Publicação -LAUDA 25



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Data da Publicação SIDAP - 11/02/2008 - Fls. 17 - Citem-se. Nomeio para o cargo de Perito Judicial o Dr. Luis Cláudio Nóbrega Souza que deverá ser intimada a estimar seus honorários em 10 dias. Aprovo o Assistente Técnico indicado pela expropriante. Faculto ao(s) Expropriado(s) indicar seus(s) Assistente Técnico e formularem quesitos oportunamente. Int.

Conclusos para Despacho - 26/05/2008 - Conclusos para Despacho em

Conclusos para Despacho - 26/05/2008 - Conclusos para Despacho em 27 05 2008.-

Remessa ao Setor - 30/05/2008 - Remetido ao expediente - baixa da cls. em 30/05

Aguardando Providências - 02/06/2008 - Aguardando Providências p/relacionar publicação

Conclusos para Despacho - 19/06/2008 - Conclusos para Despacho em

Conclusos para Despacho - 19/06/2008 - Conclusos para Despacho em 20 06 2008 (Dr. Jose Fernando Steinberg).-

Despacho Proferido - 30/06/2008 - Vistos. Com efeito, intime-se o réu para que apresente contestação, em 15 dias, na forma e dentro dos limites traçados pelo art. 20, e seguintes, do Decreto-Lei nº 3.365/41 (desapropriação). Int.

Aguardando Publicação - 30/06/2008 - Aguardando Publicação - LAUDA 37

Aguardando Devolução de Autos - 22/08/2008 - Aguardando Devolução de Autos FLS 157

Aguardando Publicação - 04/09/2008 - Aguardando Publicação-LAUDA 37

Remessa ao Setor - 02/10/2008 - Remetido ao EXPEDIENTE-MESA (JUNTADA PRONTA)

Conclusos para Despacho - 08/10/2008 - Conclusos para Despacho em

Conclusos para Despacho - 03/11/2008 - Conclusos para Despacho em 03 11 2008 DR FABIO

Despacho Proferido - 13/11/2008 - Vistos. 1.) Defiro a imissão provisória na posse, mediante o depósito do valor da oferta, dividido em dez parcelas como requerido. 2.) Isso porque a exigência de prévio, justo e integral pagamento somente se aplica à desapropriação, ou seja, à perda da propriedade, e não ao desapossamento, perda da posse. Aquela somente ocorre no final do processo. 4.) Isto posto, demonstrado o pagamento da primeira parcela, expeça-se mandado de imissão na posse e cite-se, por mandado ou precatória conforme o caso, os demais réus, para contestarem no prazo legal. 5.) Cumprido, intime-se o Sr. Perito para iniciar seus trabalhos. Int. Cps, 13/11/2008 Juiz de Direito

Remessa a Origem - 13/11/2008 - Remetido a Origem (CARTÓRIO) em 13/11/2008 NATA

Aguardando Publicação - 14/11/2008 - Aguardando Publicação- para relacionar.

Aguardando Devolução de Autos - 27/01/2009 - Aguardando Devolução de Autos

Aguardando Prazo - 28/01/2009 - Aguardando Prazo 01/02

Aguardando Digitação - 03/03/2009 - Aguardando Digitação- Dat. mesa.

Aguardando Publicação - 17/03/2009 - Aguardando Publicação- para relacionar (mesa)

Despacho Proferido - 18/03/2009 - Vistos.1-Defiro a imissão provisória na posse, mediante o depósito do valor da oferta, dividido em dez parcelas como requerido.2-Iso porque a exigência de prévio, justo e integral pagamento somente se aplica à desapropriação, ou seja, à perda da propriedade, e não ao desapossamento, perda da posse. Aquela somente ocorre no final do processo.4-Isto posto, demonstrado o pagamento da primeira parcela, expeça-se mandado de imissão na posse e cite-se, por mandado ou precatório conforme o caso, os demais réus, para contestarem no prazo legal.5-Cumprido, intime-se o S. Perito para iniciar seus trabalhos.

Data da Publicação SIDAP - 18/03/2009 - Fls. 70 - Vistos.1-Defiro a imissão provisória na posse, mediante o depósito do valor da oferta, dividido em dez parcelas como requerido.2-Iso porque a exigência de prévio, justo e integral pagamento somente se aplica à desapropriação, ou seja, à perda da propriedade, e não ao desapossamento, perda da posse. Aquela somente ocorre no final do processo.4-Isto posto, demonstrado o pagamento da primeira parcela, expeça-se mandado de imissão na posse e cite-se, por mandado ou precatório conforme o caso, os demais réus, para contestarem no prazo legal.5-Cumprido, intime-se o S. Perito para iniciar seus trabalhos.

Aguardando Digitação - 19/03/2009 - Aguardando Digitação- Dat. (mesa)

Remessa ao Setor - 31/03/2009 - Remetido ao xerox.

Aguardando Providências - 15/04/2009 - Aguardando Providências- para assinar mdo.

Aguardando Providências - 22/04/2009 - Aguardando Providências- Registrar documento.

Aguardando Prazo - 22/04/2009 - Aguardando Prazo até 30/05/09

Aguardando Publicação - 03/06/2009 - Aguardando Publicação- para relacionar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Despacho Proferido - 22/06/2009 - Fls. 82/91-Diga o requerente, em cinco dias.
Data da Publicação SIDAP - 22/06/2009 - Fls. 92- - Fls. 82/91-Diga o requerente, em cinco dias.
Aguardando Prazo - 23/06/2009 - Aguardando Prazo até 22/07/09
Aguardando Devolução de Autos - 24/06/2009 - Aguardando Devolução de Autos
Retorno do Setor - 26/06/2009 - Recebido do ADVOGADO EM 26/06/2009
Aguardando Prazo - 02/07/2009 - Aguardando Prazo 22
Remessa ao Setor - 10/08/2009 - Remetido ao < livro da Oficiala Regina > em 10 08 2009.-
Conclusos para Despacho - 11/08/2009 - Conclusos para Despacho em 11 08 2009, Dr Fabio.-
Conclusos para Despacho - 17/08/2009 - Conclusos para Despacho em 18/08/2009
Remessa ao Setor - 26/08/2009 - Remetido ao < Nome do Setor > em 26/08/09 devolvido ao cartorio em 26/08/09-reg
Aguardando Publicação - 27/08/2009 - Aguardando Publicação- para relacionar (mesa)
Despacho Proferido - 31/08/2009 - Manifeste-se a expropriante sobre a certidão de fls. 95, bem como requeira o que de direito para prosseguimento do feito.
Data da Publicação SIDAP - 31/08/2009 - Fls. 96 - Manifeste-se a expropriante sobre a certidão de fls. 95, bem como requeira o que de direito para prosseguimento do feito.
Aguardando Prazo - 01/09/2009 - Aguardando Prazo até 24/10/09
Conclusos para Despacho - 11/09/2009 - Conclusos para Despacho em 11/09/09
Conclusos para Despacho - 14/09/2009 - Conclusos para Despacho em 14/09/2009
Remessa ao Setor - 23/09/2009 - Remetido ao < Nome do Setor > em 23/09/09 devolvido ao cartorio em 23/09/09-reg
Aguardando Digitação - 23/09/2009 - Aguardando Digitação-desentranhamento de mandado de citação
Aguardando Conferência - 29/09/2009 - Aguardando Conferência - certidão de obj. e pé - mesa Diretor
Aguardando Digitação - 29/09/2009 - Aguardando Digitação
Aguardando Providências - 30/10/2009 - Aguardando Providências- para assinar mandado.
Aguardando Providências - 03/11/2009 - Aguardando Providências- para registrar mandado.
Aguardando Prazo - 04/11/2009 - Aguardando Prazo até 22/12/09
Aguardando Publicação - 25/11/2009 - Aguardando Publicação- para relacionar.
Despacho Proferido - 02/12/2009 - Fls. 110, diga o requerente, em cinco dias.(?... deixei de citar, em virtude de não mais residir no endereço, mudou-se...?)
Data da Publicação SIDAP - 02/12/2009 - Fls. 111 - Fls. 110, diga o requerente, em cinco dias.(?... deixei de citar, em virtude de não mais residir no endereço, mudou-se...?)
Aguardando Prazo - 03/12/2009 - Aguardando Prazo até 22/01/10
Aguardando Devolução de Autos - 19/01/2010 - Aguardando Devolução de Autos - f 165
Conclusos para Despacho - 01/03/2010 - Conclusos para Despacho em 01/03/10
Despacho Proferido - 03/03/2010 - c o n c l u s ã o: Em 01 de março de 2010, faço os presentes autos conclusos a Exma. Sra. Dra. ELIANE DA CAMARA LEITE FERREIRA, MM.^a Juíza de Direito. Eu _____, subscrevi. Autos n.º 17481-07 VISTOS. Conquanto a manifestação de fls. 114/115, não é viável o acolhimento do pleito liminar. A autora foi imitada na posse do imóvel, em ação desapropriatória, não sendo possível estender os efeitos da decisão liminar a terceiros que não integram a lide. Se ocupante da área, objeto da desapropriação, recusa-se a sair da mesma, poderá a autora se valer de seu poder de polícia, ou desforço imediato, se o caso, ou, ainda, ingressar com ação judicial, visando a desocupação da área pelo terceiro, ao qual serão garantidos o contraditório e ampla defesa. Int. Campinas, 02 de março de 2010. ELIANE DA CAMARA LEITE FERREIRA Juíza de Direito
Remessa ao Setor - 04/03/2010 - Remetido ao < Nome do Setor > em 04/03/10 reg
Aguardando Publicação - 04/03/2010 - Aguardando Publicação- para relacionar (mesa)
Despacho Proferido - 05/03/2010 - VISTOS.Conquanto a manifestação de fls. 114/115, não é viável o acolhimento do pleito liminar.A autora foi imitada na posse do imóvel, em ação desapropriatória, não sendo possível estender os efeitos da decisão liminar a terceiros que não integram a lide.Se o ocupante da área, objeto da desapropriação, recusa-se a sair da mesma, poderá a autora se valer de seu poder de polícia, ou desforço imediato, se o caso, ou, ainda, ingressar com ação judicial, visando a desocupação da área pelo terceiro, ao qual serão garantidos o contraditório e ampla defesa.
Data da Publicação SIDAP - 05/03/2010 - Fls. 125 - VISTOS.Conquanto a manifestação de fls. 114/115,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

não é viável o acolhimento do pleito liminar. A autora foi imitada na posse do imóvel, em ação desapropriatória, não sendo possível estender os efeitos da decisão liminar a terceiros que não integram a lide. Se o ocupante da área, objeto da desapropriação, recusa-se a sair da mesma, poderá a autora se valer de seu poder de polícia, ou desforço imediato, se o caso, ou, ainda, ingressar com ação judicial, visando a desocupação da área pelo terceiro, ao qual serão garantidos o contraditório e ampla defesa.

Aguardando Devolução de Autos - 05/03/2010 - carga adv. da PMC - FLS. 30

Retorno do Setor - 18/03/2010 - Recebido do ADVOGADO EM 18/03

Aguardando Prazo - 18/03/2010 - Aguardando Prazo até 18/04/10

Conclusos para Despacho - 22/03/2010 - Conclusos para Despacho em 22/03/10

Carga Outro - 25/03/2010 14:29:51 - Carga Outro sob nº 4539710 - Destino: Conclusos com Dra Eliane, para assinar

Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública (Fórum de Campinas)

Data de Envio: 25/03/2010

Data de Recebimento: 26/03/2010

Previsão de Retorno: 26/03/2010

Vol.: Todos

Remessa ao Setor - 26/03/2010 - Remetido ao < Nome do Setor > em 26/03/10 reg

Aguardando Publicação - 26/03/2010 - Aguardando Publicação- para relacionar.

Recebimento de Carga - 26/03/2010 09:57:41 - Recebimento de Carga sob nº 4539710

Conclusos para Despacho - 30/03/2010 - Conclusos para Despacho em 30/03/10

Conclusos - 05/04/2010 - Conclusos para < assinar > 05 0 4 2010.-

Carga Outro - 06/04/2010 13:15:47 - Carga Outro sob nº 4578375 - Destino: Conclusos (para assinar)

Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública (Fórum de Campinas)

Data de Envio: 06/04/2010

Data de Recebimento: 07/04/2010

Previsão de Retorno: 07/04/2010

Vol.: Todos

Remessa ao Setor - 07/04/2010 - Remetido ao < Nome do Setor > em 07/04/10 reg

Recebimento de Carga - 07/04/2010 10:46:25 - Recebimento de Carga sob nº 4578375

Aguardando Providências - 08/04/2010 - Aguardando Providências- remeter ofício ao T.J.(pedido de informações).

Conclusos para Despacho - 03/05/2010 - Conclusos para Despacho- Aguardando remessa.

Carga Outro - 11/05/2010 10:29:10 - Carga Outro sob nº 4724471 - Destino: CLS. PARA DESPACHO- DR. EDUARDO BIGOLIN, EM 11/05/2010

Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública (Fórum de Campinas)

Data de Envio: 11/05/2010

Data de Recebimento: 14/05/2010

Previsão de Retorno: 14/05/2010

Vol.: Todos

Recebimento de Carga - 14/05/2010 10:47:08 - Recebimento de Carga sob nº 4724471

Carga Outro - 14/05/2010 11:32:42 - Carga Outro sob nº 4739698 - Destino: RECARGA DRA. ELIANE DA CAMARA LEITE FERREIRA

Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública (Fórum de Campinas)

Data de Envio: 14/05/2010

Data de Recebimento: 26/05/2010

Previsão de Retorno: 26/05/2010

Vol.: Todos

Aguardando Remessa - 26/05/2010 - Aguardando Remessa p/ relacionar

Recebimento de Carga - 26/05/2010 10:26:17 - Recebimento de Carga sob nº 4739698

Aguardando Digitação - 30/07/2010 - Aguardando Digitação

Aguardando Providências - 26/11/2010 - Aguardando Providências p/ relacionar

Remessa ao Setor - 29/12/2010 - UM VOLUME(S) DO(S) AGRAVO(S) REMETIDO(S) A RECALL EM 29/12/2010 - CAIXA 1903/2010



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Aguardando Publicação - 04/04/2011 - Aguardando Publicação (28)
Remessa ao Setor - 06/05/2011 - Remetido ao < expediente p/ digitação > em
Aguardando Digitação - 20/05/2011 - Aguardando Digitação
Carga ao Advogado - 31/05/2011 10:31:35 - Carga ao Advogado sob nº 6286364 - Advogado: MAIANY DE SOUZA ALMEIDA
OAB: 202930/SP
Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)
Data de Envio: 31/05/2011
Data de Recebimento: 07/06/2011
Previsão de Retorno: 07/06/2011
Vol.: 1
Aguardando Digitação - 07/06/2011 - Aguardando Digitação/EXPEDIENTE EM 07/06/2011
Recebimento de Carga - 07/06/2011 10:15:44 - Recebimento de Carga sob nº 6286364
Aguardando Remessa - 16/07/2011 - conclusão
Conclusos para Despacho - 29/07/2011 - Conclusos para Despacho em julho de 2011.-
Aguardando Digitação - 10/08/2011 - Aguardando Digitação
Aguardando Conferência - 25/08/2011 - Aguardando Conferência-MESA DIRETOR
Aguardando Encaminhamento de Mandado para Cumprimento - 26/08/2011 - Aguardando Encaminhamento de Mandado para Cumprimento
Aguardando Prazo - 29/08/2011 - Aguardando Prazo-29/09/11
Juntada de Mandado - 02/09/2011 - Juntada do Mandado 02/9/11
Aguardando Conferência - 02/09/2011 - andamento chefe
Conclusos para Despacho - 29/09/2011 - Conclusos para Despacho R em set/2011.-
Remessa ao Setor - 14/10/2011 - Remetido ao < expediente p/ digitação > em
Aguardando Digitação - 09/11/2011 - Aguardando Digitação-MESA
Aguardando Providências - 18/11/2011 - Aguardando Providências-p/relacionar
Aguardando Publicação - 22/03/2012 - Aguardando Publicação (41)
Aguardando Diligência - 31/05/2012 - Aguardando Diligência e/ou custas - PRAZO 11/06
Juntada de Petição - 12/06/2012 - Juntada da Petição < N.º da Petição > em
Aguardando Digitação - 12/06/2012 - Aguardando Digitação expediente
Aguardando Digitação - 27/06/2012 - Aguardando Digitação mesa ale
Aguardando Conferência - 24/07/2012 - Aguardando Conferência - mesa diretor
Aguardando Encaminhamento de Mandado para Cumprimento - 26/07/2012 - Aguardando Encaminhamento de Mandado para Cumprimento
Aguardando Devolução de Mandado - 26/07/2012 - Aguardando Devolução de Mandado- PRAZO - 26/09/12
Aguardando Juntada - 30/11/2012 - Aguardando Juntada-
Juntada de Mandado - 05/12/2012 - Juntada do Mandado
Aguardando Providências - 05/12/2012 - Aguardando Providências - p/ relacionar dez/12
Mudança de Classe Processual - 14/02/2013 Ato ordinatório - 17/06/2013 - Fls. 192vº, diga o requerente em cinco dias. (acerca da certidão negativa do oficial de justiça - pessoa ter se mudado para a capital/SP)
Petição - 24/06/2013 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Desapropriação - Número: 80000 - Protocolo: FCAS13000602550
Conclusos para Despacho - 27/06/2013 Remessa - 10/07/2013 - Relação: 0062/2013
Teor do ato: Fls. 192vº, diga o requerente em cinco dias. (acerca da certidão negativa do oficial de justiça - pessoa ter se mudado para a capital/SP)
Advogados(s): Guilherme Fonseca Tadini (OAB 202930/SP), Vanderlei de Araujo (OAB 36541/SP), Antonio Cesar Casali Calhau (OAB 41319/SP), Carlos Paolieri Neto (OAB 71995/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP)
Recebidos os Autos da Conclusão - 10/07/2013 Certidão de Publicação Expedida - 11/07/2013 - Relação :0062/2013
Data da Disponibilização: 11/07/2013
Data da Publicação: 12/07/2013



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Número do Diário: 1452

Página: 1273/1281

Mero expediente - 12/07/2013 - Defiro o prazo de 30 (trinta) dias requerido pela Municipalidade às fls. 199 vº. Int.

Recebidos os Autos da Conclusão - 15/07/2013 Remessa - 17/07/2013 - Relação: 0083/2013

Teor do ato: Defiro o prazo de 30 (trinta) dias requerido pela Municipalidade às fls. 199 vº. Int.

Advogados(s): Guilherme Fonseca Tadini (OAB 202930/SP), Vanderlei de Araujo (OAB 36541/SP), Antonio Cesar Casali Calhau (OAB 41319/SP), Carlos Paolieri Neto (OAB 71995/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP)

Certidão de Publicação Expedida - 18/07/2013 - Relação :0083/2013

Data da Disponibilização: 18/07/2013

Data da Publicação: 19/07/2013

Número do Diário: 1457

Página: 1314/1317

Autos no Prazo - 23/07/2013 - prazo 20

Petição - 20/08/2013 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Desapropriação - Número: 80001 - Protocolo: FCAS13001154370

Conclusos para Despacho - 05/09/2013 13:33:00 Decisão - 07/09/2013 18:23:42 - Fls.203, defiro. Expeça-se o edital, com prazo de 30 dias. Int.

Edital Expedido - 21/05/2014 13:00:00 - ag. remessa DJE p/publicação

Certidão de Cartório Expedida - 02/06/2014 11:42:27 - Certidão - Genérica

Decurso de Prazo - 02/06/2014 12:01:00 - prazo edital publicado no DJE

Setor Técnico - 21/10/2014 17:45:13 - mesa do chefe - COP

Decurso de Prazo - 22/10/2014 10:48:49 - prazo 13/11/2014

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 17 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$ 47,40

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

CERTIFICA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0073773-52.2008.8.26.0114 – **CLASSE – ASSUNTO:** Renovatória de Locação

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2008 **VALOR DA CAUSA:** R\$129.898,00

REQUERENTE(S):

BWU Comércio e Entretenimento S/A

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

AÇÃO RENOVATÓRIA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO referente aos lotes 24 e 25 da quadra B do Loteamento Chácara São Geraldo, na Comarca de Campinas-SP.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

09/12/2008	Processo Distribuído por Sorteio para a 2ª Vara Cível
29/04/2009	Despacho Proferido: Audiência de tentativa de conciliação designada para o dia 06 de agosto de 2009, às 14:50 horas.
06/08/2009	Audiência realizada em 06/08/09: Ausência do Autor e de seu advogado. Requerida prova pericial pelo advogado do réu.
12/11/2009	Despacho: Para o primeiro e segundo ponto controvertido, é necessária a realização de perícia. Para o encargo, nomeio José Herculano Rodrigues Vicente, cujos honorários fixo em R\$ 1.860,00. Em dez dias, deverá a autora efetuar o depósito.
07/02/2012	Despacho: Manifestação das partes a respeito do laudo pericial apresentado.
15/08/2012	Despacho: Apresentar rol de testemunhas.
10/09/2012	Despacho: Realizada a Audiência de Instrução e Julgamento, restando infrutífera a conciliação, reiterando as partes o que fora alegado em inicial e contestação.
31/10/2012	Sentença: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial e, com fundamento no artigo 51 da Lei Federal n. 8.245/91, decreto a renovação da locação do imóvel mencionado na inicial, devendo ser observado no contrato ora renovado as seguintes condições: (1) o prazo da nova locação será

de cinco anos, iniciando-se em 15.06.2009 e terminando em 15.06.2014; (2) o valor do aluguel em junho de 2009 será de R\$ 24.746,31, devendo ser reajustado anualmente pelo índice constante do contrato original. Considerando a sucumbência parcial, condeno a autora ao pagamento de 60% das custas processuais, arcando a ré com o restante, devendo a primeira arcar também com o pagamento dos honorários advocatícios da segunda, no valor de R\$ 5.000,00.

09/05/2013

Decisão Proferida: Embargos de Declaração opostos pelo autor BWU Reconheço a tempestividade dos embargos. Quanto ao mérito, foi solucionado pela decisão anterior, de sorte que mantenho a decisão já prolatada, modificando apenas o entendimento quanto à tempestividade dos embargos.

10/01/2014

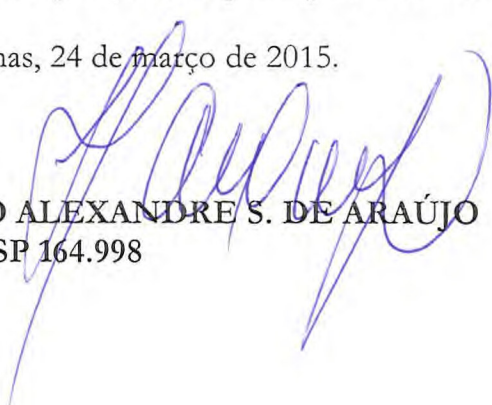
Interposição de Apelação pelo Autor BWU. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Seção de Direito Privado Recebido o recurso com efeito suspensivo.

26/02/2014

Remetidos os Autos para o Tribunal de Justiça - Seção de Direito Privado

Situação atual: Aguardando julgamento da apelação interposta pelo autor BWU.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÊ

Ligia Helena Bellucci Gervasio, Escrivã do Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0021474-30.2010.8.26.0114 - **CLASSE** - **ASSUNTO:**
Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2010 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 259.497,27

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas

REQUERIDO(S):

Walderez Garcia Jacobucci, RUA REVERENDO GUILHERME KERR, 110, NOVA CAMPINAS, Campinas-SP, CPF 016.847.038-16, RG 2767193, Odilon Garcia Nascimento Filho, Rua Doutor Guilherme da Silva, 520, apto 6, Cambui - CEP 13025-070, Campinas-SP, CPF 134.876.398-15, RG 2.767.203, nascido em 24/07/1944, Advogado, Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento, Rua Doutor Guilherme da Silva, 520, apto 06, Cambui - CEP 13025-070, Campinas-SP, CPF 031.180.048-35, RG 58469588, Paulo Afonso Jacobucci, Rua Reverendo Guilherme Kerr, 110, Nova Campinas - CEP 13092-139, Campinas-SP, CPF 014.402.178-15, RG 2697566, Oswaldo Ignacio de Tella, Brasileiro

OBJETO DA AÇÃO:

Desapropriação por utilidade pública de parte da gleba 1.A, localizada no quarteirão 6797, com área de 3303,70m², conforme Decreto Municipal nº 16.709 de 21 de julho de 2009

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Processo Distribuído - 20/04/2010 14:46:07 - Processo Distribuído por Sorteio p/ 2ª. Vara da Fazenda Pública

Carga à Vara Interna - 20/04/2010 18:16:46 - Carga à Vara Interna sob nº 4646653 - Local Origem: 981-Distribuidor(Fórum de Campinas)

Local Destino: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 20/04/2010

Data de Recebimento: 22/04/2010

Previsão de Retorno: Sem prev. retorno

Vol.: Todos

Recebimento de Carga - 22/04/2010 09:03:55 - Recebimento de Carga sob nº 4646653

Carga Outro - 22/04/2010 12:01:07 - Carga Outro sob nº 4648945 - Destino: CLS - URGENTE - DRª ELIANE CAMARA - 22/04/2010

Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 22/04/2010

Data de Recebimento: 23/04/2010

Previsão de Retorno: 23/04/2010

Vol.: Todos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Recebimento de Carga - 23/04/2010 15:18:17 - Recebimento de Carga sob nº 4648945
Conclusos para Despacho - 26/04/2010 - Conclusos para Despacho - Aguardando remessa.
Carga Outro - 30/04/2010 10:38:39 - Carga Outro sob nº 4687168 - Destino: CLS. PARA DR. EDUARDO BIGOLIN- 30/04/2010.
Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)
Data de Envio: 30/04/2010
Data de Recebimento: 30/04/2010
Previsão de Retorno: 30/04/2010
Vol.: Todos
Recebimento de Carga - 30/04/2010 17:39:08 - Recebimento de Carga sob nº 4687168
Aguardando Publicação - 03/05/2010 - Aguardando Publicação- para relacionar.
Aguardando Publicação - 19/07/2010 - Aguardando Publicação
Aguardando Prazo - 20/07/2010 - Aguardando Prazo 22/08
Juntada de Documentos - 05/01/2011 - Juntada de Documentos em
Aguardando Remessa - 05/01/2011 - Aguardando Remessa cls despacho
Conclusos para Despacho - 13/01/2011 - Conclusos para Despacho - Aguardando remessa.
Aguardando Intimação - 17/01/2011 - Aguardando Intimação do Perito - mesa Of. Maior
Aguardando Manifestação do Perito - 15/02/2011 - Aguardando Manifestação do Perito PRATELEIRA em 15 02 2011.-
Carga Outro - 18/02/2011 11:30:11 - Carga Outro sob nº 5816020 - Destino: PERITO - LUIZ CELIO P.MORAES Fº - CREA - 56512 - (19-32567999)
Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)
Data de Envio: 18/02/2011
Data de Recebimento: 19/05/2011
Previsão de Retorno: 19/05/2011
Vol.: Todos
Recebimento de Carga - 19/05/2011 14:49:12 - Recebimento de Carga sob nº 5816020
Aguardando Juntada - 20/05/2011 - Aguardando Juntada (expediente) em 20 05 2011.-
Juntada de Petição - 23/05/2011 - Juntada da Petição < N.º da Petição > em
Juntada de Laudo Periciais - 23/05/2011 - Juntada de Laudo < Tipo do Laudo > < N.º do Laudo > em
Aguardando Conferência - 23/05/2011 - Aguardando Conferência ANDAMENTO
Conclusos - 27/05/2011 - Conclusos para < assinar > maio 2011
Aguardando Publicação - 31/05/2011 - Aguardando Publicação- para relacionar.
Remessa ao Setor - 09/06/2011 - Remetido ao < expediente p/ digitação > em
Aguardando Conferência - 09/06/2011 - Aguardando Conferência-MESA DIRETOR
Aguardando Providências - 10/06/2011 - Aguardando Providências- assinatura de guia
Conclusos para Despacho - 13/06/2011 - Conclusos para Despacho em 13/06
Aguardando Providências - 14/06/2011 - Aguardando Providências p/ relacionar - junho
Conclusos para Despacho - 27/09/2011 - Conclusos para Despacho em 28/09
Aguardando Providências - 04/10/2011 - Aguardando Providências p/ relacionar - outubro
Aguardando Publicação - 09/02/2012 - Aguardando Publicação (11)
Aguardando Manifestação do Autor - 15/02/2012 - Aguardando Manifestação do Autor - PRAZO 01/04
Conclusos para Despacho - 16/02/2012 - Conclusos para Despacho em
Aguardando Providências - 27/02/2012 - Aguardando Providências p/ relacionar - fevereiro
Juntada de Petição - 05/03/2012 - Juntada da Petição < N.º da Petição > em
Aguardando Conferência - 05/03/2012 - andamento chefe



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Conclusos para Despacho - 07/03/2012 - Conclusos para Despacho em mar 2012.-

Aguardando Publicação - 13/03/2012 - Aguardando Publicação (20)

Aguardando Diligência - 21/03/2012 - Aguardando Diligência ou custas - PRAZO 22/04

Aguardando Juntada - 26/03/2012 - Aguardando Juntada

Juntada de Petição - 28/03/2012 - Juntada da Petição

Aguardando Digitação - 28/03/2012 - Aguardando Digitação março

Carga ao Advogado - 11/05/2012 12:15:35 - Carga ao Advogado sob nº 7877011 - Advogado:

RAQUEL DE ARRUDA GUERREIRO

OAB: 273689/SP

Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 11/05/2012

Data de Recebimento: 28/05/2012

Previsão de Retorno: 28/05/2012

Vol.: Todos

Aguardando Digitação - 28/05/2012 - Aguardando Digitação 03/12

Recebimento de Carga - 28/05/2012 14:43:14 - Recebimento de Carga sob nº 7877011

Aguardando Juntada - 30/05/2012 - Aguardando Juntada

Juntada de Contestação - 31/05/2012 - Juntada de Contestação em

Aguardando Conferência - 31/05/2012 - andamento chefe

Conclusos para Despacho - 31/08/2012 - Conclusos para Despacho em

Despacho Proferido - 03/09/2012 - Processo nº 431/10 Recebo o agravo ficando retido nos autos. Fica suspensa a imissão da posse temporariamente. Defiro ao expropriado o oferecimento de quesitos em 05 dias. Int. Campinas, d.s.

WAGNER ROBY GÍDARO JUIZ DE DIREITO

Data da Publicação SIDAP - 03/09/2012 - Fls. 78 - Processo nº 431/10 Recebo o agravo ficando retido nos autos. Fica suspensa a imissão da posse temporariamente. Defiro ao expropriado o oferecimento de quesitos em 05 dias. Int. Campinas, d.s.

WAGNER ROBY GÍDARO JUIZ DE DIREITO

Aguardando Publicação - 11/09/2012 - Aguardando Publicação- para relacionar (mesa)

Aguardando Publicação - 12/09/2012 - Aguardando Publicação (83)

Aguardando Manifestação do Réu - 28/09/2012 - PRAZO 9/11/12

Juntada de Petição - 13/11/2012 - Juntada da Petição

Aguardando Conferência - 13/11/2012 - Aguardando Conferência - andamento

Aguardando Providências - 26/11/2012 - Aguardando Providências p/relacionar DEZ/12

Mudança de Classe Processual - 13/02/2013 Ato ordinatório - 29/05/2013 - à réplica no prazo de 10 dias.

Remessa - 10/06/2013 - Relação: 0051/2013

Teor do ato: à réplica no prazo de 10 dias.

Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro (OAB 273689/SP)

Certidão de Publicação Expedida - 12/06/2013 - Relação :0051/2013

Data da Disponibilização: 11/06/2013

Data da Publicação: 12/06/2013

Número do Diário: 1432

Página: 1487/1497

Autos Entregues em Carga ao Advogado do Autor - 13/06/2013 - TEL.(19) 21160272

Tipo de local de destino: Advogado

Especificação do local de destino: Samuel Benevides Filho



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

requerida às fls.99, motivo pelo qual reconsidero a decisão de fls.91, para determinar a inclusão no polo passivo, os herdeiros de Odilon Garcia Nascimento e s/ mulher, bem como, de Oswaldo Ignacio de Tella e sua mulher. Anote-se no D.R.A. Forneça a expropriante, os endereços para a citação dos expropriados supra. Após, expeçam-se o mandado de citação dos requeridos supra. Int.

Recebidos os Autos da Conclusão - 09/06/2014 14:49:00 - rel 68

Remessa - 13/06/2014 13:10:37 - Relação: 0068/2014

Teor do ato: Razão assiste a requerida às fls.99, motivo pelo qual reconsidero a decisão de fls.91, para determinar a inclusão no polo passivo, os herdeiros de Odilon Garcia Nascimento e s/ mulher, bem como, de Oswaldo Ignacio de Tella e sua mulher. Anote-se no D.R.A. Forneça a expropriante, os endereços para a citação dos expropriados supra. Após, expeçam-se o mandado de citação dos requeridos supra. Int.

Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro Ferraris (OAB 273689/SP)

Certidão de Publicação Expedida - 16/06/2014 09:08:25 - Relação :0068/2014

Data da Disponibilização: 16/06/2014

Data da Publicação: 17/06/2014

Número do Diário: 1671

Página: 1246/1266

Serventuário - 16/06/2014 11:00:00Autos no Prazo - 16/06/2014 12:04:00Autos Entregues em Carga ao Advogado do Autor - 18/06/2014 10:16:18 - TEL. 21160611

Tipo de local de destino: Advogado

Especificação do local de destino: Marcela Gimenes Bizarro

Recebidos os Autos do Advogado - 25/06/2014 09:30:10 - Tipo de local de destino: Cartório

Especificação do local de destino: Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública

Autos no Prazo - 25/06/2014 11:16:31Petição - 04/07/2014 08:13:44 - Juntada a petição diversa -

Tipo: Petições Diversas em Desapropriação - Número: 80004 - Protocolo: FCAS14001950218

Ato ordinatório - 04/07/2014 11:39:05 - Ato Ordinatório - Formulário

Petição - 05/08/2014 18:23:30 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petições Diversas em Desapropriação - Número: 80005 - Protocolo: FCAS14002349811

Ato ordinatório - 06/08/2014 12:03:30 - Ato Ordinatório - Formulário

Ato ordinatório - 23/09/2014 15:54:49 - Vistas dos autos ao autor para: (x) apresentar, em 05 dias, as contrafes (tres) necessárias à expedição dos mandados de citação.

Remessa - 15/10/2014 14:11:57 - Relação: 0131/2014

Teor do ato: Vistas dos autos ao autor para: (x) apresentar, em 05 dias, as contrafes (tres) necessárias à expedição dos mandados de citação.

Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro Ferraris (OAB 273689/SP)

Certidão de Publicação Expedida - 16/10/2014 09:19:01 - Relação :0131/2014

Data da Disponibilização: 16/10/2014

Data da Publicação: 17/10/2014

Número do Diário: 1756

Página: 1551/1561

Autos no Prazo - 16/10/2014 13:42:00Serventuário - 24/10/2014 15:00:00Petição - 27/10/2014 11:47:47 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Desapropriação - Número: 80006 - Protocolo: FCAS14003327255

Expedição de documento - 27/10/2014 11:48:30 - ag.expedição de mandados

Certidão de Cartório Expedida - 13/01/2015 12:06:31 - Certidão - Genérica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Mandado Expedido - 13/01/2015 12:35:59 Ato ordinatório - 13/01/2015 12:42:52 - Vistas dos autos ao autor/expropriante para: (x) apresentar, em 05 dias, a qualificação dos expropriados Oswaldo Ignácio de Tella e s/mulher, inclusive o(s) endereço(s). 02 (duas) Contrafeitos e diligência(s) do oficial de justiça. Necessários à expedição do(s) mandado(s) de citação.

Mandado de Citação Expedido - 20/01/2015 09:24:55 - Mandado nº: 114.2015/002484-3

Situação: Cumprido - Ato negativo em 05/02/2015

Local: Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública

Mandado de Citação Expedido - 20/01/2015 09:25:33 - Mandado nº: 114.2015/002489-4

Situação: Aguardando Cumprimento em 27/01/2015

Local: Oficial de justiça - Marcelo Ferreira Minari

Serventuário - 11/02/2015 11:11:00 Mandado Juntado - 11/02/2015 12:53:59 Autos no Prazo - 11/02/2015 12:56:36

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 17 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$ 47,40



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

8ª VARA CÍVEL

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, ., Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3619, Campinas-SP - E-mail: campinas8cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

LILIAN BELLUCCI GERVASIO, Escrivã do Cartório da 8ª Vara Cível do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO DIGITAL Nº: 4031299-22.2013.8.26.0114 - **CLASSE** - **ASSUNTO:** Renovatória de Locação - Locação de Imóvel

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 12/12/2013 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 376.092,96

REQUERENTE(S):

BWU COMÉRCIO E ENTRETENIMENTO S.A., atual denominação social de BWU VIDEO S.A., Rua Sacadura Cabral, 102, Gamboa - CEP 20221-160, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ 00.019.388/0001-72

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, Avenida Jose de Souza Campos, 1066, Chacara da Barra - CEP 13090-615, Campinas-SP, CPF 134.876.398-15, RG 2.767.203, nascido em 24/07/1944, Advogado

OBJETO DA AÇÃO:

Locação de imóvel

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Remessa - 11/12/2014 13:53:34 - Relação: 0457/2014

Teor do ato: Vistos. Intime-se a autora para que se manifeste sobre pedido de fls. 365/366, esclarecendo se concorda com a utilização de prova emprestada. Intime-se.

Advogados(s): Patricia Maria da Silva Oliveira (OAB 131725/SP), Rodrigo Etienne Romeu Ribeiro (OAB 137399/SP), Fabio Alexandre Sanches de Araújo (OAB 164998/SP), Aline Ribeiro Valente (OAB 268365/SP)

Certidão de Publicação Expedida - 12/12/2014 10:43:21 - Relação :0457/2014

Data da Disponibilização: 12/12/2014

Data da Publicação: 15/12/2014

Número do Diário: 1794

Página: 1688/1692

Petição - 20/01/2015 17:46:49 - Nº Protocolo: WCAS.15.70005333-0

Tipo da Petição: Petições Diversas

Data: 19/01/2015 19:33

Conclusos para Decisão - 12/03/2015 15:50:39

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 17 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$19,40

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0550398-33.2006.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 04/12/2006 **VALOR DA CAUSA:** R\$11.882,47

REQUERENTE(S):
Prefeitura Municipal de Campinas

REQUERIDO(S):
Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

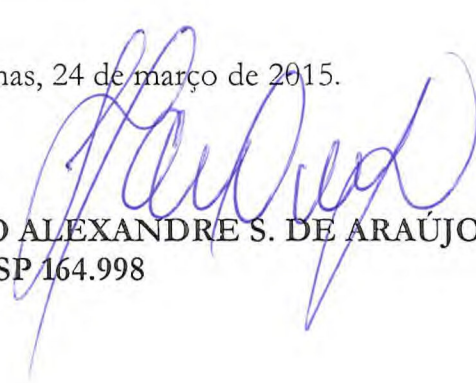
OBJETO DA AÇÃO:
AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

04/12/2006	Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais
18/10/2013	Sentença Resumida sem Resolução do Mérito – 1 – Tendo em vista o pagamento noticiado pelo exequente, JULGO EXTINTA a execução fiscal, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. (...)

Situação atual: Aguardando arquivamento dos autos.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0079294-41.2009.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/12/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$1.001,00

REQUERENTE(S):

Fazenda Pública do Município de Campinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

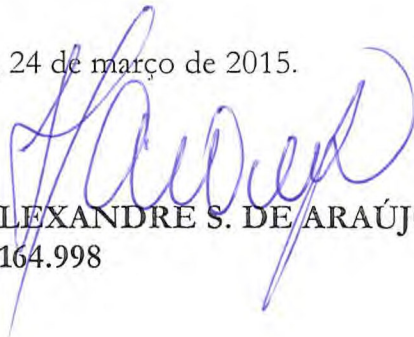
AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

16/12/2009	Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais
27/07/2011	Despacho Proferido – Forme-se expediente de acompanhamento juntando-se cópia desta decisão em cada processo da relação retro. 2- Vistos etc. Considerando que foi cumprida a obrigação que era exigida pelo devedor nestes autos, JULGO EXTINTA a execução fiscal, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil (...).

Situação atual: Aguardando arquivamento dos autos.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0079301-33.2009.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/12/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$100,10

REQUERENTE(S):

Fazenda Pública do Município de Campinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

17/12/2009

Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais

Situação atual: Aguardando expedição do mandado citatório.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0079302-18.2009.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/12/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$100,10

REQUERENTE(S):
Fazenda Pública do Município de Campinas

REQUERIDO(S):
Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

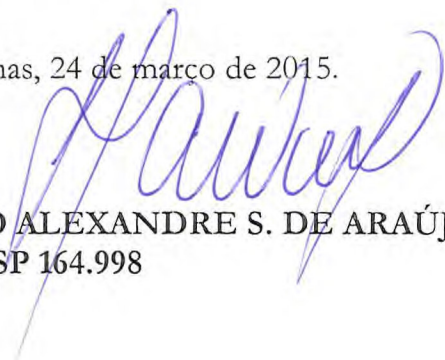
OBJETO DA AÇÃO:
AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

17/12/2009	Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais
23/04/2014	Sentença Resumida sem Resolução do Mérito: 1 – Tendo em vista o pagamento noticiado pela exequente, JULGO EXTINTA a execução fiscal, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil (...).

Situação atual: Aguardando arquivamento do processo.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0079303-03.2009.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/12/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$100,10

REQUERENTE(S):

Fazenda Pública do Município de Campinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

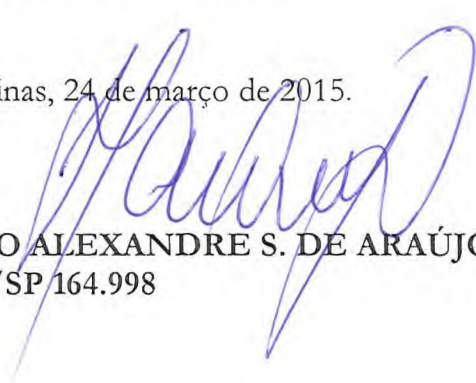
AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

17/12/2009 Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais

Situação atual: Aguardando expedição de mandado citatório.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0079304-85.2009.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/12/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$100,10

REQUERENTE(S):

Fazenda Pública do Município de Campinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

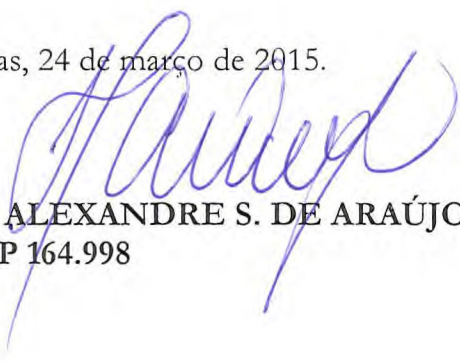
AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

17/12/2009 Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais

Situação atual: Aguardando expedição de mandado citatório.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0505682-42.2011.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/12/2011 **VALOR DA CAUSA:** R\$3.091,32

REQUERENTE(S):
Prefeitura Municipal de Campinas

REQUERIDO(S):
Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

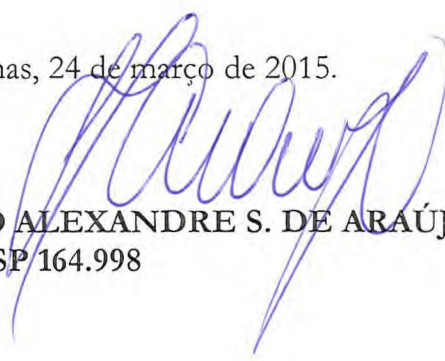
OBJETO DA AÇÃO:
AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

07/12/2011 Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais

Situação atual: Aguardando expedição de mandado citatório.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0514236-63.2011.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/12/2011 **VALOR DA CAUSA:** R\$9.126,20

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL

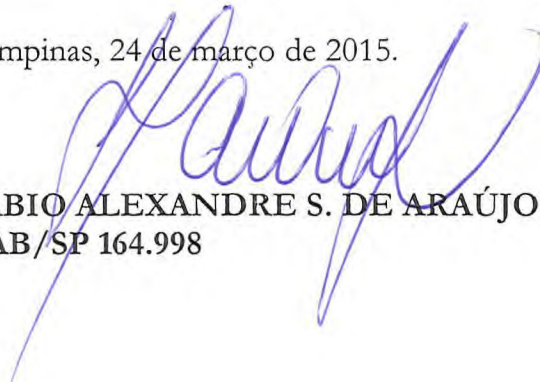
SITUAÇÃO PROCESSUAL:

07/02/2011

Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais

Situação atual: Aguardando expedição de mandado citatório.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS

Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo n. 300, bloco E sala 06 e 08,
Jardim Santana - CEP 13089-530, Fone: (19) 3756-5826, Campinas-SP -

E-mail: campinassef@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Nicia Bestetti Pipe, Escrivã do Cartório do SEF - Setor de Execuções Fiscais do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0507321-61.2012.8.26.0114 - **CLASSE** - **ASSUNTO:** Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 06/11/2012 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 18.388,65

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas, AVENIDA ANCHIETA, 200, CENTRO - CEP 13015-904, Campinas-SP

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, RUA DOUTOR JOSE FERREIRA DE CAMARGO, 677, NOVA CAMPINAS - CEP 13092-005, Campinas-SP

OBJETO DA AÇÃO:

IPTU E TAXA DE LIXO REFERENTE AO IMÓVEL SITUADO NESTA CIDADE NA RUA NATIVIDADE DA SERRA, 0 - CÓDIGO CARTOGRÁFICO 34213324000100000 - ID DO CONTRIBUINTE 679788 - EXERCÍCIOS: 2008 E 2009 - VALOR TOTAL DO DÉBITO AJUIZADO R\$18388,65.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Remetidos os Autos para a Procuradoria do Município - 29/01/2014 10:31:27 - Vista

Tipo de local de destino: Procuradoria do Município

Especificação do local de destino: Procuradoria do Município

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 18 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$19,40.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS
Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo n. 300, bloco E sala 06 e 08,
Jardim Santana - CEP 13089-530, Fone: (19) 3756-5826, Campinas-SP -
E-mail: campinassef@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Nicia Bestetti Pipe, Escrivã do Cartório do SEF - Setor de Execuções Fiscais do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0510455-96.2012.8.26.0114 - **CLASSE** - **ASSUNTO:** Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/11/2012 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 2.745,89

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas, AVENIDA ANCHIETA, 200, CENTRO - CEP 13015-904, Campinas-SP

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, RUA PAULO NOGUEIRA FILHO, 17, JARDIM SÃO GABRIEL - CEP 13045-320, Campinas-SP

OBJETO DA AÇÃO:

IPTU E TAXA DE LIXO REFERENTE AO IMÓVEL SITUADO NESTA CIDADE NA AV MARECHAL JUAREZ TAVORA, 0 - CÓDIGO CARTOGRÁFICO 34313198036300000 - ID DO CONTRIBUINTE 679788 - EXERCÍCIO: 2009 - VALOR TOTAL DO DÉBITO AJUIZADO R\$2009 - VALOR TOTAL DO DÉBITO AJUIZADO R\$2745,89.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Remetidos os Autos para a Procuradoria do Município - 23/06/2014 09:31:45 - Vista

Tipo de local de destino: Procuradoria do Município

Especificação do local de destino: Procuradoria do Município

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 18 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$19,40.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS

SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS

Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo n. 300, bloco E sala 06 e 08,
Jardim Santana - CEP 13089-530, Fone: (19) 3756-5826, Campinas-SP -
E-mail: campinassef@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Nicia Bestetti Pipe, Escrivã do Cartório do SEF - Setor de Execuções Fiscais do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0511065-64.2012.8.26.0114 - **CLASSE** - **ASSUNTO:** Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/11/2012 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 1.939,60

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas, AVENIDA ANCHIETA, 200, CENTRO - CEP 13015-904, Campinas-SP

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, RUA PAULO NOGUEIRA FILHO, 17, JARDIM SÃO GABRIEL - CEP 13045-320, Campinas-SP

OBJETO DA AÇÃO:

IPTU E TAXA DE LIXO REFERENTE AO IMÓVEL SITUADO NESTA CIDADE NA RUA HAROLDO PARANHOS, 0 - CÓDIGO CARTOGRÁFICO 34313198000100000 - ID DO CONTRIBUINTE 679788 - EXERCÍCIO: 2009 - VALOR TOTAL DO DÉBITO AJUIZADO R\$1939,60.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Remetidos os Autos para a Procuradoria do Município - 06/08/2014 15:14:12 - Exceção de Pre Executividade

Tipo de local de destino: Procuradoria do Município

Especificação do local de destino: Procuradoria do Município

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 18 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$19,40.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS

Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo n. 300, bloco E sala 06 e 08,
Jardim Santana - CEP 13089-530, Fone: (19) 3756-5826, Campinas-SP -
E-mail: campinassef@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Nicia Bestetti Pipe, Escrivã do Cartório do SEF - Setor de Execuções Fiscais do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0511148-80.2012.8.26.0114 - **CLASSE - ASSUNTO:** Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/11/2012 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 1.848,58

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas, AVENIDA ANCHIETA, 200, CENTRO - CEP 13015-904, Campinas-SP

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, RUA PAULO NOGUEIRA FILHO, 17, JARDIM SÃO GABRIEL - CEP 13045-320, Campinas-SP

OBJETO DA AÇÃO:

IPTU E TAXA DE LIXO REFERENTE AO IMÓVEL SITUADO NESTA CIDADE NA AV MARECHAL JUAREZ TAVORA, 0 - CÓDIGO CARTOGRÁFICO 34313198038500000 - ID DO CONTRIBUINTE 679788 - EXERCÍCIO: 2009 - VALOR TOTAL DO DÉBITO AJUIZADO R\$1848,58.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Remetidos os Autos para a Procuradoria do Município - 06/08/2014 15:14:12 - Exceção de Pre Executividade

Tipo de local de destino: Procuradoria do Município

Especificação do local de destino: Procuradoria do Município

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 18 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$19,40.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS

Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo n. 300, bloco E sala 06 e 08,
Jardim Santana - CEP 13089-530, Fone: (19) 3756-5826, Campinas-SP -
E-mail: campinassef@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Nicia Bestetti Pipe, Escrivã do Cartório do SEF - Setor de Execuções Fiscais do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0511891-90.2012.8.26.0114 - **CLASSE - ASSUNTO:** Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/11/2012 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 1.309,23

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas, AVENIDA ANCHIETA, 200, CENTRO - CEP 13015-904, Campinas-SP

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, RUA PAULO NOGUEIRA FILHO, 17, JARDIM SÃO GABRIEL - CEP 13045-320, Campinas-SP

OBJETO DA AÇÃO:

IPTU E TAXA DE LIXO REFERENTE AO IMÓVEL SITUADO NESTA CIDADE NA RUA HAROLDO PARANHOS, 0 - CÓDIGO CARTOGRÁFICO 34313198001900000 - ID DO CONTRIBUINTE 679788 - EXERCÍCIO: 2009 - VALOR TOTAL DO DÉBITO AJUIZADO R\$1309,23.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Remetidos os Autos para a Procuradoria do Município - 29/01/2014 11:31:35 - Vista

Tipo de local de destino: Procuradoria do Município

Especificação do local de destino: Procuradoria do Município

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 18 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$19,40.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS

Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo n. 300, bloco E sala 06 e 08,
Jardim Santana - CEP 13089-530, Fone: (19) 3756-5826, Campinas-SP -
E-mail: campinassef@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Nicia Bestetti Pipe, Escrivã do Cartório do SEF - Setor de Execuções Fiscais do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0512537-03.2012.8.26.0114 - **CLASSE - ASSUNTO:** Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/11/2012 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 1.049,98

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas, AVENIDA ANCHIETA, 200, CENTRO - CEP 13015-904, Campinas-SP

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, RUA PAULO NOGUEIRA FILHO, 17, JARDIM SÃO GABRIEL - CEP 13045-320, Campinas-SP

OBJETO DA AÇÃO:

IPTU E TAXA DE LIXO REFERENTE AO IMÓVEL SITUADO NESTA CIDADE NA RUA HAROLDO PARANHOS, 0 - CÓDIGO CARTOGRÁFICO 34313198002900000 - ID DO CONTRIBUINTE 679788 - EXERCÍCIO: 2009 - VALOR TOTAL DO DÉBITO AJUIZADO R\$1049,98.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Remetidos os Autos para a Procuradoria do Município - 29/01/2014 11:31:35 - Vista

Tipo de local de destino: Procuradoria do Município

Especificação do local de destino: Procuradoria do Município

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 18 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$19,40.

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0079296-11.2009.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/12/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$100,10

REQUERENTE(S):

Fazenda Pública do Município de Campinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

16/12/2009	Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais
23/04/2014	Sentença Resumida sem Resolução do Mérito – Vistos. 1 – Tendo em vista o pagamento noticiado pelo exequente, JULGO EXTINTA a execução fiscal, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. (...)

Situação atual: Aguardando arquivamento dos autos.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0079299-63.2009.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/12/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$100,10

REQUERENTE(S):

Fazenda Pública do Município de Campinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

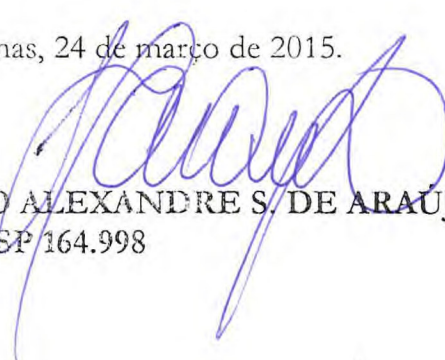
AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

17/12/2009	Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais
16/02/2014	Sentença Resumida sem Resolução do Mérito – Vistos. 1 – Tendo em vista o pagamento noticiado pelo exequente, JULGO EXTINTA a execução fiscal, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. (...)

Situação atual: Aguardando arquivamento dos autos.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) COMARCA DE CAMPINAS

CERTIDÃO Nº: 6945636

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de Campinas, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 08/03/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, RG: 27672037, CPF: 134.876.398-15, nascido em 24/07/1944, natural de Campinas - SP, filho de **ODILON GARCIA NASCIMENTO** e **MARIA PIRES GARCIA**, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os processos criminais e os processos dos Juizados Especiais Criminais, só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão é sem custas.

Campinas, 10 de março de 2015.

Alethea Torres Gabrielli
Coordenadora

PEDIDO Nº:

3096790



87



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20150000873551

CERTIFICO , revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO** , ou vinculado ao **CPF de número 134.876.398-15,**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br , até 60 dias da liberação, através do código de segurança: GBh4IRJTBDUE hLCZYI 4I695Y62FJJ4S2F
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.

São Paulo, 05 de maio de 2015 às 17h16min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Nº 2015.0000185468

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **134.876.398-15**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 5 (cinco) dias do mês de maio de 2015, às 17:19.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **36e7b175 1b70d299 f847dcb2 db3a92dc 543200ea**;
- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20150000873547

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO**, ou vinculado ao **CPF de número 031.180.048-35**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: **PJCQTaT25HBN 4L8H7P 4I685VZ39GE4U2A**
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.

São Paulo, 05 de maio de 2015 às 17h15min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS

Nº 2015.0000185470

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO**, inscrito(a) no CPF nº **031.180.048-35**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 5 (cinco) dias do mês de maio de 2015, às 17:20.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) A presente certidão tem por objeto o registro de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- c) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que eventualmente tenham tramitado no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- e) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **54f08f0d 137ad890 76c23e27 e39a695d b470744b**;
- j) Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução nº 277, de 6 de janeiro de 2012.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO			
35201204842		28/03/1974	28/03/1974				
NOME COMERCIAL						TIPO JURÍDICO	
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA.						SOCIEDADE LIMITADA	
I.J.		ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO	
46.241.816/0001-08		RUA PAULO NOGUEIRA FILHO			17		
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL	
JD. SAO GABRIEL	CAMPINAS		SP	13045-320	R\$	522.000,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME							
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO							
ENDEREÇO				NÚMERO	COMPLEMENTO		
RUA DOUTOR GUILHERME DA SILVA				520	APTO 06		
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF	CEP	RG	
CAMBUI	CAMPINAS			SP	13025-070	58469588	
CPF	CARGO					QUANTIDADE COTAS	
031.180.048-35	SÓCIO E ADMINISTRADOR					130.500,00	

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME							
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO							
ENDEREÇO				NÚMERO	COMPLEMENTO		
RUA DOUTOR GUILHERME DA SILVA				520	APTO 06		
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF	CEP	RG	
CAMBUI	CAMPINAS			SP	13025-070	27672037	
CPF	CARGO					QUANTIDADE COTAS	
134.876.398-15	SÓCIO E ADMINISTRADOR					391.500,00	

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA	NÚMERO	
27/03/2015	137.897/15-7	
ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO PUBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN N 28 DE 06/10/2014 E CNJ N 42 DE 31/10/2014.		



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35201204842
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 04/05/2015

Certidão Simplificada emitida para ANGELICA VEIGA CABRAL:21855223880
[Autenticidade: 57962699] - Junta Comercial do Estado de São Paulo - www.jucesponline.sp.gov.br

Assinatura do autor por FLAVIA REGINA BRITTO
<autenticajucesp@jucesp.sp.gov.br>, Validade desconhecida
Assinado por: FLAVIA REGINA BRITTO
Data: 05/05/2015 17:42:41-03:00
Motivo: Autenticação de Certidão Simplificada
Localização: São Paulo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

PF CADASTRADA EM 1997, SOB N. 00042282197

EMPRESA		
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA.		
TIPO: SOCIEDADE LIMITADA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35201204842	28/03/1974	05/05/2015 17:44:40
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
28/03/1974	46.241.816/0001-08	

CAPITAL
R\$ 105.000.000,00 (CENTO E CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS)

ENDEREÇO	
LOGRADOURO: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	NÚMERO: 17
CARRRO: JD. SAO GABRIEL	COMPLEMENTO:
MUNICÍPIO: CAMPINAS	CEP: 13045-320 UF: SP

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 031.180.048-35, RG/RNE: 5846958 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE FERREIRA DE CAMARGO, 677, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 26.250.000,00
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 134.876.398-15, RG/RNE: 2767203 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE FERREIRA DE CAMARGO, 667, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 78.750.000,00

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 180.669/92-8 SESSÃO: 09/11/1992
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 105.000.000,00 (CENTO E CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS).
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 134.876.398-15, RG/RNE: 2767203 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE FERREIRA DE CAMARGO, 667, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 78.750.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 031.180.048-35, RG/RNE: 5846958 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE FERREIRA DE CAMARGO, 677, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 26.250.000,00.
INCLUSÃO DE CNPJ 46.241.816/0001-08
NUM.DOC: 050.074/96-9 SESSÃO: 09/04/1996
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 116.000,00 (CENTO E DEZESSEIS MIL REAIS).
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 134.876.398-15, RG/RNE: 2767203 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE FERREIRA DE CAMARGO, 667, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 87.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 031.180.048-35, RG/RNE: 5846958 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE FERREIRA DE CAMARGO, 677, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 29.000,00.
M.DOC: 054.911/03-5 SESSÃO: 24/03/2003
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA, SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ SOB N. 46.241.816/0001-08, PERMISSIONARIA DO SERVICO DE RADIODIFUSAO SONORA EM FREQUENCIA MODULADA NAS CIDADES DE CAMPINAS E ITU, ESTADO DE SAO PAULO, NOS TERMOS DO EXIGE A LETRA "I" DO ART. 38 DA LEI N. 4.117 DE 27 DE AGOSTO DE 1.962, COM A REDACAO QUE LHE DEU O PARAGRAFO 3. DO ART. 7. DA MEDIDA PROVISORIA N. 70 DE 01 DE OUTUBRO DE 2002, VEM DECLARAR A COMPOSICAO DO SEU CAPITAL SOCIAL, INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DE PELO MENOS SETENTA POR CENTO DO CAPITAL TOTAL VOTANTE, NA FORMA ABAIXO: SOCIO COTAS VALOR % CAPITAL VOTANTE ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO 1500 R\$ 87.000,00 75 MARIA H. DE A. BARBOSA G. NASCIMENTO 500 R\$ 29.000,00 25 TOTAIS 2000 R\$ 116.000,00 100 DIRETORES: ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO E MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO TODOS BRASILEIROS, NASCIDOS NO BRASIL.
NUM.DOC: 214.243/04-7 SESSÃO: 28/04/2004
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.
NUM.DOC: 472.404/04-0 SESSÃO: 20/12/2004
A COMPOSICAO DO SEU CAPITAL SOCIAL, INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES
M.DOC: 368.526/05-7 SESSÃO: 21/12/2005
DECLARAR A COMPOSICAO DO SEU CAPITAL SOCIAL, INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES.
NUM.DOC: 340.861/06-0 SESSÃO: 29/12/2006
DECLARAR A COMPOSICAO DO SEU CAPITAL SOCIAL, INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DE PELO MENOS SETENTA POR CENTO DO CAPITAL TOTAL E DO CAPITAL VOTANTE.
NUM.DOC: 430.042/07-3 SESSÃO: 28/11/2007
DECLARAR A COMPISICAO DO SEU CAPITAL SOCIAL, INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES DIRETA OU INDIRETAMENTE PELO MENOS SETENTA POR CENTO DE CAPITAL SOCIAL E DO CAPITAL VOTANTE
NUM.DOC: 013.516/09-7 SESSÃO: 07/01/2009
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO
NUM.DOC: 012.738/10-4 SESSÃO: 04/01/2010
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 452.710/10-8 SESSÃO: 22/12/2010

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 317.568/11-5 SESSÃO: 28/09/2011

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 522.000,00 (QUINHENTOS E VINTE DOIS MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 134.876.398-15, RG/RNE: 2.767.203-7 - SP, RESIDENTE À RUA DOUTOR GUILHERME DA SILVA, 520, APTO 06, CAMBUI, CAMPINAS - SP, CEP 13025-070, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 391.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 031.180.048-35, RG/RNE: 5.846.958-8 - SP, RESIDENTE À RUA DOUTOR GUILHERME DA SILVA, 520, APTO 06, CAMBUI, CAMPINAS - SP, CEP 13025-070, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 130.500,00.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA PAULO NOGUEIRA FILHO, 17, JD. SAO GABRIEL, CAMPINAS - SP, CEP 13045-320.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 482.229/11-1 SESSÃO: 02/12/2011

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 551.386/12-5 SESSÃO: 28/12/2012

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - REGISTROS DE DECLARACAO DE COTAS

NUM.DOC: 009.558/14-7 SESSÃO: 03/01/2014

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - DECLARAR A COMPOSICAO DO SEU CAPITAL SOCIAL, INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DE PELO MENOS SETENTA POR CENTO DO CAPITAL TOTAL E DO CAPITAL VOTANTE.

NUM.DOC: 518.804/14-8 SESSÃO: 30/12/2014

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - DECLARAR A COMPOSICAO DO SEU CAPITAL SOCIAL, INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DE PELO MENOS SETENTA POR CENTO DO CAPITAL TOTAL E DO CAPITAL VOTANTE.

NUM.DOC: 136.072/15-0 SESSÃO: 25/03/2015

ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO PUBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN N 28 DE 06/10/2014 E CNJ N 42 DE 31/10/2014.

NUM.DOC: 136.073/15-3 SESSÃO: 25/03/2015

ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO PUBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN N 28 DE 06/10/2014 E CNJ N 42 DE 31/10/2014.

NUM.DOC: 137.897/15-7 SESSÃO: 27/03/2015

ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO PUBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN N 28 DE 06/10/2014 E CNJ N 42 DE 31/10/2014.

DENOMINAÇÕES ANTERIORES

RADIO JORNAL DE CAMPINAS LTDA.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35201204842
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 04/05/2015

Ficha Cadastral Completa certificada para ANGELICA VEIGA CABRAL:21855223880
[Autenticidade: 57962811] - Junta Comercial do Estado de São Paulo - www.jucesponline.sp.gov.br

Assinatura do autor por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO:0892067300071 -autenticacao@jcesp.sp.gov.br, Validade desconhecida
Assinado por: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO:0892067300071
Data: 05/05/2015 17:44:40 -03:00
Motivo: Autenticação de Ficha Cadastral Completa
Localização: Sao Paulo

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LIMITADA
CNPJ 46.241.816/0001-08
11ª alteração do contrato social

ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, brasileiro, casado, advogado, RG 2.767.203-7 SSP/SP, CPF 134.876.398-15, e MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, brasileira, casada, radiodifusora, RG 5.846.958-8 SSP/SP, CPF 031.180.048-35, residentes na Rua Dr. Guilherme da Silva, nº 520 apartamento 06, CEP 13025-070, bairro Cambuí, em Campinas - SP, onde são domiciliados, únicos sócios da RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LIMITADA sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Rua Paulo Nogueira Filho nº 17, bairro Jardim São Gabriel CEP 13046-360 em Campinas - SP que tem o seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o nº 683.288/73, aos 18/10/73 retificado pelo de nº 705.562/74, aos 28/03/74; e alterações posteriores, sendo a última (10ª) sob nº 214.243/04-7 aos 28/04/04; NIRE 35201204842, resolvem:

I- Ratificar a mudança de endereço da sua sede social, da Rua General Osório nº 971 2º andar CEP 13010-110 para a Rua Paulo Nogueira Filho nº 17, bairro Jardim São Gabriel, CEP 13045-320, em Campinas- SP;

II- Elevar o Capital Social de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais) para R\$ 522.000,00 (quinhentos e vinte e dois mil reais) mediante criação de 7.000 (sete mil) novas cotas de capital no valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) cada uma, que os sócios subscrevem e integralizam neste ato em moeda corrente nacional, na proporção das cotas que já possuem.

III- Resolvem os sócios consolidar o instrumento constitutivo que passa a vigorar com a seguinte redação:

Rádio Cidade de Campinas Limitada - 11ª alteração contratual fls.1/8



"RÁDIO" CIDADE DE CAMPINAS LIMITADA
contrato social

Da denominação da sede e do objeto

CLÁUSULA I

A sociedade gira sob o nome empresarial **RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LIMITADA**, com sede e domicílio na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Paulo Nogueira Filho 17 CEP 13045-320 bairro Jardim São Gabriel, sob a forma de sociedade limitada e constituída de acordo com o Código Civil, a legislação que rege a execução dos serviços de radiodifusão sonora e as leis aplicáveis, podendo abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA II

O objeto da sociedade é a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades; radiodifusão de sons e imagens (TV), serviços de repetição e retransmissão de TV em caráter educativo, cultural e recreativo e, também serviços de radiodifusão em caráter comercial que necessariamente se revestirão de aspectos educativos, culturais e recreativos, sempre nos termos da legislação específica de radiodifusão, em quaisquer localidades do país e desde que, para tanto, o Governo Federal lhe outorgue permissões e, ou, concessões podendo paralelamente explorar a propaganda comercial e a música funcional quando a tanto autorizada por lei ou por ato específico do Poder Concedente.

Parágrafo Único: Para a consecução dos seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional; estúdios auxiliares e abrir e fechar sucursais, escritórios e

Rádio Cidade de Campinas Limitada - 11ª alteração contratual fls. 2/8



filiais em quaisquer partes do país, observados os regulamentos técnicos e as normas jurídicas específicas e aplicáveis.

Do capital e da responsabilidade

CLÁUSULA III

O capital social, é de R\$ 522.000,00 (quinhentos e vinte e dois mil reais), representado por 9.000 (nove mil) cotas no valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas em moeda corrente nacional pelos sócios na seguinte proporção:

Cotista	Nº cotas	Valor
Odilon Garcia Nascimento Filho.....	6.750 cotas:	R\$ 391.500,00
Maria Helena de A. Barbosa Garcia Nascimento..	2.250 cotas:	R\$ 130.500,00
Totais.....	9.000 cotas:	R\$ 522.000,00

§ 1º As cotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

§ 2º A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Da admissão de sócios e da cessão de cotas

CLÁUSULA IV

As cotas representativas do capital social, por força do que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 222 e parágrafos, pertencerão privativamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou a pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País; a participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social não poderá exceder a trinta por cento do capital votante e somente se dará de forma indireta por intermédio de pessoa

Rádio Cidade de Campinas Limitada - 11ª alteração contratual fls. 3/8



jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no Brasil, sendo vedada participação superior a 30% (trinta por cento) no capital social total e votante às empresas controladas mediante encadeamento de outras empresas ou por qualquer outro meio indireto, por estrangeiros ou por brasileiros naturalizados há menos de dez anos.

CLÁUSULA V

As cotas não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios. Ocorrendo a hipótese de qualquer sócio desejar transferir as suas cotas, no todo ou em parte, preferência absoluta é assegurada aos demais componentes do quadro societário, devendo o interessado em transferir comunicar essa intenção, por escrito, aos demais cotistas, concedendo-lhes um prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta.

§ 1º: O silêncio do sócio notificado será interpretado como concordância e aprovação à transferência pretendida.

§ 2º: Caso mais de um sócio desejar adquirir as cotas do sócio retirante, a aquisição será feita na proporção direta das cotas que cada um dos pretendentes possuir.

Do prazo e do falecimento

CLÁUSULA VI

A sociedade iniciou as suas atividades em 16 de outubro de 1.973 e tem duração por prazo indeterminado, observando-se quando da dissolução os preceitos da lei específica e da que for aplicável.

CLÁUSULA VII

Ocorrendo o falecimento ou impedimento de qualquer dos sócios a sociedade não se dissolverá, procedendo-se, então, a apuração e liquidação dos seus haveres com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. O mesmo procedimento será observado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Rádio Cidade de Campinas Limitada - 11ª alteração contratual fls.4/8



Parágrafo único: O valor total que for devido será pago a quem de direito em 24 (vinte e quatro) prestações mensais de igual valor, sem juros, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias a contar da data do falecimento ou impedimento e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

Da administração e do pro-labore

CLÁUSULA VIII

Os administradores e/ou gerentes que detenham poderes de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLÁUSULA IX

A administração da sociedade caberá aos sócios ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO e MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, que, isolada e independentemente da ordem de nomeação, na qualidade de "diretores", independentemente de caução, são investidos de poderes e autorizados a usarem do nome empresarial para a realização dos fins sociais, representando a sociedade perante clientes, fornecedores, estabelecimentos bancários, repartições e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, empregados, terceiros e prestadores de serviços; adquirindo direitos e contraindo obrigações e, também, dos poderes especiais para representar a sociedade ativa e passivamente, em Juízo e fora dele; vedado o uso da razão social em negócios estranhos aos objetivos sociais, bem como a concessão de avais, fianças ou quaisquer garantias em favor de terceiros.

Parágrafo único: A sociedade poderá se fazer representar em juízo e fora dele por procuradores, os quais terão os poderes que forem fixados nos respectivos mandatos. À exceção dos mandatos outorgados a advogados para fins judiciais, todos os demais expiram no dia 31 de dezembro do ano seguinte ao da outorga e quando for o caso, a outorga deverá ser precedida de anuência do Governo Federal.

Rádio Cidade de Campinas Limitada - 11ª alteração contratualfls.5/8




CZASUŁA X

[illegible]

〃 〃 〃 〃
 〃 〃 〃 〃
 〃 〃 〃 〃

CLĂUȘULĂ XI



CLÁUSULA XII

meow.



CLÁUSULA XIII

...e somente serão válidas se assinadas em conjunto, pelo menos 75% do capital social, mas produzirão efeitos para aqueles que não a tenham assinado.

Rádio Cidade de Campinas Limitada - 11ª alteração contratual fls.6/8



CLÁUSULA XIV

A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Declarações

CLÁUSULA XV

Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crimes falimentares, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo e contra a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA XVI

O capital social está inteiramente integralizado e os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Dos casos omissos e do foro

CLÁUSULA XVII

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre os sócios, buscando-se subsídios na lei de sociedades por ações e em toda a legislação, especialmente na que rege a execução dos serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA XVIII

Os sócios elegem o foro da Comarca de Campinas, no Estado de São Paulo, para conhecer, em primeira instância, de qualquer pendência oriunda do presente contrato.

Assim, por estarem em tudo justos e contratados, assinam o presente instrumento em três (03) vias, de igual teor

Rádio Cidade de Campinas Ltda - 11ª alteração contratual fls. 7/8



e forma e para um único efeito, juntamente com (02) duas testemunhas. Cada via tem 8 páginas impressas apenas no anverso.

Campinas, 15 de setembro de 2011

ass. Odilon Garcia Nascimento Filho

ass. Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento

Testemunhas:

1-

Nome: Dulcinea Figueiredo de Araujo Izidoro
RG : 15.658.433-5 SSP/SP
CPF: 068.430.088-52

2-

Nome: Nilza Ferreira do Nascimento Tinini
RG : 11.992.268-X SSP/SP
CPF: 819.645.448-15

Odilon Garcia Nascimento Filho
OAB/SP 36.854



Rádio Cidade de Campinas Limitada - 11ª alteração contratualfls.8/8



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CNPJ: 46241816000108

Presidente:

Endereço: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO - JARDIM SAO GABRIEL

E-mail: radiocidade@radiocidade.fm.br

Capital Social: 116.000,00

Reserva de Capital:

Total: 116.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
031.180.048-35	MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	500	29.000,00
134.876.398-15	ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	1.500	87.000,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
031.180.048-35	MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	DIRETORA	
134.876.398-15	ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	DIRETOR	

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

[Exportar Excel](#)

BOM DIA
Sérgio Rossi JuniorSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 46.241.816/0001-08

RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	031.180.048-35	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	134.876.398-15	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu

Usuário: **sergior.mc** - Sérgio Rossi JuniorData: **08/10/2015**Hora: **09:13:27**

BOM DIA
Sérgio Rossi JuniorSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 031.180.048-35

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	031.180.048-35	RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Sócio	117	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Sócio	560	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas

Usuário: [sergior.mc](#) - Sérgio Rossi Junior

Data: 08/10/2015

Hora: 09:13:32

**BOM DIA**
Sérgio Rossi JuniorSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 134.876.398-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	134.876.398-15	RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Sócio	351	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas

Usuário: [sergior.mc](#) - Sérgio Rossi Junior**Data:** 08/10/2015**Hora:** 09:13:53



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA**

CNPJ: **46.241.816/0001-08**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:14:18 do dia 08/10/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/11/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
223	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	SP	Campinas	FM	3	M	
248	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	SP	Itu	FM	3	M	
248	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	SP	Itu	FM	3	B	

Usuário: - Data: 08/10/2015 Hora: 09:14:09

Registro 1 até 3 de 3 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Menu Principal](#) ▼Sistemas
InterativosSRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: Campinas
Frequência: 92,5 MHz
Classe: A1
Canal: 223

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
Nome Fantasia: RADIO CIDADE/RADIO MIX
Nº Estação: 7803850
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 02008009149
CNPJ: 46.241.816/0001-08
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento: 13/10/2003

☐ Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
Fase: 3 - Licenciada

Nº Fistel: 02008009149

Coordenadas Geográficas do Município

Município:**Latitude:** **Longitude:** **Raio:**

Coordenadas Geográficas

Latitude: ° ' " Sul **Longitude:** ° ' " **Local Especifico:** **Coordenada**
pré-fixada?: Não

Características

Canal: 223**Frequência:** 92,5**Classe:** **Canal Educativo?:**

Limitações

Limitações: ☐ Sim ☐ Não

Potência Determinada

Não possui Potência Determinada.

Histórico / Observações

Histórico:

RESOLUCAO ANATEL 125/99; ATO 8.593/2000;Ato nº 2.749, de 30/4/2015, publicado no DOU. de 4/5/2015.

Máximo: 250 **Digitados:** 98**Observação:**

Coordenadas pré-fixadas: 22S5637;47W0150.

Máximo: 250 **Digitados:** 41

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

Nome Fantasia: RADIO CIDADE/RADIO MIX

Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil

Cep: 13045320

Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO

Número: 17

Complemento:

Bairro: JARDIM SAO GABRIEL

UF: SP

Município: Campinas

Distrito:

SubDistrito:

Telefone: 19 32767676

Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil

Cep: 13045320

Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO

Número: 17

Complemento:

Bairro: JARDIM SAO GABRIEL

UF: SP

Município: Campinas

Distrito:

SubDistrito:

Telefone: Fax: E-mail:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: Data Publicação:
Contrato/Convênio:SCRAD Técnico: Data Limite
Instalação: Número do Processo:

Fistel: 02008009149

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	09/09/1975	Outorga	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Substituição de Equipamento	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	18/10/1985	Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Substituição de Equipamento	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	08/08/1997	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	31/10/1997	Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Substituição de Equipamento	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	30/06/2000	Deliber. do C. Nacional	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	ER	<input type="text"/>	14/12/2000	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	20/09/2010	Multa	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	08/04/2010	Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	20/02/2013	Deliber. do C. Nacional	Jur.

☑ Característica da Estação Instalada

☑ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA - CNPJ/CPF(46.241.816/0001-08)**Município/UF:** CAMPINAS/SP**Indicativo:** ZYD817**Situação:** Entidade não possui débitos**Canal PB:** 223**Classe PB:** A1

Características de Operação

Classe: **Canal:** **Dia Início****Dia Fim****Hora Início****Hora Fim****X**

Tela Inicial

Imprimir

[Menu Principal](#) ▼Sistemas
InterativosSRD » » Relatórios » » **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: SP

Município: Campinas

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
ALTA VISTA RADIO E TELEVISAO LTDA	Campinas	10/04/2008	10/04/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	Campinas	23/02/1996	23/02/2006
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	Campinas	09/09/2005	09/09/2015
RADIO CULTURA DE CAMPINAS LTDA	Campinas	01/05/1994	01/05/2004
RADIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS LTDA	Campinas	01/05/1994	01/05/2004
RADIO MORENA STEREO LTDA	Campinas	03/11/2003	03/11/2013
REDE CENTRAL DE COMUNICACAO LTDA	Campinas	30/01/2008	30/01/2018

Usuário: - Data: **08/10/2015** Hora: **09:15:14**Registro **1** até **7** de **7** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)



Superior Tribunal de Justiça

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) AGRADO EM RECURSO ESPECIAL nº 645027/SP, do(a) qual é Relatora a Excelentíssima Senhora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI e no qual figuram, como AGRAVANTE, SARA ROSSILHO ASSIRATI, advogados(as) JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR E OUTRO(S) (SP142452), FABIANA FERNANDEZ (SP130561) e, como AGRAVADO, ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, advogados(as) ELAINE CRISTINA CONTI E OUTRO(S) (SP213654), constam as seguintes fases: em 25 de Novembro de 2014, RECEBIDOS OS AUTOS ELETRONICAMENTE NO(A) SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TJSPPC - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - PÁTIO DO COLÉGIO; em 02 de Fevereiro de 2015, DISTRIBUÍDO POR SORTEIO À MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI - QUARTA TURMA; em 02 de Fevereiro de 2015, CONCLUSOS PARA DECISÃO AO(À) MINISTRO(A) MARIA ISABEL GALLOTTI (RELATORA) - PELA SJD; em 24 de Fevereiro de 2015, RECEBIDOS OS AUTOS NO(A) COORDENADORIA DA QUARTA TURMA; em 24 de Fevereiro de 2015, CONHECIDO O RECURSO DE SARA ROSSILHO ASSIRATI E NÃO-PROVIDO (PUBLICAÇÃO PREVISTA PARA 25/02/2015); em 24 de Fevereiro de 2015, DISPONIBILIZADO NO DJ ELETRÔNICO - DESPACHO / DECISÃO; em 25 de Fevereiro de 2015, PUBLICADO DESPACHO / DECISÃO EM 25/02/2015; em 04 de Março de 2015, ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTO MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 000122-2015-CORD4T COM CIENTE EM 02/03/2015 (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL); em 05 de Março de 2015, TRANSITADO EM JULGADO EM 03/03/2015; em 05 de Março de 2015, BAIXA DEFINITIVA PARA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO.

Certidão gerada via internet com validade de 30 dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Número da Certidão: **736332**

Código de Segurança: **5EC5.396C.847E.D98B**

Data de geração: **08 de Outubro de 2015, às 10:43:29**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.023095/2015-47		
Entidade: Rádio Cidade de Campinas Ltda.		
Localidade: Campinas	UF: SP	Serviço: FM
Período(s): 09/09/2015 a 09/09/2025		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			1/6
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			19
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			20
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		X		
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			48-52 (2011 a 2015)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);		X		43-47 (2010 a 2014)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			5 (0758807)
				21
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;		X		
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			22

10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			23
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			24
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			25
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	X			4 (53900.052472/ 2015-55)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	X			5 (53900.052472/ 2015-55)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	X			100-104
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		X		

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES

DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	Fl(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento	X			X		53 Certidão de Distribuição- 1ª Instância – Cível - Positiva
							54-59 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0021474-30.2010.8.26.0114 – 2º Vara da Fazenda Pública – Campinas/SP
							7 (53900.052472/2015-55) Certidão de Distribuição- 2ª Instância – Cível - Positiva

							<p>8 (53900.052472/2015-55) Andamento Processual- 2ª Instância – 1ª Câmara de Direito Privado - Processo nº 9079009-14.2007.8.26.0000</p>
							<p>9 (53900.052472/2015-55) Andamento Processual- 2ª Instância – 30ª Câmara de Direito Privado - Processo nº 0006816-30.2012.8.26.0114</p>
	Odilon Garcia Nascimento Filho						<p>61- 63 Certidão de Distribuição- Positiva</p>
							<p>64 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 063011-11.2007.8.26.0114 – 9ª Vara Cível – Campinas/SP</p>
							<p>65 -70 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0075009-73.2007.8.26.0114 – 2º Vara da Fazenda Pública – Campinas/SP</p>
							<p>71-72 Certidão Expedida pelo Escritório de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0073773-52.2008.8.26.0114 – 2ª Vara Cível – Campinas/SP</p>
							<p>73-77 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0021474-30.2010.8.26.0114 – 2º Vara da Fazenda Pública – Campinas/SP</p>

<p>78 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 4031299- 22.2013.8.26.0114 – 8ª Vara Cível – Campinas/SP</p>
<p>79 Certidão Expedida pelos Escritórios de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0550398- 33.2006.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP</p>
<p>80 Certidão Expedida pelos Escritórios de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0079294- 41.2009.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP</p>
<p>81 Certidão Expedida pelos Escritórios de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0079301- 33.2009.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP</p>
<p>82 Certidão Expedida pelos Escritórios de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0079302- 18.2009.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP</p>

<p>83 Certidão Expedida pelo Escritório de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0079303- 03.2009.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP</p>

<p>84 Certidão Expedida pelo Escritório de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0079304- 85.2009.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP</p>

<p>85 Certidão Expedida pelo Escritório de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0505682- 42.2011.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP</p>

<p>86 Certidão Expedida pelo Escritório de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0514236- 63.2011.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP</p>

<p>87 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0507321- 61.2012.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP</p>

88 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0510455- 96.2012.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP
89 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0511065- 64.2012.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP
90 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0511148- 80.2012.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP
91 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0511891- 90.2012.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP
92 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0512537- 03.2012.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP
93 Certidão Expedida pelo Escritório de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0079296- 11.2009.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP

94
Certidão Expedida
pelo Escritório de
Advocacia Araújo
Advogados
Associados –
Processo nº 0079299-
63.2009.8.26.0114 –
Setor de Execuções
Fiscais –
Campinas/SP

17
(53900.052472/2015-
55)
Certidão de
Distribuição- 2ª
Instância – Cível -
Positiva

18
(53900.052472/2015-
55)
Andamento
Processual- 2ª
Instância – 6ª
Câmara de Direito
Público - Processo nº
0107861-
02.2010.8.26.0000

19
(53900.052472/2015-
55)
Andamento
Processual- 2ª
Instância - Processo
nº 0004724-
68.1991.8.26.0000

20
(53900.052472/2015-
55)
Andamento
Processual- 2ª
Instância – 35ª
Câmara de Direito
Privado - Processo
nº 9186543-
17.2007.8.26.0000

21
(53900.052472/2015-
55)
Andamento
Processual- 2ª
Instância – 1ª
Câmara de Direito
Privado - Processo
nº 9079009-
14.2007.8.26.0000

						<p>22 (53900.052472/2015-55) Andamento Processual- 2ª Instância – 30ª Câmara de Direito Privado - Processo nº 0006816-30.2012.8.26.0114</p>
						<p>23 (53900.052472/2015-55) Andamento Processual- 2ª Instância – 26ª Câmara de Direito Privado - Processo nº 90000282-41.2007.8.26.0000</p>
						<p>24 (53900.052472/2015-55) Andamento Processual- 2ª Instância – 33ª Câmara de Direito Privado - Processo nº 0063011-11.2007.8.26.0114</p>
						<p>25 (53900.052472/2015-55) Andamento Processual- 2ª Instância – 27ª Câmara de Direito Privado - Processo nº 0057258-15.2003.8.26.0114</p>
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª instância;	Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento	X		X		60- Certidão de Distribuição- 1ª Instância – Criminal
						9(53900.052472/2015-55) - Certidão de Distribuição- 2ª Instância – Criminal
	Odilon Garcia Nascimento Filho	X		X		95- Certidão de Distribuição- 1ª Instância – Criminal

							26(53900.052472/2015-55) - Certidão de Distribuição- 2ª Instância – Criminal
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento	X		X			98 (Justiça Federal - 1ª Instância - Cível/Criminal)
							99 (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)
							11(53900.052472/2015-55) (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)
	Odilon Garcia Nascimento Filho	X		X			96 (Justiça Federal - 1ª Instância- Cível/Criminal)
							97 (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)
							27(53900.052472/2015-55) (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento	X		X			98 (Justiça Federal - 1ª Instância- Cível/Criminal)
							99 (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)
							11(53900.052472/2015-55) (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)
	Odilon Garcia Nascimento Filho	X		X			96 (Justiça Federal - 1ª Instância)
							97 (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)
							27(53900.052472/2015-55) (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)

DOCUMENTOS	NOME (S)	SIM	NAO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento	X			12 (53900.052472/2015-55)
	Odilon Garcia Nascimento Filho	X			28 (53900.052472/2015-55)
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral ;	Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento	X			13 (53900.052472/2015-55)
	Odilon Garcia Nascimento Filho	X			29 (53900.052472/2015-55)
23- certidões de protestos de títulos ;	Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento	X			14-16 (53900.052472/2015-55)
	Odilon Garcia Nascimento Filho	X			30-32 (53900.052472/2015-55)

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
<ul style="list-style-type: none"> - Declaração que a emissora não pertence a nenhum monopólio nem tampouco a nenhum oligopólio, não infringindo, desta forma, as vedações do §5º do artigo 220 da Constituição Federal- Fls. 7 - Declaração que conhece das cláusulas que passarão a regular suas relações com o Poder Concedente no novo período de exploração do serviço – Fls. 8 - Declaração que a emissora cumpre as normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcóolicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme as disposições constitucionais (artigo 220, §4º, da Constituição Federal) e legais (Lei 9.294/1996) – Fls. 9 - Declaração que a emissora cumpre e m sua programação: máximo de 25% do tempo reservado à propaganda comercial e mínimo de 5% do tempo reservado ao serviço noticioso, bem como o cumprimento da obrigação de transmitir 5 horas semanais de programas educacionais – Fls. 10 - Programação Básica – Fls. 11-14 - Declaração que cumpre a sua finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal – Fls. 15 - Declaração que a emissora cumpre suas obrigações pautadas nos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado em sua programação, nos moldes do artigo 221, IV, da Constituição Federal – Fls. 16 - Declaração que os responsáveis pela gestão das atividades, área editorial e direção da programação, são brasileiros natos – Fls. 17 - Documento de Identificação: Odilon Garcia Nascimento Filho – Fls. 18; - RAIS – ANO-BASE 2013 – Fls. 26-42 - 11ª Alteração do Contrato Social – Fls. 105-112 - Declaração de que a entidade encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente, de acordo com os parâmetros técnico previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação, Processo nº 53830.000824/1998, Licença nº899- Fls. 6 (53900.052472/2015-55)

Observações:
Análise:
Analista: Sérgio Rossi Júnior Cargo: Analista

NOTA TÉCNICA Nº 22749/2015/SEI-MC

Processo nº 53900.023095/2015-47

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Radio Cidade de Campinas Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campinas, estado de São Paulo, referente ao seguinte período: 09/09/2015 a 09/09/2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a manifestação jurídica referencial exarada pela Consultoria Jurídica - Conjur, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (cujo inteiro teor se encontra disponível no sítio desta Pasta).

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º 0759318), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVO À RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA:

- 3.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- 3.2. Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
- 3.3. prova de regularidade relativa ao INSS;
- 3.4. laudo técnico ou declaração, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão (modelos de ambos os documentos disponíveis no seguinte endereço: <http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga>);

RELATIVO À SRA. MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA:

- 3.5. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 9079009-14.2007.8.26.0000, entrado em 26/09/2007, em trâmite na 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.6. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0006816-30.2012.8.26.0114, entrado em 23/12/2012, em trâmite na 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

RELATIVO AO SR. ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO:

- 3.7. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0073773-52.2008.8.26.0114, ajuizado em 09/12/2008, em trâmite na 2ª Vara Cível no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.8. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0550398-33.2006.8.26.0114, ajuizado em 04/12/2006, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.9. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0079294-41.2009.8.26.0114, ajuizado em 16/12/2009, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.10. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0079296-11.2009.8.26.0114, ajuizado em 16/12/2009, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.11. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0079299-63.2009.8.26.0114, ajuizado em 17/12/2009, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.12. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0079301-33.2009.8.26.0114, ajuizado em 17/12/2009, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

- 3.13. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0079302-18.2009.8.26.0114, ajuizado em 17/12/2009, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.14. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0079303-03.2009.8.26.0114, ajuizado em 17/12/2009, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.15. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0079304-85.2009.8.26.0114, ajuizado em 17/12/2009, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.16. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0505682-42.2011.8.26.0114, ajuizado em 07/12/2011, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.17. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0514236-63.2011.8.26.0114, ajuizado em 07/12/2011, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.18. Certidão de Objeto e Pé relativo à Apelação Cível nº 073773-52.2008.8.26.0114, interposto em 11/03/2014, em trâmite na Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.19. Certidão de Objeto e Pé relativo à Apelação Cível nº 0057258-15.2003.8.26.0114, interposto em 05/10/2011, em trâmite na 27ª Câmara de Direito Privado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.20. Certidão de Objeto e Pé relativo à Apelação Cível nº 0063011-11.2007.8.26.0114, interposto em 18/08/2010, em trâmite na 33ª Câmara de Direito Privado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.21. Certidão de Objeto e Pé relativo à Apelação Cível nº 0057258-15.2003.8.26.0114, interposto em 05/10/2011, em trâmite na 27ª Câmara de Direito Privado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.22. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Agravo de Instrumento nº 9000282-41.2007.8.26.0000, interposto em 19/06/2007, em trâmite na 26ª Câmara de Direito Privado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.23. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Apelação Cível nº 0006816-30.2012.8.26.0114, interposto em 23/10/2012, em trâmite na 30ª Câmara de Direito Privado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.24. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Apelação Cível nº 9079009-14.2007.8.26.0000, interposto em 26/09/2007, em trâmite na 1ª Câmara de Direito Privado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.25. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Apelação Cível nº 9186543-17.2007.8.26.0000, interposto em 27/08/2007, em trâmite na 35ª Câmara de Direito Privado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.26. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Apelação Cível nº 9016116-17.1989.8.26.0000, interposto em 09/01/1989, em trâmite na Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.27. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Mandado de Segurança nº 0004724-68.1991.8.26.0000, interposto em 24/06/1991, em trâmite na Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.28. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Agravo de Instrumento nº 0107861-02.2010.8.26.0000, interposto em 11/03/2010, em trâmite na 6ª Câmara de Direito Público no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

4. Não obstante, submeta-se o feito à consideração do Coordenador do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Rossi Junior, Analista**, em 08/10/2015, às 16:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Chefe de Serviço**, em 08/10/2015, às 16:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 09/10/2015, às 10:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0759320** e o código CRC **012AFA43**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 33214/2015/SEI-MC

Brasília, 08 de outubro de 2015

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
Rua Paulo Nogueira Filho, 17, Jardim São Gabriel
13.045-320 Campinas/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.023095/2015-47**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica nº 22.749/2015/SEI-MC , com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 09/10/2015, às 10:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0759533** e o código CRC **EA1E9FD7**.

Data de Envio:

09/10/2015 15:23:41

De:

MC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

dulce@radiocidade.fm.br
odilongarcia@radiocidade.fm.br
nilza@radiocidade.fm.br
marcosbarreto@radiocidade.fm.br
cappia@emcprojetos.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.023095/2015-47

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_0759533.html
Nota_Tecnica_0759320.html

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53900.023095/2015-47		
Entidade: RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA.		CNPJ: 46.241.816/0001-08
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: Campinas	UF: SP
Validade da Outorga: vencida	Período: 9.9.2015 a 9.9.2025	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	PENDENTE	(0512500) fl. 1
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	PENDENTE	

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE	
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	(0756584) fl. 5

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	PENDENTE	
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	F (0512500) fl. 23
			E (0512500) fl. 23
			M (0512500) fl. 23
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	PENDENTE	(0758807) fl. 5
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	(0512500) fl. 23 (0512500) fl. 22
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	(0756584) fl. 4
	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	PENDENTE	

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Ricardo Henrique P. Nolasco CARGO: Chefe de Serviço	25.03.2020

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 6104/2020/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.023095/2015-47

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campinas, estado de São Paulo, referente ao seguinte período: 9.9.2015 a 9.9.2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido a que se refere o parágrafo 1, chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por conduto do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que tratava dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial. Referida manifestação buscava uniformizar entendimento, no âmbito da Conjur, sobre os documentos necessários para a regular instrução dos processos de renovação.

3. Ocorre que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017 e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

4. Assim, considerando-se os termos das supracitadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada **apresente os seguintes documentos pendentes:**

4.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

4.2. ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

4.3. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;

4.4. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (**assinados pelo profissional de contabilidade e pelo administrador (a) da pessoa jurídica interessada, nos termos do § 2º do art. 1.184 do CC/02**), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

4.5. prova de inscrição no CNPJ;

4.6. prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

4.7. laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, (**vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração**), que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.

Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:

[Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018](#) - FM / TV

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 4º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 30/03/2020, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5337347** e o código CRC **EC4ADB2A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 12207/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 25 de março de 2020.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. (CNPJ nº 46.241.816/0001-08)
Rua Paulo Nogueira Filho, 17, Jardim São Gabriel
13045 320 - Campinas/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.023095/2015-47.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica nº 6104/2020/SEI-MCTIC e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 5337351), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 30/03/2020, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5337350** e o código CRC **665C8F2E**.

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

*RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Data de Envio:

03/04/2020 10:35:48

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

DULCE@RADIOCIDADEFM.BR
odilongarcia@radiocidade.fm.br
nilza@radiocidade.fm.br
marcosbarreto@radiocidade.fm.br
cappia@emcprojetos.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53900.023095/2015-47

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5337350.html
Nota_Tecnica_5337347.html
Requerimento_5337351_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA.pdf



BOM DIA

André Luis Teles Ghillioni

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 46.241.816/0001-08											
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	031.180.048-35	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2250	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2250	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	134.876.398-15	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	6750	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	6750	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu



BOM DIA

André Luis Teles Ghillioni

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 031.180.048-35									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	031.180.048-35	RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Diretor (DIRETORA GERAL)	0	--	--	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Sócio	560	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Sócio	176	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2250	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2250	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu

Usuário: andrel.colab - André Luis Teles Ghillioni

Data: 19/01/2023

Hora: 10:27:39



BOM DIA

André Luis Teles Ghillioni

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		134.876.398-15									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	<u>134.876.398-15</u>	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	<u>46.241.816/0001-08</u>	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	<u>46.241.816/0001-08</u>	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO LASER LTDA	<u>46.992.731/0001-61</u>	Sócio	146	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	<u>46.241.816/0001-08</u>	Sócio	6750	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	<u>46.241.816/0001-08</u>	Sócio	6750	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu

Usuário: andrel.colab - André Luis Teles Ghillioni

Data: 19/01/2023

Hora: 10:27:51



BOM DIA

André Luis Teles Ghillioni

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	46.241.816/0001-08

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **andrel.colab - André Luis Teles Ghillioni** Data: **19/01/2023** Hora: **10:28:19**



BOM DIA

André Luis Teles Ghillioni

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SRD »» Relatórios »» **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: SP	Município: Campinas			
Entidade	Município	Data Outorga	Validade	
ALTA VISTA RADIO E TELEVISAO LTDA	Campinas			
CAMPINAS RADIODIFUSAO LTDA	Campinas			
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	Campinas	23/02/1996	23/02/2006	
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	Campinas			
RADIO CULTURA DE CAMPINAS LTDA	Campinas	01/05/1994	01/05/2004	
RADIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS LTDA	Campinas	01/05/1994	01/05/2004	
RADIO MORENA STEREO LTDA	Campinas			
REDE CENTRAL DE COMUNICACAO LTDA	Campinas			

Usuário: andrel.colab - André Luis Teles Ghillioni Data: 19/01/2023 Hora: 10:30:16

Registro 1 até 8 de 8 registros Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA**

CNPJ: **46.241.816/0001-08**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:30:23 do dia 19/01/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/02/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

Id solicitação: 57dbac468f9da

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	
Nome Fantasia: RADIO CIDADE/RADIO MIX	
Telefone: (19) 32767676	E-mail: radiocidade@radiocidade.fm.br
CNPJ: 46.241.816/0001-08	Número do Fistel: 02008009149
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 09/09/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 09/09/2025	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99; ATO 8.593/2000;Ato nº 2.749, de 30/4/2015, publicado no DOU. de 4/5/2015.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Complemento:	
Bairro: JARDIM SAO GABRIEL	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Complemento:	
Bairro: JARDIM SAO GABRIEL	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Paulo Nogueira Filho	Complemento:	
Bairro: Jardim São Gabriel	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Paulo Nogueira Filho	Complemento:	
Bairro: Jardim São Gabriel	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Campinas	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 223	Frequência: 92.5 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 39.02kW
HCI: 67.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 7803850	Número Indicativo: ZYD817
Data Último Licenciamento: 19/08/2021	Número da Licença: 53500.058524/2021-58

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22° 56' 35.00" S	Longitude: 47° 01' 51.00" W	Cota da base: 784.20 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 029401XXX00518	Modelo: FM 25000
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 25.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HF 3 1/8	Fabricante: KMP-CABOS E SISTEMAS ESPECIAIS		
Comprimento da Linha: 86.00 m	Atenuação: .38 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: 6814-4	Fabricante: SHIVELLY LABS				
Ganho: 3.26 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: .00 °	Polarização: Circular	HCI: 67.5 m	ERP Máxima: 39.02 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0.01	10°: 0.03	15°: 0.07	20°: 0.12	25°: 0.19	30°: 0.27	35°: 0.36	40°: 0.48	45°: 0.61	50°: 0.74	55°: 0.88
60°: 1.01	65°: 1.15	70°: 1.28	75°: 1.41	80°: 1.55	85°: 1.69	90°: 1.83	95°: 1.98	100°: 2.12	105°: 2.27	110°: 2.42	115°: 2.58
120°: 2.73	125°: 2.91	130°: 3.09	135°: 3.28	140°: 3.46	145°: 3.62	150°: 3.74	155°: 3.82	160°: 3.87	165°: 3.9	170°: 3.92	175°: 3.95
180°: 4.01	185°: 4.15	190°: 4.32	195°: 4.51	200°: 4.68	205°: 4.76	210°: 4.73	215°: 4.53	220°: 4.23	225°: 3.83	230°: 3.42	235°: 3.05
240°: 2.73	245°: 2.52	250°: 2.35	255°: 2.21	260°: 2.09	265°: 1.96	270°: 1.83	275°: 1.69	280°: 1.55	285°: 1.41	290°: 1.28	295°: 1.15
300°: 1.01	305°: 0.88	310°: 0.74	315°: 0.61	320°: 0.48	325°: 0.36	330°: 0.27	335°: 0.19	340°: 0.12	345°: 0.07	350°: 0.03	355°: 0.01

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 319177---00176	Modelo: BTF-10E1
Fabricante: RCA	Potência de Operação: 10.000 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: HF 3 1/8	Fabricante:		
Comprimento da Linha: 86.00 m	Atenuação: .38 dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 39.02 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	728	Portaria	MC	03/09/1975	09/09/1975	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	302	Portaria	Dentel	20/02/1976	05/03/1976	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53504013259/2012-58	5191	Portaria	MCTIC		13/09/2018	Multa	Jurídico
9999	1568	Portaria	MC	27/09/1985		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	242	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Jurídico
29100.001053/1985	423	Portaria	MC	09/06/1986	16061986/00/0000	Consol. Carac. Técnicas	Técnico
9999	290796	Despacho	MC	29/07/1996	08/08/1997	Advertência	Jurídico
9999	471	Portaria	MC	26/09/1997	31/10/1997	Renovação	Jurídico
9999	461	Portaria	MC	17/12/1998		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	149	Decreto Legislativo	CN	29/06/2000	30/06/2000	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	13716	Ato	ER	12/12/2000	14/12/2000	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	405	Portaria	MC	18/12/2008	20/09/2010	Multa	Jurídico
9999	176	Portaria	MC	24/03/2010	08/04/2010	Renovação	Jurídico
9999	167	Decreto Legislativo	CN	19/02/2013	20/02/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.047835/2017-13	7064	Ato	ORLE	03/03/2017	30/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo



NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA				CNPJ 46241816000108
Nº DA ESTAÇÃO 7803850	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 22° 56' 35.00" S	LONGITUDE 47° 01' 51.00" W
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Paulo Nogueira Filho, nº 17.		DISTRITO		
BAIRRO Jardim São Gabriel		MUNICÍPIO Campinas		UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 09/09/2025

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: Campinas UF: SP

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 92.5 MHz CANAL: 223

CLASSE: A1 COTA BASE DA TORRE: 784.20

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYD817

NOME FANTASIA: RADIO CIDADE/RADIO MIX NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Campinas

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Paulo Nogueira Filho BAIRRO: Jardim São Gabriel

MUNICÍPIO: Campinas UF: SP

NUMERO: 17 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: MTA Eletrônica Industrial Ltda. MODELO: FM 25000

CÓDIGO: 029401XXX00518 POTÊNCIA: 25.000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: RCA MODELO: BTF-10E1

CÓDIGO: 319177---00176 POTÊNCIA: 10.000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: SHIVELLY LABS MODELO: 6814-4

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 3.26 dBd

DESCRIÇÃO: OMNI- 4 ELEMENTOS ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: .00 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 67.5 m BEAM TILT: .00 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: HF 3 1/8

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP-CABOS E SISTEMAS ESPECIAIS MODELO: HF 3 1/8

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 19/01/2023 11:38:42

APLICAÇÃO

Emitido Em
19/08/2021

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlnbmNhOjoyMDIzNjNjOTQ3ZTA3N2Y0Nw==>



SRD - Licenciamento

Version 1.0

[Canais](#) [Solicitações](#) [Canais Excluídos](#)

Todos

+ RTV/RTVD Secundário

2 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar | Salvar Filtro/Ordenação

Ação	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Canal	Frequência	Classe	Serviço	Serviço	Local Específico	Finalidade	Caráter	Fase	Município	UF	Data	Id do Canal
		462418160001									(Todas)						
Resumo Estação	(FM-C4) Canal Licenciado	46241816000108	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	02008009149	223	92.5	A1	230	FM		Comercial	P	2	Campinas	SP	2021-08-19 16:39:27	57dbac468f9da
Resumo Estação	(FM-C3) Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento	46241816000108	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	02022879635	248	97.5	A1	230	FM		Comercial	P	2	Itu	SP	2021-09-23 11:11:37	57dbac48c818d



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.241.816/0001-08 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/03/1974
NOME EMPRESARIAL RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CIDADE DE CAMPINAS		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R PAULO NOGUEIRA FILHO	NÚMERO 17	COMPLEMENTO *****
CEP 13.045-320	BAIRRO/DISTRITO JD. SAO GABRIEL	MUNICÍPIO CAMPINAS
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO DULCE@RADIOCIDADE.FM.BR	TELEFONE (19) 3276-7676	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/11/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/01/2023 às 10:43:41 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	46.241.816/0001-08
NOME EMPRESARIAL:	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$522.000,00 (Quinhentos e vinte e dois mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ODILON GARCIA NASCIMENTO NETO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	FABIO BARBOSA GARCIA NASCIMENTO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 19/01/2023 às 10:43 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 46.241.816/0001-08
Razão Social: RADIO CIDADE CAMPINAS LTDA REMAG
Endereço: R PAULO NOGUEIRA FILHO 17 / JD SAO GABRIEL / CAMPINAS / SP / 13046-360

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/01/2023 a 10/02/2023

Certificação Número: 2023011200400276199953

Informação obtida em 19/01/2023 10:44:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
CNPJ: 46.241.816/0001-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:45:46 do dia 19/01/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/07/2023.

Código de controle da certidão: **900C.3E4C.24B9.25D6**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 46.241.816/0001-08

Certidão nº: 2609849/2023

Expedição: 19/01/2023, às 10:46:52

Validade: 18/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **46.241.816/0001-08**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Prefeitura Municipal de Campinas

Secretaria Municipal de Finanças

CERTIDÃO NEGATIVA DE QUALQUER ORIGEM

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA.

CNPJ: 46.241.816/0001-08

A Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da Secretaria Municipal de Finanças, **CERTIFICA**, para fins de direito, que até a presente data a pessoa jurídica acima identificada não possui débitos exigíveis de qualquer origem tributária ou não tributária perante a Fazenda Pública Municipal, registrados no Sistema de Informações Municipais - SIM, relativos aos imóveis e inscrições mobiliárias vinculadas ao CNPJ supracitado.

Não estão incluídos nesta certidão eventuais débitos referentes aos itens abaixo:

1. De responsabilidade da pessoa jurídica, em virtude de processos de fusão, cisão, incorporação ou transformação;
2. Relativos a imóveis cujo cadastro não tenha sido atualizado junto à municipalidade, nos termos da legislação aplicável;
3. Relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, estando o contribuinte sob o regime do Simples Nacional, os quais devem ser verificados junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal de exigir valores relativos a créditos tributários ou não tributários de responsabilidade do sujeito passivo, acima identificado, que porventura venham a ser lançados e/ou constituídos, e/ou a ele atribuídos em função de higienização cadastral, como contribuinte ou como responsável, nos termos da legislação aplicável, ainda que relativos a período abrangido por esta certidão.

A Secretaria Municipal de Finanças ressalta que a atualização cadastral junto aos Sistemas Informatizados da municipalidade, de imóveis e da própria pessoa jurídica, é de inteira responsabilidade do sujeito passivo, sujeitando-se às penalidades legais quando cabíveis, conforme legislação aplicável.

A Secretaria Municipal de Finanças disponibiliza esta certidão via internet nos termos do Decreto nº 18.978 de 14 de janeiro de 2016 e das Instruções Normativas SMF nº 001/2011 de 04 de março de 2011 e SMF nº 08/2014 de 19 de Novembro de 2014, cuja autenticidade pode ser confirmada no endereço eletrônico: <https://certidoes-web.campinas.sp.gov.br>

DADOS DA CERTIDÃO

Data de emissão: 19/01/2023 - 10:48:34

Validade: 20/03/2023

Assinatura eletrônica: 000729.0852220.230119

Endereço IP: 200.130.17.202

Taxa de certidão: GRATUITA



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 46.241.816/0001-08

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23010609637-99

Data e hora da emissão 19/01/2023 10:49:42

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



19/01/2023

0063203037

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 3068848**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 18/01/2023, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA, CNPJ: 46.241.816/0001-08, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 19 de janeiro de 2023.

PEDIDO Nº:

0063203037





CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA**

CPF/CNPJ: **46.241.816/0001-08**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 14:07:10 do dia 14/03/2024 , com validade até o dia 13/04/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: zeKsE5Z62Ly7W13JoYar

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Data de Envio:

19/01/2023 14:37:56

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corr@com.gov.br>

Para:

cgfm@com.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53900.023095/2015-47

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53900.023095/2015-47

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qui, 19/01/2023 15:05

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas/SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 19 de janeiro de 2023 14:37

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53900.023095/2015-47

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

[Menu Principal](#) ▼BOA TARDE
KENIA DA SILVA VIEIRASistemas
InterativosBOLETO »» **Nada Consta**[menu](#) [ajuda](#)

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA**CNPJ:** 46.241.816/0001-08

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:12:06 do dia 14/03/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/04/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA				CNPJ 46241816000108	
Nº DA ESTAÇÃO 7803850	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 22° 56' 35.00" S	LONGITUDE 47° 01' 51.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Paulo Nogueira Filho, nº 17.				DISTRITO	
BAIRRO Jardim São Gabriel				MUNICÍPIO Campinas	UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	09/09/2025				
LOCALIDADE PLANO BASICO:					
MUNICÍPIO:	Campinas	UF:	SP		
LOCALIDADE:					
FREQUENCIA:	92.5 MHz	CANAL:	223		
CLASSE:	A1	COTA BASE DA TORRE:	784.20		
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYD817				
NOME FANTASIA:	RADIO CIDADE/RADIO MIX	NUMPROCESSO:			
CIDADE DA OUTORGA:	Campinas				
ESTUDIO PRINCIPAL					
ENDEREÇO:	Paulo Nogueira Filho	BAIRRO:	Jardim São Gabriel		
MUNICÍPIO:	Campinas	UF:	SP		
NUMERO:	17	COMPLEMENTO:			
ESTUDIO AUXILIAR					
ENDEREÇO:					
MUNICÍPIO:	-	UF:			
NUMERO:		COMPLEMENTO:			
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal				
TIPO:	Diretivo				
TRANSMISSOR PRINCIPAL					
FABRICANTE:	BT Equipamentos Eletrônicos Ltda.	MODELO:	FM24KS		
CÓDIGO:	070011701323	POTÊNCIA:	25.000 kW		
TRANSMISSOR AUXILIAR					
FABRICANTE:	MTA Eletrônica Industrial Ltda.	MODELO:	FM 25000		
CÓDIGO:	029401XXX00518	POTÊNCIA:	10.000 kW		
TRANSMISSOR AUXILIAR 2					
FABRICANTE:					
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW		
ANTENA PRINCIPAL					
FABRICANTE:	SHIVELLY LABS	MODELO:	6814-4		
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	3.26 dBd		
DESCRIÇÃO:	OMNI- 4 ELEMENTOS	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	.00 graus		
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	67.5 m	BEAM TILT:	.00 graus		
ANTENA AUXILIAR					
FABRICANTE:					
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	dBd		
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus		
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus		
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR					
FABRICANTE:					
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL					
FABRICANTE:	KMP-CABOS E SISTEMAS ESPECIAIS	MODELO:	HF 3 1/8		

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 14/03/2024 15:13:42

Spontaneous Correlation

Id solicitação: 57dbac468f9da

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	
Nome Fantasia: RADIO CIDADE/RADIO MIX	
Telefone: (19) 32767676	E-mail: radiocidade@radiocidade.fm.br
CNPJ: 46.241.816/0001-08	Número do Fistel: 02008009149
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 09/09/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 09/09/2025	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99; ATO 8.593/2000;Ato nº 2.749, de 30/4/2015, publicado no DOU. de 4/5/2015.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Complemento:	
Bairro: JARDIM SAO GABRIEL	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Complemento:	
Bairro: JARDIM SAO GABRIEL	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Paulo Nogueira Filho	Complemento:	
Bairro: Jardim São Gabriel	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Paulo Nogueira Filho	Complemento:	
Bairro: Jardim São Gabriel	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Campinas	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 223	Frequência: 92.5 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 39.02kW
HCI: 67.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 7803850						Número Indicativo: ZYD817					
Data Último Licenciamento: 19/08/2021						Número da Licença: 53500.058524/2021-58					

Estação Principal											
Localização											
Latitude: 22° 56' 35.00" S				Longitude: 47° 01' 51.00" W				Cota da base: 784.20 m			

Transmissor Principal											
Código Equipamento: 070011701323						Modelo: FM24KS					
Fabricante: BT Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 25.000 kW					

Linha de Transmissão Principal											
Modelo: HF 3 1/8						Fabricante: KMP-CABOS E SISTEMAS ESPECIAIS					
Comprimento da Linha: 86.00 m			Atenuação: .38 dB/100m			Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50.00 ohms		

Antena Principal											
Modelo: 6814-4						Fabricante: SHIVELLY LABS					
Ganho: 3.26 dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: .00 °		Polarização: Circular		HCl: 67.5 m		ERP Máxima: 39.02 kW	

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0.01	10°: 0.03	15°: 0.07	20°: 0.12	25°: 0.19	30°: 0.27	35°: 0.36	40°: 0.48	45°: 0.61	50°: 0.74	55°: 0.88
60°: 1.01	65°: 1.15	70°: 1.28	75°: 1.41	80°: 1.55	85°: 1.69	90°: 1.83	95°: 1.98	100°: 2.12	105°: 2.27	110°: 2.42	115°: 2.58
120°: 2.73	125°: 2.91	130°: 3.09	135°: 3.28	140°: 3.46	145°: 3.62	150°: 3.74	155°: 3.82	160°: 3.87	165°: 3.9	170°: 3.92	175°: 3.95
180°: 4.01	185°: 4.15	190°: 4.32	195°: 4.51	200°: 4.68	205°: 4.76	210°: 4.73	215°: 4.53	220°: 4.23	225°: 3.83	230°: 3.42	235°: 3.05
240°: 2.73	245°: 2.52	250°: 2.35	255°: 2.21	260°: 2.09	265°: 1.96	270°: 1.83	275°: 1.69	280°: 1.55	285°: 1.41	290°: 1.28	295°: 1.15
300°: 1.01	305°: 0.88	310°: 0.74	315°: 0.61	320°: 0.48	325°: 0.36	330°: 0.27	335°: 0.19	340°: 0.12	345°: 0.07	350°: 0.03	355°: 0.01

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 029401XXX00518						Modelo: FM 25000					
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.						Potência de Operação: 10.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			
Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo: HF 3 1/8				Fabricante:			
Comprimento da Linha: 86.00 m		Atenuação: .38 dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: 50.00 ohms	
Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:	
				HCl: m		ERP Máxima: 39.02 kW	
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	728	Portaria	MC	03/09/1975	09/09/1975	Outorga	Jurídico
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	302	Portaria	Dentel	20/02/1976	05/03/1976	Aprovação de Local	Técnico
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53504013259/2012-58	5191	Portaria	MCTIC		13/09/2018	Multa	Jurídico
9999	1568	Portaria	MC	27/09/1985		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	242	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Jurídico
29100.001053/1985	423	Portaria	MC	09/06/1986	16061986/00/0000	Consol. Carac. Técnicas	Técnico
9999	290796	Despacho	MC	29/07/1996	08/08/1997	Advertência	Jurídico
9999	471	Portaria	MC	26/09/1997	31/10/1997	Renovação	Jurídico
9999	461	Portaria	MC	17/12/1998		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	149	Decreto Legislativo	CN	29/06/2000	30/06/2000	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	13716	Ato	ER	12/12/2000	14/12/2000	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	405	Portaria	MC	18/12/2008	20/09/2010	Multa	Jurídico
9999	176	Portaria	MC	24/03/2010	08/04/2010	Renovação	Jurídico
9999	167	Decreto Legislativo	CN	19/02/2013	20/02/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.047835/2017-13	7064	Ato	ORLE	03/03/2017	30/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
Horário de funcionamento							
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo							

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

BOA TARDE
KENIA DA SILVA VIEIRASistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIGEC >>> CONSULTAS GERAIS >>> Consultar Extrato de Lançamentos>

menu ajuda

Dados da consulta Consultar

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

Nº FISTEL: 02008009149

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 46241816000108

Situação: Ativa

Data Validade: 09/09/2005

CADIN: Não

Incid. FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

UF: SP

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO 17

Bairro: JARDIM SAO GABRIEL

Município: Campinas

CEP: 13045-320

UF: SP

End. Corresp.: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO 17

Bairro: JARDIM SAO GABRIEL

Município: Campinas

CEP: 13045-320

UF: SP

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref./ Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1329 - TFF	1	1990	31/03/1990	9.659,28	30/03/1990	9.659,28	9.659,28	0001 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1991	31/03/1991	13.597,02	27/03/1991	13.597,02	0,00	0002 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1992	31/03/1992	64.016,82	31/03/1992	101.344,24	101.344,24	0003 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	794.773,61	15/03/1993	1.437.470,67	1.303.819,40	0004 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
9999	0	1993	15/03/1993	0,00	15/03/1993	133.651,27	0,00	0005 Histórico do Lançamento	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	20.132,69	17/03/1994	47.013,82	47.013,82	0006 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	107,22	27/03/1995	72,56	72,56	0007 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00

0008										
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	53,61	29/03/1996	44,42	44,42	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0009										
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	107,22	31/03/1997	97,65	97,65	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0010										
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 1.900,00	07/08/1998	1.900,00	1.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0011										
9999	0	1998	15/06/1999	R\$ 0,00		0,00	0,00	 Histórico do Lançamento	Cancelado	0,00
0012										
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 1.900,00	29/03/1999	1.900,00	1.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0013										
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 1.900,00	21/03/2000	1.900,00	1.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0014										
8766 - TFI	1	2000	14/07/2000	R\$ 3.800,00	04/07/2000	3.800,00	3.800,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0015										
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 1.900,00	28/03/2001	1.900,00	1.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0016										
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 1.900,00	27/03/2002	1.900,00	1.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0017										
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 1.900,00	26/03/2003	1.900,00	1.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0018										
8766 - TFI	1	2003	22/11/2003	R\$ 5.800,00	19/11/2003	5.800,00	5.800,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0019										
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 2.900,00	29/03/2004	2.900,00	2.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0020										
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 2.900,00	29/03/2005	2.900,00	2.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0021										
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 2.900,00	30/03/2006	2.900,00	2.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00

1329 - TFF	1	2007	31/03/2007	R\$ 2.900,00	28/03/2007	2.900,00	2.900,00	<div>0022</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2008	31/03/2008	R\$ 2.900,00	28/03/2008	2.900,00	2.900,00	<div>0024</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2009	31/03/2009	R\$ 2.610,00	27/03/2009	2.610,00	2.610,00	<div>0025</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2009	31/05/2009	R\$ 290,00	28/05/2009	290,00	290,00	<div>0027</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 2.610,00	25/03/2010	2.610,00	2.610,00	<div>0028</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2010	31/03/2010	R\$ 290,00	25/03/2010	290,00	290,00	<div>0029</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1660	0	2010	31/10/2010	R\$ 3.313,02	28/10/2010	3.313,02	3.313,02	<div>0030</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 2.610,00	30/03/2011	2.610,00	2.610,00	<div>0031</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 290,00	30/03/2011	290,00	290,00	<div>0032</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 1.914,00	28/03/2012	1.914,00	1.914,00	<div>0033</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 290,00	28/03/2012	290,00	290,00	<div>0034</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 1.914,00	27/03/2013	1.914,00	1.914,00	<div>0035</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 290,00	27/03/2013	290,00	290,00	<div>0036</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 1.914,00	27/03/2014	1.914,00	1.914,00	<div>0037</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00

4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 290,00	27/03/2014	290,00	290,00	<div>0038</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 1.914,00	30/03/2015	1.914,00	1.914,00	<div>0039</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 290,00	30/03/2015	290,00	290,00	<div>0040</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 1.914,00	30/03/2016	1.914,00	1.914,00	<div>0041</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 290,00	30/03/2016	290,00	290,00	<div>0042</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1660	0	2016	18/09/2017	R\$ 10.966,35		0,00	0,00	<div>0043</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 1.914,00	30/03/2017	1.914,00	1.914,00	<div>0044</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 290,00	30/03/2017	290,00	290,00	<div>0045</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	13/05/2017	R\$ 349,06	07/04/2017	349,06	349,06	<div>0046</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 1.914,00	27/03/2018	1.914,00	1.914,00	<div>0047</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 290,00	27/03/2018	290,00	290,00	<div>0048</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 1.914,00	28/03/2019	1.914,00	1.914,00	<div>0049</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 290,00	28/03/2019	290,00	290,00	<div>0050</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 1.914,00	31/03/2020	1.914,00	1.914,00	<div>0053</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00

4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 290,00	31/03/2020	290,00	290,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0054										
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 1.914,00	30/03/2021	1.914,00	1.914,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0055										
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 290,00	30/03/2021	290,00	290,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0056										
8766 - TFI	1	2021	26/09/2021	R\$ 5.800,00	18/08/2021	5.800,00	5.800,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0057										
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 1.914,00	25/03/2022	1.914,00	1.914,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0058										
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 290,00	25/03/2022	290,00	290,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0059										
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 1.914,00	29/03/2023	1.914,00	1.914,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0060										
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 290,00	29/03/2023	290,00	290,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0061										
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 1.914,00		0,00	0,00	 Histórico do Lançamento	Deb.a Vencer	1.914,00
0062										
 Impressão de Boletos										
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 290,00		0,00	0,00	 Histórico do Lançamento	Deb.a Vencer	290,00
0063										
 Impressão de Boletos										
Total devido em 14/03/2024 (em reais):										2.204,00
Total de créditos em 14/03/2024 (em reais):										0,00




Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício

LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Registro 1 até 59 de 59 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

 Tela Inicial  Imprimir  Exportar Excel



BOA TARDE
KENIA DA SILVA VIEIRA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

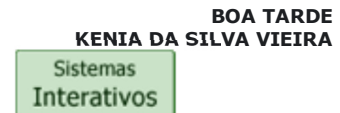
Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	46.241.816/0001-08

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 69999155120 - KENIA DA SILVA VIEIRA Data: 14/03/2024 Hora: 15:15:47

[Menu Principal](#) ▼SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)[Dados da consulta](#) [Consulta](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		46.241.816/0001-08									
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FABIO BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	175.907.728-36	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	031.180.048-35	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	4218	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	4218	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	134.876.398-15	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu

Usuário: 69999155120 - KENIA DA SILVA VIEIRA

Data: 14/03/2024

Hora: 15:18:50



BOA TARDE

KENIA DA SILVA VIEIRA

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 175.907.728-36									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FABIO BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	175.907.728-36	RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Sócio	146	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Sócio	175	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas

Usuário: 69999155120 - KENIA DA SILVA VIEIRA Data: 14/03/2024 Hora: 15:18:56



BOA TARDE

KENIA DA SILVA VIEIRA

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | menu ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 031.180.048-35									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	031.180.048-35	RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Sócio	176	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Sócio	350	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	4218	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	4218	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas

Usuário: 69999155120 - KENIA DA SILVA VIEIRA Data: 14/03/2024 Hora: 15:19:07



BOA TARDE

KENIA DA SILVA VIEIRA

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		134.876.398-15									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	134.876.398-15	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Sócio	146	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas

Usuário: 69999155120 - KENIA DA SILVA VIEIRA Data: 14/03/2024 Hora: 15:19:19

Data de Envio:

05/10/2023 10:22:06

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53900.023095/2015-47

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, no município de Campinas/SP , ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53900.023095/2015-47

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qui, 05/10/2023 10:52

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Processo nº: 53900.023095/2015-47

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 5 de outubro de 2023 10:22

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53900.023095/2015-47

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, no município de Campinas/SP , ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consultoria Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

OFÍCIO Nº 153 /75 (3) /GAB/DRD

Brasília., 23. 9 . 1975

DA : Diretora da Divisão de Radiodifusão do DENTEL

AO : Sr. Diretor da Rádio Cidade de Campinas Ltda (Campinas-SP)

ASSUNTO : Comunicação (faz).


Senhor Diretor,

Temos o prazer de comunicar a V.Sa. que foi publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro do corrente ano, a Portaria nº 728, de 3 de setembro de 1975, referente à outorga da permissão para estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Em decorrência foi feito o registro da outorga em pasta de assentamentos cadastrais da entidade.

Tendo em vista as disposições legais e regulamentares e, particularmente, o disposto no item III, letra "n" das cláusulas que acompanham a citada Portaria, essa Sociedade deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de 6 (seis) meses, isto é, até o dia 9 de março de 1976, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos que pretende adquirir e instalar, sob pena de ser imposta penalidade de cassação da permissão outorgada.

O mencionado pedido de aprovação deverá dar entrada na Diretoria Regional do DENTEL em São Paulo, situada à Rua Itaquerá, 519 - Pacaembu-SP.

À oportunidade, apresentamos a V.Sa., protestos de estima e consideração.


Engª REGINA MARIA DA CRUZ CABRAL
Diretora da Divisão de Radiodifusão

Serviço Público	Federal
Ministério de	Comunicações
Publicado em	D.U. em
08	04/2010
Seção 1	Página 59
Rubrica	
MARÇO DE 2010.	

PORTARIA Nº 176 , DE 24 DE

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.012837/2005, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 9 de setembro de 2005, a permissão outorgada à Rádio Cidade de Campinas Ltda., pela Portaria nº 728, de 3 de setembro de 1975, publicada no Diário Oficial da União em 9 de setembro 1975, renovada pela Portaria nº 471, de 26 de setembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 1997, referendada pelo Decreto Legislativo nº 149, de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA
Ministro de Estado das Comunicações



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de outubro de 2007, a concessão outorgada à Rádio Colorado Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colorado, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 162, DE 2013**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA POMPEIA - ACUDICOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dilermando de Aguiar, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 546, de 17 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Pompeia - ACUDICOP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dilermando de Aguiar, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 163, DE 2013**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CONSELHO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 587, de 24 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Conselho Cultural de Difusão Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 164, DE 2013**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL BOM SUCESSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 232, de 25 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Bom Sucesso para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 165, DE 2013**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE BLUMENAU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 354, de 16 de abril de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de fevereiro de 2006, a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 166, DE 2013**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MORENA STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 520, de 14 de junho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de novembro de 2003, a permissão outorgada à Rádio Morena Stereo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 167, DE 2013**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 176, de 24 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 9 de setembro de 2005, a permissão outorgada à Rádio Cidade de Campinas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 168, DE 2013**

Aprova o ato que outorga permissão à REDE ELO DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaoranga, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 217, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaoranga, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 169, DE 2013**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SIQUEIRA CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 11 de novembro de 2002, a concessão outorgada à Rádio Siqueira Campos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 170, DE 2013**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CURRAIS NOVOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 7 de fevereiro de 2009, a concessão outorgada à Rádio Currais Novos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 171, DE 2013**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GRANDE PICOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picos, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de julho de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 2 de dezembro de 1992, a concessão outorgada à Rádio Grande Picos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picos, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35201204842	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 28/03/1974	INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/03/1974	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA.					TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA		
C.N.P.J. 46.241.816/0001-08	ENDEREÇO RUA PAULO NOGUEIRA FILHO			NÚMERO 17	COMPLEMENTO		
BAIRRO JD. SAO GABRIEL	MUNICÍPIO CAMPINAS		UF SP	CEP 13045-320	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 522.000,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME FABIO BARBOSA GARCIA NASCIMENTO					
ENDEREÇO AVENIDA PROFESSORA DEA EHRHARDT CARVALHO			NÚMERO 605	COMPLEMENTO LOTE 31	
BAIRRO SITIOS DE RECREIO G	MUNICÍPIO CAMPINAS		UF SP	CEP 13101-664	RG 173758368
CPF 175.907.728-36	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS 138.678,00

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO					
ENDEREÇO RUA GUILHERME DA SILVA			NÚMERO 520	COMPLEMENTO	
BAIRRO CAMBUI	MUNICÍPIO CAMPINAS		UF SP	CEP 13025-070	RG 58469588
CPF 031.180.048-35	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS 244.644,00

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME ODILON GARCIA NASCIMENTO NETO					
ENDEREÇO AVENIDA PROFESSORA DEA EHRHARDT CARVALHO			NÚMERO 605	COMPLEMENTO LOTE 40	
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	RG

SITIOS DE RECREIO G		CAMPINAS	SP	13101-664	173758307
CPF	CARGO			QUANTIDADE COTAS	
175.909.318-10	SÓCIO E ADMINISTRADOR			138.678,00	

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA	NÚMERO	
07/11/2023	1.213.153/23-2	
ARQUIVAMENTO COMPOSICAO SOCIETARIA 2023		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35201204842
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 22/03/2024



Certidão Simplificada. Documento certificado por MARIA CRISTINA FREI, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 234165074, sexta-feira, 22 de março de 2024 às 14:57:26.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 53900.023095/2015-47**Entidade:** RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA.**CNPJ nº:** 46.241.816/0001-08**FISTEL nº:** 02008009149**Localidade:** Campinas/SP**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 10/03/2015**Período:** 09/09/2015 a 09/09/2025**Tipo de outorga a ser renovada:**() Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.**(X)** Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim () Não () Não se aplica	0512500 Pág. 1 9880434 Págs. 1 - 2	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	Requerimento de renovação subscrito pelo administrador, à época, Odilon Garcia Nascimento Filho (SEI 0512500 - Pág. 104).
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Pág. 1	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 1 - 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	

e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 2	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 2	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	11150541 Págs. 15-19	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11438254	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10643058 Pág. 8	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10643058 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 10643058 Pág. 4	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		E 10643058 Pág. 7		
		M 10643058 Pág. 6		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11150541 Pág. 1	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 10643058 Pág. 4	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		FGTS 10643058 Pág. 3		

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10643058 Pág. 5	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	ODILON GARCIA NASCIMENTO NETO 9880434 Pág. 12 MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO 9880434 Pág. 11 FABIO BARBOSA GARCIA NASCIMENTO 9880434 Pág. 13	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11150541 Pág. 2	- Art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.	
12. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento?	() Sim (X) Não	11150541 Págs. 7-14	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963	
13. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11153720	- Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	10643058 Pág. 9	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	----------	------------	-------------



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 4804/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.023095/2015-47

INTERESSADA: RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Cidade de Campinas Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 46.241.816/0001-08**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campinas/SP, vinculado ao **FISTEL nº 02008009149** referente ao período de 9 de setembro de 2015 a 9 de setembro de 2025.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Cidade de Campinas Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 728, de 3 de setembro de 1975, publicada no Diário Oficial da União do dia 9 de setembro de 1975 (SEI 11422543 - Pág. 1).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2005-2015**. De acordo com a Portaria nº 176, de 24 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de abril de 2010, **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 9 de setembro de 2005**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de fevereiro de 2013 (SEI 11422543 - Págs. 2-3).

8. Pela análise dos autos, observa-se que, em **13 de maio de 2015**, conforme consta do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2015-2025** (SEI0512500 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 9 de março de 2015 e 9 de junho de 2015.

9. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI11150542). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

10. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

11. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11150542).

12. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em

13. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de **Campinas/SP** e Itu/SP, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento e Fabio Barbosa Garcia Nascimento compõem o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos municípios de Valinhos/SP e Mogi das Cruzes/SP. Já o sócio administrador Odilon Garcia Nascimento Neto participa do quadro de outra pessoa jurídica que executa o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Valinhos/SP.
14. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI11150541 - Págs. 4-6). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11153720).
15. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11150542).
16. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 10643058 - Pág. 1).
17. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.
18. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:
- Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)
- § 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)
- § 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)
- I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)
- a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)
- c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)
- II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)
- a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)
- b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)
- III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)
- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º, III, c)
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

19. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

20. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

21. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 19 de agosto de 2021, com validade até 9 de setembro de 2025 (SEI 11150541 - Págs. 2-3).

22. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 14 de março de 2024 (SEI 11150541 - Pág.1). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11150541 - Págs. 7-14). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campinas/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, **ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12** (SEI 11422941).

CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

25. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

26. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

27. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 27/03/2024, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11422552** e o código CRC **35CD5748**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11422557)
- Minuta Exposição de motivos (11422565)

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.023095/2015-47,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 46.241.816/0001-08, número de inscrição no FISTEL nº 02008009149, a partir de 9 de setembro de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 27/03/2024, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11422557** e o código CRC **8D16E834**.

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.023095/2015-47, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4.804/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU acompanhado da Portaria nº ____, de __ de ____ de ____, publicada em ____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de setembro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), nos termos da Portaria nº 728, datada em 3 de setembro de 1975, publicada em 9 de setembro de 1975, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 27/03/2024, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11422565** e o código CRC **2EF194D5**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12763, DE 28 DE MARÇO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.023095/2015-47,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 46.241.816/0001-08, número de inscrição no FISTEL nº 02008009149, a partir de 9 de setembro de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/04/2024, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11448890** e o código CRC **B403767B**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 28 de março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.023095/2015-47, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4804/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU acompanhado da Portaria MCOM nº 12763, de 28 de março de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de setembro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), nos termos da Portaria nº 728, datada em 3 de setembro de 1975, publicada em 9 de setembro de 1975, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/04/2024, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11448894** e o código CRC **4CFDB14C**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48753/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 12763/2024 (11448890) e a Exposição de Motivos nº 266/2024 (11448894)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 4804/2024 (11422552), encaminho a Portaria nº 12763/2024 (11448890) e a Exposição de Motivos nº 266/2024 (11448894), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 04/04/2024, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11448897** e o código CRC **619DFE94**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 09/04/2024 18:21:57
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10266207
Data prevista de publicação: 10/04/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21533261	PORTARIA MCOM NA 12733.rtf	50ef7403227bff970e47653c936bd208	10,00	R\$ 389,20
21533262	PORTARIA MCOM NA 12742.rtf	9cdee60d84c41202a2c78b71e066f8d5	9,00	R\$ 350,28
21533263	PORTARIA MCOM NA 12746.rtf	1d8728a455dd8c9b9181d791e74d19fe	20,00	R\$ 778,40
21533264	PORTARIA MCOM NA 12751.rtf	76ed65254926987757313161c2752527	22,00	R\$ 856,24
21533265	PORTARIA MCOM NA 12759.rtf	cd5e2d416501227e5c02ac3fc9f7d862	8,00	R\$ 311,36
21533266	PORTARIA MCOM NA 12760.rtf	f7a05ee933f7ab76b7338663950f20e3	8,00	R\$ 311,36
21533307	PORTARIA MCOM NA 12761.rtf	4c53c7ba088d4466d35e793644df5626	8,00	R\$ 311,36
21533308	PORTARIA MCOM NA 12763.rtf	6612108b29ec01d40c187a4ad6c041cd	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			93,00	R\$ 3.619,56

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 10/04/2024 | Edição: 69 | Seção: 1 | Página: 10

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.763, DE 28 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.023095/2015-47, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 46.241.816/0001-08, número de inscrição no FISTEL nº 02008009149, a partir de 9 de setembro de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac468f9da

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	
Nome Fantasia: RADIO CIDADE/RADIO MIX	
Telefone: (19) 32767676	E-mail: radiocidade@radiocidade.fm.br
CNPJ: 46.241.816/0001-08	Número do Fistel: 02008009149
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 09/09/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 09/09/2025	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99; ATO 8.593/2000;Ato nº 2.749, de 30/4/2015, publicado no DOU. de 4/5/2015.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Complemento:	
Bairro: JARDIM SAO GABRIEL	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Complemento:	
Bairro: JARDIM SAO GABRIEL	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Paulo Nogueira Filho	Complemento:	
Bairro: Jardim São Gabriel	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Paulo Nogueira Filho	Complemento:	
Bairro: Jardim São Gabriel	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Campinas	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 223	Frequência: 92.5 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 39.02kW
HCI: 67.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 7803850	Número Indicativo: ZYD817
Data Último Licenciamento: 19/08/2021	Número da Licença: 53500.058524/2021-58

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22° 56' 35.00" S	Longitude: 47° 01' 51.00" W	Cota da base: 784.20 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 070011701323	Modelo: FM24KS
Fabricante: BT Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 25.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HF 3 1/8	Fabricante: KMP-CABOS E SISTEMAS ESPECIAIS		
Comprimento da Linha: 86.00 m	Atenuação: .38 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: 6814-4	Fabricante: SHIVELLY LABS				
Ganho: 3.26 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: .00 °	Polarização: Circular	HCI: 67.5 m	ERP Máxima: 39.02 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0.01	10°: 0.03	15°: 0.07	20°: 0.12	25°: 0.19	30°: 0.27	35°: 0.36	40°: 0.48	45°: 0.61	50°: 0.74	55°: 0.88
60°: 1.01	65°: 1.15	70°: 1.28	75°: 1.41	80°: 1.55	85°: 1.69	90°: 1.83	95°: 1.98	100°: 2.12	105°: 2.27	110°: 2.42	115°: 2.58
120°: 2.73	125°: 2.91	130°: 3.09	135°: 3.28	140°: 3.46	145°: 3.62	150°: 3.74	155°: 3.82	160°: 3.87	165°: 3.9	170°: 3.92	175°: 3.95
180°: 4.01	185°: 4.15	190°: 4.32	195°: 4.51	200°: 4.68	205°: 4.76	210°: 4.73	215°: 4.53	220°: 4.23	225°: 3.83	230°: 3.42	235°: 3.05
240°: 2.73	245°: 2.52	250°: 2.35	255°: 2.21	260°: 2.09	265°: 1.96	270°: 1.83	275°: 1.69	280°: 1.55	285°: 1.41	290°: 1.28	295°: 1.15
300°: 1.01	305°: 0.88	310°: 0.74	315°: 0.61	320°: 0.48	325°: 0.36	330°: 0.27	335°: 0.19	340°: 0.12	345°: 0.07	350°: 0.03	355°: 0.01

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 029401XXX00518	Modelo: FM 25000
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 10.000 kW

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			
Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo: HF 3 1/8				Fabricante:			
Comprimento da Linha: 86.00 m	Atenuação: .38 dB/100m			Perdas Acessórias: dB		Impedância: 50.00 ohms	
Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °		Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 39.02 kW	
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	728	Portaria	MC	03/09/1975	09/09/1975	Outorga	Jurídico
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	302	Portaria	Dentel	20/02/1976	05/03/1976	Aprovação de Local	Técnico
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53504013259/2012-58	5191	Portaria	MCTIC		13/09/2018	Multa	Jurídico
9999	1568	Portaria	MC	27/09/1985		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	242	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Jurídico
29100.001053/1985	423	Portaria	MC	09/06/1986	16061986/00/0000	Consol. Carac. Técnicas	Técnico
9999	290796	Despacho	MC	29/07/1996	08/08/1997	Advertência	Jurídico
9999	471	Portaria	MC	26/09/1997	31/10/1997	Renovação	Jurídico
9999	461	Portaria	MC	17/12/1998		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	149	Decreto Legislativo	CN	29/06/2000	30/06/2000	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	13716	Ato	ER	12/12/2000	14/12/2000	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	405	Portaria	MC	18/12/2008	20/09/2010	Multa	Jurídico
9999	176	Portaria	MC	24/03/2010	08/04/2010	Renovação	Jurídico
9999	167	Decreto Legislativo	CN	19/02/2013	20/02/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.047835/2017-13	7064	Ato	ORLE	03/03/2017	30/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53900023095201547	12763	Portaria	MC	28/03/2024	10/04/2024	Renovação	Jurídico
Horário de funcionamento							
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo							



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 49371/2024/MCOM

Brasília, 10 de abril de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11448894)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 4804/2024 (11422552), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 266/2024 (11448894), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 11/04/2024, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11468857** e o código CRC **42342442**.

Brasília, 19 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.023095/2015-47, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4804/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12.763, de 28 de março de 2024, publicada em 10 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de setembro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), nos termos da Portaria nº 728, datada em 3 de setembro de 1975, publicada em 9 de setembro de 1975, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 13865/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.023095/2015-47.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 19/04/2024, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11483878** e o código CRC **3D267A2F**.

26

**EXMO. SR.
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL**

53900.023095/2015-47
13/05/15

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, requer a V. Sa. se digne a apreciar e submeter à decisão da autoridade competente, o presente PEDIDO DE RENOVAÇÃO, por novo período, da permissão que lhe foi outorgada pelo Decreto Legislativo n.º 167 de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 20/02/2013, seção 1, página 04, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo.

Declara, outrossim, conhecer as cláusulas que passarão a regular suas relações com o Poder Concedente no novo período de exploração do serviço, caso o pedido de renovação seja atendido e declara, por este instrumento, aderir às referidas cláusulas, achando-as conforme seus interesses.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

Este processo contém 104 páginas.



Senado Federal
Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 167, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 176, de 24 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 9 de setembro de 2005, a permissão outorgada à Rádio Cidade de Campinas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.

**SENADOR RENAN
CALHEIROS**

Presidente do Senado Federal



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de outubro de 2007, a concessão outorgada à Rádio Colorado Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colorado, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 162, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA POMPEIA - ACUDICOP para executar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Dilermando de Aguiar, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 546, de 17 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Pompeia - ACUDICOP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Dilermando de Aguiar, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 163, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CONSELHO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 587, de 24 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Conselho Cultural de Difusão Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 164, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL BOM SUCESSO para executar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 232, de 25 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Bom Sucesso para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 165, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO ATLANTIDA FM DE BLUMENAU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 354, de 16 de abril de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de fevereiro de 2006, a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 166, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO MORENA STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 520, de 14 de junho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de novembro de 2003, a permissão outorgada à Rádio Morena Stereo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 167, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 176, de 24 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 9 de setembro de 2005, a permissão outorgada à Rádio Cidade de Campinas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 168, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão à REDE ELO DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaporanga, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 217, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaporanga, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 169, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SIQUEIRA CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 11 de novembro de 2002, a concessão outorgada à Rádio Siqueira Campos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 170, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CURRAIS NOVOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 7 de fevereiro de 2009, a concessão outorgada à Rádio Currais Novos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 171, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GRANDE PICOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picos, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de julho de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 2 de dezembro de 1992, a concessão outorgada à Rádio Grande Picos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picos, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

ÍNDICE DE DOCUMENTOS – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. – CAMPINAS/SP

Requerimento assinado pela Representante Legal da entidade;	01
Decreto Legislativo n.º 167 de 2013 e DOU de 20/02/2013, que renova a permissão.	02 e 03
Índice contendo a relação completa de toda documentação protocolizada;	04 e 05
Instrumento de Mandato – Procuração atualizada - cópia autenticada;	06
Declaração de não infringência às vedações do § 5º, do art. 220 da Constituição Federal;	07
Declaração de adesão às cláusulas que regulam o serviço com o Poder Concedente;	08
Declaração de cumprimento as normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme disposição constitucional;	09
Declaração relativa ao cumprimento das porcentagens de programação;	10
Grade de programação completa da emissora devidamente assinada;	11 e 14
Declaração relativa à finalidade de promover a cultura nacional e regional;	15
Declaração de cumprimento aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, com relação ao conteúdo veiculado;	16
Declaração contendo os dados do responsável pela gestão das atividades, área editorial e direção de programação;	17
Cópia autenticada da cédula de identidade do responsável pela gestão das atividades, área editorial e direção de programação, conforme declaração acima, para comprovação de nacionalidade;	18
Declaração de que a mesma não possui autorização para execução do mesmo tipo de serviço na localidade da permissão – artigo 12 do Decreto-Lei 236/1967;	19
Declaração de que somente Brasileiros natos ou naturalizados exercerão os cargos e funções estabelecidos pela Portaria n.º 329 de 04/07/2012;	20
Certidão negativa de débitos relativos ao FISTEL, válida até 04/06/2015;	21

Certidão de regularidade do FGTS, válida até 27/05/2015;	22
Certidão conjunta de regularidade relativa aos tributos federais, dívida ativa da união e INSS, válida até 31/08/2015;	23
Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual, válida até 05/06/2015;	24
Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal, válida até 20/08/2015;	25
Cópia completa da RAIS – ano base: 2013;	26 à 34 (com verso)
Cópia autenticada dos comprovantes de recolhimento sindical dos <u>trabalhadores</u> , referente aos últimos 05 (cinco) anos: 2010 à 2014;	35 à 39
Cópia autenticada dos comprovantes de recolhimento sindical das <u>empresas</u> , referente aos últimos 05 (cinco) anos: 2011 à 2015;	40 à 44
Certidão de Distribuição Cível e Criminal – <u>Justiça Estadual</u> de todos os sócios e administradores, juntamente com as certidões de inteiro teor de todos os processos mencionados;	45 à 87
Certidão de Distribuição Cível e Criminal – <u>Justiça Federal</u> de todos os sócios e administradores; (1ª e 2ª Instancia)	88 à 91
Certidão Simplificada e Ficha cadastral completa e atualizada, emitida pela JUCESP;	92 à 96
Cópia autenticada da 11ª Alteração e Consolidação Contratual registrada na JUCESP sob n.º 317.568/11-5 em sessão de 28/09/2011.	97 à 104

DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **D E C L A R A** que a emissora não pertence a nenhum monopólio nem tampouco a nenhum oligopólio, não infringindo, desta forma, as vedações do § 5º do artigo 220 da Constituição Federal.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, com sede na Rua Paulo Nogueira Filho n.º 17 – Jardim São Gabriel – Campinas/SP – CEP 13045-320, inscrita no CNPJ sob n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **DECLARA** conhecer as cláusulas que passarão a regular suas relações com o Poder Concedente no novo período de exploração do serviço, caso o pedido de renovação seja atendido e declara também, por este instrumento, aderir às referidas cláusulas, achando-as conforme seus interesses.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **DECLARA** que a emissora cumpre as normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme as disposições constitucionais (artigo 220, § 4º, da Constituição Federal) e legais (Lei 9.294/1996), que regem a matéria.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

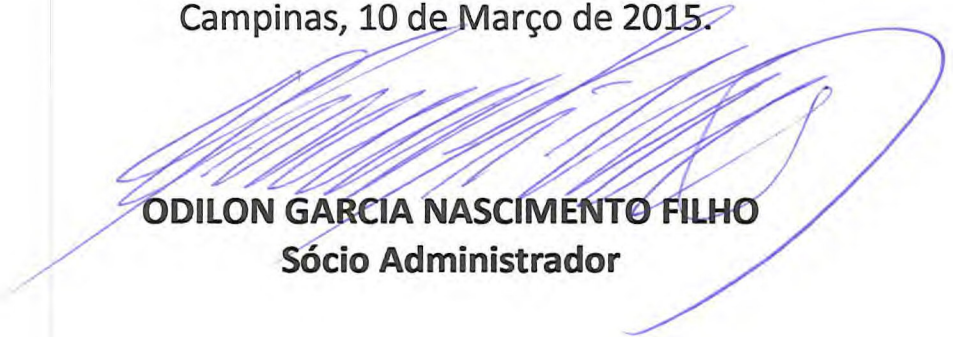
DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **DECLARA** que a emissora cumpre os seguintes percentuais em sua programação:

- ❖ Máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo reservado à propaganda comercial e mínimo de 5% (cinco por cento) do tempo reservado ao serviço noticioso, bem como o cumprimento da obrigação de transmitir 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais.

Para tanto, faz por anexar cópia de sua grade de programação.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

GRADE DE PROGRAMAÇÃO – RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA - SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

HORÁRIO	DESCRIÇÃO
00:00	ORAÇÃO DA MEIA NOITE
00:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO
00:00 A 00:15	BLOCO COMERCIAL
00:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
00:15– 00:30	INFORME EDUCACIONAL
00:30	BLOCO COMERCIAL
00:30 – 00:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
00:45	INFORME EDUCACIONAL
00:45 – 01:00	BLOCO COMERCIAL
01:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
01:00 – 01:15	NOTICIÁRIO / PREFIXO
01:15	BLOCO COMERCIAL
01:15– 01:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
01:30	INFORME EDUCACIONAL
01:30– 01:45	BLOCO COMERCIAL
01:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
01:45 – 02:00	INFORME EDUCACIONAL
02:00	BLOCO COMERCIAL
02:00 – 02:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
02:15	INFORME EDUCACIONAL
02:15 – 02:30	BLOCO COMERCIAL
02:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
02:30 – 02:45	INFORME EDUCACIONAL
02:45	BLOCO COMERCIAL
02:45 – 03:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
03:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO
03:00– 03:15	BLOCO COMERCIAL
03:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
03:15 – 03:30	INFORME EDUCACIONAL
03:30	BLOCO COMERCIAL
03:30 – 03:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
03:45	INFORME EDUCACIONAL
03:45 – 04:00	BLOCO COMERCIAL
04:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
04:00 – 04:15	NOTICIÁRIO / PREFIXO
04:15	BLOCO COMERCIAL
04:15 – 04:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
04:30	INFORME EDUCACIONAL
04:30 – 04:45	BLOCO COMERCIAL
04:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
04:45 – 05:00	INFORME EDUCACIONAL
05:00	BLOCO COMERCIAL
05:00– 05:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
05:15	INFORME EDUCACIONAL
05:15 – 05:30	BLOCO COMERCIAL
05:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
05:30 – 05:45	INFORME EDUCACIONAL
05:45	BLOCO COMERCIAL
05:45 – 06:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL

HORÁRIO	DESCRIÇÃO
06:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO
06:00 – 06:15	BLOCO COMERCIAL
06:15	SUCESSOS DA CIDADE
06:15– 06:30	INFORME EDUCACIONAL
06:30	BLOCO COMERCIAL
06:30 – 06:45	SUCESSOS DA CIDADE
06:45	INFORME EDUCACIONAL
06:45 – 07:00	BLOCO COMERCIAL
07:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
07:00 – 07:15	NOTICIÁRIO / PREFIXO
07:15	BLOCO COMERCIAL
07:15 – 07:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
07:30	BLOCO COMERCIAL
07:30 – 07:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
07:45	INFORME EDUCACIONAL
07:45 – 08:00	BLOCO COMERCIAL
08:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
08:00 – 08:15	NOTICIÁRIO / PREFIXO
08:15	BLOCO COMERCIAL
08:15– 08:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
08:30	BLOCO COMERCIAL
08:30 – 08:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
08:45	INFORME EDUCACIONAL
08:45 – 09:00	BLOCO COMERCIAL
09:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
09:00– 09:15	NOTICIÁRIO / PREFIXO
09:15	BLOCO COMERCIAL
09:15– 09:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
09:30	BLOCO COMERCIAL
09:30– 09:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
09:45	INFORME EDUCACIONAL
09:45 – 10:00	BLOCO COMERCIAL
10:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
10:00 – 10:15	NOTICIÁRIO / PREFIXO
10:15	BLOCO COMERCIAL
10:15 – 10:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
10:30	BLOCO COMERCIAL
10:30 – 10:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
10:45	INFORME EDUCACIONAL
10:45 – 11:00	BLOCO COMERCIAL
11:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
11:00 – 11:15	NOTICIÁRIO / PREFIXO
11:15	BLOCO COMERCIAL
11:15 – 11:30	SUCESSOS DA CIDADE
11:30	BLOCO COMERCIAL
11:30– 11:45	SUCESSOS DA CIDADE
11:45	INFORME EDUCACIONAL
11:45 – 12:00	BLOCO COMERCIAL
	SUCESSOS DA CIDADE

GRADE DE PROGRAMAÇÃO – RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA - SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

HORÁRIO	DESCRIÇÃO	HORÁRIO	DESCRIÇÃO
12:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO	18:00	NOSSA SENHORA
12:00 - 12:15	BLOCO COMERCIAL		NOTICIÁRIO / PREFIXO
12:15	BLOCO COMERCIAL	18:00 – 18:15	BLOCO COMERCIAL
12:15 – 12:30	MOMENTO DE AMOR		PROGRAMAÇÃO MUSICAL
12:30	BLOCO COMERCIAL	18:15	BLOCO COMERCIAL
12:30 – 12:45	MOMENTO DE AMOR	18:15 – 18:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
12:45	INFORME EDUCACIONAL	18:30	BLOCO COMERCIAL
	BLOCO COMERCIAL	18:30 – 18:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
12:45 – 13:00	MOMENTO DE AMOR	18:45	INFORME EDUCACIONAL
			BLOCO COMERCIAL
		18:45 – 18:55	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
13:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO	18:55	PREFIXO
13:00 – 13:15	BLOCO COMERCIAL	19:00 – 20:00	A VOZ DO BRASIL
13:15	BLOCO COMERCIAL		
13:15 – 13:30	MOMENTO DE AMOR		
13:30	BLOCO COMERCIAL		
13:30 – 13:45	MOMENTO DE AMOR		
13:45	INFORME EDUCACIONAL		
	BLOCO COMERCIAL		
13:45 – 14:00	MOMENTO DE AMOR		
14:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO	20:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO
14:00 – 14:15	BLOCO COMERCIAL		BLOCO COMERCIAL
14:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	20:00 – 20:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
14:15 – 14:30	BLOCO COMERCIAL	20:15	INFORME EDUCACIONAL
14:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL		BLOCO COMERCIAL
14:30 – 14:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	20:15 – 20:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
14:45	INFORME EDUCACIONAL	20:30	BLOCO COMERCIAL
	BLOCO COMERCIAL	20:30 – 20:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
14:45 – 15:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	20:45	INFORME EDUCACIONAL
			BLOCO COMERCIAL
		20:45 – 21:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
15:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO	21:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO
15:00 - 15:15	BLOCO COMERCIAL		BLOCO COMERCIAL
15:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	21:00 – 21:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
15:15 – 15:30	BLOCO COMERCIAL	21:15	INFORME EDUCACIONAL
15:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL		BLOCO COMERCIAL
15:30 – 15:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	21:15 – 21:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
15:45	INFORME EDUCACIONAL	21:30	BLOCO COMERCIAL
	BLOCO COMERCIAL	21:30 – 21:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
15:45 – 16:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	21:45	INFORME EDUCACIONAL
			BLOCO COMERCIAL
		21:45 – 22:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
16:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO	22:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO
16:00 – 16:15	BLOCO COMERCIAL		BLOCO COMERCIAL
16:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	22:00 – 22:15	SUCESSOS DA CIDADE
16:15 – 16:30	BLOCO COMERCIAL	22:15	INFORME EDUCACIONAL
16:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL		BLOCO COMERCIAL
16:30 – 16:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	22:15 – 22:30	SUCESSOS DA CIDADE
16:45	INFORME EDUCACIONAL	22:30	BLOCO COMERCIAL
	BLOCO COMERCIAL	22:30 – 22:45	SUCESSOS DA CIDADE
16:45 – 17:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL	22:45	INFORME EDUCACIONAL
			BLOCO COMERCIAL
		22:45 – 23:00	SUCESSOS DA CIDADE
17:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO	23:00	NOTICIÁRIO / PREFIXO
17:00 - 17:15	BLOCO COMERCIAL		BLOCO COMERCIAL
17:15	SUCESSOS DA CIDADE	23:00 – 23:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
17:15 – 17:30	BLOCO COMERCIAL	23:15	INFORME EDUCACIONAL
17:30	SUCESSOS DA CIDADE		BLOCO COMERCIAL
17:30 – 17:45	SUCESSOS DA CIDADE	23:15 – 23:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
17:45	INFORME EDUCACIONAL	23:30	BLOCO COMERCIAL
	BLOCO COMERCIAL	23:30 – 23:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
17:45 – 18:00	SUCESSOS DA CIDADE	23:45	INFORME EDUCACIONAL
			BLOCO COMERCIAL
		23:45 – 00:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL

"DURANTE TODA PROGRAMAÇÃO DIÁRIA, SÃO TRANSMITIDOS BOLETINS METEOROLÓGICOS E INFORMATIVOS SOBRE ASSUNTOS PERTINENTES À COMUNIDADE, TAIS COMO, CAMPANHAS DE VACINAÇÃO, AVISOS EMITIDOS PELOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS, BEM COMO INTEGRA A CADEIA DE RÁDIOS PARA RETRANSMITIR OS PROGRAMAS OBRIGATÓRIOS E FACULTATIVOS."

HORÁRIO	DESCRIÇÃO
00:00	ORAÇÃO DA MEIA NOITE
	PREFIXO
00:00 - 00:15	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
00:15 - 00:30	BLOCO COMERCIAL
00:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
	INFORME EDUCACIONAL
00:30 - 00:45	BLOCO COMERCIAL
00:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
	INFORME EDUCACIONAL
00:45 - 01:00	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
01:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
01:00 - 01:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
01:15	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
01:15 - 01:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
01:30	BLOCO COMERCIAL
01:30 - 01:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
01:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
01:45 - 02:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
02:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
02:00 - 02:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
02:15	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
02:15 - 02:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
02:30	BLOCO COMERCIAL
02:30 - 02:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
02:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
02:45 - 03:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
03:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
03:00 - 03:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
03:15	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
03:15 - 03:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
03:30	BLOCO COMERCIAL
03:30 - 03:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
03:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
03:45 - 04:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
04:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
04:00 - 04:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
04:15	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
04:15 - 04:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
04:30	BLOCO COMERCIAL
04:30 - 04:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
04:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
04:45 - 05:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
05:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
05:00 - 05:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
05:15	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
05:15 - 05:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
05:30	BLOCO COMERCIAL
05:30 - 05:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
05:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
05:45 - 06:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL

HORÁRIO	DESCRIÇÃO
06:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
06:00 - 06:15	SUCESSOS DA CIDADE
06:15	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
06:15 - 06:30	SUCESSOS DA CIDADE
06:30	BLOCO COMERCIAL
06:30 - 06:45	SUCESSOS DA CIDADE
06:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
06:45 - 07:00	SUCESSOS DA CIDADE
07:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
07:00 - 07:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
07:15	BLOCO COMERCIAL
07:15 - 07:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
07:30	BLOCO COMERCIAL
07:30 - 07:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
07:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
07:45 - 08:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
08:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
08:00 - 08:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
08:15	BLOCO COMERCIAL
08:15 - 08:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
08:30	BLOCO COMERCIAL
08:30 - 08:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
08:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
08:45 - 09:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
09:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
09:00 - 09:30	SEGUE DINDA DA CIDADE
09:30	BLOCO COMERCIAL
09:30 - 09:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
09:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
09:45 - 10:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
10:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
10:00 - 10:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
10:15	BLOCO COMERCIAL
10:15 - 10:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
10:30	BLOCO COMERCIAL
10:30 - 10:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
10:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
10:45 - 11:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
11:00	PREFIXO
	BLOCO COMERCIAL
11:00 - 11:15	SUCESSOS DA CIDADE
11:15	BLOCO COMERCIAL
11:15 - 11:30	SUCESSOS DA CIDADE
11:30	BLOCO COMERCIAL
11:30 - 11:45	SUCESSOS DA CIDADE
11:45	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
11:45 - 12:00	SUCESSOS DA CIDADE

GRADE DE PROGRAMAÇÃO – RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA - SÁBADOS – DOMINGOS - FERIADOS

HORÁRIO	DESCRIÇÃO
12:00	PREFIXO
12:00 – 12:15	BLOCO COMERCIAL
12:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
12:15 – 12:30	BLOCO COMERCIAL
12:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
12:30 – 12:45	BLOCO COMERCIAL
12:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
12:45 – 13:00	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
13:00	PREFIXO
13:00 – 13:15	BLOCO COMERCIAL
13:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
13:15 – 13:30	BLOCO COMERCIAL
13:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
13:30 – 13:45	BLOCO COMERCIAL
13:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
13:45 – 14:00	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
14:00	PREFIXO
14:00 – 14:15	BLOCO COMERCIAL
14:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
14:15 – 14:30	BLOCO COMERCIAL
14:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
14:30 – 14:45	BLOCO COMERCIAL
14:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
14:45 – 15:00	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
15:00	PREFIXO
15:00 – 15:15	BLOCO COMERCIAL
15:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
15:15 – 15:30	BLOCO COMERCIAL
15:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
15:30 – 15:45	BLOCO COMERCIAL
15:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
15:45 – 16:00	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
16:00	PREFIXO
16:00 – 16:30	BLOCO COMERCIAL
16:30	SEGUIDINHA DA CIDADE
16:30 – 16:45	BLOCO COMERCIAL
16:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
16:45 – 17:00	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
17:00	PREFIXO
17:00 – 17:15	BLOCO COMERCIAL
17:15	SUCESSOS DA CIDADE
17:15 – 17:30	BLOCO COMERCIAL
17:30	SUCESSOS DA CIDADE
17:30 – 17:45	BLOCO COMERCIAL
17:45	SUCESSOS DA CIDADE
17:45 – 18:00	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	SUCESSOS DA CIDADE

HORÁRIO	DESCRIÇÃO
18:00	PREFIXO
18:00 – 18:15	NOSSA SENHORA
18:15	BLOCO COMERCIAL
18:15 – 18:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
18:30	BLOCO COMERCIAL
18:30 – 18:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
18:45	BLOCO COMERCIAL
18:45 – 19:00	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
19:00	PREFIXO
19:00 – 20:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
20:00	PREFIXO
20:00 – 20:30	BLOCO COMERCIAL
20:30	SEGUIDINHA DA CIDADE
20:30 – 20:45	BLOCO COMERCIAL
20:45	INFORME EDUCACIONAL
20:45 – 21:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
	INFORME EDUCACIONAL
	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
21:00	PREFIXO
21:00 – 21:15	INFORME EDUCACIONAL
21:15	BLOCO COMERCIAL
21:15 – 21:30	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
21:30	INFORME EDUCACIONAL
21:30 – 22:00	BLOCO COMERCIAL
	SEGUIDINHA DA CIDADE
22:00	PREFIXO
22:00 – 22:15	BLOCO COMERCIAL
22:15	SUCESSOS DA CIDADE
22:15 – 22:30	INFORME EDUCACIONAL
22:30	BLOCO COMERCIAL
22:30 – 22:45	SUCESSOS DA CIDADE
22:45	INFORME EDUCACIONAL
22:45 – 23:00	BLOCO COMERCIAL
	SUCESSOS DA CIDADE
23:00	PREFIXO
23:00 – 23:15	BLOCO COMERCIAL
23:15	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
23:15 – 23:30	INFORME EDUCACIONAL
23:30	BLOCO COMERCIAL
23:30 – 23:45	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
23:45	INFORME EDUCACIONAL
23:45 – 00:00	BLOCO COMERCIAL
	PROGRAMAÇÃO MUSICAL

DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **DECLARA** que a emissora cumpre a sua finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **DECLARA** que a emissora cumpre suas obrigações pautadas nos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado em sua programação, nos moldes do artigo 221, IV, da Constituição Federal.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **DECLARA** que os responsáveis pela gestão das atividades, área editorial e direção da programação, são brasileiros natos, conforme indicado abaixo:

Gestão das Atividades:

Nome: Odilon Garcia Nascimento Filho

Nacionalidade: Brasileiro

Área Editorial

Nome: Odilon Garcia Nascimento Filho

Nacionalidade: Brasileiro

Direção da Programação:

Nome: Odilon Garcia Nascimento Filho

Nacionalidade: Brasileiro

Para tanto, faz por anexar cópia autenticada das Cédulas de Identidade dos acima citados.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8210-7

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

MAIOR DE 65 ANOS

PROIBIDO PLASTIFICAR

PO ELIAN ORTEGA

ASSINATURA DO TITULAR

B600-042067

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.767.203-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/AGO/2011

NOME ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO

FILIAÇÃO ODILON GARCIA NASCIMENTO

E MARIA PIRES GARCIA

NATURALIDADE CAMPINAS -SP DATA DE NASCIMENTO 24/JUL/1944

DOC ORIGEM CAMPINAS-SP

PRIMEIRO SUBDISTRITO

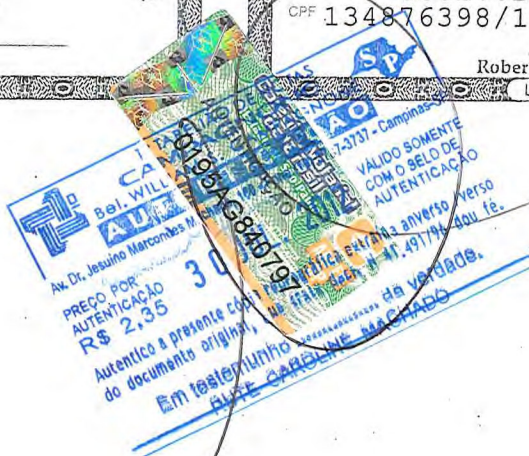
CC: LV.B079/FLS.0044/N.010550

CPF 134876398/15

180 Delegado Divisionário

Roberto ANIMORA DO BIRG.D.SSP.SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **D E C L A R A** que não possui autorização para execução do mesmo tipo de serviço na localidade objeto da permissão que será renovada, bem como não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28 de Fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador

DECLARAÇÃO

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de **CAMPINAS**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 46.241.816/0001-08, devidamente representada por seu dirigente legalmente responsável, **D E C L A R A** que somente *Brasileiros Natos ou Naturalizados há mais de 10 (dez) anos*, exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada, de acordo com a Portaria n.º 329 de 04 de Julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11/07/2012.

Campinas, 10 de Março de 2015.



ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO
Sócio Administrador



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
CNPJ: 46.241.816/0001-08

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:43:22 do dia 05/05/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/06/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 46241816/0001-08**Razão Social:** RADIO CIDADE CAMPINAS LTDA REMAG**Endereço:** R PAULO NOGUEIRA FILHO 17 / JD SAO GABRIEL / CAMPINAS / SP / 13046-360

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/04/2015 a 27/05/2015**Certificação Número:** 2015042801511825704304

Informação obtida em 05/05/2015, às 16:46:05.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
CNPJ: 46.241.816/0001-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 14:53:48 do dia 04/03/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/08/2015.

Código de controle da certidão: **4490.13AD.F856.D535**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Coordenadoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 46.241.816

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 7613902

Data e hora da emissão 05/05/2015 16:49:08

Folha 1 de 1
(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

09/03/2015

RAIS 2014



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Departamento de Emprego e Salário
Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS
RECIBO DE ENTREGA DA RAIS

ANO-BASE 2013

Identificação do Estabelecimento

CREA	590571199573		
Razão Social	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA		
CNPJ	46.241.816/0001-08		
CEI Vinculado			
CNAE	6010100 - ATIVIDADES DE RADIO		
Endereço	RUA PAULO NOGUEIRA FILHO, 17	Bairro	J.S.GABRIEL
Cidade/UF	CAMPINAS / SP	CEP	13045-320

Declaração entregue

Data da Recepção	12/03/2014	Total de vínculos	31
Código de Identificação do Recibo	493.1758.4394.296.75		

Coordenação da RAIS

Brasília, 09/03/2015

Declaração enviada com Certificado Digital

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : **46.241.816/0001-08** CREA: **00**
Razão Social: **RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA**

Total de Vínculos: **31**

CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

Endereço	Logradouro	RUA PAULO NOGUEIRA FILHO		CEP	000017	Número	Complemento
	Bairro	J.S.GABRIEL		13045-320	19- 3231.8688	Telefone	
Inf. Econ.	Código	Município		UF		E-mail	
	35-09502	CAMPINAS		SP		edmurjr@terra.com.br	
Inf. Econ.	CNAE	Descrição do CNAE		Natureza Jurídica	Descrição Natureza Jurídica		
	60.10-1/00	Atividades de rádio		206-2	Sociedade Empresária Limitada		
Inf. Econ.	Data-Base	Porte	Num. Sócios	Optante Simples			
	05	Outros	2	Não			
Inf. Econ.	Participante PAT Sim	Nº. Trab Benef PAT	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total		
	Serv.Próprio 0%	Vinc > 5 SM 3	Centralizadora		488,46		
Inf. Econ.	Adm.Cozinha 0%	Vinc <= 5 SM 22	Sindical		62.650.809/0001-16		
	Ref.Convênio 100%		Assistencial		0,00		
Inf. Econ.	Ref.Transp 0%		Confederativa		0,00		
	Cesta Alim 0%		Sindicalizada		Não		
Inf. Econ.	Alim.Conv 0%						
Respons.	CNPJ/CEI/CPF:	08.175.279/0001-56	Telefone:		19 - 3231.8688		
	Razão Social/Nome:	ORIENTADOR CONTABIL LTDA	Nome do Responsável:		EDMUR FERREIRA JUNIOR		
Respons.	Email:	EDMURJR@TERRA.COM.BR	Nascimento:		26/03/1961		
			CPF do Responsável:		025.112.858-00		

VÍNCULO

PIS: **104.00802.59.4**

Nome: **TEREZINHA APARECIDA MEDEIROS**

Empregado	Nascimento:	18/06/1951	Nacionalidade:	10 - Brasileiro	CPF:	720.591.338-15
	Sexo:	F	Raça/Cor:	2 - Branca	Carteira de Trabalho:	00084441
Empregado	Deficiente:	0 - Não deficiente	Ano de Chegada:	-	Série CTPS:	00222
	Local de Trabalho:	-			Para uso da empresa:	
Empregado	Instrução:	07 - Ensino médio completo.				
Admissão	Data de Admissão:	06/12/2010	Tipo de Admissão	02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou		
	Salário Contratual:	2.007,64	Tipo Salário:	1 - Mensal		
Admissão	Horas Semanais:	24	CBO:	261715 - Locutor de rádio e televisão		
	Tipo de Vínculo:	10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela	Alvará:	Não		
Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
	1) -	-	00	0000		Causa: -
Afastamento	2) -	-	00		Desligam.	Aviso Prévio: 0,00
	3) -	-	00			
Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra
	Jan 1.671,96		Mai 1.835,40		Set 2.007,64	
Remuneração	Fev 1.698,92		Jun 2.011,66	005	Out 1.997,94	
	Mar 1.748,00		Jul 2.179,88		Nov 2.007,64	
Remuneração	Abr 3.484,45		Ago 1.970,00		Dez 2.007,64	
	13º Adiantamento	11 1.005,00	13ª Parcela Final	12 - 1.003,88		
Remuneração						Verbas Pagas na Rescisão
						Férias Indenizadas:
Remuneração						Multa FGTS:
						Banco de Horas:
Remuneração						Reajuste Coletivo:
						Gratificações:
Inf. Sindicais						Valor Qtd. Meses
Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total		
	Sindical 61.708.293/0001-50	58,27	Confederativa	0,00		
Inf. Sindicais	Associativa 1	0,00	Assistencial	0,00		
	Associativa 2	0,00	Sindicalizado:	Não		

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 104.24330.75.7

Nome: MARIO DE ALMEIDA

Empregado
Nascimento: 31/03/1952 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 773.667.518-04
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00023529
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00254
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 05 - Ensino fundamental completo.

Admissão
Data de Admissão: 28/04/2009 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.072,00 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 44 CBO: 517410 - Porteiro de edifícios
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1)	-	-	00	0000		Causa: -
2)	-	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3)	-	-	00			

Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan	1.478,74	036	Mai	1.529,45	035	Set	2.387,57	006	Férias Indenizadas: 0,00
Fev	1.375,80	027	Jun	1.612,50	028	Out	1.368,06	020	Multa FGTS: 0,00
Mar	1.249,72	018	Jul	1.757,82	027	Nov	1.852,67	044	Banco de Horas: 0,00
Abr	2.531,10	027	Ago	1.507,14	020	Dez	1.596,71	028	Reajuste Coletivo: 0,00
13º Adiantamento	11	769,00	13º Parcela Final	12	768,31		Gratificações:		0,00

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	30,67	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 104.34538.91.1

Nome: NILZA FERREIRA DO NASCIMENTO TININI

Empregado
Nascimento: 19/04/1956 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 819.645.448-15
Sexo: F Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00045419
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00317
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 05 - Ensino fundamental completo.

Admissão
Data de Admissão: 01/08/1991 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 3.261,34 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 44 CBO: 142105 - Gerente administrativo
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1)	-	-	00	0000		Causa: -
2)	-	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3)	-	-	00			

Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan	3.232,48		Mai	3.394,10		Set	3.652,70		Férias Indenizadas: 0,00
Fev	3.232,48		Jun	5.113,78		Out	3.652,70		Multa FGTS: 0,00
Mar	3.232,48		Jul	3.667,79		Nov	3.652,70		Banco de Horas: 0,00
Abr	5.387,42		Ago	3.652,70		Dez	3.652,70		Reajuste Coletivo: 0,00
13º Adiantamento	11	1.827,00	13º Parcela Final	12	1.825,83		Gratificações:		0,00

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	96,20	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08 CREA: Prefixo: 00
Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

Total de Vínculos: 31

CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 104.34669.11.0

Nome: ANTONIO ORMO

Nascimento: 20/05/1947

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 720.245.008-97

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00086394

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00175

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 01/10/2007 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 4.472,60 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 44 CBO: 782305 - Motorista de carro de passeio
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:	
						Causa:	Aviso Prévio: 0,00
Remuneração	Jan 4.431,56	Mai 4.431,56			Set 4.830,41	Férias Indenizadas:	0,00
	Fev 4.431,56	Jun 5.206,08			Out 4.830,41	Multa FGTS:	0,00
	Mar 4.431,56	Jul 4.830,41			Nov 6.923,59	Banco de Horas:	0,00
	Abr 4.431,56	Ago 4.830,41			Dez 4.347,37	Reajuste Coletivo:	0,00
Inf. Sindicais	13º Adiantamento	11 2.416,00	13º Parcela Final	12 - 2.414,70		Gratificações:	0,00
	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total	
Inf. Sindicais	Sindical	51.909.356/0001-83	136,78	Confederativa	51.909.356/0001-83	90,17	
	Associativa 1		0,00	Assistencial	51.909.356/0001-83	737,59	
	Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não		

VÍNCULO

PIS: 105.60738.47.9

Nome: HOMERO RODRIGUES

Nascimento: 24/10/1958

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 002.354.208-08

Sexo: M

Raça/Cor: 8 - Parda

Carteira de Trabalho: 00096825

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00111

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 03/11/2008 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.149,21 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 18 CBO: 373120 - Operador de gravação de rádio
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:	
						Causa:	Aviso Prévio: 0,00
Remuneração	Jan 1.109,27	Mai 1.128,40			Set 1.213,83	Férias Indenizadas:	0,00
	Fev 1.078,02	Jun 1.218,16			Out 1.213,42	Multa FGTS:	0,00
	Mar 1.078,02	Jul 1.339,87			Nov 1.281,74	Banco de Horas:	0,00
	Abr 1.896,42	Ago 1.283,13			Dez 1.136,94	Reajuste Coletivo:	0,00
Inf. Sindicais	13º Adiantamento	11 618,00	13º Parcela Final	12 - 617,84		Gratificações:	0,00
	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total	
Inf. Sindicais	Sindical	61.708.293/0001-50	33,90	Confederativa		0,00	
	Associativa 1	61.708.293/0001-50	194,67	Assistencial		0,00	
	Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Sim		

GDR AIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

Para uso da empresa:

Instrução: 04 - Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental incompleto (antiga 5ª 8ª série).

Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

pesligam. Data: 28/10
Causa: 11 - Rescisão de contrato de trabalho sem justa
Aviso Prévio: 918,27

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 0,00		Mai 0,00		Set 1.088,90	024	Férias Indenizadas:	408,12	
Fev 0,00		Jun 0,00		Out 921,63	025	Multa FGTS:	127,93	
Mar 0,00		Jul 0,00		Nov 0,00		Banco de Horas:	0,00	
Abr 0,00		Ago 756,00	011	Dez 0,00		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	- 0,00		13ª Parcela Final	10 - 306,09		Gratificações:	0,00	

	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical		0,00	Confederativa		0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

Instrução: 05 - Ensino fundamental completo.

Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Desligam. Data:
Causa: -
Aviso Prévio: 0,00

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 879,42	032	Mai 850,65	024	Set 1.127,88	023	Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 753,44	023	Jun 1.008,01	024	Out 1.139,05	007	Multa FGTS:	0,00	
Mar 730,24	017	Jul 1.032,90	024	Nov 1.048,87	033	Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.048,14	024	Ago 1.080,92	023	Dez 955,28	025	Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11	456,00	13º Parcela Final	12 - 455,95		Gratificações:	0,00	

	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	17,43	Confederativa		0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08
Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 106.19325.10.8

Nome: MARCOS AURELIO DE JESUS BARRETO

Nascimento: 06/08/1959

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 055.288.298-44

Sexo: M

Raça/Cor: 8 - Parda

Carteira de Trabalho: 00056900

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00361

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 21/10/2013 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 2.595,00 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 20 CBO: 313205 - Técnico de manutenção eletrônica
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 0,00		Mai 0,00		Set 0,00		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 0,00		Jun 0,00		Out 1.124,50		Multa FGTS:	0,00	
Mar 0,00		Jul 0,00		Nov 3.373,50		Banco de Horas:	0,00	
Abr 0,00		Ago 0,00		Dez 3.373,50		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento 11	282,00	13º Parcela Final 12	281,13			Gratificações:	0,00	

CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	0,00	Confederativa	0,00
Associativa 1	0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2	0,00	Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 106.33665.55.7

Nome: DANIEL BASTOS SIAS

Nascimento: 29/12/1956

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 769.127.607-91

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00089374

Deficiente:

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00118

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 03 - 5º ano completo do Ensino Fundamental.

Data de Admissão: 01/04/2002 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.543,70 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 44 CBO: 514310 - Auxiliar de manutenção predial
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.448,08		Mai 1.520,49		Set 1.636,32		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 3.185,77		Jun 1.636,32		Out 1.636,32		Multa FGTS:	0,00	
Mar 193,08		Jul 1.752,15		Nov 1.636,32		Banco de Horas:	0,00	
Abr 2.413,43		Ago 1.636,32		Dez 1.636,32		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento 11	819,00	13º Parcela Final 12	818,27			Gratificações:	0,00	

CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50 45,54	Confederativa	0,00
Associativa 1	0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2	0,00	Sindicalizado:	Não

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : **46.241.816/0001-08** CREA: **00**
Razão Social: **RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA**

Total de Vínculos: **31**
CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: **107.83394.18.4**

Nome: **ISMAEL ALVES**

Nascimento: 02/06/1960 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 004.670.988-67
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00025661
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00531
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 06 - Ensino médio incompleto.

Data de Admissão: 01/10/1993 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 16,03 Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 30 CBO: 262115 - Produtor de rádio
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.141,01		Mai 4.577,92	012	Set 4.951,95	013	Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 4.016,67	011	Jun 4.713,17		Out 4.678,78	014	Multa FGTS:	0,00	
Mar 4.221,89		Jul 6.084,43	012	Nov 5.093,56	028	Banco de Horas:	0,00	
Abr 6.480,80	012	Ago 4.725,97		Dez 10.875,05	004	Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11	2.454,00	13º Parcela Final	12 - 2.453,33		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	105,62	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: **108.26660.18.2**

Nome: **LUIZ CARLOS PALLARO**

Nascimento: 30/10/1964 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 096.910.128-71
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00032637
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00575
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 06 - Ensino médio incompleto.

Data de Admissão: 12/06/1999 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.072,00 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 30 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 2.503,23	016	Mai 2.814,24	027	Set 2.743,15	017	Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 2.503,23	016	Jun 2.924,97	017	Out 2.727,17		Multa FGTS:	0,00	
Mar 2.340,48		Jul 3.225,56	016	Nov 6.471,10	027	Banco de Horas:	0,00	
Abr 4.188,59	017	Ago 2.727,17		Dez 545,43		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11	1.441,00	13º Parcela Final	12 - 1.439,93		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	73,60	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08
Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:
Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31
CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 123.23577.65.6

Nome: ODILON GARCIA NASCIMENTO NETO

Nascimento: 30/03/1973 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 175.909.318-10
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00059871
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00095
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 08 - Educação superior incompleta.

Data de Admissão: 02/01/2006 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.072,00 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 44 CBO: 123105 - Diretor administrativo
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afaz	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 947,60		Mai 994,98		Set 1.104,16		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 947,60		Jun 1.104,16		Out 1.104,16		Multa FGTS:	0,00	
Mar 947,60		Jul 1.213,35		Nov 1.472,21		Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.579,33		Ago 1.104,16		Dez 1.104,16		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento 11 553,00		13º Parcela Final 12 - 551,33				Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	30,67		0,00
Associativa 1		0,00	Confederativa	0,00
Associativa 2		0,00	Assistencial	0,00
			Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 123.25741.32.1

Nome: ROGERIO AMORIM CLARO

Nascimento: 17/07/1973 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 182.161.668-50
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00030923
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00092
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 09 - Educação superior completa.

Data de Admissão: 11/05/1999 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.522,71 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 24 CBO: 212405 - Analista de desenvolvimento de sistema
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afaz	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.425,82	009	Mai 1.490,43	006	Set 1.643,83	006	Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 1.478,00	007	Jun 1.580,98	005	Out 1.610,44		Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.441,93	006	Jul 1.801,23	008	Nov 2.768,98	007	Banco de Horas:	0,00	
Abr 2.459,17	007	Ago 1.624,70	006	Dez 874,91	002	Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento 11 827,00		13º Parcela Final 12 - 826,84				Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	44,92		0,00
Associativa 1		0,00	Confederativa	0,00
Associativa 2		0,00	Assistencial	0,00
			Sindicalizado:	Não

30

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI: **46.241.816/0001-08**
Razão Social: **RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA**

CREA:
Prefixo: **00**

Total de Vínculos: **31**
CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: **123.40020.35.4**

Nome: **SIDNEY ALEXANDRE CINTRA**

Nascimento: 13/07/1971
Sexo: M
Deficiente: 0 - Não deficiente
Local de Trabalho: -
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Nacionalidade: 10 - Brasileiro
Raça/Cor: 2 - Branca
Ano de Chegada: -

CPF: 120.821.158-79
Carteira de Trabalho: 00023998
Série CTPS: 00086
Para uso da empresa:

Data de Admissão: 05/04/2011 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.531,85 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 24 CBO: 373120 - Operador de gravação de rádio
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Atestamento	Desligam.				Data:			
	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Causa:	Aviso Prévio:	0,00	
1)	-	-	00	0000	-			
2)	-	-	00					
3)	-	-	00					

Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
	Jan	1.353,65	Mai	1.530,24	Set	1.693,22	Férias Indenizadas:	0,00	
	Fev	1.438,21	Jun	1.628,70	Out	1.705,38	Multa FGTS:	0,00	
	Mar	1.458,78	Jul	2.382,11	Nov	1.875,41	Banco de Horas:	0,00	
	Abr	2.406,00	Ago	1.527,41	Dez	1.691,65	Reajuste Coletivo:	0,00	
	13ª Adiantamento	11	859,00	13ª Parcela Final	12 - 858,93		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total
	Sindical	61.708.293/0001-50	45,19	Confederativa		0,00
	Associativa 1	61.708.293/0001-50	244,31	Assistencial		0,00
	Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Sim	

VÍNCULO

PIS: **123.40674.13.3**

Nome: **JOSE EDUARDO MANOEL DA SILVA**

Nascimento: 18/04/1973
Sexo: M
Deficiente: 0 - Não deficiente
Local de Trabalho: -
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Nacionalidade: 10 - Brasileiro
Raça/Cor: 8 - Parda
Ano de Chegada: -

CPF: 138.092.898-25
Carteira de Trabalho: 00050542
Série CTPS: 00123
Para uso da empresa:

Data de Admissão: 04/10/2010 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 7,15 Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 30 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:			
	1) -	-	00	0000		Causa: -			
	2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00			
	3) -	-	00						

Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão		Valor	Qtd. Meses
	Jan 1.872,25	026	Mai 1.314,35	012	Set 1.958,73	032	Férias Indenizadas:		0,00	
	Fev 1.856,86	025	Jun 1.938,31	024	Out 4.025,42	026	Multa FGTS:		0,00	
	Mar 1.716,66	018	Jul 1.821,82	014	Nov 556,95		Banco de Horas:		0,00	
	Abr 2.154,95	022	Ago 2.019,24	016	Dez 2.001,18	009	Reajuste Coletivo:		0,00	
	13ª Adiantamento	11	924,00	13ª Parcela Final	12 - 924,31		Gratificações:		0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total
	Sindical	61.708.293/0001-50	61,42	Confederativa		0,00
	Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
	Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDR AIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31

CEI Vinculado:

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 123.50512.94.2

Nome: WASHINGTON LUIS DE MELO

Nascimento: 11/10/1971 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 173.856.438-09
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00096247
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00095
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 06 - Ensino médio incompleto.

Data de Admissão: 15/03/1995 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 18,38 Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 12 CBO: 262115 - Produtor de rádio
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 2.606,97	009	Mai 1.187,87	008	Set 1.263,19	007	Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 181,40	002	Jun 1.229,94	006	Out 1.369,84	009	Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.086,92	004	Jul 1.356,97	007	Nov 1.341,98	010	Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.896,50	006	Ago 1.249,18	006	Dez 1.331,50	007	Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11	637,00	13º Parcela Final	12 - 637,04		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	32,54		
Associativa 1		0,00	Confederativa	0,00
Associativa 2		0,00	Assistencial	0,00
			Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 123.58526.30.6

Nome: JOSE CICERO PEREIRA DA SILVA

Nascimento: 06/10/1973 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 154.939.558-06
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00069685
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00111
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 05 - Ensino fundamental completo.

Data de Admissão: 01/04/1995 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 5,96 Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 36 CBO: 422220 - Operador de rádio-chamada
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 434,72	020	Mai 261,67	009	Set 261,67	009	Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 342,24	015	Jun 281,08	009	Out 299,15	008	Multa FGTS:	0,00	
Mar 249,02	009	Jul 406,19	014	Nov 403,54	005	Banco de Horas:	0,00	
Abr 480,98	007	Ago 276,76	008	Dez 308,52	008	Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11	172,00	13º Parcela Final	12 - 172,84		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	4,78		
Associativa 1		0,00	Confederativa	0,00
Associativa 2		0,00	Assistencial	0,00
			Sindicalizado:	Não

31

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 123.88765.93.7

Nome: ROSELAINE MARCELINO DE MORAIS

Nascimento: 31/07/1973

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 154.679.018-77

Sexo: F

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00025579

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00123

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Admissão

Data de Admissão: 11/02/2008

Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou

Salário Contratual: 14,17

Tipo Salário: 5 - Horário

Horas Semanais: 24

CBO: 413110 - Auxiliar de contabilidade

Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas
1) -	-	00	0000
2) -	-	00	
3) -	-	00	

Desligam.

Data:
Causa: -
Aviso Prévio: 0,00

Remuneração

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 59,71		Mai 1.574,87	006	Set 1.675,96		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 1.503,55		Jun 2.029,68	005	Out 1.679,03		Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.819,40	005	Jul 1.730,27	006	Nov 1.698,97		Banco de Horas:	0,00	
Abr 2.603,86	007	Ago 1.673,66		Dez 3.926,15		Reajuste Coletivo:	0,00	
13ª Adiantamento	11 857,00			13ª Parcela Final	12 - 857,51	Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais

Sindical	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	Confederativa	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	45,98	Assistencial		0,00
Associativa 1		0,00	Sindicalizado:	Não	0,00
Associativa 2		0,00			

VÍNCULO

PIS: 124.14395.68.2

Nome: ANA CLAUDIA DO NASCIMENTO

Nascimento: 07/10/1972

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 154.598.828-50

Sexo: F

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00056524

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00123

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Admissão

Data de Admissão: 27/09/2011

Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou

Salário Contratual: 1.141,59

Tipo Salário: 1 - Mensal

Horas Semanais: 24

CBO: 411010 - Assistente administrativo

Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas
1) -	-	00	0000
2) -	-	00	
3) -	-	00	

Desligam.

Data:
Causa: -
Aviso Prévio: 0,00

Remuneração

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.010,24		Mai 1.060,75		Set 1.141,59		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 1.010,24		Jun 1.141,59		Out 1.141,59		Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.010,24		Jul 1.222,43		Nov 1.141,59		Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.698,50	006	Ago 1.141,59		Dez 1.141,59		Reajuste Coletivo:	0,00	
13ª Adiantamento	11 572,00			13ª Parcela Final	12 - 571,72	Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais

Sindical	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	Confederativa	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	33,67	Assistencial		0,00
Associativa 1		0,00	Sindicalizado:	Não	0,00
Associativa 2		0,00			

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08
Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:
Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31
CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 124.23174.46.4

Nome: FABIO BARBOSA GARCIA NASCIMENTO

Nascimento: 05/03/1976 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 175.907.728-36
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00064651
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00141
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 09 - Educação superior completa.

Data de Admissão: 02/01/2006 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.072,00 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 44 CBO: 123305 - Diretor comercial
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 947,60		Mai 994,98		Set 1.104,16		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 947,60		Jun 1.104,16		Out 1.104,16		Multa FGTS:	0,00	
Mar 947,60		Jul 1.213,35		Nov 1.472,21		Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.579,33		Ago 1.104,16		Dez 1.104,16		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento 11	553,00	13º Parcela Final 12	551,33			Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	30,67		0,00
Associativa 1		0,00	Confederativa	0,00
Associativa 2		0,00	Assistencial	0,00
			Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 124.81750.94.4

Nome: PAULO CESAR SILVEIRA

Nascimento: 13/05/1977 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 265.869.298-65
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00031462
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00263
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 06/09/2012 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 6,45 Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 30 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: 11 - Rescisão de contrato de trabalho sem justa
2) -	-	00			Aviso Prévio: 1.445,53
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.731,40	029	Mai 1.392,61	015	Set 0,00		Férias Indenizadas:	1.766,76	
Fev 1.677,22	017	Jun 868,22	021	Out 0,00		Multa FGTS:	537,57	
Mar 1.512,61	009	Jul 0,00		Nov 0,00		Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.512,25	013	Ago 0,00		Dez 0,00		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento -	0,00	13º Parcela Final 06	843,22			Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	61,42		0,00
Associativa 1		0,00	Confederativa	0,00
Associativa 2		0,00	Assistencial	0,00
			Sindicalizado:	Não

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI: 46.241.816/0001-08
Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:
Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31
CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 124.81750.94.4

Nome: PAULO CESAR SILVEIRA

Nascimento: 13/05/1977

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 265.869.298-65

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00031462

Deficiente:

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00263

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 18/10/2013 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 7,15 Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 30 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	Desligam.				Data:			
	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Causa:	Aviso Prévio:	0,00	
1)	-	-	00	0000	-			
2)	-	-	00					
3)	-	-	00					

Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
	Jan 0,00		Mai 0,00		Set 0,00		Férias Indenizadas:	0,00	
	Fev 0,00		Jun 0,00		Out 392,37	003	Multa FGTS:	0,00	
	Mar 0,00		Jul 0,00		Nov 2.581,11	053	Banco de Horas:	0,00	
	Abr 0,00		Ago 0,00		Dez 2.152,07	025	Reajuste Coletivo:	0,00	
	13º Adiantamento	11 37,00		13º Parcela Final	12 - 36,87		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total
	Sindical	Associativa 1	Associativa 2	Confederativa Assistencial	Sindicalizado: Não	0,00
	0,00	0,00	0,00			0,00

VÍNCULO

PIS: 125.23733.78.3

Nome: MARCOS FRANCISCO DA SILVA

Nascimento: 12/04/1980

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 052.659.296-65

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00056495

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00080

Local de Trabalho: -

Para uso da empresa:

Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 14/07/2008 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 7,15 Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 30 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	Desligam.				Data:			
	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Causa:	Aviso Prévio:	0,00	
1)	-	-	00	0000	-			
2)	-	-	00					
3)	-	-	00					

Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
	Jan 1.613,54	016	Mai 1.978,39	032	Set 1.713,66	022	Férias Indenizadas:	0,00	
	Fev 3.332,96	008	Jun 1.911,27	017	Out 1.881,75	024	Multa FGTS:	0,00	
	Mar 174,22	002	Jul 1.745,55	012	Nov 2.448,80	038	Banco de Horas:	0,00	
	Abr 1.974,10	017	Ago 1.582,03	012	Dez 2.377,79	022	Reajuste Coletivo:	0,00	
	13º Adiantamento	11 762,84		13º Parcela Final	12 - 762,94		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total
	Sindical	Associativa 1	Associativa 2	Confederativa Assistencial	Sindicalizado: Não	0,00
	61.708.293/0001-50	0,00	0,00			0,00

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08
Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:
Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31
CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 127.45613.24.5

Nome: AUDREY DE ANDRADE E SILVA

Nascimento: 22/10/1982 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 310.980.308-93
Sexo: F Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00013789
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00244
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 22/05/2006 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 2.283,18 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 44 CBO: 411010 - Assistente administrativo
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:				
	1)	-	00	0000		Causa: -				
	2)	-	00			Aviso Prévio: 0,00				
	3)	-	00							
Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão		Valor	Qtd. Meses
	Jan 2.058,41		Mai 2.146,74		Set 2.305,92		Férias Indenizadas:		0,00	
	Fev 3.135,94		Jun 2.346,11		Out 2.336,38	006	Multa FGTS:		0,00	
	Mar 1.736,37	002	Jul 2.495,87	005	Nov 2.351,67		Banco de Horas:		0,00	
	Abr 3.494,41	005	Ago 2.341,19		Dez 2.340,24	004	Reajuste Coletivo:		0,00	
	13º Adiantamento	11	1.176,82	13ª Parcela Final	12 - 1.203,88		Gratificações:		0,00	
	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total			
	Sindical	61.708.293/0001-50		67,35				0,00		
Inf. Sindicais	Associativa 1			0,00		Confederativa Assistencial			0,00	
	Associativa 2			0,00		Sindicalizado:	Não			

VÍNCULO

PIS: 127.61727.77.2

Nome: PEDRO PAULO MAGALHAES VECCHIA

Nascimento: 17/09/1974 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 028.570.616-09
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00007881
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00208
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 09 - Educação superior completa.

Data de Admissão: 01/10/2007 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 2.203,16 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 24 CBO: 252305 - Secretária(o) executiva(o)
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:				
	1)	-	-	00		0000	Causa: -			
	2)	-	-	00			Aviso Prévio: 0,00			
	3)	-	-	00						
Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão		Valor	Qtd. Meses
	Jan 2.066,68		Mai 2.170,02		Set 2.335,35		Férias Indenizadas:		0,00	
	Fev 2.066,68		Jun 2.719,19		Out 2.335,35		Multa FGTS:		0,00	
	Mar 2.436,75		Jul 2.500,68		Nov 2.319,20		Banco de Horas:		0,00	
	Abr 3.498,78	005	Ago 2.329,51		Dez 2.425,17	006	Reajuste Coletivo:		0,00	
	13º Adiantamento	11	1.169,00	13ª Parcela Final	12 - 1.169,63		Gratificações:		0,00	
	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total			
Inf. Sindicais	Sindical	61.708.293/0001-50		64,99		Confederativa				0,00
	Associativa 1			0,00		Assistencial				0,00
	Associativa 2			0,00		Sindicalizado:		Não		

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08
Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA: 00
Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31
CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 128.17882.23.9

Nome: BRUNA DANIELA PALLARO

Nascimento: 16/01/1986
Sexo: F
Deficiente: 0 - Não deficiente
Local de Trabalho: -
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Nacionalidade: 10 - Brasileiro
Raça/Cor: 2 - Branca
Ano de Chegada: -

CPF: 352.500.688-80
Carteira de Trabalho: 00020606
Série CTPS: 00290
Para uso da empresa:

Data de Admissão: 01/12/2006 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.072,00 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 30 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 2.628,81	024	Mai 4.717,68	021	Set 2.649,98		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 2.561,35	016	Jun 1.678,31		Out 2.826,68	016	Multa FGTS:	0,00	
Mar 2.381,32	006	Jul 3.352,08	017	Nov 2.834,36	017	Banco de Horas:	0,00	
Abr 4.093,21		Ago 2.655,11	005	Dez 2.826,68	016	Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11	1.411,00	13º Parcela Final	12 - 1.410,19		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	73,60	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 128.41004.26.2

Nome: JOANA TOME

Nascimento: 30/04/1982
Sexo: F
Deficiente: 0 - Não deficiente
Local de Trabalho: -
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Nacionalidade: 10 - Brasileiro
Raça/Cor: 2 - Branca
Ano de Chegada: -

CPF: 315.721.158-74
Carteira de Trabalho: 00046672
Série CTPS: 00215
Para uso da empresa:

Data de Admissão: 26/02/2013 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.141,57 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 36 CBO: 422105 - Recepcionista, em geral
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 0,00		Mai 1.080,96		Set 1.141,57		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 168,37		Jun 1.141,57		Out 1.141,57		Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.010,24		Jul 1.202,18		Nov 1.141,57		Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.160,10		Ago 1.143,09	005	Dez 1.141,57		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11	476,00	13º Parcela Final	12 - 476,12		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	33,67	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI : 46.241.816/0001-08
Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:
Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31
CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 128.45666.24.3

Nome: JOSE MARIA DA SILVA

Nascimento: 12/12/1974 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 272.010.398-57
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00088836
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00208
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 04 - Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental incompleto (antiga 5ª 8ª série).

Data de Admissão: 25/11/2009 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 4,88 Tipo Salário: 5 - Horário
Horas Semanais: 44 CBO: 517410 - Porteiro de edifícios
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De		Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:	
	1)	2)	3)	00	0000		Causa:	Aviso Prévio: 0,00
Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor Qtd. Meses
	Jan 1.148,24	035	Mai 1.340,72	041	Set 1.238,29	025	Férias Indenizadas:	0,00
	Fev 1.054,86	031	Jun 1.233,84	031	Out 1.242,90	026	Multa FGTS:	0,00
	Mar 1.071,25	021	Jul 1.432,09	028	Nov 1.545,42	046	Banco de Horas:	0,00
	Abr 1.911,43	030	Ago 1.568,01	010	Dez 1.258,64	030	Reajuste Coletivo:	0,00
13ª Adiantamento		11	624,00	13ª Parcela Final		12	622,71	Gratificações: 0,00

Inf. Sindicais

Sindical	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Associativa 1	61.708.293/0001-50	27,70	Confederativa	0,00
Associativa 2		0,00	Assistencial	0,00
		0,00	Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 131.45877.77.0

Nome: RENATA ROLISOLA DOS SANTOS

Nascimento: 19/07/1984 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 325.620.758-89
Sexo: F Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00009214
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00296
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 08 - Educação superior incompleta.

Data de Admissão: 22/11/2012 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.080,96 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 36 CBO: 422105 - Recepcionista, em geral
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De		Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:	
	1)	2)	3)	00	0000		Causa:	Aviso Prévio: 0,00
Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor Qtd. Meses
	Jan 1.012,14	007	Mai 0,00		Set 0,00		Férias Indenizadas:	0,00
	Fev 976,57		Jun 0,00		Out 0,00		Multa FGTS:	0,00
	Mar 0,00		Jul 0,00		Nov 0,00		Banco de Horas:	0,00
	Abr 0,00		Ago 0,00		Dez 0,00		Reajuste Coletivo:	0,00
13ª Adiantamento		-	0,00	13ª Parcela Final		-	0,00	Gratificações: 0,00

Inf. Sindicais

Sindical	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Associativa 1	61.708.293/0001-50	33,67	Confederativa	0,00
Associativa 2		0,00	Assistencial	0,00
		0,00	Sindicalizado:	Não

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2013

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 4.4

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI: 46.241.816/0001-08

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 31

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 134.58191.77.0

Nome: GRAZIELLE ROBERTA DOS SANTOS

Nascimento: 21/02/1987 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 356.896.278-01
Sexo: F Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00058670
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00310
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 27/11/2012 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.141,59 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 24 CBO: 411010 - Assistente administrativo
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afás	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.024,52	008	Mai 1.036,44		Set 1.138,07		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 1.010,24		Jun 1.141,59		Out 1.134,17		Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.010,24		Jul 1.223,32	005	Nov 1.144,07	007	Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.270,29		Ago 1.139,02		Dez 1.396,76		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 572,00	13º Parcela Final	12 - 571,78			Gratificações:	0,00	

Sindical	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	Confederativa	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Associativa 1	61.708.293/0001-50	33,67	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	0,00

VÍNCULO

PIS: 209.26028.93.0

Nome: CARLOS JOSE CORSATO

Nascimento: 09/12/1972 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 201.807.768-60
Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00086703
Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00105
Local de Trabalho: - Para uso da empresa:
Instrução: 06 - Ensino médio incompleto.

Data de Admissão: 02/04/2004 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
Salário Contratual: 1.072,00 Tipo Salário: 1 - Mensal
Horas Semanais: 30 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afás	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 5.426,43	021	Mai 2.803,32	022	Set 3.188,01	023	Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 948,28		Jun 2.943,30	019	Out 3.244,32	025	Multa FGTS:	0,00	
Mar 2.641,06	017	Jul 3.579,70	026	Nov 3.819,32	048	Banco de Horas:	0,00	
Abr 4.754,01	028	Ago 3.114,57	018	Dez 3.217,94	024	Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 1.550,00	13º Parcela Final	12 - 1.549,98			Gratificações:	0,00	

Sindical	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	Confederativa	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Associativa 1	61.708.293/0001-50	73,60	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	0,00

09/03/2015 10:14

16

SERPRO



GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical

1a VIA - CONTRIBUINTE

Vencimento 30/04/2010 Exercício 2010

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Código da Entidade Sindical	
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP DE RADIODIFUSÃO E TELEV DO EST DE SÃ		000.264.02693-4	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade
RUA CONSELHEIRO RAMALHO	992		61.708.293/0001-50
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	
BELA VISTA	01325-000	SÃO PAULO	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA		462418160001	
Endereço	Número	Complemento	
RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	17		
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
13045-320	J.S.GABRIEL	CAMPINAS	SP

Dados de Referência da Contribuição

☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomo

Capital Social - Empresa	116.000,00	Nº Empregados Contribuintes	26
Capital Social - Estabelecimento	0,00	Total Remuneração - Contribuintes	33.024,00
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento	27

NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 30/04/2010

ART.600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUICAO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPITULO, QUANDO ESPONTANEO SERA ACRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALEM DE JUROS DE MORA DE 1%(UM POR CENTO) AO MES E CORRECAO MONETARIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento 1.100,80

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora/Multa

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

104-0 10499.70260 93917.746245 18160.001220 3 45880000110080

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.264.02693-4	462418160001	1.100,80	30/04/2010	2010

1a VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

2a Via - DOCUMENTO DO BANCO

CAIXA GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical 1ª VIA - CONTRIBUINTE

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMB DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO DO EST DE SÃO PAULO		Código da Entidade Sindical 000.264.02693-4	
Endereço RUA CONSELHEIRO RAMALHO	Número 992	Complemento	CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50
Bairro/Distrito BELA VISTA	CEP 01325-000	Cidade/Município SÃO PAULO	UF SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 462418160001	
Endereço RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Número 17	Complemento	UF SP
CEP 13045-320	Bairro/Distrito J.S.GABRIEL	Cidade/Município CAMPINAS	Código Atividade 92215-00

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomo	
Capital Social - Empresa 116.000,00	Nº Empregados Contribuintes 26	(-) Valor do Documento 1.137,80	
Capital Social - Estabelecimento 0,00	Total Remuneração - Contribuintes 34.134,00	(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Hora/Multa 1	
NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 30/04/2011 ART. 600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPÍTULO, QUANDO ESPONTANEO SERÁ AGRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALÉM DE JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MES E CORREÇÃO MONETARIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.		(+) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Cobrado 1	

104-0 10499.70280 93917.746245 18160.001220 9 49530000113780

Código da Cadência 000.264.02693-4	Nosso Número 462418160001	Valor do Documento 1.137,80	Data Vencimento 30/04/2011	Exercício 2011
--	-------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------	--------------------------

1ª VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



1.137.80C16A2

CEP295227042011072241001428

CAIXA GRCS - ()a de Recolhimento da Contribuição Sindical VIA - CONTRIBUINTE

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO TRAB EMPR DE RADIODIFUSAO E TELEV EST SP		Vencimento 30/04/2012		Exercício 2012	
Endereço RUA CONSELHEIRO RAMALHO		Número 992	Complemento		
Código da Entidade Sindical 000.264.02693-4		CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50			
Bairro/Distrito BELA VISTA	CEP 01325-000	Cidade/Município SÃO PAULO	UF SP		

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 462418160001			
Endereço RUA PAULO NOGUEIRA FILHO		Número 17	Complemento		
CEP 13045-320	Bairro/Distrito J.S.GABRIEL	Cidade/Município CAMPINAS	UF SP	Código Atividade 92215-00	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomo		(=) Valor do Documento 1.210,69	
Capital Social - Empresa 116.000,00	Nº Empregados Contribuintes 25	(-) Desconto/Abatimento			
Capital Social - Estabelecimento 0,00	Total Remuneração - Contribuintes 36.320,70	(-) Outras Deduções			
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento 26	(+/-) Mora/Multa		
NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 30/04/2012 ART.600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUICAO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPITULO, QUANDO ESPONTANEO SERA ACRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALEM DE JUROS DE MORA DE 1%(UM POR CENTO) AO MES E CORRECAO MONETARIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.		(+/-) Outros Acréscimos			
		(-) Valor Cobrado			

104-0 10499.70260 93917.746245 18160.001220 3 53190000121069

Código do Cedente 000.264.02693-4	Nosso Número 462418160001	Valor do Documento 1.210,69	Data Vencimento 30/04/2012	Exercício 2012
--------------------------------------	------------------------------	--------------------------------	-------------------------------	-------------------

1a VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



CEP295225042012009241000496

CAIXA**GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical VIA - CONTRIBUINTE****Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade			Código da Entidade Sindical	
SINDICATO TRAB EMPR DE RÁDIO E TV SÃO PAULO EST SP			000.264.02693-4	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade	
RUA CONSELHEIRO RAMALHO	992		61.708.293/0001-50	
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF	
BELA VISTA	01325-000	SÃO PAULO	SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA			462418160001	
Endereço	Número	Complemento		
RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	17			
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF	Código Atividade
13045-320	J.S. GABRIEL	CAMPINAS	SP	92215-00

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomo		(=) Valor do Documento: 1.322,16	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto/Abatimento	
116.000,00	27		
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
0,00	39.664,80		
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento	(+/-) Mora/Multa	
	28		

NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 30/04/2013

ART. 600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPÍTULO, QUANDO ESPONTANEO SERÁ ACRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALEM DE JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MES E CORREÇÃO MONETÁRIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.

104-0 10499.70260 93917.746245 18160.001220 4 56840000132216

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.264.02693-4	462418160001	1.322,16	30/04/2013	2013

1a VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

2a Via - DOCUMENTO DO BANCO

CAIXA

CAIXA**GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical VIA - CONTRIBUINTE****Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade		Código da Entidade Sindical	
SINDICATO EMPRESAS RADIO TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO		000.000.02667-0	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade
RUA APINAJES	1100	14.ANDAR - CJ.140	62.650.809/0001-16
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF
VILA POMPEIA	05017-000	SÃO PAULO	SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA		462418160001	
Endereço	Número	Complemento	
RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	17		
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
13045-320	J.S.GABRIEL	CAMPINAS	SP
		Código de Atividade	
		92215-00	

Dados de Referência da Contribuição**Categoria**☒ Patronal/Empregador☐ Empregados☐ Prof. Liberal☐ Autônomo

Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(=) Valor do Documento
116.000,00		445,34
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Desconto/Abatimento
0,00		
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento	(-) Outras Deduções
NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 31/01/2011		(+) Mora/Multa
ART.600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPÍTULO, QUANDO ESPONTANEO SERA ACRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALEM DE JUROS DE MORA DE 1%(UM POR CENTO) AO MES E CORRECAO MONETARIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.		(+) Outros Acréscimos
		(=) Valor Cobrado

104-0 10499.70260 67917.746249 18160.001220 3 48640000044534

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.02667-0	462418160001	445,34	31/01/2011	2011

1ª VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical 1ª VIA - CONTRIBUINTE

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO EMPRESAS RADIO TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO			Código da Entidade Sindical 000.000.02667-0	
Endereço RUA APINAJES	Número 1100	Complemento 14.ANDAR - CJ.140.	CNPJ da Entidade 62.650.809/0001-16	
Bairro/Distrito VILA POMPEIA	CEP 05017-000	Cidade/Município SÃO PAULO	UF SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 462418160001	
Endereço RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Número 17	Complemento		
CEP 13045-320	Bairro/Distrito J.S.GABRIEL	Cidade/Município CAMPINAS	UF SP	Código Atividade 92215-00

Dados de Referência da Contribuição
Categoria

<input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador	<input type="checkbox"/> Empregados	<input type="checkbox"/> Prof. Liberal	<input type="checkbox"/> Autônomo	(=) Valor do Documento 461,26
Capital Social - Empresa 116.000,00	Nº Empregados Contribuintes			(-) Desconto/Abatimento
Capital Social - Estabelecimento 0,00	Total Remuneração - Contribuintes			(-) Outras Deduções
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento			(+) Mora/Multa 22
NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 31/01/2012 ART.600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPITULO, QUANDO ESPONTANEO SERA ACRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALEM DE JUROS DE MORA DE 1%(UM POR CENTO) AO MES E CORRECAO MONETARIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.				(+) Outros Acréscimos
				(=) Valor Cobrado

104-0 10499.70260 67917.746249 18160.001220 9 52290000046126

Código do Cedente 000.000.02667-0	Nosso Número 462418160001	Valor do Documento 461,26	Data Vencimento 31/01/2012	Exercício 2012
--------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

1ª VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

CEF295225012012019241000423

461,26RC1003



CAIXA GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical VIA CONTRIBUINTE

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO EMPRESAS RADIO TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO		Código da Entidade Sindical 000.000.02667-0	
Endereço RUA APINAJES	Número 1100	Complemento 14.ANDAR - CJ.140	CNPJ da Entidade 62.650.809/0001-16
Bairro/Distrito VILA POMPEIA	CEP 05017-000	Cidade/Município SÃO PAULO	UF SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 462418160001	
Endereço RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Número 17	Complemento 150	
CEP 13045-320	Bairro/Distrito J.S.GABRIEL	Cidade/Município CAMPINAS	UF SP
		Código Atividade 92215-00	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomo		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 478,96
Capital Social - Empresa 116.000,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto/Abatimento
Capital Social - Estabelecimento 0,00	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento	(+) Mora/Multa
NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 31/01/2013 ART.600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUICAO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPITULO, QUANDO ESPONTANEO SERA ACRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALEM DE JUROS DE MORA DE 1%(UM POR CENTO) AO MES E CORRECAO MONETARIA, FIGANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.		(+) Outros Acréscimos
		(=) Valor Cobrado

104-0 10499.70260 67917.746249 18160.001220 7 55950000047896

Código do Cedente 000.000.02667-0	Nosso Número 462418160001	Valor do Documento 478,96	Data Vencimento 31/01/2013	Exercício 2013
--------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

1a VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



478,96R1002

CEF295230012013078241001280

CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 - 725 7474

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492

www.caixa.gov.br

1ª VIA - CONTRIBUINTE

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade

SINDICATO EMPRESAS RADIO TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Código da Entidade Sindical
000.000.02667-0

Endereço

RUA APINAJES

Número

1100

Complemento

14. ANDAR - CJ.140.

CNPJ da Entidade

62.650.809/0004-16

Bairro/Distrito

VILA POMPEIA

CEP

05017-000

Cidade/Município

SÃO PAULO

UF

SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social

RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CPF/CNPJ/Código do Contribuinte

46.241.816/0001-08

Endereço

RUA PAULO NOGUEIRA FILHO

Número

17

Complemento

CEP

13045-320

Bairro/Distrito

J. S. GABRIEL

Cidade/Município

CAMPINAS

UF

SP

Código Atividade

92019-00

Dados de Referência da Contribuição**Categoria**☒ Patronal/Empregador☐ Empregados☐ Prof. Liberal☐ Autônomo

Capital Social - Empresa

116.000,00

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

0,00

Total Remuneração - Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 30/01/2014**ART.600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPÍTULO, QUANDO ESPONTANEO, SERÁ ACRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALEM DE JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MES E CORREÇÃO MONETARIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.****Dados da Contribuição**

(+) Valor do Documento

486,46

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+/-) Multa/Multa

(+/-) Outras Acréscimos

(-) Valor Cobrado

104-0 10499.70260 67917.746249 18160.001220 8 69690000048846

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
S-02667	462413160001	486,46	30/01/2014	2014

1ª VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



466,46E1006

CPF295229012014048241000397

CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 - 725 7474
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.br

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade

SINDICATO EMPRESAS RADIO TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO ✓

Código da Entidade Sindical

000.000.02667-0

Endereço

RUA APINAJES

Número

1100

Complemento

14.ANDAR - CJ.140.

CNPJ da Entidade

62.650.809/0001-16

Bairro/Distrito

VILA POMPEIA

CEP

05017-000

Cidade/Município

SÃO PAULO

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social

RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CPF/CNPJ/Código do Contribuinte

46.241.816/0001-08

Endereço

RUA PAULO NOGUEIRA FILHO

Número

17

Complemento

CEP

13045-320

Bairro/Distrito

J.S.GABRIEL

Cidade/Município

CAMPINAS

UF

SP

Código Atividade

92215-00

Dados de Referência da Contribuição**Categoria**☒ Patronal/Empregador☐ Empregados☐ Prof. Liberal☐ Autônomo

Capital Social - Empresa

✓ 522.000,00

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

0,00

Total Remuneração - Contribuintes

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Total Empregados - Estabelecimento

NÃO RECEBER ESTE TÍTULO APÓS O DIA 30/01/2015

ART.600 - O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EFETUADA FORA DO PRAZO REFERIDO NESTE CAPÍTULO, QUANDO ESPONTANEO SERA ACRESCIDO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), NOS PRIMEIROS 30 DIAS, COM ADICIONAL DE 2% (DOIS POR CENTO) POR MES SUBSEQUENTES DE ATRASO, ALEM DE JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MES E CORREÇÃO MONETARIA, FICANDO, NESSE CASO, O INFRATOR, ISENTO DE OUTRA PENALIDADE.

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento

✓ 1.239,29

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+/-) Mora/Multa

(+/-) Outros Acréscimos

(-) Valor Cobrado

104-0 10499.70260 67917.746249 18160.001220 5 63240000123929

Código do Cedente

S-02667

Nosso Número

462418160001

Valor do Documento

1.239,29

Data Vencimento

30/01/2015

Exercício

2015

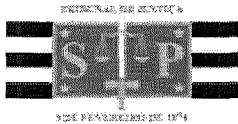
1ª VIA - CONTRIBUINTE - AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1ª VIA - CONTRIBUINTE

1.239,29R\$1005

CEPS9230012015007241000218





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) COMARCA DE CAMPINAS

CERTIDÃO Nº: 6940782

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de Campinas, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA, EXECUTIVOS FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 08/03/2015, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: ****

MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, RG: 58469588, CPF: 031.180.048-35, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

A seguinte distribuição: *****

» Foro de Campinas - 2ª Vara da Fazenda Pública. Processo: 0021474-30.2010.8.26.0114 (0021474-30.2010.8.26.0114). Ação: Desapropriação. Assunto: Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941. Data: 20/04/2010. Repte: Prefeitura Municipal de Campinas. *****

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria Técnica de Serviço de Informações Cíveis.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão aponta os feitos cadastrados no sistema informatizado com situação em andamento.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

Campinas, 9 de março de 2015.

Alethea Torres Gabrielli
Coordenadora

PEDIDO Nº:

1256230



45



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Ligia Helena Bellucci Gervasio, Escrivã do Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0021474-30.2010.8.26.0114 - **CLASSE** - **ASSUNTO:** Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2010 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 259.497,27

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas

REQUERIDO(S):

Walderez Garcia Jacobucci, RUA REVERENDO GUILHERME KERR, 110, NOVA CAMPINAS, Campinas-SP, CPF 016.847.038-16, RG 2767193, Odilon Garcia Nascimento Filho, Rua Doutor Guilherme da Silva, 520, apto 6, Cambui - CEP 13025-070, Campinas-SP, CPF 134.876.398-15, RG 2.767.203, nascido em 24/07/1944, Advogado, Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento, Rua Doutor Guilherme da Silva, 520, apto 06, Cambui - CEP 13025-070, Campinas-SP, CPF 031.180.048-35, RG 58469588, Paulo Afonso Jacobucci, Rua Reverendo Guilherme Kerr, 110, Nova Campinas - CEP 13092-139, Campinas-SP, CPF 014.402.178-15, RG 2697566, Oswaldo Ignacio de Tella, Brasileiro

OBJETO DA AÇÃO:

Desapropriação por utilidade pública de parte da gleba 1.A, localizada no quarteirão 6797, com área de 3303,70m², conforme Decreto Municipal nº 16.709 de 21 de julho de 2009

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Processo Distribuído - 20/04/2010 14:46:07 - Processo Distribuído por Sorteio p/ 2ª. Vara da Fazenda Pública

Carga à Vara Interna - 20/04/2010 18:16:46 - Carga à Vara Interna sob nº 4646653 - Local Origem: 981-Distribuidor(Fórum de Campinas)

Local Destino: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 20/04/2010

Data de Recebimento: 22/04/2010

Previsão de Retorno: Sem prev. retorno

Vol.: Todos

Recebimento de Carga - 22/04/2010 09:03:55 - Recebimento de Carga sob nº 4646653

Carga Outro - 22/04/2010 12:01:07 - Carga Outro sob nº 4648945 - Destino: CLS - URGENTE - DRª ELIANE CAMARA - 22/04/2010

Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 22/04/2010

Data de Recebimento: 23/04/2010

Previsão de Retorno: 23/04/2010

Vol.: Todos

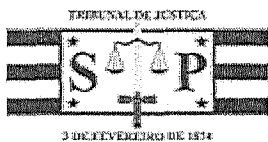


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Recebimento de Carga - 23/04/2010 15:18:17 - Recebimento de Carga sob nº 4648945
Conclusos para Despacho - 26/04/2010 - Conclusos para Despacho - Aguardando remessa.
Carga Outro - 30/04/2010 10:38:39 - Carga Outro sob nº 4687168 - Destino: CLS. PARA DR. EDUARDO BIGOLIN- 30/04/2010.
Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)
Data de Envio: 30/04/2010
Data de Recebimento: 30/04/2010
Previsão de Retorno: 30/04/2010
Vol.: Todos
Recebimento de Carga - 30/04/2010 17:39:08 - Recebimento de Carga sob nº 4687168
Aguardando Publicação - 03/05/2010 - Aguardando Publicação- para relacionar.
Aguardando Publicação - 19/07/2010 - Aguardando Publicação
Aguardando Prazo - 20/07/2010 - Aguardando Prazo 22/08
Juntada de Documentos - 05/01/2011 - Juntada de Documentos em
Aguardando Remessa - 05/01/2011 - Aguardando Remessa cls despacho
Conclusos para Despacho - 13/01/2011 - Conclusos para Despacho - Aguardando remessa.
Aguardando Intimação - 17/01/2011 - Aguardando Intimação do Perito - mesa Of. Maior
Aguardando Manifestação do Perito - 15/02/2011 - Aguardando Manifestação do Perito PRATELEIRA em 15 02 2011.-
Carga Outro - 18/02/2011 11:30:11 - Carga Outro sob nº 5816020 - Destino: PERITO - LUIZ CELIO P.MORAES Fº - CREA - 56512 - (19-32567999)
Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)
Data de Envio: 18/02/2011
Data de Recebimento: 19/05/2011
Previsão de Retorno: 19/05/2011
Vol.: Todos
Recebimento de Carga - 19/05/2011 14:49:12 - Recebimento de Carga sob nº 5816020
Aguardando Juntada - 20/05/2011 - Aguardando Juntada (expediente) em 20 05 2011.-
Juntada de Petição - 23/05/2011 - Juntada da Petição < N.º da Petição > em
Juntada de Laudo Periciais - 23/05/2011 - Juntada de Laudo < Tipo do Laudo > < N.º do Laudo > em
Aguardando Conferência - 23/05/2011 - Aguardando Conferência ANDAMENTO
Conclusos - 27/05/2011 - Conclusos para < assinar > maio 2011
Aguardando Publicação - 31/05/2011 - Aguardando Publicação- para relacionar.
Remessa ao Setor - 09/06/2011 - Remetido ao < expediente p/ digitação > em
Aguardando Conferência - 09/06/2011 - Aguardando Conferência-MESA DIRETOR
Aguardando Providências - 10/06/2011 - Aguardando Providências- assinatura de guia
Conclusos para Despacho - 13/06/2011 - Conclusos para Despacho em 13/06
Aguardando Providências - 14/06/2011 - Aguardando Providências p/ relacionar - junho
Conclusos para Despacho - 27/09/2011 - Conclusos para Despacho em 28/09
Aguardando Providências - 04/10/2011 - Aguardando Providências p/ relacionar - outubro
Aguardando Publicação - 09/02/2012 - Aguardando Publicação (11)
Aguardando Manifestação do Autor - 15/02/2012 - Aguardando Manifestação do Autor - PRAZO 01/04
Conclusos para Despacho - 16/02/2012 - Conclusos para Despacho em
Aguardando Providências - 27/02/2012 - Aguardando Providências p/ relacionar - fevereiro
Juntada de Petição - 05/03/2012 - Juntada da Petição < N.º da Petição > em
Aguardando Conferência - 05/03/2012 - andamento chefe



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Conclusos para Despacho - 07/03/2012 - Conclusos para Despacho em mar 2012.-
Aguardando Publicação - 13/03/2012 - Aguardando Publicação (20)
Aguardando Diligência - 21/03/2012 - Aguardando Diligência ou custas - PRAZO 22/04
Aguardando Juntada - 26/03/2012 - Aguardando Juntada
Juntada de Petição - 28/03/2012 - Juntada da Petição
Aguardando Digitação - 28/03/2012 - Aguardando Digitação março
Carga ao Advogado - 11/05/2012 12:15:35 - Carga ao Advogado sob nº 7877011 - Advogado: RAQUEL DE ARRUDA GUERREIRO
OAB: 273689/SP
Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)
Data de Envio: 11/05/2012
Data de Recebimento: 28/05/2012
Previsão de Retorno: 28/05/2012
Vol.: Todos
Aguardando Digitação - 28/05/2012 - Aguardando Digitação 03/12
Recebimento de Carga - 28/05/2012 14:43:14 - Recebimento de Carga sob nº 7877011
Aguardando Juntada - 30/05/2012 - Aguardando Juntada
Juntada de Contestação - 31/05/2012 - Juntada de Contestação em
Aguardando Conferência - 31/05/2012 - andamento chefe
Conclusos para Despacho - 31/08/2012 - Conclusos para Despacho em
Despacho Proferido - 03/09/2012 - Processo nº 431/10 Recebo o agravo ficando retido nos autos. Fica suspensa a imissão da posse temporariamente. Defiro ao expropriado o oferecimento de quesitos em 05 dias. Int. Campinas, d.s.
WAGNER ROBY GÍDARO JUIZ DE DIREITO
Data da Publicação SIDAP - 03/09/2012 - Fls. 78 - Processo nº 431/10 Recebo o agravo ficando retido nos autos. Fica suspensa a imissão da posse temporariamente. Defiro ao expropriado o oferecimento de quesitos em 05 dias. Int. Campinas, d.s.
WAGNER ROBY GÍDARO JUIZ DE DIREITO
Aguardando Publicação - 11/09/2012 - Aguardando Publicação- para relacionar (mesa)
Aguardando Publicação - 12/09/2012 - Aguardando Publicação (83)
Aguardando Manifestação do Réu - 28/09/2012 - PRAZO 9/11/12
Juntada de Petição - 13/11/2012 - Juntada da Petição
Aguardando Conferência - 13/11/2012 - Aguardando Conferência - andamento
Aguardando Providências - 26/11/2012 - Aguardando Providências p/relacionar DEZ/12
Mudança de Classe Processual - 13/02/2013 Ato ordinatório - 29/05/2013 - à réplica no prazo de 10 dias.
Remessa - 10/06/2013 - Relação: 0051/2013
Teor do ato: à réplica no prazo de 10 dias.
Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro (OAB 273689/SP)
Certidão de Publicação Expedida - 12/06/2013 - Relação :0051/2013
Data da Disponibilização: 11/06/2013
Data da Publicação: 12/06/2013
Número do Diário: 1432
Página: 1487/1497
Autos Entregues em Carga ao Advogado do Autor - 13/06/2013 - TEL.(19) 21160272
Tipo de local de destino: Advogado
Especificação do local de destino: Samuel Benevides Filho

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LIGIA HELENA BELLUCCI GERVASIO. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0021474-30.2010.8.26.0114 e o código 360000004M35E.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Recebidos os Autos do Advogado - 24/06/2013 - Tipo de local de destino: Cartório
Especificação do local de destino: Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública
Decurso de Prazo - 11/07/2013 Petição - 15/07/2013 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Desapropriação - Número: 80000 - Protocolo: FCAS13000600204
Petição - 15/07/2013 Conclusos para Despacho - 23/07/2013 Mero expediente - 24/07/2013 - Publique-se o despacho de fls. 43. Sem prejuízo, manifestarem-se as partes, no prazo de 05 dias, sobre as provas que pretendem produzir, especificando e justificando. Int.
Recebidos os Autos da Conclusão - 25/07/2013 Remessa - 06/12/2013 16:06:00 Remessa - 06/12/2013 16:39:00 Remessa - 07/02/2014 14:24:04 - Relação: 0155/2013
Teor do ato: Publique-se o despacho de fls. 43. Sem prejuízo, manifestarem-se as partes, no prazo de 05 dias, sobre as provas que pretendem produzir, especificando e justificando. Int.
Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro Ferraris (OAB 273689/SP)
Certidão de Publicação Expedida - 10/02/2014 10:18:52 - Relação :0155/2013
Data da Disponibilização: 10/02/2014
Data da Publicação: 11/02/2014
Número do Diário: 1589
Página: 1336/1354
Remessa - 10/02/2014 13:25:19 - fls. 43 - vista dos autos ao requerido: fl. 42v - Defiro o prazo de 15(quinze) dias conforme requerido.(PMC)
Remessa - 10/02/2014 13:26:58 Remessa - 11/02/2014 13:40:33 - Relação: 0156/2013
Teor do ato: fls. 43 - vista dos autos ao requerido: fl. 42v - Defiro o prazo de 15(quinze) dias conforme requerido.(PMC)
Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro Ferraris (OAB 273689/SP)
Certidão de Publicação Expedida - 12/02/2014 10:16:19 - Relação :0156/2013
Data da Disponibilização: 12/02/2014
Data da Publicação: 13/02/2014
Número do Diário: 1591
Página: 1268/1284
Autos no Prazo - 12/02/2014 14:13:00 Autos Entregues em Carga ao Advogado do Autor - 14/02/2014 10:37:36 - FONE- 21160272
Tipo de local de destino: Advogado
Especificação do local de destino: Samuel Benevides Filho
Recebidos os Autos do Advogado - 21/02/2014 10:27:56 - Tipo de local de destino: Cartório
Especificação do local de destino: Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública
Autos no Prazo - 21/02/2014 10:44:47 Laudo Juntado - 11/03/2014 16:31:04 - Juntada a petição diversa - Tipo: Laudo Pericial em Desapropriação - Número: 80001 - Protocolo: FCAS14000497252
Serventuário - 12/03/2014 10:00:00 Autos no Prazo - 12/03/2014 16:03:04 Serventuário - 19/03/2014 12:32:00 Petição - 19/03/2014 12:41:11 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Desapropriação - Número: 80002 - Protocolo: FCAS14000428861
Conclusos para Despacho - 20/03/2014 13:16:00 Mero expediente - 24/03/2014 20:31:19 - Fls.99 - II - Certifique-se a serventia, após tornem-me. Int.
Recebidos os Autos da Conclusão - 03/04/2014 17:16:00 - mesa do diretor
Petição - 30/05/2014 14:50:49 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Desapropriação - Número: 80003 - Protocolo: FCAS14000812680
Conclusos para Despacho - 02/06/2014 11:20:00 Decisão - 04/06/2014 18:55:14 - Razão assiste a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

requerida às fls.99, motivo pelo qual reconsidero a decisão de fls.91, para determinar a inclusão no polo passivo, os herdeiros de Odilon Garcia Nascimento e s/ mulher, bem como, de Oswaldo Ignacio de Tella e sua mulher. Anote-se no D.R.A. Forneça a expropriante, os endereços para a citação dos expropriados supra. Após, expeçam-se o mandado de citação dos requeridos supra. Int.

Recebidos os Autos da Conclusão - 09/06/2014 14:49:00 - rel 68

Remessa - 13/06/2014 13:10:37 - Relação: 0068/2014

Teor do ato: Razão assiste a requerida às fls.99, motivo pelo qual reconsidero a decisão de fls.91, para determinar a inclusão no polo passivo, os herdeiros de Odilon Garcia Nascimento e s/ mulher, bem como, de Oswaldo Ignacio de Tella e sua mulher. Anote-se no D.R.A. Forneça a expropriante, os endereços para a citação dos expropriados supra. Após, expeçam-se o mandado de citação dos requeridos supra. Int.

Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro Ferraris (OAB 273689/SP)

Certidão de Publicação Expedida - 16/06/2014 09:08:25 - Relação :0068/2014

Data da Disponibilização: 16/06/2014

Data da Publicação: 17/06/2014

Número do Diário: 1671

Página: 1246/1266

Serventuário - 16/06/2014 11:00:00Autos no Prazo - 16/06/2014 12:04:00Autos Entregues em Carga ao Advogado do Autor - 18/06/2014 10:16:18 - TEL. 21160611

Tipo de local de destino: Advogado

Especificação do local de destino: Marcela Gimenes Bizarro

Recebidos os Autos do Advogado - 25/06/2014 09:30:10 - Tipo de local de destino: Cartório

Especificação do local de destino: Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública

Autos no Prazo - 25/06/2014 11:16:31Petição - 04/07/2014 08:13:44 - Juntada a petição diversa -

Tipo: Petições Diversas em Desapropriação - Número: 80004 - Protocolo: FCAS14001950218

Ato ordinatório - 04/07/2014 11:39:05 - Ato Ordinatório - Formulário

Petição - 05/08/2014 18:23:30 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petições Diversas em Desapropriação - Número: 80005 - Protocolo: FCAS14002349811

Ato ordinatório - 06/08/2014 12:03:30 - Ato Ordinatório - Formulário

Ato ordinatório - 23/09/2014 15:54:49 - Vistas dos autos ao autor para: (x) apresentar, em 05 dias, as contrafes (tres) necessárias à expedição dos mandados de citação.

Remessa - 15/10/2014 14:11:57 - Relação: 0131/2014

Teor do ato: Vistas dos autos ao autor para: (x) apresentar, em 05 dias, as contrafes (tres) necessárias à expedição dos mandados de citação.

Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro Ferraris (OAB 273689/SP)

Certidão de Publicação Expedida - 16/10/2014 09:19:01 - Relação :0131/2014

Data da Disponibilização: 16/10/2014

Data da Publicação: 17/10/2014

Número do Diário: 1756

Página: 1551/1561

Autos no Prazo - 16/10/2014 13:42:00Serventuário - 24/10/2014 15:00:00Petição - 27/10/2014 11:47:47 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Desapropriação - Número: 80006 - Protocolo: FCAS14003327255

Expedição de documento - 27/10/2014 11:48:30 - ag.expedição de mandados

Certidão de Cartório Expedida - 13/01/2015 12:06:31 - Certidão - Genérica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Mandado Expedido - 13/01/2015 12:35:59 Ato ordinatório - 13/01/2015 12:42:52 - Vistas dos autos ao autor/expropriante para: (x) apresentar, em 05 dias, a qualificação dos expropriados Oswaldo Ignácio de Tella e s/mulher, inclusive o(s) endereço(s). 02 (duas) Contrafezes e diligência(s) do oficial de justiça. Necessários à expedição do(s) mandado(s) de citação.

Mandado de Citação Expedido - 20/01/2015 09:24:55 - Mandado nº: 114.2015/002484-3

Situação: Cumprido - Ato negativo em 05/02/2015

Local: Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública

Mandado de Citação Expedido - 20/01/2015 09:25:33 - Mandado nº: 114.2015/002489-4

Situação: Aguardando Cumprimento em 27/01/2015

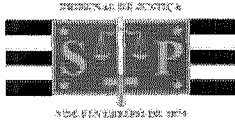
Local: Oficial de justiça - Marcelo Ferreira Minari

Serventuário - 11/02/2015 11:11:00 Mandado Juntado - 11/02/2015 12:53:59 Autos no Prazo - 11/02/2015 12:56:36

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 17 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$ 47,40



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) COMARCA DE CAMPINAS

CERTIDÃO Nº: 6945664

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de Campinas, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 08/03/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, RG: 58469588, CPF: 031.180.048-35, nascido em 14/09/1946, natural de Campinas - SP, filho de RUY DE ALMEIDA BARBOSA e YOLANDA CHECCHIA BARBOSA, conforme indicação constante do pedido de certidão.

Esta certidão abrange os processos criminais e os processos dos Juizados Especiais Criminais, só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão é sem custas.

Campinas, 10 de março de 2015.

Alethea Torres Gabrielli
Coordenadora

PEDIDO Nº:

3776628



52



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) COMARCA DE CAMPINAS

CERTIDÃO Nº: 6940721

FOLHA: 1/3

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de Campinas, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA, EXECUTIVOS FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 08/03/2015, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: ****

ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, RG: 27672034, CPF: 134.876.398-15, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

As seguintes distribuições: *****

» Foro de Campinas - 9ª Vara Cível. Processo: 0063011-11.2007.8.26.0114 (0063011-11.2007.8.26.0114). Ação: Procedimento Sumário. Data: 04/10/2007. Repte: Sara Rossilho Assirati. *****

» Foro de Campinas - 2ª Vara da Fazenda Pública. Processo: 0075009-73.2007.8.26.0114 (0075009-73.2007.8.26.0114). Ação: Desapropriação. Assunto: Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941. Data: 06/12/2007. Repte: Município de Campinas. *****

» Foro de Campinas - 2ª Vara Cível. Processo: 0073773-52.2008.8.26.0114 (0073773-52.2008.8.26.0114) Situação: Em grau de recurso. Ação: Renovatória de Locação. Data: 09/12/2008. Repte: Bwu Comercio e Entretenimento S/A. *****

» Foro de Campinas - 2ª Vara da Fazenda Pública. Processo: 0021474-30.2010.8.26.0114 (0021474-30.2010.8.26.0114). Ação: Desapropriação. Assunto: Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941. Data: 20/04/2010. Repte: Prefeitura Municipal de Campinas. *****

» Foro de Campinas - 8ª Vara Cível. Processo: 4031299-22.2013.8.26.0114. Ação: Renovatória de Locação. Assunto: Locação de Imóvel. Data: 12/12/2013. Repte: BWU COMÉRCIO E ENTRETENIMENTO S.A., atual denominação social de BWU VIDEO S.A.. ****

CERTIFICA ainda que, em razão da inexistência de elementos de identificação pessoal (RG ou CPF) na base de dados do distribuidor, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de **ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO**, não qualificado(a), as distribuições abaixo relacionadas, que podem referir-se a homônimos. *****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0550398-33.2006.8.26.0114 (0550398-33.2006.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 04/12/2006. Repte: Prefeitura Municipal de Campinas. *****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0079294-41.2009.8.26.0114 (0079294-41.2009.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 16/12/2009. Repte: Fazenda Pública do Município de Campinas. *****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0079296-11.2009.8.26.0114 (0079296-11.2009.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 16/12/2009. Repte: Fazenda Pública do Município de Campinas. *****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0079299-63.2009.8.26.0114 (0079299-63.2009.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 17/12/2009. Repte: Fazenda Publica do Municipio de Campinas. *****

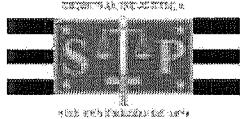
» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0079301-33.2009.8.26.0114 (0079301-33.2009.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 17/12/2009. Repte: Fazenda Publica do Municipio de Campinas. *****

1256229

PEDIDO Nº:



Alethea Torres Gabrielli
Coordenadora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) COMARCA DE CAMPINAS

CERTIDÃO Nº: 6940721

FOLHA: 2/3

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0079302-18.2009.8.26.0114 (0079302-18.2009.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 17/12/2009. Reqte: Fazenda Publica do Municipio de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0079303-03.2009.8.26.0114 (0079303-03.2009.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 17/12/2009. Reqte: Fazenda Publica do Municipio de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0079304-85.2009.8.26.0114 (0079304-85.2009.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 17/12/2009. Reqte: Fazenda Publica do Municipio de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0505682-42.2011.8.26.0114 (0505682-42.2011.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 07/12/2011. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0514236-63.2011.8.26.0114 (0514236-63.2011.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Data: 07/12/2011. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0507321-61.2012.8.26.0114 (0507321-61.2012.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano. Data: 06/11/2012. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0510455-96.2012.8.26.0114 (0510455-96.2012.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano. Data: 07/11/2012. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0511065-64.2012.8.26.0114 (0511065-64.2012.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano. Data: 07/11/2012. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0511148-80.2012.8.26.0114 (0511148-80.2012.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano. Data: 07/11/2012. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0511891-90.2012.8.26.0114 (0511891-90.2012.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano. Data: 07/11/2012. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

» Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais. Processo: 0512537-03.2012.8.26.0114 (0512537-03.2012.8.26.0114). Ação: Execução Fiscal. Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano. Data: 07/11/2012. Reqte: Prefeitura Municipal de Campinas.*****

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria Técnica de Serviço de Informações Cíveis.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão aponta os feitos cadastrados no sistema informatizado com situação em andamento.

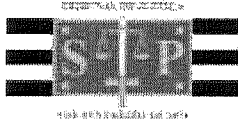
PEDIDO Nº:

1256229



Alethea Torres Gabrielli
Coordenadora

54



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) COMARCA DE CAMPINAS

CERTIDÃO Nº: 6940721

FOLHA: 3/3

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

As custas no valor de R\$ 30,60 foram recolhidas na forma da Lei.

Campinas, 9 de março de 2015.

Assinatura manuscrita de Alethea Torres Gabrielli.

Alethea Torres Gabrielli
Coordenadora

PEDIDO Nº: 1256229



55



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
9ª VARA CÍVEL

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Jardim Santana - CEP 13089-530, Fone: (19) 3756-3642, Campinas-SP - E-mail: campinas9cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Adelaide Marques De Souza, Oficial Maior do Cartório da 9ª Vara Cível do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0063011-11.2007.8.26.0114 - **CLASSE - ASSUNTO:** Procedimento Sumário

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 04/10/2007 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 13.000,00

REQUERENTE(S):

Sara Rossilho Assirati, CPF 005.681.188-80, RG 98593353

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, Paulo Nogueira Filho, 17, Jardim São Gabriel, Campinas-SP, CPF 134.876.398-15, RG 27672037

OBJETO DA AÇÃO:

Ação de Cobrança pelo rito Sumário referente a serviços de corretagem

SITUAÇÃO PROCESSUAL: AUTOS SENTENCIADOS

Sentença Proferida em 19/02/2010, conforme tópico final: "Diante desse quadro, JULGO PROCEDENTE o pedido constante da inicial, extinguindo o processo, com o exame do mérito, ex vi do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, condeno o Odilon a pagar à Sara a comissão de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), atualizada a contar do ingresso em Juízo (04/10/2007), com juros moratórios de 1% ao mês, devidos a partir da citação (30/01/2008, fls. 60 verso). Em razão da sucumbência, condeno Odilon ao pagamento das custas e despesas processuais, arbitrando os honorários advocatícios em 15% sobre o valor da condenação nos termos do art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil. Pela litigância de má-fé condeno o Odilon a pagar a multa de 1% sobre o valor atualizado da causa, bem como na multa que arbitro em 15% calculados, da mesma forma, sobre o valor atualizado da causa. P. R. I. C. Campinas, 19 de fevereiro de 2010. CARLOS ORTIZ GOMES, Juiz de Direito".

O réu apresentou recurso de apelação, sendo dado provimento ao recurso, para o fim de, reformando a sentença, julgar a ação IMPROCEDENTE.

A autora interpôs Recurso Especial, o qual foi negado seguimento. Após, pela mesma foi apresentado Agravo nos próprios autos contra decisão denegatória de Recurso Especial.

17/03/2015 – No momento, os autos aguardam intactos em cartório comunicação de decisão final.

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 17 de março de 2015.

Assino por ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, conforme Portaria nº 01/90.

ADELAIDE MARQUES DE SOUZA
OFICIAL MAIOR

ASSINATURA ELETRÔNICA - LEI 11.419/2006 (IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA)

Ao Estado: R\$ 19,40



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Ligia Helena Bellucci Gervasio, Escrivã do Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0075009-73.2007.8.26.0114 - **CLASSE** - **ASSUNTO:** Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 06/12/2007 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 139.190,40

REQUERENTE(S):

Município de Campinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203, Espólio de Lauro Navarro, Na Pessoa da Inventariante Yamara Navarro Coppo, CPF 014.177.628-53, RG 327750, Valdeci Pregnotatto, CPF 091.163.028-77, RG 1773708, Wladimir Pregnotatto, Ana Lucia Ferrari Pregnotatto, CPF 130.097.398-69, RG 16573610

OBJETO DA AÇÃO:

AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO do seguinte imóvel: "Gleba 07, do quarteirão 3.036 do Cadastro Municipal, com 3.888m² de área e as seguintes medidas e confrontações: 50,00m confrontando com a rua Natividade da Serra; 82,00m confrontando com a praça sem denominação da Vila Guararapes; 61,00m em área de córrego; 60,50m confrontando com a praça sem denominação do Arruamento Escola Americana de Campinas.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Processo Distribuído - 06/12/2007 14:23:14 - Processo Distribuído por Sorteio p/ 2ª. Vara da Fazenda Pública

Carga à Vara Interna - 06/12/2007 18:45:52 - Carga à Vara Interna sob nº 1678592 - Local Origem: 981-Distribuidor(Fórum de Campinas)

Local Destino: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 06/12/2007

Data de Recebimento: 11/12/2007

Previsão de Retorno: Sem prev. retorno

Vol.: Todos

Conclusos para Despacho - 11/12/2007 - Conclusos para Despacho com carga m 11 12 2007.-

Recebimento de Carga - 11/12/2007 13:40:24 - Recebimento de Carga sob nº 1678592

Despacho Proferido - 20/12/2007 - Citem-se. Nomeio para o cargo de Perito Judicial o Dr. Luis Cláudio Nóbrega Souza que deverá ser intimada a estimar seus honorários em 10 dias. Aprovo o Assistente Técnico indicado pela expropriante. Faculto ao(s) Expropriado(s) indicar seus(s) Assistente Técnico e formularem quesitos oportunamente. Int.

Aguardando Manifestação do Perito - 22/01/2008 - CAIXA PERITO

Remessa ao Setor - 08/02/2008 - Remetido ao expediente - mesa

Despacho Proferido - 08/02/2008 - J. Defiro a estimativa de honorários pelas horas da Tabela (R\$ 2.500,00). Intime-se a PMC para o depósito em 10 dias para a prova pericial.

Data da Publicação SIDAP - 11/02/2008 - Fls. 17 - J. Defiro a estimativa de honorários pelas horas da Tabela (R\$ 2.500,00). Intime-se a PMC para o depósito em 10 dias para a prova pericial.

Aguardando Publicação - 11/02/2008 - Aguardando Publicação -LAUDA 25



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Data da Publicação SIDAP - 11/02/2008 - Fls. 17 - Citem-se. Nomeio para o cargo de Perito Judicial o Dr. Luis Cláudio Nóbrega Souza que deverá ser intimada a estimar seus honorários em 10 dias. Aprovo o Assistente Técnico indicado pela expropriante. Faculto ao(s) Expropriado(s) indicar seus(s) Assistente Técnico e formularem quesitos oportunamente. Int.

Conclusos para Despacho - 26/05/2008 - Conclusos para Despacho em

Conclusos para Despacho - 26/05/2008 - Conclusos para Despacho em 27 05 2008.-

Remessa ao Setor - 30/05/2008 - Remetido ao expediente - baixa da cls. em 30/05

Aguardando Providências - 02/06/2008 - Aguardando Providências p/relacionar publicação

Conclusos para Despacho - 19/06/2008 - Conclusos para Despacho em

Conclusos para Despacho - 19/06/2008 - Conclusos para Despacho em 20 06 2008 (Dr. Jose Fernando Steinberg).-

Despacho Proferido - 30/06/2008 - Vistos. Com efeito, intime-se o réu para que apresente contestação, em 15 dias, na forma e dentro dos limites traçados pelo art. 20, e seguintes, do Decreto-Lei nº 3.365/41 (desapropriação). Int.

Aguardando Publicação - 30/06/2008 - Aguardando Publicação - LAUDA 37

Aguardando Devolução de Autos - 22/08/2008 - Aguardando Devolução de Autos FLS 157

Aguardando Publicação - 04/09/2008 - Aguardando Publicação-LAUDA 37

Remessa ao Setor - 02/10/2008 - Remetido ao EXPEDIENTE-MESA (JUNTADA PRONTA)

Conclusos para Despacho - 08/10/2008 - Conclusos para Despacho em

Conclusos para Despacho - 03/11/2008 - Conclusos para Despacho em 03 11 2008 DR FABIO

Despacho Proferido - 13/11/2008 - Vistos. 1.) Defiro a imissão provisória na posse, mediante o depósito do valor da oferta, dividido em dez parcelas como requerido. 2.) Isso porque a exigência de prévio, justo e integral pagamento somente se aplica à desapropriação, ou seja, à perda da propriedade, e não ao desapossamento, perda da posse. Aquela somente ocorre no final do processo. 4.) Isto posto, demonstrado o pagamento da primeira parcela, expeça-se mandado de imissão na posse e cite-se, por mandado ou precatória conforme o caso, os demais réus, para contestarem no prazo legal. 5.) Cumprido, intime-se o Sr. Perito para iniciar seus trabalhos. Int. Cps, 13/11/2008 Juiz de Direito

Remessa a Origem - 13/11/2008 - Remetido a Origem (CARTÓRIO) em 13/11/2008 NATA

Aguardando Publicação - 14/11/2008 - Aguardando Publicação- para relacionar.

Aguardando Devolução de Autos - 27/01/2009 - Aguardando Devolução de Autos

Aguardando Prazo - 28/01/2009 - Aguardando Prazo 01/02

Aguardando Digitação - 03/03/2009 - Aguardando Digitação- Dat. mesa.

Aguardando Publicação - 17/03/2009 - Aguardando Publicação- para relacionar (mesa)

Despacho Proferido - 18/03/2009 - Vistos.1-Defiro a imissão provisória na posse, mediante o depósito do valor da oferta, dividido em dez parcelas como requerido.2-Iso porque a exigência de prévio, justo e integral pagamento somente se aplica à desapropriação, ou seja, à perda da propriedade, e não ao desapossamento, perda da posse. Aquela somente ocorre no final do processo.4-Isto posto, demonstrado o pagamento da primeira parcela, expeça-se mandado de imissão na posse e cite-se, por mandado ou precatório conforme o caso, os demais réus, para contestarem no prazo legal.5-Cumprido, intime-se o S. Perito para iniciar seus trabalhos.

Data da Publicação SIDAP - 18/03/2009 - Fls. 70 - Vistos.1-Defiro a imissão provisória na posse, mediante o depósito do valor da oferta, dividido em dez parcelas como requerido.2-Iso porque a exigência de prévio, justo e integral pagamento somente se aplica à desapropriação, ou seja, à perda da propriedade, e não ao desapossamento, perda da posse. Aquela somente ocorre no final do processo.4-Isto posto, demonstrado o pagamento da primeira parcela, expeça-se mandado de imissão na posse e cite-se, por mandado ou precatório conforme o caso, os demais réus, para contestarem no prazo legal.5-Cumprido, intime-se o S. Perito para iniciar seus trabalhos.

Aguardando Digitação - 19/03/2009 - Aguardando Digitação- Dat. (mesa)

Remessa ao Setor - 31/03/2009 - Remetido ao xerox.

Aguardando Providências - 15/04/2009 - Aguardando Providências- para assinar mdo.

Aguardando Providências - 22/04/2009 - Aguardando Providências- Registrar documento.

Aguardando Prazo - 22/04/2009 - Aguardando Prazo até 30/05/09

Aguardando Publicação - 03/06/2009 - Aguardando Publicação- para relacionar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Despacho Proferido - 22/06/2009 - Fls. 82/91-Diga o requerente, em cinco dias.
Data da Publicação SIDAP - 22/06/2009 - Fls. 92- - Fls. 82/91-Diga o requerente, em cinco dias.
Aguardando Prazo - 23/06/2009 - Aguardando Prazo até 22/07/09
Aguardando Devolução de Autos - 24/06/2009 - Aguardando Devolução de Autos
Retorno do Setor - 26/06/2009 - Recebido do ADVOGADO EM 26/06/2009
Aguardando Prazo - 02/07/2009 - Aguardando Prazo 22
Remessa ao Setor - 10/08/2009 - Remetido ao < livro da Oficiala Regina > em 10 08 2009.-
Conclusos para Despacho - 11/08/2009 - Conclusos para Despacho em 11 08 2009, Dr Fabio.-
Conclusos para Despacho - 17/08/2009 - Conclusos para Despacho em 18/08/2009
Remessa ao Setor - 26/08/2009 - Remetido ao < Nome do Setor > em 26/08/09 devolvido ao cartorio em 26/08/09-reg
Aguardando Publicação - 27/08/2009 - Aguardando Publicação- para relacionar (mesa)
Despacho Proferido - 31/08/2009 - Manifeste-se a expropriante sobre a certidão de fls. 95, bem como requeira o que de direito para prosseguimento do feito.
Data da Publicação SIDAP - 31/08/2009 - Fls. 96 - Manifeste-se a expropriante sobre a certidão de fls. 95, bem como requeira o que de direito para prosseguimento do feito.
Aguardando Prazo - 01/09/2009 - Aguardando Prazo até 24/10/09
Conclusos para Despacho - 11/09/2009 - Conclusos para Despacho em 11/09/09
Conclusos para Despacho - 14/09/2009 - Conclusos para Despacho em 14/09/2009
Remessa ao Setor - 23/09/2009 - Remetido ao < Nome do Setor > em 23/09/09 devolvido ao cartorio em 23/09/09-reg
Aguardando Digitação - 23/09/2009 - Aguardando Digitação-desentranhamento de mandado de citação
Aguardando Conferência - 29/09/2009 - Aguardando Conferência - certidão de obj. e pé - mesa Diretor
Aguardando Digitação - 29/09/2009 - Aguardando Digitação
Aguardando Providências - 30/10/2009 - Aguardando Providências- para assinar mandado.
Aguardando Providências - 03/11/2009 - Aguardando Providências- para registrar mandado.
Aguardando Prazo - 04/11/2009 - Aguardando Prazo até 22/12/09
Aguardando Publicação - 25/11/2009 - Aguardando Publicação- para relacionar.
Despacho Proferido - 02/12/2009 - Fls. 110, diga o requerente, em cinco dias.(?... deixei de citar, em virtude de não mais residir no endereço, mudou-se...?)
Data da Publicação SIDAP - 02/12/2009 - Fls. 111 - Fls. 110, diga o requerente, em cinco dias.(?... deixei de citar, em virtude de não mais residir no endereço, mudou-se...?)
Aguardando Prazo - 03/12/2009 - Aguardando Prazo até 22/01/10
Aguardando Devolução de Autos - 19/01/2010 - Aguardando Devolução de Autos - f 165
Conclusos para Despacho - 01/03/2010 - Conclusos para Despacho em 01/03/10
Despacho Proferido - 03/03/2010 - c o n c l u s ã o: Em 01 de março de 2010, faço os presentes autos conclusos a Exma. Sra. Dra. ELIANE DA CAMARA LEITE FERREIRA, MM.^a Juíza de Direito. Eu _____, subscrevi. Autos n.º 17481-07 VISTOS. Conquanto a manifestação de fls. 114/115, não é viável o acolhimento do pleito liminar. A autora foi imitada na posse do imóvel, em ação desapropriatória, não sendo possível estender os efeitos da decisão liminar a terceiros que não integram a lide. Se ocupante da área, objeto da desapropriação, recusa-se a sair da mesma, poderá a autora se valer de seu poder de polícia, ou desforço imediato, se o caso, ou, ainda, ingressar com ação judicial, visando a desocupação da área pelo terceiro, ao qual serão garantidos o contraditório e ampla defesa. Int. Campinas, 02 de março de 2010. ELIANE DA CAMARA LEITE FERREIRA Juíza de Direito
Remessa ao Setor - 04/03/2010 - Remetido ao < Nome do Setor > em 04/03/10 reg
Aguardando Publicação - 04/03/2010 - Aguardando Publicação- para relacionar (mesa)
Despacho Proferido - 05/03/2010 - VISTOS.Conquanto a manifestação de fls. 114/115, não é viável o acolhimento do pleito liminar.A autora foi imitada na posse do imóvel, em ação desapropriatória, não sendo possível estender os efeitos da decisão liminar a terceiros que não integram a lide.Se o ocupante da área, objeto da desapropriação, recusa-se a sair da mesma, poderá a autora se valer de seu poder de polícia, ou desforço imediato, se o caso, ou, ainda, ingressar com ação judicial, visando a desocupação da área pelo terceiro, ao qual serão garantidos o contraditório e ampla defesa.
Data da Publicação SIDAP - 05/03/2010 - Fls. 125 - VISTOS.Conquanto a manifestação de fls. 114/115,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

não é viável o acolhimento do pleito liminar. A autora foi imitada na posse do imóvel, em ação desapropriatória, não sendo possível estender os efeitos da decisão liminar a terceiros que não integram a lide. Se o ocupante da área, objeto da desapropriação, recusa-se a sair da mesma, poderá a autora se valer de seu poder de polícia, ou desforço imediato, se o caso, ou, ainda, ingressar com ação judicial, visando a desocupação da área pelo terceiro, ao qual serão garantidos o contraditório e ampla defesa.

Aguardando Devolução de Autos - 05/03/2010 - carga adv. da PMC - FLS. 30

Retorno do Setor - 18/03/2010 - Recebido do ADVOGADO EM 18/03

Aguardando Prazo - 18/03/2010 - Aguardando Prazo até 18/04/10

Conclusos para Despacho - 22/03/2010 - Conclusos para Despacho em 22/03/10

Carga Outro - 25/03/2010 14:29:51 - Carga Outro sob nº 4539710 - Destino: Conclusos com Dra Eliane, para assinar

Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 25/03/2010

Data de Recebimento: 26/03/2010

Previsão de Retorno: 26/03/2010

Vol.: Todos

Remessa ao Setor - 26/03/2010 - Remetido ao < Nome do Setor > em 26/03/10 reg

Aguardando Publicação - 26/03/2010 - Aguardando Publicação- para relacionar.

Recebimento de Carga - 26/03/2010 09:57:41 - Recebimento de Carga sob nº 4539710

Conclusos para Despacho - 30/03/2010 - Conclusos para Despacho em 30/03/10

Conclusos - 05/04/2010 - Conclusos para < assinar > 05 0 4 2010.-

Carga Outro - 06/04/2010 13:15:47 - Carga Outro sob nº 4578375 - Destino: Conclusos (para assinar)

Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 06/04/2010

Data de Recebimento: 07/04/2010

Previsão de Retorno: 07/04/2010

Vol.: Todos

Remessa ao Setor - 07/04/2010 - Remetido ao < Nome do Setor > em 07/04/10 reg

Recebimento de Carga - 07/04/2010 10:46:25 - Recebimento de Carga sob nº 4578375

Aguardando Providências - 08/04/2010 - Aguardando Providências- remeter ofício ao T.J.(pedido de informações).

Conclusos para Despacho - 03/05/2010 - Conclusos para Despacho- Aguardando remessa.

Carga Outro - 11/05/2010 10:29:10 - Carga Outro sob nº 4724471 - Destino: CLS. PARA DESPACHO- DR. EDUARDO BIGOLIN, EM 11/05/2010

Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 11/05/2010

Data de Recebimento: 14/05/2010

Previsão de Retorno: 14/05/2010

Vol.: Todos

Recebimento de Carga - 14/05/2010 10:47:08 - Recebimento de Carga sob nº 4724471

Carga Outro - 14/05/2010 11:32:42 - Carga Outro sob nº 4739698 - Destino: RECARGA DRA. ELIANE DA CAMARA LEITE FERREIRA

Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 14/05/2010

Data de Recebimento: 26/05/2010

Previsão de Retorno: 26/05/2010

Vol.: Todos

Aguardando Remessa - 26/05/2010 - Aguardando Remessa p/ relacionar

Recebimento de Carga - 26/05/2010 10:26:17 - Recebimento de Carga sob nº 4739698

Aguardando Digitação - 30/07/2010 - Aguardando Digitação

Aguardando Providências - 26/11/2010 - Aguardando Providências p/ relacionar

Remessa ao Setor - 29/12/2010 - UM VOLUME(S) DO(S) AGRAVO(S) REMETIDO(S) A RECALL EM 29/12/2010 - CAIXA 1903/2010



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Aguardando Publicação - 04/04/2011 - Aguardando Publicação (28)
Remessa ao Setor - 06/05/2011 - Remetido ao < expediente p/ digitação > em
Aguardando Digitação - 20/05/2011 - Aguardando Digitação
Carga ao Advogado - 31/05/2011 10:31:35 - Carga ao Advogado sob nº 6286364 - Advogado: MAIANY DE SOUZA ALMEIDA
OAB: 202930/SP
Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)
Data de Envio: 31/05/2011
Data de Recebimento: 07/06/2011
Previsão de Retorno: 07/06/2011
Vol.: 1
Aguardando Digitação - 07/06/2011 - Aguardando Digitação/EXPEDIENTE EM 07/06/2011
Recebimento de Carga - 07/06/2011 10:15:44 - Recebimento de Carga sob nº 6286364
Aguardando Remessa - 16/07/2011 - conclusão
Conclusos para Despacho - 29/07/2011 - Conclusos para Despacho em julho de 2011.-
Aguardando Digitação - 10/08/2011 - Aguardando Digitação
Aguardando Conferência - 25/08/2011 - Aguardando Conferência-MESA DIRETOR
Aguardando Encaminhamento de Mandado para Cumprimento - 26/08/2011 - Aguardando Encaminhamento de Mandado para Cumprimento
Aguardando Prazo - 29/08/2011 - Aguardando Prazo-29/09/11
Juntada de Mandado - 02/09/2011 - Juntada do Mandado 02/9/11
Aguardando Conferência - 02/09/2011 - andamento chefe
Conclusos para Despacho - 29/09/2011 - Conclusos para Despacho R em set/2011.-
Remessa ao Setor - 14/10/2011 - Remetido ao < expediente p/ digitação > em
Aguardando Digitação - 09/11/2011 - Aguardando Digitação-MESA
Aguardando Providências - 18/11/2011 - Aguardando Providências-p/relacionar
Aguardando Publicação - 22/03/2012 - Aguardando Publicação (41)
Aguardando Diligência - 31/05/2012 - Aguardando Diligência e/ou custas - PRAZO 11/06
Juntada de Petição - 12/06/2012 - Juntada da Petição < N.º da Petição > em
Aguardando Digitação - 12/06/2012 - Aguardando Digitação expediente
Aguardando Digitação - 27/06/2012 - Aguardando Digitação mesa ale
Aguardando Conferência - 24/07/2012 - Aguardando Conferência - mesa diretor
Aguardando Encaminhamento de Mandado para Cumprimento - 26/07/2012 - Aguardando Encaminhamento de Mandado para Cumprimento
Aguardando Devolução de Mandado - 26/07/2012 - Aguardando Devolução de Mandado- PRAZO - 26/09/12
Aguardando Juntada - 30/11/2012 - Aguardando Juntada-
Juntada de Mandado - 05/12/2012 - Juntada do Mandado
Aguardando Providências - 05/12/2012 - Aguardando Providências - p/ relacionar dez/12
Mudança de Classe Processual - 14/02/2013 Ato ordinatório - 17/06/2013 - Fls. 192vº, diga o requerente em cinco dias. (acerca da certidão negativa do oficial de justiça - pessoa ter se mudado para a capital/SP)
Petição - 24/06/2013 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Desapropriação - Número: 80000 - Protocolo: FCAS13000602550
Conclusos para Despacho - 27/06/2013 Remessa - 10/07/2013 - Relação: 0062/2013
Teor do ato: Fls. 192vº, diga o requerente em cinco dias. (acerca da certidão negativa do oficial de justiça - pessoa ter se mudado para a capital/SP)
Advogados(s): Guilherme Fonseca Tadini (OAB 202930/SP), Vanderlei de Araujo (OAB 36541/SP), Antonio Cesar Casali Calhau (OAB 41319/SP), Carlos Paolieri Neto (OAB 71995/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP)
Recebidos os Autos da Conclusão - 10/07/2013 Certidão de Publicação Expedida - 11/07/2013 - Relação :0062/2013
Data da Disponibilização: 11/07/2013
Data da Publicação: 12/07/2013



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Número do Diário: 1452

Página: 1273/1281

Mero expediente - 12/07/2013 - Defiro o prazo de 30 (trinta) dias requerido pela Municipalidade às fls. 199 vº. Int.

Recebidos os Autos da Conclusão - 15/07/2013 Remessa - 17/07/2013 - Relação: 0083/2013

Teor do ato: Defiro o prazo de 30 (trinta) dias requerido pela Municipalidade às fls. 199 vº. Int.

Advogados(s): Guilherme Fonseca Tadini (OAB 202930/SP), Vanderlei de Araujo (OAB 36541/SP), Antonio Cesar Casali Calhau (OAB 41319/SP), Carlos Paolieri Neto (OAB 71995/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP)

Certidão de Publicação Expedida - 18/07/2013 - Relação :0083/2013

Data da Disponibilização: 18/07/2013

Data da Publicação: 19/07/2013

Número do Diário: 1457

Página: 1314/1317

Autos no Prazo - 23/07/2013 - prazo 20

Petição - 20/08/2013 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Desapropriação - Número: 80001 - Protocolo: FCAS13001154370

Conclusos para Despacho - 05/09/2013 13:33:00 Decisão - 07/09/2013 18:23:42 - Fls.203, defiro. Expeça-se o edital, com prazo de 30 dias. Int.

Edital Expedido - 21/05/2014 13:00:00 - ag. remessa DJE p/publicação

Certidão de Cartório Expedida - 02/06/2014 11:42:27 - Certidão - Genérica

Decurso de Prazo - 02/06/2014 12:01:00 - prazo edital publicado no DJE

Setor Técnico - 21/10/2014 17:45:13 - mesa do chefe - COP

Decurso de Prazo - 22/10/2014 10:48:49 - prazo 13/11/2014

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 17 de março de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao Estado: R\$ 47,40

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

CERTIFICA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0073773-52.2008.8.26.0114 – **CLASSE – ASSUNTO:** Renovatória de Locação

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2008 **VALOR DA CAUSA:** R\$129.898,00

REQUERENTE(S):

BWU Comércio e Entretenimento S/A

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

AÇÃO RENOVATÓRIA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO referente aos lotes 24 e 25 da quadra B do Loteamento Chácara São Geraldo, na Comarca de Campinas-SP.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

09/12/2008	Processo Distribuído por Sorteio para a 2ª Vara Cível
29/04/2009	Despacho Proferido: Audiência de tentativa de conciliação designada para o dia 06 de agosto de 2009, às 14:50 horas.
06/08/2009	Audiência realizada em 06/08/09: Ausência do Autor e de seu advogado. Requerida prova pericial pelo advogado do réu.
12/11/2009	Despacho: Para o primeiro e segundo ponto controvertido, é necessária a realização de perícia. Para o encargo, nomeio José Herculano Rodrigues Vicente, cujos honorários fixo em R\$ 1.860,00. Em dez dias, deverá a autora efetuar o depósito.
07/02/2012	Despacho: Manifestação das partes a respeito do laudo pericial apresentado.
15/08/2012	Despacho: Apresentar rol de testemunhas.
10/09/2012	Despacho: Realizada a Audiência de Instrução e Julgamento, restando infrutífera a conciliação, reiterando as partes o que fora alegado em inicial e contestação.
31/10/2012	Sentença: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial e, com fundamento no artigo 51 da Lei Federal n. 8.245/91, decreto a renovação da locação do imóvel mencionado na inicial, devendo ser observado no contrato ora renovado as seguintes condições: (1) o prazo da nova locação será

de cinco anos, iniciando-se em 15.06.2009 e terminando em 15.06.2014; (2) o valor do aluguel em junho de 2009 será de R\$ 24.746,31, devendo ser reajustado anualmente pelo índice constante do contrato original. Considerando a sucumbência parcial, condeno a autora ao pagamento de 60% das custas processuais, arcando a ré com o restante, devendo a primeira arcar também com o pagamento dos honorários advocatícios da segunda, no valor de R\$ 5.000,00.

09/05/2013

Decisão Proferida: Embargos de Declaração opostos pelo autor BWU Reconheço a tempestividade dos embargos. Quanto ao mérito, foi solucionado pela decisão anterior, de sorte que mantenho a decisão já prolatada, modificando apenas o entendimento quanto à tempestividade dos embargos.

10/01/2014

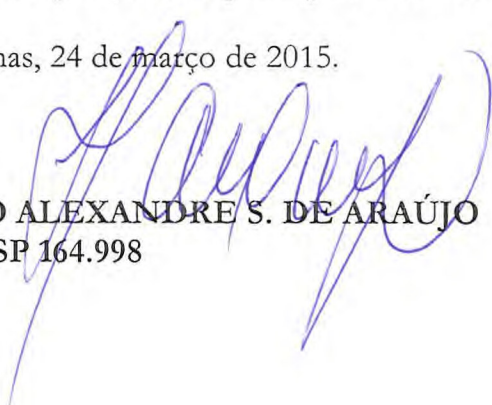
Interposição de Apelação pelo Autor BWU. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Seção de Direito Privado Recebido o recurso com efeito suspensivo.

26/02/2014

Remetidos os Autos para o Tribunal de Justiça - Seção de Direito Privado

Situação atual: Aguardando julgamento da apelação interposta pelo autor BWU.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÊ

Ligia Helena Bellucci Gervasio, Escrivã do Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0021474-30.2010.8.26.0114 - **CLASSE** - **ASSUNTO:**
Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2010 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 259.497,27

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas

REQUERIDO(S):

Walderez Garcia Jacobucci, RUA REVERENDO GUILHERME KERR, 110, NOVA CAMPINAS, Campinas-SP, CPF 016.847.038-16, RG 2767193, Odilon Garcia Nascimento Filho, Rua Doutor Guilherme da Silva, 520, apto 6, Cambui - CEP 13025-070, Campinas-SP, CPF 134.876.398-15, RG 2.767.203, nascido em 24/07/1944, Advogado, Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento, Rua Doutor Guilherme da Silva, 520, apto 06, Cambui - CEP 13025-070, Campinas-SP, CPF 031.180.048-35, RG 58469588, Paulo Afonso Jacobucci, Rua Reverendo Guilherme Kerr, 110, Nova Campinas - CEP 13092-139, Campinas-SP, CPF 014.402.178-15, RG 2697566, Oswaldo Ignacio de Tella, Brasileiro

OBJETO DA AÇÃO:

Desapropriação por utilidade pública de parte da gleba 1.A, localizada no quarteirão 6797, com área de 3303,70m², conforme Decreto Municipal nº 16.709 de 21 de julho de 2009

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Processo Distribuído - 20/04/2010 14:46:07 - Processo Distribuído por Sorteio p/ 2ª. Vara da Fazenda Pública

Carga à Vara Interna - 20/04/2010 18:16:46 - Carga à Vara Interna sob nº 4646653 - Local Origem: 981-Distribuidor(Fórum de Campinas)

Local Destino: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 20/04/2010

Data de Recebimento: 22/04/2010

Previsão de Retorno: Sem prev. retorno

Vol.: Todos

Recebimento de Carga - 22/04/2010 09:03:55 - Recebimento de Carga sob nº 4646653

Carga Outro - 22/04/2010 12:01:07 - Carga Outro sob nº 4648945 - Destino: CLS - URGENTE - DRª ELIANE CAMARA - 22/04/2010

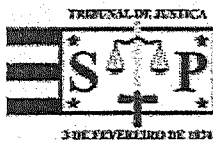
Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 22/04/2010

Data de Recebimento: 23/04/2010

Previsão de Retorno: 23/04/2010

Vol.: Todos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Recebimento de Carga - 23/04/2010 15:18:17 - Recebimento de Carga sob nº 4648945
Conclusos para Despacho - 26/04/2010 - Conclusos para Despacho - Aguardando remessa.
Carga Outro - 30/04/2010 10:38:39 - Carga Outro sob nº 4687168 - Destino: CLS. PARA DR. EDUARDO BIGOLIN- 30/04/2010.
Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)
Data de Envio: 30/04/2010
Data de Recebimento: 30/04/2010
Previsão de Retorno: 30/04/2010
Vol.: Todos
Recebimento de Carga - 30/04/2010 17:39:08 - Recebimento de Carga sob nº 4687168
Aguardando Publicação - 03/05/2010 - Aguardando Publicação- para relacionar.
Aguardando Publicação - 19/07/2010 - Aguardando Publicação
Aguardando Prazo - 20/07/2010 - Aguardando Prazo 22/08
Juntada de Documentos - 05/01/2011 - Juntada de Documentos em
Aguardando Remessa - 05/01/2011 - Aguardando Remessa cls despacho
Conclusos para Despacho - 13/01/2011 - Conclusos para Despacho - Aguardando remessa.
Aguardando Intimação - 17/01/2011 - Aguardando Intimação do Perito - mesa Of. Maior
Aguardando Manifestação do Perito - 15/02/2011 - Aguardando Manifestação do Perito PRATELEIRA em 15 02 2011.-
Carga Outro - 18/02/2011 11:30:11 - Carga Outro sob nº 5816020 - Destino: PERITO - LUIZ CELIO P.MORAES Fº - CREA - 56512 - (19-32567999)
Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)
Data de Envio: 18/02/2011
Data de Recebimento: 19/05/2011
Previsão de Retorno: 19/05/2011
Vol.: Todos
Recebimento de Carga - 19/05/2011 14:49:12 - Recebimento de Carga sob nº 5816020
Aguardando Juntada - 20/05/2011 - Aguardando Juntada (expediente) em 20 05 2011.-
Juntada de Petição - 23/05/2011 - Juntada da Petição < N.º da Petição > em
Juntada de Laudo Periciais - 23/05/2011 - Juntada de Laudo < Tipo do Laudo > < N.º do Laudo > em
Aguardando Conferência - 23/05/2011 - Aguardando Conferência ANDAMENTO
Conclusos - 27/05/2011 - Conclusos para < assinar > maio 2011
Aguardando Publicação - 31/05/2011 - Aguardando Publicação- para relacionar.
Remessa ao Setor - 09/06/2011 - Remetido ao < expediente p/ digitação > em
Aguardando Conferência - 09/06/2011 - Aguardando Conferência-MESA DIRETOR
Aguardando Providências - 10/06/2011 - Aguardando Providências- assinatura de guia
Conclusos para Despacho - 13/06/2011 - Conclusos para Despacho em 13/06
Aguardando Providências - 14/06/2011 - Aguardando Providências p/ relacionar - junho
Conclusos para Despacho - 27/09/2011 - Conclusos para Despacho em 28/09
Aguardando Providências - 04/10/2011 - Aguardando Providências p/ relacionar - outubro
Aguardando Publicação - 09/02/2012 - Aguardando Publicação (11)
Aguardando Manifestação do Autor - 15/02/2012 - Aguardando Manifestação do Autor - PRAZO 01/04
Conclusos para Despacho - 16/02/2012 - Conclusos para Despacho em
Aguardando Providências - 27/02/2012 - Aguardando Providências p/ relacionar - fevereiro
Juntada de Petição - 05/03/2012 - Juntada da Petição < N.º da Petição > em
Aguardando Conferência - 05/03/2012 - andamento chefe



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Conclusos para Despacho - 07/03/2012 - Conclusos para Despacho em mar 2012.-

Aguardando Publicação - 13/03/2012 - Aguardando Publicação (20)

Aguardando Diligência - 21/03/2012 - Aguardando Diligência ou custas - PRAZO 22/04

Aguardando Juntada - 26/03/2012 - Aguardando Juntada

Juntada de Petição - 28/03/2012 - Juntada da Petição

Aguardando Digitação - 28/03/2012 - Aguardando Digitação março

Carga ao Advogado - 11/05/2012 12:15:35 - Carga ao Advogado sob nº 7877011 - Advogado:

RAQUEL DE ARRUDA GUERREIRO

OAB: 273689/SP

Local Origem: 1000-2ª. Vara da Fazenda Pública(Fórum de Campinas)

Data de Envio: 11/05/2012

Data de Recebimento: 28/05/2012

Previsão de Retorno: 28/05/2012

Vol.: Todos

Aguardando Digitação - 28/05/2012 - Aguardando Digitação 03/12

Recebimento de Carga - 28/05/2012 14:43:14 - Recebimento de Carga sob nº 7877011

Aguardando Juntada - 30/05/2012 - Aguardando Juntada

Juntada de Contestação - 31/05/2012 - Juntada de Contestação em

Aguardando Conferência - 31/05/2012 - andamento chefe

Conclusos para Despacho - 31/08/2012 - Conclusos para Despacho em

Despacho Proferido - 03/09/2012 - Processo nº 431/10 Recebo o agravo ficando retido nos autos. Fica suspensa a imissão da posse temporariamente. Defiro ao expropriado o oferecimento de quesitos em 05 dias. Int. Campinas, d.s.

WAGNER ROBY GÍDARO JUIZ DE DIREITO

Data da Publicação SIDAP - 03/09/2012 - Fls. 78 - Processo nº 431/10 Recebo o agravo ficando retido nos autos. Fica suspensa a imissão da posse temporariamente. Defiro ao expropriado o oferecimento de quesitos em 05 dias. Int. Campinas, d.s.

WAGNER ROBY GÍDARO JUIZ DE DIREITO

Aguardando Publicação - 11/09/2012 - Aguardando Publicação- para relacionar (mesa)

Aguardando Publicação - 12/09/2012 - Aguardando Publicação (83)

Aguardando Manifestação do Réu - 28/09/2012 - PRAZO 9/11/12

Juntada de Petição - 13/11/2012 - Juntada da Petição

Aguardando Conferência - 13/11/2012 - Aguardando Conferência - andamento

Aguardando Providências - 26/11/2012 - Aguardando Providências p/relacionar DEZ/12

Mudança de Classe Processual - 13/02/2013 Ato ordinatório - 29/05/2013 - à réplica no prazo de 10 dias.

Remessa - 10/06/2013 - Relação: 0051/2013

Teor do ato: à réplica no prazo de 10 dias.

Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro (OAB 273689/SP)

Certidão de Publicação Expedida - 12/06/2013 - Relação :0051/2013

Data da Disponibilização: 11/06/2013

Data da Publicação: 12/06/2013

Número do Diário: 1432

Página: 1487/1497

Autos Entregues em Carga ao Advogado do Autor - 13/06/2013 - TEL.(19) 21160272

Tipo de local de destino: Advogado

Especificação do local de destino: Samuel Benevides Filho



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

requerida às fls.99, motivo pelo qual reconsidero a decisão de fls.91, para determinar a inclusão no polo passivo, os herdeiros de Odilon Garcia Nascimento e s/ mulher, bem como, de Oswaldo Ignacio de Tella e sua mulher. Anote-se no D.R.A. Forneça a expropriante, os endereços para a citação dos expropriados supra. Após, expeçam-se o mandado de citação dos requeridos supra. Int.

Recebidos os Autos da Conclusão - 09/06/2014 14:49:00 - rel 68

Remessa - 13/06/2014 13:10:37 - Relação: 0068/2014

Teor do ato: Razão assiste a requerida às fls.99, motivo pelo qual reconsidero a decisão de fls.91, para determinar a inclusão no polo passivo, os herdeiros de Odilon Garcia Nascimento e s/ mulher, bem como, de Oswaldo Ignacio de Tella e sua mulher. Anote-se no D.R.A. Forneça a expropriante, os endereços para a citação dos expropriados supra. Após, expeçam-se o mandado de citação dos requeridos supra. Int.

Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro Ferraris (OAB 273689/SP)

Certidão de Publicação Expedida - 16/06/2014 09:08:25 - Relação :0068/2014

Data da Disponibilização: 16/06/2014

Data da Publicação: 17/06/2014

Número do Diário: 1671

Página: 1246/1266

Serventuário - 16/06/2014 11:00:00Autos no Prazo - 16/06/2014 12:04:00Autos Entregues em Carga ao Advogado do Autor - 18/06/2014 10:16:18 - TEL. 21160611

Tipo de local de destino: Advogado

Especificação do local de destino: Marcela Gimenes Bizarro

Recebidos os Autos do Advogado - 25/06/2014 09:30:10 - Tipo de local de destino: Cartório

Especificação do local de destino: Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública

Autos no Prazo - 25/06/2014 11:16:31Petição - 04/07/2014 08:13:44 - Juntada a petição diversa -

Tipo: Petições Diversas em Desapropriação - Número: 80004 - Protocolo: FCAS14001950218

Ato ordinatório - 04/07/2014 11:39:05 - Ato Ordinatório - Formulário

Petição - 05/08/2014 18:23:30 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petições Diversas em Desapropriação - Número: 80005 - Protocolo: FCAS14002349811

Ato ordinatório - 06/08/2014 12:03:30 - Ato Ordinatório - Formulário

Ato ordinatório - 23/09/2014 15:54:49 - Vistas dos autos ao autor para: (x) apresentar, em 05 dias, as contrafes (tres) necessárias à expedição dos mandados de citação.

Remessa - 15/10/2014 14:11:57 - Relação: 0131/2014

Teor do ato: Vistas dos autos ao autor para: (x) apresentar, em 05 dias, as contrafes (tres) necessárias à expedição dos mandados de citação.

Advogados(s): Marco Cezar de Arruda Guerreiro (OAB 54088/SP), Samuel Benevides Filho (OAB 87915/SP), Raquel de Arruda Guerreiro Ferraris (OAB 273689/SP)

Certidão de Publicação Expedida - 16/10/2014 09:19:01 - Relação :0131/2014

Data da Disponibilização: 16/10/2014

Data da Publicação: 17/10/2014

Número do Diário: 1756

Página: 1551/1561

Autos no Prazo - 16/10/2014 13:42:00Serventuário - 24/10/2014 15:00:00Petição - 27/10/2014 11:47:47 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Desapropriação - Número: 80006 - Protocolo: FCAS14003327255

Expedição de documento - 27/10/2014 11:48:30 - ag.expedição de mandados

Certidão de Cartório Expedida - 13/01/2015 12:06:31 - Certidão - Genérica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Bloco A Sala 133, Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3628, Campinas-SP - E-mail: campinas2faz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Mandado Expedido - 13/01/2015 12:35:59 Ato ordinatório - 13/01/2015 12:42:52 - Vistas dos autos ao autor/expropriante para: (x) apresentar, em 05 dias, a qualificação dos expropriados Oswaldo Ignácio de Tella e s/mulher, inclusive o(s) endereço(s). 02 (duas) Contrafes e diligencia(s) do oficial de justiça. Necessários à expedição do(s) mandado(s) de citação.

Mandado de Citação Expedido - 20/01/2015 09:24:55 - Mandado nº: 114.2015/002484-3

Situação: Cumprido - Ato negativo em 05/02/2015

Local: Cartório da 2ª Vara da Fazenda Pública

Mandado de Citação Expedido - 20/01/2015 09:25:33 - Mandado nº: 114.2015/002489-4

Situação: Aguardando Cumprimento em 27/01/2015

Local: Oficial de justiça - Marcelo Ferreira Minari

Serventuário - 11/02/2015 11:11:00 Mandado Juntado - 11/02/2015 12:53:59 Autos no Prazo - 11/02/2015 12:56:36

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 17 de março de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao Estado: R\$ 47,40

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LIGIA HELENA BELLUCCI GERVASIO. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0021474-30.2010.8.26.0114 e o código 360000004M35E.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
8ª VARA CÍVEL

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, ., Jd. Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3619, Campinas-SP - E-mail: campinas8cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

LILIAN BELLUCCI GERVASIO, Escrivã do Cartório da 8ª Vara Cível do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO DIGITAL Nº: 4031299-22.2013.8.26.0114 - **CLASSE** - **ASSUNTO:** Renovatória de Locação - Locação de Imóvel

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 12/12/2013 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 376.092,96

REQUERENTE(S):

BWU COMÉRCIO E ENTRETENIMENTO S.A., atual denominação social de BWU VIDEO S.A., Rua Sacadura Cabral, 102, Gamboa - CEP 20221-160, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ 00.019.388/0001-72

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, Avenida Jose de Souza Campos, 1066, Chacara da Barra - CEP 13090-615, Campinas-SP, CPF 134.876.398-15, RG 2.767.203, nascido em 24/07/1944, Advogado

OBJETO DA AÇÃO:

Locação de imóvel

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Remessa - 11/12/2014 13:53:34 - Relação: 0457/2014

Teor do ato: Vistos. Intime-se a autora para que se manifeste sobre pedido de fls. 365/366, esclarecendo se concorda com a utilização de prova emprestada. Intime-se.

Advogados(s): Patricia Maria da Silva Oliveira (OAB 131725/SP), Rodrigo Etienne Romeu Ribeiro (OAB 137399/SP), Fabio Alexandre Sanches de Araújo (OAB 164998/SP), Aline Ribeiro Valente (OAB 268365/SP)

Certidão de Publicação Expedida - 12/12/2014 10:43:21 - Relação :0457/2014

Data da Disponibilização: 12/12/2014

Data da Publicação: 15/12/2014

Número do Diário: 1794

Página: 1688/1692

Petição - 20/01/2015 17:46:49 - Nº Protocolo: WCAS.15.70005333-0

Tipo da Petição: Petições Diversas

Data: 19/01/2015 19:33

Conclusos para Decisão - 12/03/2015 15:50:39

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 17 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$19,40

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0550398-33.2006.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 04/12/2006 **VALOR DA CAUSA:** R\$11.882,47

REQUERENTE(S):
Prefeitura Municipal de Campinas

REQUERIDO(S):
Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

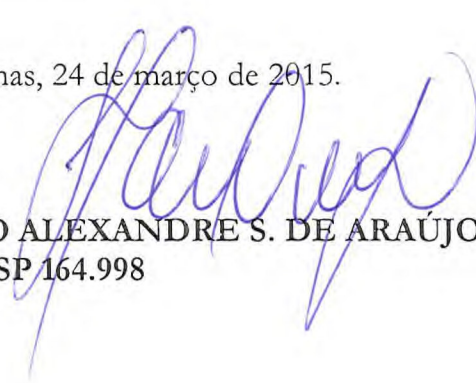
OBJETO DA AÇÃO:
AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

04/12/2006	Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais
18/10/2013	Sentença Resumida sem Resolução do Mérito – 1 – Tendo em vista o pagamento noticiado pelo exequente, JULGO EXTINTA a execução fiscal, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. (...)

Situação atual: Aguardando arquivamento dos autos.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0079294-41.2009.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/12/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$1.001,00

REQUERENTE(S):

Fazenda Pública do Município de Campinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

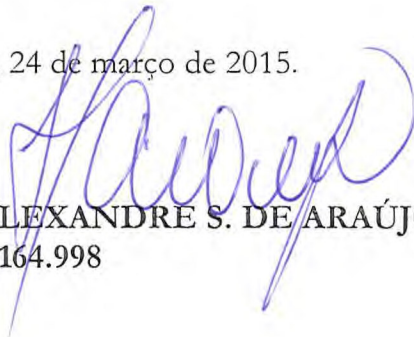
AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

16/12/2009	Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais
27/07/2011	Despacho Proferido – Forme-se expediente de acompanhamento juntando-se cópia desta decisão em cada processo da relação retro. 2- Vistos etc. Considerando que foi cumprida a obrigação que era exigida pelo devedor nestes autos, JULGO EXTINTA a execução fiscal, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil (...).

Situação atual: Aguardando arquivamento dos autos.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0079301-33.2009.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/12/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$100,10

REQUERENTE(S):

Fazenda Pública do Município de Campinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

17/12/2009

Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais

Situação atual: Aguardando expedição do mandado citatório.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0079302-18.2009.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/12/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$100,10

REQUERENTE(S):
Fazenda Pública do Município de Campinas

REQUERIDO(S):
Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

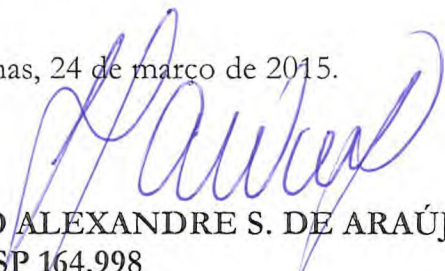
OBJETO DA AÇÃO:
AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

17/12/2009	Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais
23/04/2014	Sentença Resumida sem Resolução do Mérito: 1 – Tendo em vista o pagamento noticiado pela exequente, JULGO EXTINTA a execução fiscal, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil (...).

Situação atual: Aguardando arquivamento do processo.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0079303-03.2009.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/12/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$100,10

REQUERENTE(S):

Fazenda Pública do Município de Campinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

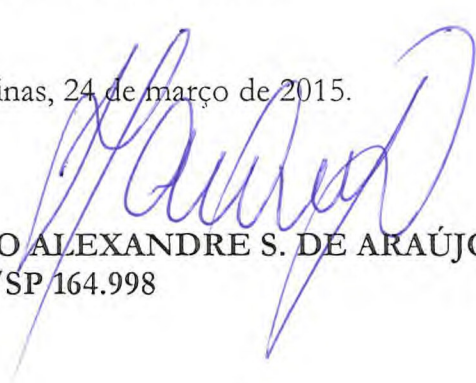
AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

17/12/2009 Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais

Situação atual: Aguardando expedição de mandado citatório.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0079304-85.2009.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/12/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$100,10

REQUERENTE(S):

Fazenda Pública do Município de Campinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

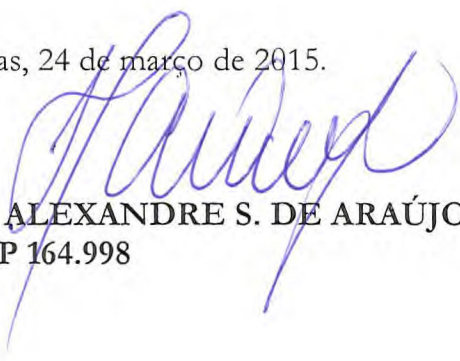
AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

17/12/2009 Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais

Situação atual: Aguardando expedição de mandado citatório.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0505682-42.2011.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/12/2011 **VALOR DA CAUSA:** R\$3.091,32

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

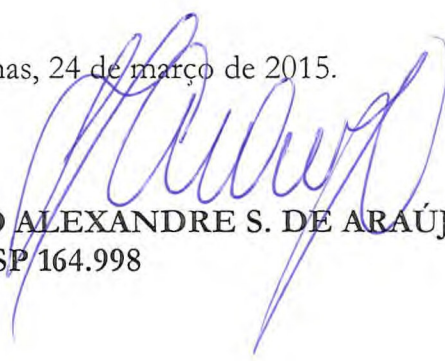
SITUAÇÃO PROCESSUAL:

07/12/2011

Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais

Situação atual: Aguardando expedição de mandado citatório.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0514236-63.2011.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/12/2011 **VALOR DA CAUSA:** R\$9.126,20

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Capinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL

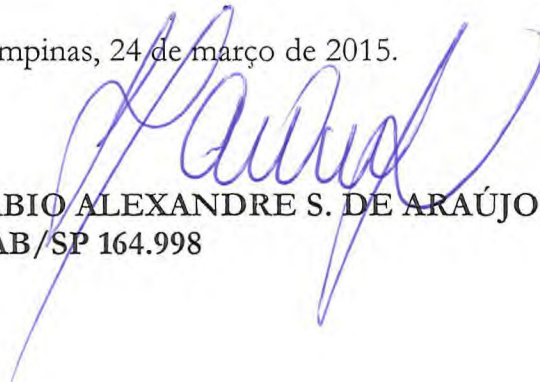
SITUAÇÃO PROCESSUAL:

07/02/2011

Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais

Situação atual: Aguardando expedição de mandado citatório.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS

Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo n. 300, bloco E sala 06 e 08,
Jardim Santana - CEP 13089-530, Fone: (19) 3756-5826, Campinas-SP -

E-mail: campinassef@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Nicia Bestetti Pipe, Escrivã do Cartório do SEF - Setor de Execuções Fiscais do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0507321-61.2012.8.26.0114 - **CLASSE** - **ASSUNTO:** Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 06/11/2012 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 18.388,65

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas, AVENIDA ANCHIETA, 200, CENTRO - CEP 13015-904, Campinas-SP

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, RUA DOUTOR JOSE FERREIRA DE CAMARGO, 677, NOVA CAMPINAS - CEP 13092-005, Campinas-SP

OBJETO DA AÇÃO:

IPTU E TAXA DE LIXO REFERENTE AO IMÓVEL SITUADO NESTA CIDADE NA RUA NATIVIDADE DA SERRA, 0 - CÓDIGO CARTOGRÁFICO 34213324000100000 - ID DO CONTRIBUINTE 679788 - EXERCÍCIOS: 2008 E 2009 - VALOR TOTAL DO DÉBITO AJUIZADO R\$18388,65.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Remetidos os Autos para a Procuradoria do Município - 29/01/2014 10:31:27 - Vista

Tipo de local de destino: Procuradoria do Município

Especificação do local de destino: Procuradoria do Município

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 18 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$19,40.

79



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS
Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo n. 300, bloco E sala 06 e 08,
Jardim Santana - CEP 13089-530, Fone: (19) 3756-5826, Campinas-SP -
E-mail: campinassef@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Nicia Bestetti Pipe, Escrivã do Cartório do SEF - Setor de Execuções Fiscais do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0510455-96.2012.8.26.0114 - **CLASSE** - **ASSUNTO:** Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/11/2012 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 2.745,89

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas, AVENIDA ANCHIETA, 200, CENTRO - CEP 13015-904, Campinas-SP

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, RUA PAULO NOGUEIRA FILHO, 17, JARDIM SÃO GABRIEL - CEP 13045-320, Campinas-SP

OBJETO DA AÇÃO:

IPTU E TAXA DE LIXO REFERENTE AO IMÓVEL SITUADO NESTA CIDADE NA AV MARECHAL JUAREZ TAVORA, 0 - CÓDIGO CARTOGRÁFICO 34313198036300000 - ID DO CONTRIBUINTE 679788 - EXERCÍCIO: 2009 - VALOR TOTAL DO DÉBITO AJUIZADO R\$2009 - VALOR TOTAL DO DÉBITO AJUIZADO R\$2745,89.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Remetidos os Autos para a Procuradoria do Município - 23/06/2014 09:31:45 - Vista

Tipo de local de destino: Procuradoria do Município

Especificação do local de destino: Procuradoria do Município

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 18 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$19,40.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS
Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo n. 300, bloco E sala 06 e 08,
Jardim Santana - CEP 13089-530, Fone: (19) 3756-5826, Campinas-SP -
E-mail: campinassef@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Nicia Bestetti Pipe, Escrivã do Cartório do SEF - Setor de Execuções Fiscais do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0511065-64.2012.8.26.0114 - **CLASSE** - **ASSUNTO:** Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/11/2012 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 1.939,60

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas, AVENIDA ANCHIETA, 200, CENTRO - CEP 13015-904, Campinas-SP

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, RUA PAULO NOGUEIRA FILHO, 17, JARDIM SÃO GABRIEL - CEP 13045-320, Campinas-SP

OBJETO DA AÇÃO:

IPTU E TAXA DE LIXO REFERENTE AO IMÓVEL SITUADO NESTA CIDADE NA RUA HAROLDO PARANHOS, 0 - CÓDIGO CARTOGRÁFICO 34313198000100000 - ID DO CONTRIBUINTE 679788 - EXERCÍCIO: 2009 - VALOR TOTAL DO DÉBITO AJUIZADO R\$1939,60.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Remetidos os Autos para a Procuradoria do Município - 06/08/2014 15:14:12 - Exceção de Pre Executividade

Tipo de local de destino: Procuradoria do Município

Especificação do local de destino: Procuradoria do Município

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 18 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$19,40.

81



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS

Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo n. 300, bloco E sala 06 e 08,
Jardim Santana - CEP 13089-530, Fone: (19) 3756-5826, Campinas-SP -
E-mail: campinassef@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Nicia Bestetti Pipe, Escrivã do Cartório do SEF - Setor de Execuções Fiscais do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0511148-80.2012.8.26.0114 - **CLASSE - ASSUNTO:** Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/11/2012 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 1.848,58

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas, AVENIDA ANCHIETA, 200, CENTRO - CEP 13015-904, Campinas-SP

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, RUA PAULO NOGUEIRA FILHO, 17, JARDIM SÃO GABRIEL - CEP 13045-320, Campinas-SP

OBJETO DA AÇÃO:

IPTU E TAXA DE LIXO REFERENTE AO IMÓVEL SITUADO NESTA CIDADE NA AV MARECHAL JUAREZ TAVORA, 0 - CÓDIGO CARTOGRÁFICO 34313198038500000 - ID DO CONTRIBUINTE 679788 - EXERCÍCIO: 2009 - VALOR TOTAL DO DÉBITO AJUIZADO R\$1848,58.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Remetidos os Autos para a Procuradoria do Município - 06/08/2014 15:14:12 - Exceção de Pre Executividade

Tipo de local de destino: Procuradoria do Município

Especificação do local de destino: Procuradoria do Município

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 18 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$19,40.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS
Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo n. 300, bloco E sala 06 e 08,
Jardim Santana - CEP 13089-530, Fone: (19) 3756-5826, Campinas-SP -
E-mail: campinassef@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Nicia Bestetti Pipe, Escrivã do Cartório do SEF - Setor de Execuções Fiscais do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0511891-90.2012.8.26.0114 - **CLASSE - ASSUNTO:** Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/11/2012 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 1.309,23

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas, AVENIDA ANCHIETA, 200, CENTRO - CEP 13015-904, Campinas-SP

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, RUA PAULO NOGUEIRA FILHO, 17, JARDIM SÃO GABRIEL - CEP 13045-320, Campinas-SP

OBJETO DA AÇÃO:

IPTU E TAXA DE LIXO REFERENTE AO IMÓVEL SITUADO NESTA CIDADE NA RUA HAROLDO PARANHOS, 0 - CÓDIGO CARTOGRÁFICO 34313198001900000 - ID DO CONTRIBUINTE 679788 - EXERCÍCIO: 2009 - VALOR TOTAL DO DÉBITO AJUIZADO R\$1309,23.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Remetidos os Autos para a Procuradoria do Município - 29/01/2014 11:31:35 - Vista

Tipo de local de destino: Procuradoria do Município

Especificação do local de destino: Procuradoria do Município

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 18 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$19,40.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS

Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo n. 300, bloco E sala 06 e 08,
Jardim Santana - CEP 13089-530, Fone: (19) 3756-5826, Campinas-SP -
E-mail: campinassef@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Nicia Bestetti Pipe, Escrivã do Cartório do SEF - Setor de Execuções Fiscais do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0512537-03.2012.8.26.0114 - **CLASSE - ASSUNTO:** Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/11/2012 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 1.049,98

REQUERENTE(S):

Prefeitura Municipal de Campinas, AVENIDA ANCHIETA, 200, CENTRO - CEP 13015-904, Campinas-SP

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, RUA PAULO NOGUEIRA FILHO, 17, JARDIM SÃO GABRIEL - CEP 13045-320, Campinas-SP

OBJETO DA AÇÃO:

IPTU E TAXA DE LIXO REFERENTE AO IMÓVEL SITUADO NESTA CIDADE NA RUA HAROLDO PARANHOS, 0 - CÓDIGO CARTOGRÁFICO 34313198002900000 - ID DO CONTRIBUINTE 679788 - EXERCÍCIO: 2009 - VALOR TOTAL DO DÉBITO AJUIZADO R\$1049,98.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Remetidos os Autos para a Procuradoria do Município - 29/01/2014 11:31:35 - Vista

Tipo de local de destino: Procuradoria do Município

Especificação do local de destino: Procuradoria do Município

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 18 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$19,40.

84

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0079296-11.2009.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/12/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$100,10

REQUERENTE(S):

Fazenda Pública do Município de Campinas

REQUERIDO(S):

Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

OBJETO DA AÇÃO:

AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

16/12/2009	Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais
23/04/2014	Sentença Resumida sem Resolução do Mérito – Vistos. 1 – Tendo em vista o pagamento noticiado pelo exequente, JULGO EXTINTA a execução fiscal, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. (...)

Situação atual: Aguardando arquivamento dos autos.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAUJO
OAB/SP 164.998

SITUAÇÃO PROCESSUAL

APONTA que, pesquisando no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0079299-63.2009.8.26.0114 – **ASSUNTO:** Execução Fiscal

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/12/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$100,10

REQUERENTE(S):
Fazenda Pública do Município de Campinas

REQUERIDO(S):
Odilon Garcia Nascimento Filho, CPF 134.876.398-15, RG 2767203.

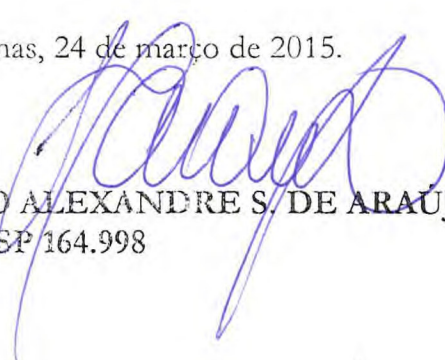
OBJETO DA AÇÃO:
AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

17/12/2009	Processo Distribuído por Sorteio para o Setor de Execuções Fiscais
16/02/2014	Sentença Resumida sem Resolução do Mérito – Vistos. 1 – Tendo em vista o pagamento noticiado pelo exequente, JULGO EXTINTA a execução fiscal, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. (...)

Situação atual: Aguardando arquivamento dos autos.

Campinas, 24 de março de 2015.


FABIO ALEXANDRE S. DE ARAÚJO
OAB/SP 164.998



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) COMARCA DE CAMPINAS

CERTIDÃO Nº: 6945636

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de Campinas, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 08/03/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, RG: 27672037, CPF: 134.876.398-15, nascido em 24/07/1944, natural de Campinas - SP, filho de **ODILON GARCIA NASCIMENTO** e **MARIA PIRES GARCIA**, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os processos criminais e os processos dos Juizados Especiais Criminais, só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital).

Esta certidão é sem custas.

Campinas, 10 de março de 2015.

Alethea Torres Gabrielli
Coordenadora

PEDIDO Nº:

3096790



87



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20150000873551

CERTIFICO , revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO** , ou vinculado ao **CPF de número 134.876.398-15,**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br , até 60 dias da liberação, através do código de segurança: GBh4IRJTBDUE hLCZYI 4I695Y62FJJ4S2F
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.

São Paulo, 05 de maio de 2015 às 17h16min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Nº 2015.0000185468

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **134.876.398-15**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 5 (cinco) dias do mês de maio de 2015, às 17:19.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **36e7b175 1b70d299 f847dcb2 db3a92dc 543200ea**;
- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20150000873547

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO**, ou vinculado ao **CPF de número 031.180.048-35**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: PJCQTaT25HBN 4L8H7P 4I685VZ39GE4U2A
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.

São Paulo, 05 de maio de 2015 às 17h15min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2015.0000185470

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO**, inscrito(a) no CPF nº **031.180.048-35**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 5 (cinco) dias do mês de maio de 2015, às 17:20.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) A presente certidão tem por objeto o registro de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- c) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que eventualmente tenham tramitado no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- e) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **54f08f0d 137ad890 76c23e27 e39a695d b470744b**;
- j) Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução nº 277, de 6 de janeiro de 2012.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO			
35201204842		28/03/1974	28/03/1974				
NOME COMERCIAL						TIPO JURÍDICO	
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA.						SOCIEDADE LIMITADA	
I.J.		ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO	
46.241.816/0001-08		RUA PAULO NOGUEIRA FILHO			17		
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL	
JD. SAO GABRIEL	CAMPINAS		SP	13045-320	R\$	522.000,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME							
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO							
ENDEREÇO				NÚMERO	COMPLEMENTO		
RUA DOUTOR GUILHERME DA SILVA				520	APTO 06		
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF	CEP	RG	
CAMBUI	CAMPINAS			SP	13025-070	58469588	
CPF	CARGO					QUANTIDADE COTAS	
031.180.048-35	SÓCIO E ADMINISTRADOR					130.500,00	

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME							
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO							
ENDEREÇO				NÚMERO	COMPLEMENTO		
RUA DOUTOR GUILHERME DA SILVA				520	APTO 06		
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF	CEP	RG	
CAMBUI	CAMPINAS			SP	13025-070	27672037	
CPF	CARGO					QUANTIDADE COTAS	
134.876.398-15	SÓCIO E ADMINISTRADOR					391.500,00	

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA	NÚMERO	
27/03/2015	137.897/15-7	
ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO PUBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN N 28 DE 06/10/2014 E CNJ N 42 DE 31/10/2014.		



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35201204842
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 04/05/2015

Certidão Simplificada emitida para ANGELICA VEIGA CABRAL:21855223880
[Autenticidade: 57962699] - Junta Comercial do Estado de São Paulo - www.jucesponline.sp.gov.br

Assinatura do autor por FLAVIA REGINA BRITTO
<autenticajucesp@jucesp.sp.gov.br>, Validade desconhecida
Assinado por: FLAVIA REGINA BRITTO
Data: 05/05/2015 17:42:41-03:00
Motivo: Autenticação de Certidão Simplificada
Localização: Sao Paulo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

PF CADASTRADA EM 1997, SOB N. 00042282197

EMPRESA		
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA.		
TIPO: SOCIEDADE LIMITADA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35201204842	28/03/1974	05/05/2015 17:44:40
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
28/03/1974	46.241.816/0001-08	

CAPITAL
R\$ 105.000.000,00 (CENTO E CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS)

ENDEREÇO	
LOGRADOURO: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	NÚMERO: 17
CARRRO: JD. SAO GABRIEL	COMPLEMENTO:
MUNICÍPIO: CAMPINAS	CEP: 13045-320 UF: SP

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 031.180.048-35, RG/RNE: 5846958 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE FERREIRA DE CAMARGO, 677, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 26.250.000,00
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 134.876.398-15, RG/RNE: 2767203 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE FERREIRA DE CAMARGO, 667, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 78.750.000,00

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 180.669/92-8 SESSÃO: 09/11/1992
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 105.000.000,00 (CENTO E CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS).
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 134.876.398-15, RG/RNE: 2767203 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE FERREIRA DE CAMARGO, 667, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 78.750.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 031.180.048-35, RG/RNE: 5846958 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE FERREIRA DE CAMARGO, 677, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 26.250.000,00.
INCLUSÃO DE CNPJ 46.241.816/0001-08
NUM.DOC: 050.074/96-9 SESSÃO: 09/04/1996
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 116.000,00 (CENTO E DEZESSEIS MIL REAIS).
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 134.876.398-15, RG/RNE: 2767203 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE FERREIRA DE CAMARGO, 667, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 87.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 031.180.048-35, RG/RNE: 5846958 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE FERREIRA DE CAMARGO, 677, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 29.000,00.
M.DOC: 054.911/03-5 SESSÃO: 24/03/2003
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO A RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA, SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ SOB N. 46.241.816/0001-08, PERMISSIONARIA DO SERVICO DE RADIODIFUSAO SONORA EM FREQUENCIA MODULADA NAS CIDADES DE CAMPINAS E ITU, ESTADO DE SAO PAULO, NOS TERMOS DO EXIGE A LETRA "I" DO ART. 38 DA LEI N. 4.117 DE 27 DE AGOSTO DE 1.962, COM A REDACAO QUE LHE DEU O PARAGRAFO 3. DO ART. 7. DA MEDIDA PROVISORIA N. 70 DE 01 DE OUTUBRO DE 2002, VEM DECLARAR A COMPOSICAO DO SEU CAPITAL SOCIAL, INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DE PELO MENOS SETENTA POR CENTO DO CAPITAL TOTAL VOTANTE, NA FORMA ABAIXO: SOCIO COTAS VALOR % CAPITAL VOTANTE ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO 1500 R\$ 87.000,00 75 MARIA H. DE A. BARBOSA G. NASCIMENTO 500 R\$ 29.000,00 25 TOTAIS 2000 R\$ 116.000,00 100 DIRETORES: ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO E MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO TODOS BRASILEIROS, NASCIDOS NO BRASIL.
NUM.DOC: 214.243/04-7 SESSÃO: 28/04/2004
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.
NUM.DOC: 472.404/04-0 SESSÃO: 20/12/2004
A COMPOSICAO DO SEU CAPITAL SOCIAL, INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES
M.DOC: 368.526/05-7 SESSÃO: 21/12/2005
DECLARAR A COMPOSICAO DO SEU CAPITAL SOCIAL, INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES.
NUM.DOC: 340.861/06-0 SESSÃO: 29/12/2006
DECLARAR A COMPOSICAO DO SEU CAPITAL SOCIAL, INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DE PELO MENOS SETENTA POR CENTO DO CAPITAL TOTAL E DO CAPITAL VOTANTE.
NUM.DOC: 430.042/07-3 SESSÃO: 28/11/2007
DECLARAR A COMPOSICAO DO SEU CAPITAL SOCIAL, INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES DIRETA OU INDIRETAMENTE PELO MENOS SETENTA POR CENTO DE CAPITAL SOCIAL E DO CAPITAL VOTANTE
NUM.DOC: 013.516/09-7 SESSÃO: 07/01/2009
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO
NUM.DOC: 012.738/10-4 SESSÃO: 04/01/2010
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 452.710/10-8 SESSÃO: 22/12/2010

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 317.568/11-5 SESSÃO: 28/09/2011

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 522.000,00 (QUINHENTOS E VINTE DOIS MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 134.876.398-15, RG/RNE: 2.767.203-7 - SP, RESIDENTE À RUA DOUTOR GUILHERME DA SILVA, 520, APTO 06, CAMBUI, CAMPINAS - SP, CEP 13025-070, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 391.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 031.180.048-35, RG/RNE: 5.846.958-8 - SP, RESIDENTE À RUA DOUTOR GUILHERME DA SILVA, 520, APTO 06, CAMBUI, CAMPINAS - SP, CEP 13025-070, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 130.500,00.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA PAULO NOGUEIRA FILHO, 17, JD. SAO GABRIEL, CAMPINAS - SP, CEP 13045-320.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 482.229/11-1 SESSÃO: 02/12/2011

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 551.386/12-5 SESSÃO: 28/12/2012

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - REGISTROS DE DECLARACAO DE COTAS

NUM.DOC: 009.558/14-7 SESSÃO: 03/01/2014

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - DECLARAR A COMPOSICAO DO SEU CAPITAL SOCIAL, INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DE PELO MENOS SETENTA POR CENTO DO CAPITAL TOTAL E DO CAPITAL VOTANTE.

NUM.DOC: 518.804/14-8 SESSÃO: 30/12/2014

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - DECLARAR A COMPOSICAO DO SEU CAPITAL SOCIAL, INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DE PELO MENOS SETENTA POR CENTO DO CAPITAL TOTAL E DO CAPITAL VOTANTE.

NUM.DOC: 136.072/15-0 SESSÃO: 25/03/2015

ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO PUBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN N 28 DE 06/10/2014 E CNJ N 42 DE 31/10/2014.

NUM.DOC: 136.073/15-3 SESSÃO: 25/03/2015

ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO PUBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN N 28 DE 06/10/2014 E CNJ N 42 DE 31/10/2014.

NUM.DOC: 137.897/15-7 SESSÃO: 27/03/2015

ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO PUBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN N 28 DE 06/10/2014 E CNJ N 42 DE 31/10/2014.

DENOMINAÇÕES ANTERIORES

RADIO JORNAL DE CAMPINAS LTDA.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35201204842
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 04/05/2015

Ficha Cadastral Completa certificada para ANGELICA VEIGA CABRAL:21855223880
[Autenticidade: 57962811] - Junta Comercial do Estado de São Paulo - www.jucesponline.sp.gov.br

Assinatura do autor por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO:0892067300071 -autenticacao@jcesp.sp.gov.br>, Validade desconhecida
Assinado por: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO:0892067300071
Data: 05/05/2015 17:44:40 -03:00
Motivo: Autenticação de Ficha Cadastral Completa
Localização: Sao Paulo

RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LIMITADA
CNPJ 46.241.816/0001-08
11ª alteração do contrato social

ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, brasileiro, casado, advogado, RG 2.767.203-7 SSP/SP, CPF 134.876.398-15, e MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, brasileira, casada, radiodifusora, RG 5.846.958-8 SSP/SP, CPF 031.180.048-35, residentes na Rua Dr. Guilherme da Silva, nº 520 apartamento 06, CEP 13025-070, bairro Cambuí, em Campinas - SP, onde são domiciliados, únicos sócios da RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LIMITADA sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Rua Paulo Nogueira Filho nº 17, bairro Jardim São Gabriel CEP 13046-360 em Campinas - SP que tem o seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o nº 683.288/73, aos 18/10/73 retificado pelo de nº 705.562/74, aos 28/03/74; e alterações posteriores, sendo a última (10ª) sob nº 214.243/04-7 aos 28/04/04; NIRE 35201204842, resolvem:

I- Ratificar a mudança de endereço da sua sede social, da Rua General Osório nº 971 2º andar CEP 13010-110 para a Rua Paulo Nogueira Filho nº 17, bairro Jardim São Gabriel, CEP 13045-320, em Campinas- SP;

II- Elevar o Capital Social de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais) para R\$ 522.000,00 (quinhentos e vinte e dois mil reais) mediante criação de 7.000 (sete mil) novas cotas de capital no valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) cada uma, que os sócios subscrevem e integralizam neste ato em moeda corrente nacional, na proporção das cotas que já possuem.

III- Resolvem os sócios consolidar o instrumento constitutivo que passa a vigorar com a seguinte redação:

Rádio Cidade de Campinas Limitada - 11ª alteração contratual fls.1/8



"RÁDIO" CIDADE DE CAMPINAS LIMITADA
contrato social

Da denominação da sede e do objeto

CLÁUSULA I

A sociedade gira sob o nome empresarial **RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LIMITADA**, com sede e domicílio na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Paulo Nogueira Filho 17 CEP 13045-320 bairro Jardim São Gabriel, sob a forma de sociedade limitada e constituída de acordo com o Código Civil, a legislação que rege a execução dos serviços de radiodifusão sonora e as leis aplicáveis, podendo abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA II

O objeto da sociedade é a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades; radiodifusão de sons e imagens (TV), serviços de repetição e retransmissão de TV em caráter educativo, cultural e recreativo e, também serviços de radiodifusão em caráter comercial que necessariamente se revestirão de aspectos educativos, culturais e recreativos, sempre nos termos da legislação específica de radiodifusão, em quaisquer localidades do país e desde que, para tanto, o Governo Federal lhe outorgue permissões e, ou, concessões podendo paralelamente explorar a propaganda comercial e a música funcional quando a tanto autorizada por lei ou por ato específico do Poder Concedente.

Parágrafo Único: Para a consecução dos seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional; estúdios auxiliares e abrir e fechar sucursais, escritórios e

Rádio Cidade de Campinas Limitada - 11ª alteração contratual fls. 2/8



filiais em quaisquer partes do país, observados os regulamentos técnicos e as normas jurídicas específicas e aplicáveis.

Do capital e da responsabilidade

CLÁUSULA III

O capital social, é de R\$ 522.000,00 (quinhentos e vinte e dois mil reais), representado por 9.000 (nove mil) cotas no valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas em moeda corrente nacional pelos sócios na seguinte proporção:

Cotista	Nº cotas	Valor
Odilon Garcia Nascimento Filho.....	6.750 cotas:	R\$ 391.500,00
Maria Helena de A. Barbosa Garcia Nascimento..	2.250 cotas:	R\$ 130.500,00
Totais.....	9.000 cotas:	R\$ 522.000,00

§ 1º As cotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

§ 2º A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Da admissão de sócios e da cessão de cotas

CLÁUSULA IV

As cotas representativas do capital social, por força do que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 222 e parágrafos, pertencerão privativamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou a pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País; a participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social não poderá exceder a trinta por cento do capital votante e somente se dará de forma indireta por intermédio de pessoa

Rádio Cidade de Campinas Limitada - 11ª alteração contratual fls. 3/8



jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no Brasil, sendo vedada participação superior a 30% (trinta por cento) no capital social total e votante às empresas controladas mediante encadeamento de outras empresas ou por qualquer outro meio indireto, por estrangeiros ou por brasileiros naturalizados há menos de dez anos.

CLÁUSULA V

As cotas não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios. Ocorrendo a hipótese de qualquer sócio desejar transferir as suas cotas, no todo ou em parte, preferência absoluta é assegurada aos demais componentes do quadro societário, devendo o interessado em transferir comunicar essa intenção, por escrito, aos demais cotistas, concedendo-lhes um prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta.

§ 1º: O silêncio do sócio notificado será interpretado como concordância e aprovação à transferência pretendida.

§ 2º: Caso mais de um sócio desejar adquirir as cotas do sócio retirante, a aquisição será feita na proporção direta das cotas que cada um dos pretendentes possuir.

Do prazo e do falecimento

CLÁUSULA VI

A sociedade iniciou as suas atividades em 16 de outubro de 1.973 e tem duração por prazo indeterminado, observando-se quando da dissolução os preceitos da lei específica e da que for aplicável.

CLÁUSULA VII

Ocorrendo o falecimento ou impedimento de qualquer dos sócios a sociedade não se dissolverá, procedendo-se, então, a apuração e liquidação dos seus haveres com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. O mesmo procedimento será observado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Rádio Cidade de Campinas Limitada - 11ª alteração contratual fls.4/8



Parágrafo único: O valor total que for devido será pago a quem de direito em 24 (vinte e quatro) prestações mensais de igual valor, sem juros, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias a contar da data do falecimento ou impedimento e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

Da administração e do pro-laborê

CLÁUSULA VIII

Os administradores e/ou gerentes que detenham poderes de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLÁUSULA IX

A administração da sociedade caberá aos sócios ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO e MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO, que, isolada e independentemente da ordem de nomeação, na qualidade de "diretores", independentemente de caução, são investidos de poderes e autorizados a usarem do nome empresarial para a realização dos fins sociais, representando a sociedade perante clientes, fornecedores, estabelecimentos bancários, repartições e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, empregados, terceiros e prestadores de serviços; adquirindo direitos e contraindo obrigações e, também, dos poderes especiais para representar a sociedade ativa e passivamente, em Juízo e fora dele; vedado o uso da razão social em negócios estranhos aos objetivos sociais, bem como a concessão de avais, fianças ou quaisquer garantias em favor de terceiros.

Parágrafo único: A sociedade poderá se fazer representar em juízo e fora dele por procuradores, os quais terão os poderes que forem fixados nos respectivos mandatos. À exceção dos mandatos outorgados a advogados para fins judiciais, todos os demais expiram no dia 31 de dezembro do ano seguinte ao da outorga e quando for o caso, a outorga deverá ser precedida de anuência do Governo Federal.

Rádio Cidade de Campinas Limitada - 11ª alteração contratualfls.5/8



CLÁUSULA X

Os diretores fazem jus a uma retirada pro-labore fixada de comum acordo entre os cotistas e registrada em título próprio da contabilidade.

Do exercício social do balanço e das deliberações

CLÁUSULA XI

O ano social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro, data em que, anualmente, se procederá à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção das suas cotas, os lucros ou perdas apurados. A sociedade pode levantar balanços intercalares e promover a distribuição de lucros que vier a ser apurada.

CLÁUSULA XII

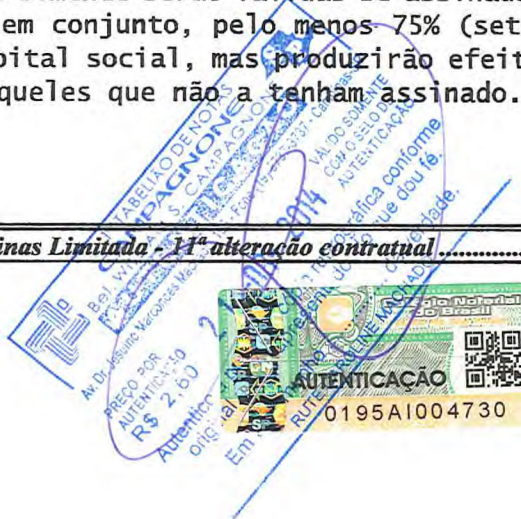
Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios se reunirão para deliberar sobre as contas e designar administradores, quando for o caso.

Parágrafo único: Em até 30(trinta) dias antes da reunião dos sócios para a deliberação prevista no caput desta cláusula o administrador colocará à disposição dos demais sócios os documentos a que se refere o Art. 1.078 I do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA XIII

As alterações contratuais que impliquem em modificação dos objetivos sociais, ou modificação do controle societário, ou a transferência da permissão ou da concessão ou autorização e/ou do quadro diretivo dependerão de prévia autorização do Governo Federal e somente serão válidas se assinadas por sócios que representem em conjunto, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, mas produzirão efeito em relação a todos, mesmo àqueles que não a tenham assinado.

Rádio Cidade de Campinas Limitada - 11ª alteração contratual.....fls.6/8



CLÁUSULA XIV

A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Declarações

CLÁUSULA XV

Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crimes falimentares, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo e contra a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA XVI

O capital social está inteiramente integralizado e os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Dos casos omissos e do foro

CLÁUSULA XVII

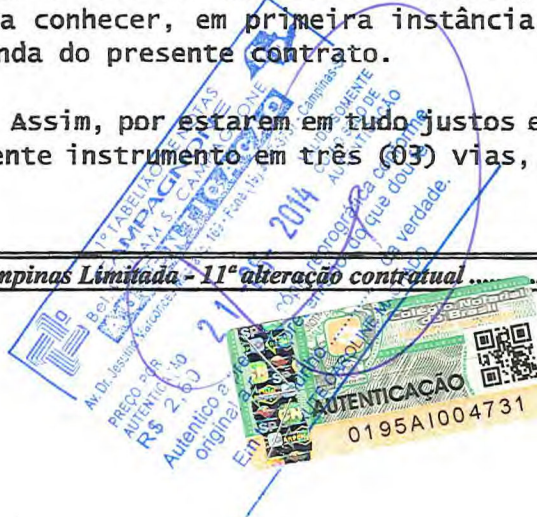
Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre os sócios, buscando-se subsídios na lei de sociedades por ações e em toda a legislação, especialmente na que rege a execução dos serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA XVIII

Os sócios elegem o foro da Comarca de Campinas, no Estado de São Paulo, para conhecer, em primeira instância, de qualquer pendência oriunda do presente contrato.

Assim, por estarem em tudo justos e contratados, assinam o presente instrumento em três (03) vias, de igual teor

Rádio Cidade de Campinas Limitada - 11ª alteração contratual fls. 7/8



e forma e para um único efeito, juntamente com (02) duas testemunhas. Cada via tem 8 páginas impressas apenas no anverso.

Campinas, 15 de setembro de 2011

ass. Odilon Garcia Nascimento Filho

ass. Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento

Testemunhas:

1-

Nome: Dulcinea Figueiredo de Araujo Izidoro
RG : 15.658.433-5 SSP/SP
CPF: 068.430.088-52

2-

Nome: Nilza Ferreira do Nascimento Tinini
RG : 11.992.268-X SSP/SP
CPF: 819.645.448-15

Odilon Garcia Nascimento Filho
OAB/SP 36.854



Rádio Cidade de Campinas Limitada - 11ª alteração contratualfls.8/8



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

CNPJ: 46241816000108

Presidente:

Endereço: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO - JARDIM SAO GABRIEL

E-mail: radiocidade@radiocidade.fm.br

Capital Social: 116.000,00

Reserva de Capital:

Total: 116.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
031.180.048-35	MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	500	29.000,00
134.876.398-15	ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	1.500	87.000,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
031.180.048-35	MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	DIRETORA	
134.876.398-15	ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	DIRETOR	

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

[Exportar Excel](#)

BOM DIA
Sérgio Rossi JuniorSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 46.241.816/0001-08

RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	031.180.048-35	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	134.876.398-15	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu

Usuário: **sergior.mc** - Sérgio Rossi JuniorData: **08/10/2015**Hora: **09:13:27**

BOM DIA
Sérgio Rossi JuniorSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 031.180.048-35

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	031.180.048-35	RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Sócio	117	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Sócio	560	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas

Usuário: [sergior.mc](#) - Sérgio Rossi Junior

Data: 08/10/2015

Hora: 09:13:32

BOM DIA
Sérgio Rossi JuniorSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 134.876.398-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	134.876.398-15	RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Sócio	351	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas

Usuário: [sergior.mc](#) - Sérgio Rossi Junior

Data: 08/10/2015

Hora: 09:13:53



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA**

CNPJ: **46.241.816/0001-08**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:14:18 do dia 08/10/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/11/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

**Sistemas
Interativos** **Menu Principal** ▼SRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)[Tela Inicial](#) | [Resultado da Consulta](#)

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
223	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	SP	Campinas	FM	3	M	
248	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	SP	Itu	FM	3	M	
248	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	SP	Itu	FM	3	B	

Usuário: - **Data:** 08/10/2015 **Hora:** 09:14:09**Registro** 1 **até** 3 **de** 3 **registros****Página:** [1] [Ir] [Reg]

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | menu ajuda

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: Campinas
Frequência: 92,5 MHz
Classe: A1
Canal: 223

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
Nome Fantasia: RADIO CIDADE/RADIO MIX
Nº Estação: 7803850
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 02008009149
CNPJ: 46.241.816/0001-08
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento: 13/10/2003

☐ Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
Fase: 3 - Licenciada

Nº Fistel: 02008009149

Coordenadas Geográficas do Município

Município:

Latitude: **Longitude:**

Raio:

Coordenadas Geográficas

Latitude: ° ' " Sul

Longitude: ° ' "

Local Especifico:

Coordenada
pré-fixada?: Não

Características

Canal: 223

Frequência: 92,5

Classe:

Canal Educativo?:

Limitações

Limitações: ☐ Sim ☐ Não

Potência Determinada

Não possui Potência Determinada.

Histórico / Observações

Histórico:

RESOLUCAO ANATEL 125/99; ATO 8.593/2000;Ato nº 2.749, de 30/4/2015, publicado no DOU. de 4/5/2015.

Máximo: 250 **Digitados: 98**

Observação:

Coordenadas pré-fixadas: 22S5637;47W0150.

Máximo: 250 **Digitados: 41**

☐ Dados da Outorga

Dados da EntidadeCNPJ:

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

Nome Fantasia: RADIO CIDADE/RADIO MIX

Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil

Cep: 13045320

Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO

Número: 17

Complemento:

Bairro: JARDIM SAO GABRIEL

UF: SP

Município: Campinas

Distrito:

SubDistrito:

Telefone: 19 32767676

Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil

Cep: 13045320

Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO

Número: 17

Complemento:

Bairro: JARDIM SAO GABRIEL

UF: SP

Município: Campinas

Distrito:

SubDistrito:

Telefone: Fax: E-mail: **Nome Fantasia**

Nome Fantasia

Dados da OutorgaSCRAD Jurídico: Data Publicação:
Contrato/Convênio:SCRAD Técnico: Data Limite
Instalação: Número do Processo:

Fistel: 02008009149

☒ **Documentos Emitidos****Atualização de Documentos**

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	09/09/1975	Outorga	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Substituição de Equipamento	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	18/10/1985	Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Substituição de Equipamento	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	08/08/1997	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	31/10/1997	Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Substituição de Equipamento	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	30/06/2000	Deliber. do C. Nacional	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	ER	<input type="text"/>	14/12/2000	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	20/09/2010	Multa	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	08/04/2010	Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	20/02/2013	Deliber. do C. Nacional	Jur.

☒ **Característica da Estação Instalada**☒ **Dados do Licenciamento****Dados da Estação**

Entidade: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA - CNPJ/CPF(46.241.816/0001-08)
Município/UF: CAMPINAS/SP
Indicativo: ZYD817

Situação: Entidade não possui débitos
Canal PB: 223
Classe PB: A1

Características de Operação

Classe:

Canal:

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

☒

 [Tela Inicial](#)

 [Imprimir](#)

[Menu Principal](#) ▼Sistemas
InterativosSRD » » Relatórios » » **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM**

UF: SP

Município: Campinas

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
ALTA VISTA RADIO E TELEVISAO LTDA	Campinas	10/04/2008	10/04/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	Campinas	23/02/1996	23/02/2006
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	Campinas	09/09/2005	09/09/2015
RADIO CULTURA DE CAMPINAS LTDA	Campinas	01/05/1994	01/05/2004
RADIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS LTDA	Campinas	01/05/1994	01/05/2004
RADIO MORENA STEREO LTDA	Campinas	03/11/2003	03/11/2013
REDE CENTRAL DE COMUNICACAO LTDA	Campinas	30/01/2008	30/01/2018

Usuário: - Data: **08/10/2015** Hora: **09:15:14**Registro **1** até **7** de **7** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)



Superior Tribunal de Justiça

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) AGRADO EM RECURSO ESPECIAL nº 645027/SP, do(a) qual é Relatora a Excelentíssima Senhora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI e no qual figuram, como AGRAVANTE, SARA ROSSILHO ASSIRATI, advogados(as) JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR E OUTRO(S) (SP142452), FABIANA FERNANDEZ (SP130561) e, como AGRAVADO, ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, advogados(as) ELAINE CRISTINA CONTI E OUTRO(S) (SP213654), constam as seguintes fases: em 25 de Novembro de 2014, RECEBIDOS OS AUTOS ELETRONICAMENTE NO(A) SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TJSPPC - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - PÁTIO DO COLÉGIO; em 02 de Fevereiro de 2015, DISTRIBUÍDO POR SORTEIO À MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI - QUARTA TURMA; em 02 de Fevereiro de 2015, CONCLUSOS PARA DECISÃO AO(À) MINISTRO(A) MARIA ISABEL GALLOTTI (RELATORA) - PELA SJD; em 24 de Fevereiro de 2015, RECEBIDOS OS AUTOS NO(A) COORDENADORIA DA QUARTA TURMA; em 24 de Fevereiro de 2015, CONHECIDO O RECURSO DE SARA ROSSILHO ASSIRATI E NÃO-PROVIDO (PUBLICAÇÃO PREVISTA PARA 25/02/2015); em 24 de Fevereiro de 2015, DISPONIBILIZADO NO DJ ELETRÔNICO - DESPACHO / DECISÃO; em 25 de Fevereiro de 2015, PUBLICADO DESPACHO / DECISÃO EM 25/02/2015; em 04 de Março de 2015, ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTO MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 000122-2015-CORD4T COM CIENTE EM 02/03/2015 (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL); em 05 de Março de 2015, TRANSITADO EM JULGADO EM 03/03/2015; em 05 de Março de 2015, BAIXA DEFINITIVA PARA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO.

Certidão gerada via internet com validade de 30 dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Número da Certidão: **736332**

Código de Segurança: **5EC5.396C.847E.D98B**

Data de geração: **08 de Outubro de 2015, às 10:43:29**

Certidão de número 736332, de código de segurança 5EC5.396C.847E.D98B, Página 1 de 1 gerada em 08/10/2015 10:43:29.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.023095/2015-47		
Entidade: Rádio Cidade de Campinas Ltda.		
Localidade: Campinas	UF: SP	Serviço: FM
Período(s): 09/09/2015 a 09/09/2025		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			1/6
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			19
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			20
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		X		
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			48-52 (2011 a 2015)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);		X		43-47 (2010 a 2014)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			5 (0758807)
				21
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;		X		
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			22

10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			23
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			24
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			25
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	X			4 (53900.052472/ 2015-55)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	X			5 (53900.052472/ 2015-55)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	X			100-104
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		X		

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES

DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	Fl(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento	X			X		53 Certidão de Distribuição- 1ª Instância – Cível - Positiva
							54-59 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0021474-30.2010.8.26.0114 – 2º Vara da Fazenda Pública – Campinas/SP
							7 (53900.052472/2015-55) Certidão de Distribuição- 2ª Instância – Cível - Positiva

							<p>8 (53900.052472/2015-55) Andamento Processual- 2ª Instância – 1ª Câmara de Direito Privado - Processo nº 9079009- 14.2007.8.26.0000</p>
							<p>9 (53900.052472/2015-55) Andamento Processual- 2ª Instância – 30ª Câmara de Direito Privado - Processo nº 0006816- 30.2012.8.26.0114</p>
	Odilon Garcia Nascimento Filho						<p>61- 63 Certidão de Distribuição- Positiva</p>
							<p>64 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 063011- 11.2007.8.26.0114 – 9ª Vara Cível – Campinas/SP</p>
							<p>65 -70 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0075009- 73.2007.8.26.0114 – 2º Vara da Fazenda Pública – Campinas/SP</p>
							<p>71-72 Certidão Expedida pelo Escritório de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0073773- 52.2008.8.26.0114 – 2ª Vara Cível – Campinas/SP</p>
							<p>73-77 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0021474- 30.2010.8.26.0114 – 2º Vara da Fazenda Pública – Campinas/SP</p>

78
Certidão de Objeto e
Pé – Processo nº
4031299-
22.2013.8.26.0114 –
8ª Vara Cível –
Campinas/SP

79
Certidão Expedida
pelos Escritórios de
Advocacia Araújo
Advogados
Associados –
Processo nº 0550398-
33.2006.8.26.0114 –
Setor de Execuções
Fiscais –
Campinas/SP

80
Certidão Expedida
pelos Escritórios de
Advocacia Araújo
Advogados
Associados –
Processo nº 0079294-
41.2009.8.26.0114 –
Setor de Execuções
Fiscais –
Campinas/SP

81
Certidão Expedida
pelos Escritórios de
Advocacia Araújo
Advogados
Associados –
Processo nº 0079301-
33.2009.8.26.0114 –
Setor de Execuções
Fiscais –
Campinas/SP

82
Certidão Expedida
pelos Escritórios de
Advocacia Araújo
Advogados
Associados –
Processo nº 0079302-
18.2009.8.26.0114 –
Setor de Execuções
Fiscais –
Campinas/SP

<p>83 Certidão Expedida pelo Escritório de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0079303- 03.2009.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP</p>

<p>84 Certidão Expedida pelo Escritório de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0079304- 85.2009.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP</p>

<p>85 Certidão Expedida pelo Escritório de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0505682- 42.2011.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP</p>

<p>86 Certidão Expedida pelo Escritório de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0514236- 63.2011.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP</p>

<p>87 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0507321- 61.2012.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP</p>

88 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0510455- 96.2012.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP
89 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0511065- 64.2012.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP
90 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0511148- 80.2012.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP
91 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0511891- 90.2012.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP
92 Certidão de Objeto e Pé – Processo nº 0512537- 03.2012.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP
93 Certidão Expedida pelo Escritório de Advocacia Araújo Advogados Associados – Processo nº 0079296- 11.2009.8.26.0114 – Setor de Execuções Fiscais – Campinas/SP

94
Certidão Expedida
pelo Escritório de
Advocacia Araújo
Advogados
Associados –
Processo nº 0079299-
63.2009.8.26.0114 –
Setor de Execuções
Fiscais –
Campinas/SP

17
(53900.052472/2015-
55)
Certidão de
Distribuição- 2ª
Instância – Cível -
Positiva

18
(53900.052472/2015-
55)
Andamento
Processual- 2ª
Instância – 6ª
Câmara de Direito
Público - Processo nº
0107861-
02.2010.8.26.0000

19
(53900.052472/2015-
55)
Andamento
Processual- 2ª
Instância - Processo
nº 0004724-
68.1991.8.26.0000

20
(53900.052472/2015-
55)
Andamento
Processual- 2ª
Instância – 35ª
Câmara de Direito
Privado - Processo
nº 9186543-
17.2007.8.26.0000

21
(53900.052472/2015-
55)
Andamento
Processual- 2ª
Instância – 1ª
Câmara de Direito
Privado - Processo
nº 9079009-
14.2007.8.26.0000

						<p>22 (53900.052472/2015-55) Andamento Processual- 2ª Instância – 30ª Câmara de Direito Privado - Processo nº 0006816- 30.2012.8.26.0114</p>
						<p>23 (53900.052472/2015-55) Andamento Processual- 2ª Instância – 26ª Câmara de Direito Privado - Processo nº 90000282- 41.2007.8.26.0000</p>
						<p>24 (53900.052472/2015-55) Andamento Processual- 2ª Instância – 33ª Câmara de Direito Privado - Processo nº 0063011- 11.2007.8.26.0114</p>
						<p>25 (53900.052472/2015-55) Andamento Processual- 2ª Instância – 27ª Câmara de Direito Privado - Processo nº 0057258- 15.2003.8.26.0114</p>
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª instância;	Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento	X		X		<p>60- Certidão de Distribuição- 1ª Instância – Criminal</p>
						<p>9(53900.052472/2015-55) - Certidão de Distribuição- 2ª Instância – Criminal</p>
	Odilon Garcia Nascimento Filho	X		X		<p>95- Certidão de Distribuição- 1ª Instância – Criminal</p>

							26(53900.052472/2015-55) - Certidão de Distribuição- 2ª Instância – Criminal
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento	X		X			98 (Justiça Federal - 1ª Instância - Cível/Criminal)
							99 (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)
							11(53900.052472/2015-55) (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)
	Odilon Garcia Nascimento Filho	X		X			96 (Justiça Federal - 1ª Instância- Cível/Criminal)
							97 (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)
							27(53900.052472/2015-55) (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento	X		X			98 (Justiça Federal - 1ª Instância- Cível/Criminal)
							99 (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)
							11(53900.052472/2015-55) (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)
	Odilon Garcia Nascimento Filho	X		X			96 (Justiça Federal - 1ª Instância)
							97 (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)
							27(53900.052472/2015-55) (Justiça Federal - 2ª Instância- Cível/Criminal)

DOCUMENTOS	NOME (S)	SIM	NAO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento	X			12 (53900.052472/2015-55)
	Odilon Garcia Nascimento Filho	X			28 (53900.052472/2015-55)
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral ;	Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento	X			13 (53900.052472/2015-55)
	Odilon Garcia Nascimento Filho	X			29 (53900.052472/2015-55)
23- certidões de protestos de títulos ;	Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento	X			14-16 (53900.052472/2015-55)
	Odilon Garcia Nascimento Filho	X			30-32 (53900.052472/2015-55)

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
<ul style="list-style-type: none"> - Declaração que a emissora não pertence a nenhum monopólio nem tampouco a nenhum oligopólio, não infringindo, desta forma, as vedações do §5º do artigo 220 da Constituição Federal- Fls. 7 - Declaração que conhece das cláusulas que passarão a regular suas relações com o Poder Concedente no novo período de exploração do serviço – Fls. 8 - Declaração que a emissora cumpre as normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcóolicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme as disposições constitucionais (artigo 220, §4º, da Constituição Federal) e legais (Lei 9.294/1996) – Fls. 9 - Declaração que a emissora cumpre e m sua programação: máximo de 25% do tempo reservado à propaganda comercial e mínimo de 5% do tempo reservado ao serviço noticioso, bem como o cumprimento da obrigação de transmitir 5 horas semanais de programas educacionais – Fls. 10 - Programação Básica – Fls. 11-14 - Declaração que cumpre a sua finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal – Fls. 15 - Declaração que a emissora cumpre suas obrigações pautadas nos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado em sua programação, nos moldes do artigo 221, IV, da Constituição Federal – Fls. 16 - Declaração que os responsáveis pela gestão das atividades, área editorial e direção da programação, são brasileiros natos – Fls. 17 - Documento de Identificação: Odilon Garcia Nascimento Filho – Fls. 18; - RAIS – ANO-BASE 2013 – Fls. 26-42 - 11ª Alteração do Contrato Social – Fls. 105-112 - Declaração de que a entidade encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente, de acordo com os parâmetros técnico previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação, Processo nº 53830.000824/1998, Licença nº899- Fls. 6 (53900.052472/2015-55)

Observações:
Análise:
Analista: Sérgio Rossi Júnior Cargo: Analista

NOTA TÉCNICA Nº 22749/2015/SEI-MC

Processo nº 53900.023095/2015-47

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Radio Cidade de Campinas Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campinas, estado de São Paulo, referente ao seguinte período: 09/09/2015 a 09/09/2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a manifestação jurídica referencial exarada pela Consultoria Jurídica - Conjur, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (cujo inteiro teor se encontra disponível no sítio desta Pasta).

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º 0759318), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVO À RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA:

- 3.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- 3.2. Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
- 3.3. prova de regularidade relativa ao INSS;
- 3.4. laudo técnico ou declaração, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão (modelos de ambos os documentos disponível no seguinte endereço: <http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga>);

RELATIVO À SRA. MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA:

- 3.5. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 9079009-14.2007.8.26.0000, entrado em 26/09/2007, em trâmite na 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.6. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0006816-30.2012.8.26.0114, entrado em 23/12/2012, em trâmite na 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

RELATIVO AO SR. ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO:

- 3.7. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0073773-52.2008.8.26.0114, ajuizado em 09/12/2008, em trâmite na 2ª Vara Cível no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.8. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0550398-33.2006.8.26.0114, ajuizado em 04/12/2006, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.9. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0079294-41.2009.8.26.0114, ajuizado em 16/12/2009, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.10. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0079296-11.2009.8.26.0114, ajuizado em 16/12/2009, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.11. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0079299-63.2009.8.26.0114, ajuizado em 17/12/2009, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.12. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0079301-33.2009.8.26.0114, ajuizado em 17/12/2009, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.13. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0079302-18.2009.8.26.0114, ajuizado em 17/12/2009, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.14. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0079303-03.2009.8.26.0114, ajuizado em 17/12/2009, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.15. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0079304-85.2009.8.26.0114, ajuizado em 17/12/2009, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.16. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0505682-42.2011.8.26.0114, ajuizado em 07/12/2011, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.17. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Processo nº 0514236-63.2011.8.26.0114, ajuizado em 07/12/2011, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais no Foro de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.18. Certidão de Objeto e Pé relativo à Apelação Cível nº 073773-52.2008.8.26.0114, interposto em 11/03/2014, em trâmite na Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.19. Certidão de Objeto e Pé relativo à Apelação Cível nº 0057258-15.2003.8.26.0114, interposto em 05/10/2011, em trâmite na 27ª Câmara de Direito Privado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.20. Certidão de Objeto e Pé relativo à Apelação Cível nº 0063011-11.2007.8.26.0114, interposto em 18/08/2010, em trâmite na 33ª Câmara de Direito Privado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.21. Certidão de Objeto e Pé relativo à Apelação Cível nº 0057258-15.2003.8.26.0114, interposto em 05/10/2011, em trâmite na 27ª Câmara de Direito Privado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 3.22. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Agravo de Instrumento nº 9000282-41.2007.8.26.0000, interposto em 19/06/2007, em trâmite na 26ª Câmara de Direito Privado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

3.23. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Apelação Cível nº 0006816-30.2012.8.26.0114, interposto em 23/10/2012, em trâmite na 30ª Câmara de Direito Privado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

3.24. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Apelação Cível nº 9079009-14.2007.8.26.0000, interposto em 26/09/2007, em trâmite na 1ª Câmara de Direito Privado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

3.25. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Apelação Cível nº 9186543-17.2007.8.26.0000, interposto em 27/08/2007, em trâmite na 35ª Câmara de Direito Privado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

3.26. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Apelação Cível nº 9016116-17.1989.8.26.0000, interposto em 09/01/1989, em trâmite na Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

3.27. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Mandado de Segurança nº 0004724-68.1991.8.26.0000, interposto em 24/06/1991, em trâmite na Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

3.28. Certidão de Objeto e Pé relativo ao Agravo de Instrumento nº 0107861-02.2010.8.26.0000, interposto em 11/03/2010, em trâmite na 6ª Câmara de Direito Público no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

4. Não obstante, submeta-se o feito à consideração do Coordenador do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Rossi Junior, Analista**, em 08/10/2015, às 16:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Chefe de Serviço**, em 08/10/2015, às 16:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 09/10/2015, às 10:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0759320** e o código CRC **012AFA43**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 33214/2015/SEI-MC

Brasília, 08 de outubro de 2015

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
Rua Paulo Nogueira Filho, 17, Jardim São Gabriel
13.045-320 Campinas/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.023095/2015-47**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 22.749/2015/SEI-MC , com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 09/10/2015, às 10:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0759533** e o código CRC **EA1E9FD7**.

Data de Envio:

09/10/2015 15:23:41

De:

MC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

dulce@radiocidade.fm.br
odilongarcia@radiocidade.fm.br
nilza@radiocidade.fm.br
marcosbarreto@radiocidade.fm.br
cappia@emcprojetos.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.023095/2015-47

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_0759533.html
Nota_Tecnica_0759320.html

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53900.023095/2015-47			
Entidade: RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA.		CNPJ: 46.241.816/0001-08	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM		Localidade: Campinas	UF: SP
Validade da Outorga: vencida		Período: 9.9.2015 a 9.9.2025	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	PENDENTE	(0512500) fl. 1
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	PENDENTE	

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE	
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	(0756584) fl. 5

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	PENDENTE	
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	F (0512500) fl. 23
			E (0512500) fl. 23
			M (0512500) fl. 23
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	PENDENTE	(0758807) fl. 5
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	(0512500) fl. 23 (0512500) fl. 22
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	(0756584) fl. 4
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	PENDENTE	

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Ricardo Henrique P. Nolasco CARGO: Chefe de Serviço	25.03.2020

NOTA TÉCNICA Nº 6104/2020/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.023095/2015-47

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campinas, estado de São Paulo, referente ao seguinte período: 9.9.2015 a 9.9.2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido a que se refere o parágrafo 1, chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por conduto do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que tratava dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial. Referida manifestação buscava uniformizar entendimento, no âmbito da Conjur, sobre os documentos necessários para a regular instrução dos processos de renovação.

3. Ocorre que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017 e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

4. Assim, considerando-se os termos das supracitadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada **apresente os seguintes documentos pendentes:**

4.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

- i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo

sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

4.2. ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

4.3. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;

4.4. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social **(assinados pelo profissional de contabilidade e pelo administrador (a) da pessoa jurídica interessada, nos termos do § 2º do art. 1.184 do CC/02)**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

4.5. prova de inscrição no CNPJ;

4.6. prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

4.7. laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, **(vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração)**, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.

Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:

[Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018 - FM / TV](#)

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 4º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 30/03/2020, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5337347** e o código CRC **EC4ADB2A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.023095/2015-47

SEI nº 5337347



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 12207/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 25 de março de 2020.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. (CNPJ nº 46.241.816/0001-08)
Rua Paulo Nogueira Filho, 17, Jardim São Gabriel
13045 320 - Campinas/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.023095/2015-47.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 6104/2020/SEI-MCTIC e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 5337351), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 30/03/2020, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5337350** e o código CRC **665C8F2E**.

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

*RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Data de Envio:

03/04/2020 10:35:48

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

DULCE@RADIOCIDADEFM.BR
odilongarcia@radiocidade.fm.br
nilza@radiocidade.fm.br
marcosbarreto@radiocidade.fm.br
cappia@emcprojetos.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53900.023095/2015-47

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5337350.html
Nota_Tecnica_5337347.html
Requerimento_5337351_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA.pdf



BOM DIA

André Luis Teles Ghillioni

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 46.241.816/0001-08											
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	031.180.048-35	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2250	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2250	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	134.876.398-15	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	6750	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	6750	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu



BOM DIA

André Luis Teles Ghillioni

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 031.180.048-35									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	031.180.048-35	RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Diretor (DIRETORA GERAL)	0	--	--	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Sócio	560	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Sócio	176	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2250	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2250	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu

Usuário: andrel.colab - André Luis Teles Ghillioni

Data: 19/01/2023

Hora: 10:27:39



BOM DIA

André Luis Teles Ghillioni

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		134.876.398-15									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	<u>134.876.398-15</u>	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	<u>46.241.816/0001-08</u>	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	<u>46.241.816/0001-08</u>	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO LASER LTDA	<u>46.992.731/0001-61</u>	Sócio	146	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	<u>46.241.816/0001-08</u>	Sócio	6750	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	<u>46.241.816/0001-08</u>	Sócio	6750	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu

Usuário: andrel.colab - André Luis Teles Ghillioni

Data: 19/01/2023

Hora: 10:27:51



BOM DIA

André Luis Teles Ghillioni

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	46.241.816/0001-08

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **andrel.colab - André Luis Teles Ghillioni** Data: **19/01/2023** Hora: **10:28:19**



BOM DIA

André Luis Teles Ghillioni

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: SP	Município: Campinas			
Entidade	Município	Data Outorga	Validade	
ALTA VISTA RADIO E TELEVISAO LTDA	Campinas			
CAMPINAS RADIODIFUSAO LTDA	Campinas			
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	Campinas	23/02/1996	23/02/2006	
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	Campinas			
RADIO CULTURA DE CAMPINAS LTDA	Campinas	01/05/1994	01/05/2004	
RADIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS LTDA	Campinas	01/05/1994	01/05/2004	
RADIO MORENA STEREO LTDA	Campinas			
REDE CENTRAL DE COMUNICACAO LTDA	Campinas			

Usuário: andrel.colab - André Luis Teles Ghillioni

Data: 19/01/2023

Hora: 10:30:16

Registro 1 até 8 de 8 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA**

CNPJ: **46.241.816/0001-08**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:30:23 do dia 19/01/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/02/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

Id solicitação: 57dbac468f9da

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	
Nome Fantasia: RADIO CIDADE/RADIO MIX	
Telefone: (19) 32767676	E-mail: radiocidade@radiocidade.fm.br
CNPJ: 46.241.816/0001-08	Número do Fistel: 02008009149
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 09/09/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 09/09/2025	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99; ATO 8.593/2000;Ato nº 2.749, de 30/4/2015, publicado no DOU. de 4/5/2015.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Complemento:	
Bairro: JARDIM SAO GABRIEL	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Complemento:	
Bairro: JARDIM SAO GABRIEL	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Paulo Nogueira Filho	Complemento:	
Bairro: Jardim São Gabriel	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Paulo Nogueira Filho	Complemento:	
Bairro: Jardim São Gabriel	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Campinas	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 223	Frequência: 92.5 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 39.02kW
HCI: 67.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--	--	--	--

Informações Gerais	
Número da Estação: 7803850	Número Indicativo: ZYD817
Data Último Licenciamento: 19/08/2021	Número da Licença: 53500.058524/2021-58

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22° 56' 35.00" S	Longitude: 47° 01' 51.00" W	Cota da base: 784.20 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 029401XXX00518	Modelo: FM 25000
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 25.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HF 3 1/8	Fabricante: KMP-CABOS E SISTEMAS ESPECIAIS		
Comprimento da Linha: 86.00 m	Atenuação: .38 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: 6814-4	Fabricante: SHIVELLY LABS				
Ganho: 3.26 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: .00 °	Polarização: Circular	HCI: 67.5 m	ERP Máxima: 39.02 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0.01	10°: 0.03	15°: 0.07	20°: 0.12	25°: 0.19	30°: 0.27	35°: 0.36	40°: 0.48	45°: 0.61	50°: 0.74	55°: 0.88
60°: 1.01	65°: 1.15	70°: 1.28	75°: 1.41	80°: 1.55	85°: 1.69	90°: 1.83	95°: 1.98	100°: 2.12	105°: 2.27	110°: 2.42	115°: 2.58
120°: 2.73	125°: 2.91	130°: 3.09	135°: 3.28	140°: 3.46	145°: 3.62	150°: 3.74	155°: 3.82	160°: 3.87	165°: 3.9	170°: 3.92	175°: 3.95
180°: 4.01	185°: 4.15	190°: 4.32	195°: 4.51	200°: 4.68	205°: 4.76	210°: 4.73	215°: 4.53	220°: 4.23	225°: 3.83	230°: 3.42	235°: 3.05
240°: 2.73	245°: 2.52	250°: 2.35	255°: 2.21	260°: 2.09	265°: 1.96	270°: 1.83	275°: 1.69	280°: 1.55	285°: 1.41	290°: 1.28	295°: 1.15
300°: 1.01	305°: 0.88	310°: 0.74	315°: 0.61	320°: 0.48	325°: 0.36	330°: 0.27	335°: 0.19	340°: 0.12	345°: 0.07	350°: 0.03	355°: 0.01

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 319177---00176	Modelo: BTF-10E1
Fabricante: RCA	Potência de Operação: 10.000 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: HF 3 1/8	Fabricante:		
Comprimento da Linha: 86.00 m	Atenuação: .38 dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 39.02 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	728	Portaria	MC	03/09/1975	09/09/1975	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	302	Portaria	Dentel	20/02/1976	05/03/1976	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53504013259/2012-58	5191	Portaria	MCTIC		13/09/2018	Multa	Jurídico
9999	1568	Portaria	MC	27/09/1985		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	242	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Jurídico
29100.001053/1985	423	Portaria	MC	09/06/1986	16061986/00/0000	Consol. Carac. Técnicas	Técnico
9999	290796	Despacho	MC	29/07/1996	08/08/1997	Advertência	Jurídico
9999	471	Portaria	MC	26/09/1997	31/10/1997	Renovação	Jurídico
9999	461	Portaria	MC	17/12/1998		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	149	Decreto Legislativo	CN	29/06/2000	30/06/2000	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	13716	Ato	ER	12/12/2000	14/12/2000	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	405	Portaria	MC	18/12/2008	20/09/2010	Multa	Jurídico
9999	176	Portaria	MC	24/03/2010	08/04/2010	Renovação	Jurídico
9999	167	Decreto Legislativo	CN	19/02/2013	20/02/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.047835/2017-13	7064	Ato	ORLE	03/03/2017	30/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo

NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA				CNPJ 46241816000108
Nº DA ESTAÇÃO 7803850	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 22° 56' 35.00" S	LONGITUDE 47° 01' 51.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Paulo Nogueira Filho, nº 17.		DISTRITO		
BAIRRO Jardim São Gabriel		MUNICÍPIO Campinas		UF SP


VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:		09/09/2025	
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICIPIO:	Campinas	UF:	SP
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	92.5 MHz	CANAL:	223
CLASSE:	A1	COTA BASE DA TORRE:	784.20
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:		ZYD817	
NOME FANTASIA:		RADIO CIDADE/RADIO MIX	
CIDADE DA OUTORGA:		Campinas	
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Paulo Nogueira Filho	BAIRRO:	Jardim São Gabriel
MUNICÍPIO:	Campinas	UF:	SP
NUMERO:	17	COMPLEMENTO:	
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:		UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:		Principal	
TIPO:		Diretivo	
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	MTA Eletrônica Industrial Ltda.	MODELO:	FM 25000
CÓDIGO:	029401XXX00518	POTÊNCIA:	25.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	RCA	MODELO:	BTF-10E1
CÓDIGO:	319177---00176	POTÊNCIA:	10.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	SHIVELLY LABS	MODELO:	6814-4
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	3.26 dBd
DESCRIÇÃO:	OMNI- 4 ELEMENTOS	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	.00 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	67.5 m	BEAM TILT:	.00 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	HF 3 1/8
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	KMP-CABOS E SISTEMAS ESPECIAIS	MODELO:	HF 3 1/8



VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 19/01/2023 11:38:42

APLICAÇÃO	Emitido Em 19/08/2021	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWVhbnNjOTQ3ZTA3N2Y0Nw==	
-----------	--------------------------	--	---



SRD - Licenciamento

Version 1.0

[Canais](#) [Solicitações](#) [Canais Excluídos](#)

Todos

+ RTV/RTVD Secundário

2 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar | Salvar Filtro/Ordenação

Ação	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Canal	Frequência	Classe	Serviço	Serviço	Local Específico	Finalidade	Caráter	Fase	Município	UF	Data	Id do Canal
		462418160001									(Todas)						
<div>Resumo Estação</div>	(FM-C4) Canal Licenciado	46241816000108	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	02008009149	223	92.5	A1	230	FM		Comercial	P	2	Campinas	SP	2021-08-19 16:39:27	57dbac468f9da
<div>Resumo Estação</div>	(FM-C3) Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento	46241816000108	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	02022875635	248	97.5	A1	230	FM		Comercial	P	2	Itu	SP	2021-09-23 11:11:37	57dbac48c818d

Anexo ANATEL (10643053)

SEI 53900.023095/2015-47 / pg. 162



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.241.816/0001-08 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/03/1974
NOME EMPRESARIAL RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CIDADE DE CAMPINAS		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R PAULO NOGUEIRA FILHO	NÚMERO 17	COMPLEMENTO *****
CEP 13.045-320	BAIRRO/DISTRITO JD. SAO GABRIEL	MUNICÍPIO CAMPINAS
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO DULCE@RADIOCIDADE.FM.BR	TELEFONE (19) 3276-7676	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/11/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/01/2023 às 10:43:41 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	46.241.816/0001-08
NOME EMPRESARIAL:	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$522.000,00 (Quinhentos e vinte e dois mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ODILON GARCIA NASCIMENTO NETO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	FABIO BARBOSA GARCIA NASCIMENTO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 19/01/2023 às 10:43 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 46.241.816/0001-08
Razão Social: RADIO CIDADE CAMPINAS LTDA REMAG
Endereço: R PAULO NOGUEIRA FILHO 17 / JD SAO GABRIEL / CAMPINAS / SP / 13046-360

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/01/2023 a 10/02/2023

Certificação Número: 2023011200400276199953

Informação obtida em 19/01/2023 10:44:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
CNPJ: 46.241.816/0001-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:45:46 do dia 19/01/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/07/2023.

Código de controle da certidão: **900C.3E4C.24B9.25D6**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 46.241.816/0001-08

Certidão nº: 2609849/2023

Expedição: 19/01/2023, às 10:46:52

Validade: 18/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **46.241.816/0001-08**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Prefeitura Municipal de Campinas

Secretaria Municipal de Finanças

CERTIDÃO NEGATIVA DE QUALQUER ORIGEM

Razão Social: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA.

CNPJ: 46.241.816/0001-08

A Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da Secretaria Municipal de Finanças, **CERTIFICA**, para fins de direito, que até a presente data a pessoa jurídica acima identificada não possui débitos exigíveis de qualquer origem tributária ou não tributária perante a Fazenda Pública Municipal, registrados no Sistema de Informações Municipais - SIM, relativos aos imóveis e inscrições mobiliárias vinculadas ao CNPJ supracitado.

Não estão incluídos nesta certidão eventuais débitos referentes aos itens abaixo:

1. De responsabilidade da pessoa jurídica, em virtude de processos de fusão, cisão, incorporação ou transformação;
2. Relativos a imóveis cujo cadastro não tenha sido atualizado junto à municipalidade, nos termos da legislação aplicável;
3. Relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, estando o contribuinte sob o regime do Simples Nacional, os quais devem ser verificados junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal de exigir valores relativos a créditos tributários ou não tributários de responsabilidade do sujeito passivo, acima identificado, que porventura venham a ser lançados e/ou constituídos, e/ou a ele atribuídos em função de higienização cadastral, como contribuinte ou como responsável, nos termos da legislação aplicável, ainda que relativos a período abrangido por esta certidão.

A Secretaria Municipal de Finanças ressalta que a atualização cadastral junto aos Sistemas Informatizados da municipalidade, de imóveis e da própria pessoa jurídica, é de inteira responsabilidade do sujeito passivo, sujeitando-se às penalidades legais quando cabíveis, conforme legislação aplicável.

A Secretaria Municipal de Finanças disponibiliza esta certidão via internet nos termos do Decreto nº 18.978 de 14 de janeiro de 2016 e das Instruções Normativas SMF nº 001/2011 de 04 de março de 2011 e SMF nº 08/2014 de 19 de Novembro de 2014, cuja autenticidade pode ser confirmada no endereço eletrônico: <https://certidoes-web.campinas.sp.gov.br>

DADOS DA CERTIDÃO

Data de emissão: 19/01/2023 - 10:48:34

Validade: 20/03/2023

Assinatura eletrônica: 000729.0852220.230119

Endereço IP: 200.130.17.202

Taxa de certidão: GRATUITA



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 46.241.816/0001-08

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23010609637-99

Data e hora da emissão 19/01/2023 10:49:42

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



19/01/2023

0063203037

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 3068848**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 18/01/2023, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA, CNPJ: 46.241.816/0001-08, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 19 de janeiro de 2023.

PEDIDO Nº:**0063203037**



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA**

CPF/CNPJ: **46.241.816/0001-08**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 14:07:10 do dia 14/03/2024 , com validade até o dia 13/04/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: zeKsE5Z62Ly7W13JoYar

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Data de Envio:

19/01/2023 14:37:56

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53900.023095/2015-47

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53900.023095/2015-47

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qui, 19/01/2023 15:05

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas/SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 19 de janeiro de 2023 14:37

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53900.023095/2015-47

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

[Menu Principal](#) ▼BOA TARDE
KENIA DA SILVA VIEIRASistemas
InterativosBOLETO »» **Nada Consta**[menu](#) [ajuda](#)

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA**CNPJ:** 46.241.816/0001-08

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:12:06 do dia 14/03/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/04/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA				CNPJ 46241816000108
Nº DA ESTAÇÃO 7803850	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 22° 56' 35.00" S	LONGITUDE 47° 01' 51.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Paulo Nogueira Filho, nº 17.	DISTRITO	
BAIRRO Jardim São Gabriel	MUNICÍPIO Campinas	UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 09/09/2025

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: Campinas UF: SP

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 92.5 MHz CANAL: 223

CLASSE: A1 COTA BASE DA TORRE: 784.20

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYD817

NOME FANTASIA: RADIO CIDADE/RADIO MIX NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Campinas

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Paulo Nogueira Filho BAIRRO: Jardim São Gabriel

MUNICÍPIO: Campinas UF: SP

NUMERO: 17 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: BT Equipamentos Eletrônicos MODELO: FM24KS

CÓDIGO: 070011701323 POTÊNCIA: 25.000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MTA Eletrônica Industrial Ltda. MODELO: FM 25000

CÓDIGO: 029401XXX00518 POTÊNCIA: 10.000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: SHIVELLY LABS MODELO: 6814-4

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 3.26 dBd

DESCRIÇÃO: OMNI- 4 ELEMENTOS ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: .00 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 67.5 m BEAM TILT: .00 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: HF 3 1/8


LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP-CABOS E SISTEMAS ESPECIAIS MODELO: HF 3 1/8

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 14/03/2024 15:13:42

APLICAÇÃO	Emitido Em 19/08/2021	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjQzOGI1YmUxYTM3Nw==	
-----------	--------------------------	--	---

Spontaneous Correlation

Id solicitação: 57dbac468f9da

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	
Nome Fantasia: RADIO CIDADE/RADIO MIX	
Telefone: (19) 32767676	E-mail: radiocidade@radiocidade.fm.br
CNPJ: 46.241.816/0001-08	Número do Fistel: 02008009149
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 09/09/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 09/09/2025	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99; ATO 8.593/2000;Ato nº 2.749, de 30/4/2015, publicado no DOU. de 4/5/2015.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Complemento:	
Bairro: JARDIM SAO GABRIEL	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Complemento:	
Bairro: JARDIM SAO GABRIEL	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Paulo Nogueira Filho	Complemento:	
Bairro: Jardim São Gabriel	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Paulo Nogueira Filho	Complemento:	
Bairro: Jardim São Gabriel	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Campinas	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 223	Frequência: 92.5 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 39.02kW
HCI: 67.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 7803850						Número Indicativo: ZYD817					
Data Último Licenciamento: 19/08/2021						Número da Licença: 53500.058524/2021-58					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 22° 56' 35.00" S				Longitude: 47° 01' 51.00" W				Cota da base: 784.20 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 070011701323						Modelo: FM24KS					
Fabricante: BT Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 25.000 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: HF 3 1/8						Fabricante: KMP-CABOS E SISTEMAS ESPECIAIS					
Comprimento da Linha: 86.00 m			Atenuação: .38 dB/100m			Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50.00 ohms		
Antena Principal											
Modelo: 6814-4						Fabricante: SHIVELLY LABS					
Ganho: 3.26 dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: .00 °		Polarização: Circular		HCI: 67.5 m		ERP Máxima: 39.02 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0.01	10°: 0.03	15°: 0.07	20°: 0.12	25°: 0.19	30°: 0.27	35°: 0.36	40°: 0.48	45°: 0.61	50°: 0.74	55°: 0.88
60°: 1.01	65°: 1.15	70°: 1.28	75°: 1.41	80°: 1.55	85°: 1.69	90°: 1.83	95°: 1.98	100°: 2.12	105°: 2.27	110°: 2.42	115°: 2.58
120°: 2.73	125°: 2.91	130°: 3.09	135°: 3.28	140°: 3.46	145°: 3.62	150°: 3.74	155°: 3.82	160°: 3.87	165°: 3.9	170°: 3.92	175°: 3.95
180°: 4.01	185°: 4.15	190°: 4.32	195°: 4.51	200°: 4.68	205°: 4.76	210°: 4.73	215°: 4.53	220°: 4.23	225°: 3.83	230°: 3.42	235°: 3.05
240°: 2.73	245°: 2.52	250°: 2.35	255°: 2.21	260°: 2.09	265°: 1.96	270°: 1.83	275°: 1.69	280°: 1.55	285°: 1.41	290°: 1.28	295°: 1.15
300°: 1.01	305°: 0.88	310°: 0.74	315°: 0.61	320°: 0.48	325°: 0.36	330°: 0.27	335°: 0.19	340°: 0.12	345°: 0.07	350°: 0.03	355°: 0.01
Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0
Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 029401XXX00518						Modelo: FM 25000					
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.						Potência de Operação: 10.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			
Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo: HF 3 1/8				Fabricante:			
Comprimento da Linha: 86.00 m		Atenuação: .38 dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: 50.00 ohms	
Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 39.02 kW		
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	728	Portaria	MC	03/09/1975	09/09/1975	Outorga	Jurídico
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	302	Portaria	Dentel	20/02/1976	05/03/1976	Aprovação de Local	Técnico
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53504013259/2012-58	5191	Portaria	MCTIC		13/09/2018	Multa	Jurídico
9999	1568	Portaria	MC	27/09/1985		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	242	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Jurídico
29100.001053/1985	423	Portaria	MC	09/06/1986	16061986/00/0000	Consol. Carac. Técnicas	Técnico
9999	290796	Despacho	MC	29/07/1996	08/08/1997	Advertência	Jurídico
9999	471	Portaria	MC	26/09/1997	31/10/1997	Renovação	Jurídico
9999	461	Portaria	MC	17/12/1998		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	149	Decreto Legislativo	CN	29/06/2000	30/06/2000	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	13716	Ato	ER	12/12/2000	14/12/2000	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	405	Portaria	MC	18/12/2008	20/09/2010	Multa	Jurídico
9999	176	Portaria	MC	24/03/2010	08/04/2010	Renovação	Jurídico
9999	167	Decreto Legislativo	CN	19/02/2013	20/02/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.047835/2017-13	7064	Ato	ORLE	03/03/2017	30/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
Horário de funcionamento							
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo							

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

BOA TARDE
KENIA DA SILVA VIEIRASistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIGEC >>> CONSULTAS GERAIS >>> Consultar Extrato de Lançamentos>

menu ajuda

Dados da consulta Consultar

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

Nº FISTEL: 02008009149

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 46241816000108

Situação: Ativa

Data Validade: 09/09/2005

CADIN: Não

Incid. FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

UF: SP

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO 17

Bairro: JARDIM SAO GABRIEL

Município: Campinas

CEP: 13045-320

UF: SP

End. Corresp.: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO 17

Bairro: JARDIM SAO GABRIEL

Município: Campinas

CEP: 13045-320

UF: SP

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref./ Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1329 - TFF	1	1990	31/03/1990	9.659,28	30/03/1990	9.659,28	9.659,28	0001 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1991	31/03/1991	13.597,02	27/03/1991	13.597,02	0,00	0002 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1992	31/03/1992	64.016,82	31/03/1992	101.344,24	101.344,24	0003 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	794.773,61	15/03/1993	1.437.470,67	1.303.819,40	0004 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
9999	0	1993	15/03/1993	0,00	15/03/1993	133.651,27	0,00	0005 Histórico do Lançamento	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	20.132,69	17/03/1994	47.013,82	47.013,82	0006 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	107,22	27/03/1995	72,56	72,56	0007 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00

0008										
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	53,61	29/03/1996	44,42	44,42	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0009										
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	107,22	31/03/1997	97,65	97,65	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0010										
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 1.900,00	07/08/1998	1.900,00	1.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0011										
9999	0	1998	15/06/1999	R\$ 0,00		0,00	0,00	 Histórico do Lançamento	Cancelado	0,00
0012										
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 1.900,00	29/03/1999	1.900,00	1.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0013										
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 1.900,00	21/03/2000	1.900,00	1.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0014										
8766 - TFI	1	2000	14/07/2000	R\$ 3.800,00	04/07/2000	3.800,00	3.800,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0015										
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 1.900,00	28/03/2001	1.900,00	1.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0016										
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 1.900,00	27/03/2002	1.900,00	1.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0017										
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 1.900,00	26/03/2003	1.900,00	1.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0018										
8766 - TFI	1	2003	22/11/2003	R\$ 5.800,00	19/11/2003	5.800,00	5.800,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0019										
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 2.900,00	29/03/2004	2.900,00	2.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0020										
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 2.900,00	29/03/2005	2.900,00	2.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0021										
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 2.900,00	30/03/2006	2.900,00	2.900,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00

1329 - TFF	1	2007	31/03/2007	R\$ 2.900,00	28/03/2007	2.900,00	2.900,00	<div>0022</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2008	31/03/2008	R\$ 2.900,00	28/03/2008	2.900,00	2.900,00	<div>0024</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2009	31/03/2009	R\$ 2.610,00	27/03/2009	2.610,00	2.610,00	<div>0025</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2009	31/05/2009	R\$ 290,00	28/05/2009	290,00	290,00	<div>0027</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 2.610,00	25/03/2010	2.610,00	2.610,00	<div>0028</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2010	31/03/2010	R\$ 290,00	25/03/2010	290,00	290,00	<div>0029</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1660	0	2010	31/10/2010	R\$ 3.313,02	28/10/2010	3.313,02	3.313,02	<div>0030</div>  Histórico do Lançamento	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 2.610,00	30/03/2011	2.610,00	2.610,00	<div>0031</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 290,00	30/03/2011	290,00	290,00	<div>0032</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 1.914,00	28/03/2012	1.914,00	1.914,00	<div>0033</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 290,00	28/03/2012	290,00	290,00	<div>0034</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 1.914,00	27/03/2013	1.914,00	1.914,00	<div>0035</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 290,00	27/03/2013	290,00	290,00	<div>0036</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 1.914,00	27/03/2014	1.914,00	1.914,00	<div>0037</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00

4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 290,00	27/03/2014	290,00	290,00	<div>0038</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 1.914,00	30/03/2015	1.914,00	1.914,00	<div>0039</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 290,00	30/03/2015	290,00	290,00	<div>0040</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 1.914,00	30/03/2016	1.914,00	1.914,00	<div>0041</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 290,00	30/03/2016	290,00	290,00	<div>0042</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1660	0	2016	18/09/2017	R\$ 10.966,35		0,00	0,00	<div>0043</div>  Histórico do Lançamento	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 1.914,00	30/03/2017	1.914,00	1.914,00	<div>0044</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 290,00	30/03/2017	290,00	290,00	<div>0045</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	13/05/2017	R\$ 349,06	07/04/2017	349,06	349,06	<div>0046</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 1.914,00	27/03/2018	1.914,00	1.914,00	<div>0047</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 290,00	27/03/2018	290,00	290,00	<div>0048</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 1.914,00	28/03/2019	1.914,00	1.914,00	<div>0049</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 290,00	28/03/2019	290,00	290,00	<div>0050</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 1.914,00	31/03/2020	1.914,00	1.914,00	<div>0053</div>  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00

4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 290,00	31/03/2020	290,00	290,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0054										
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 1.914,00	30/03/2021	1.914,00	1.914,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0055										
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 290,00	30/03/2021	290,00	290,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0056										
8766 - TFI	1	2021	26/09/2021	R\$ 5.800,00	18/08/2021	5.800,00	5.800,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0057										
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 1.914,00	25/03/2022	1.914,00	1.914,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0058										
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 290,00	25/03/2022	290,00	290,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0059										
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 1.914,00	29/03/2023	1.914,00	1.914,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0060										
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 290,00	29/03/2023	290,00	290,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0061										
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 1.914,00		0,00	0,00	 Histórico do Lançamento	Deb.a Vencer	1.914,00
0062										
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 290,00		0,00	0,00	 Histórico do Lançamento	Deb.a Vencer	290,00
0063										
Total devido em 14/03/2024 (em reais):										2.204,00
Total de créditos em 14/03/2024 (em reais):										0,00




Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício

LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Registro 1 até 59 de 59 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

 Tela Inicial  Imprimir  Exportar Excel



BOA TARDE
KENIA DA SILVA VIEIRA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

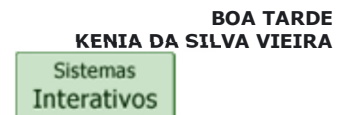
Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	46.241.816/0001-08

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 69999155120 - KENIA DA SILVA VIEIRA Data: 14/03/2024 Hora: 15:15:47

[Menu Principal](#) ▼SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)[Dados da consulta](#) [Consulta](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		46.241.816/0001-08									
RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FABIO BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	175.907.728-36	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	031.180.048-35	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	4218	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	4218	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	134.876.398-15	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu

Usuário: 69999155120 - KENIA DA SILVA VIEIRA

Data: 14/03/2024

Hora: 15:18:50



BOA TARDE

KENIA DA SILVA VIEIRA

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

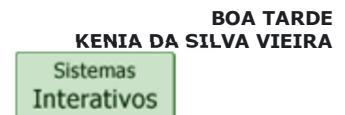
SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 175.907.728-36									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FABIO BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	175.907.728-36	RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Sócio	146	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Sócio	175	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas

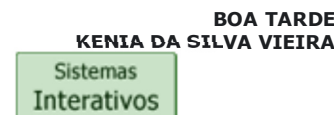
Usuário: 69999155120 - KENIA DA SILVA VIEIRA Data: 14/03/2024 Hora: 15:18:56

[Menu Principal](#) ▼SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**[menu](#) [ajuda](#)[Dados da consulta](#) [Resultado](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 031.180.048-35									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO	031.180.048-35	RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Sócio	176	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CRUZ DE MALTA LTDA	02.360.958/0001-19	Sócio	350	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Mogi das Cruzes
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	4218	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	4218	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas

Usuário: **69999155120 - KENIA DA SILVA VIEIRA**Data: **14/03/2024**Hora: **15:19:07**



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		134.876.398-15									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO	134.876.398-15	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Campinas
		RADIO LASER LTDA	46.992.731/0001-61	Sócio	146	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Valinhos
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	46.241.816/0001-08	Sócio	2391	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Campinas

Usuário: **69999155120 - KENIA DA SILVA VIEIRA**

Data: **14/03/2024**

Hora: **15:19:19**

Data de Envio:

05/10/2023 10:22:06

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53900.023095/2015-47

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, no município de Campinas/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53900.023095/2015-47

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qui, 05/10/2023 10:52

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Processo nº: 53900.023095/2015-47

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 5 de outubro de 2023 10:22

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53900.023095/2015-47

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, no município de Campinas/SP , ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.

8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria. 9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.

5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.

7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.

8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.

10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).

11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).

12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consultoria Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente¹¹¹.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

OFÍCIO Nº 153 /75 (3) /GAB/DRD

Brasília., 23. 9 . 1975

DA : Diretora da Divisão de Radiodifusão do DENTEL

AO : Sr. Diretor da Rádio Cidade de Campinas Ltda (Campinas-SP)

ASSUNTO : Comunicação (faz).


Senhor Diretor,

Temos o prazer de comunicar a V.Sa. que foi publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro do corrente ano, a Portaria nº 728, de 3 de setembro de 1975, referente à outorga da permissão para estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Em decorrência foi feito o registro da outorga em pasta de assentamentos cadastrais da entidade.

Tendo em vista as disposições legais e regulamentares e, particularmente, o disposto no item III, letra "n" das cláusulas que acompanham a citada Portaria, essa Sociedade deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de 6 (seis) meses, isto é, até o dia 9 de março de 1976, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos que pretende adquirir e instalar, sob pena de ser imposta penalidade de cassação da permissão outorgada.

O mencionado pedido de aprovação deverá dar entrada na Diretoria Regional do DENTEL em São Paulo, situada à Rua Itaquerá, 519 - Pacaembu-SP.

À oportunidade, apresentamos a V.Sa., protestos de estima e consideração.


Engª REGINA MARIA DA CRUZ CABRAL
Diretora da Divisão de Radiodifusão

eegt/rmf

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Publicado em D.U. em
08 04 2010
Seção 1 Página 59
Rubrica
MARÇO DE 2010.

PORTARIA Nº 176 , DE 24 DE

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.012837/2005, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 9 de setembro de 2005, a permissão outorgada à Rádio Cidade de Campinas Ltda., pela Portaria nº 728, de 3 de setembro de 1975, publicada no Diário Oficial da União em 9 de setembro 1975, renovada pela Portaria nº 471, de 26 de setembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 1997, referendada pelo Decreto Legislativo nº 149, de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA
Ministro de Estado das Comunicações



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de outubro de 2007, a concessão outorgada à Rádio Colorado Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colorado, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 162, DE 2013**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA POMPEIA - ACUDICOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dilermando de Aguiar, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 546, de 17 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Pompeia - ACUDICOP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dilermando de Aguiar, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 163, DE 2013**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CONSELHO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 587, de 24 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Conselho Cultural de Difusão Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 164, DE 2013**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL BOM SUCESSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 232, de 25 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Bom Sucesso para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 165, DE 2013**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE BLUMENAU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 354, de 16 de abril de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de fevereiro de 2006, a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 166, DE 2013**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MORENA STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 520, de 14 de junho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de novembro de 2003, a permissão outorgada à Rádio Morena Stereo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 167, DE 2013**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 176, de 24 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 9 de setembro de 2005, a permissão outorgada à Rádio Cidade de Campinas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 168, DE 2013**

Aprova o ato que outorga permissão à REDE ELO DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaoranga, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 217, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaoranga, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 169, DE 2013**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SIQUEIRA CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 11 de novembro de 2002, a concessão outorgada à Rádio Siqueira Campos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 170, DE 2013**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CURRAIS NOVOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 7 de fevereiro de 2009, a concessão outorgada à Rádio Currais Novos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 171, DE 2013**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GRANDE PICOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picos, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de julho de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 2 de dezembro de 1992, a concessão outorgada à Rádio Grande Picos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picos, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35201204842	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 28/03/1974	INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/03/1974	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA.					TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA		
C.N.P.J. 46.241.816/0001-08	ENDEREÇO RUA PAULO NOGUEIRA FILHO			NÚMERO 17	COMPLEMENTO		
BAIRRO JD. SAO GABRIEL	MUNICÍPIO CAMPINAS		UF SP	CEP 13045-320	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 522.000,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME FABIO BARBOSA GARCIA NASCIMENTO					
ENDEREÇO AVENIDA PROFESSORA DEA EHRHARDT CARVALHO			NÚMERO 605	COMPLEMENTO LOTE 31	
BAIRRO SITIOS DE RECREIO G	MUNICÍPIO CAMPINAS		UF SP	CEP 13101-664	RG 173758368
CPF 175.907.728-36	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS 138.678,00

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO					
ENDEREÇO RUA GUILHERME DA SILVA			NÚMERO 520	COMPLEMENTO	
BAIRRO CAMBUI	MUNICÍPIO CAMPINAS		UF SP	CEP 13025-070	RG 58469588
CPF 031.180.048-35	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS 244.644,00

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME ODILON GARCIA NASCIMENTO NETO					
ENDEREÇO AVENIDA PROFESSORA DEA EHRHARDT CARVALHO			NÚMERO 605	COMPLEMENTO LOTE 40	
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	RG

SITIOS DE RECREIO G	CAMPINAS	SP	13101-664	173758307
CPF 175.909.318-10	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR	QUANTIDADE COTAS 138.678,00		

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 07/11/2023	NÚMERO 1.213.153/23-2	ARQUIVAMENTO COMPOSICAO SOCIETARIA 2023

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35201204842 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 22/03/2024



Certidão Simplificada. Documento certificado por MARIA CRISTINA FREI, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 234165074, sexta-feira, 22 de março de 2024 às 14:57:26.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53900.023095/2015-47**Entidade:** RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA.**CNPJ nº:** 46.241.816/0001-08**FISTEL nº:** 02008009149**Localidade:** Campinas/SP**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 10/03/2015**Período:** 09/09/2015 a 09/09/2025**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	0512500 Pág. 1 9880434 Págs. 1 - 2	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	Requerimento de renovação subscrito pelo administrador, à época, Odilon Garcia Nascimento Filho (SEI 0512500 - Pág. 104).
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9880434 Pág. 1	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 1 - 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 2	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9880434 Págs. 2	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	11150541 Págs. 15-19	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11438254	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10643058 Pág. 8	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10643058 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 10643058 Pág. 4 E 10643058 Pág. 7 M 10643058 Pág. 6	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11150541 Pág. 1	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 10643058 Pág. 4 FGTS 10643058 Pág. 3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10643058 Pág. 5	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	

<p>10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:</p> <p>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.</p> <p>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>ODILON GARCIA NASCIMENTO NETO 9880434 Pág. 12</p> <p>MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO 9880434 Pág. 11</p> <p>FABIO BARBOSA GARCIA NASCIMENTO 9880434 Pág. 13</p>	<p>- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.</p>	
<p>11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11150541 Pág. 2</p>	<p>- Art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.</p>	
<p>12. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento?</p>	<p>() Sim (X) Não</p>	<p>11150541 Págs. 7-14</p>	<p>- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963</p>	
<p>13. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11153720</p>	<p>- Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU</p>	
<p>14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?</p>	<p>() Sim (X) Não</p>	<p>10643058 Pág. 9</p>	<p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.</p>	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	- n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	- n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11150542** e o código CRC **CC1FE2AE**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 4804/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.023095/2015-47

INTERESSADA: RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Cidade de Campinas Ltda**, inscrita no CNPJ nº **46.241.816/0001-08**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campinas/SP, vinculado ao **FISTEL nº 02008009149**, referente ao período de 9 de setembro de 2015 a 9 de setembro de 2025.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Cidade de Campinas Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 728, de 3 de setembro de 1975, publicada no Diário Oficial da União do dia 9 de setembro de 1975 (SEI 11422543 - Pág. 1).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2005-2015**. De acordo com a Portaria nº 176, de 24 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de abril de 2010, **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 9 de setembro de 2005**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de fevereiro de 2013 (SEI 11422543 - Págs. 2-3).

8. Pela análise dos autos, observa-se que, em **13 de maio de 2015**, conforme consta do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2015-2025** (SEI 0512500 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas

jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 9 de março de 2015 e 9 de junho de 2015.

9. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11150542). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

10. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

11. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11150542).

12. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 14 de março de 2024 (SEI 11150541 - Págs. 15-19).

13. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de **Campinas/SP** e **Itu/SP**, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento e Fabio Barbosa Garcia Nascimento compõem o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos municípios de Valinhos/SP e Mogi das Cruzes/SP. Já o sócio administrador Odilon Garcia Nascimento Neto participa do quadro de outra pessoa jurídica que executa o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na

14. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11150541 - Págs. 4-6). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11153720).

15. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11150542).

16. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 10643058 - Pág. 1).

17. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

18. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM

1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

19. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

20. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a

pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

21. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 19 de agosto de 2021, com validade até 9 de setembro de 2025 (SEI 11150541 - Págs. 2-3).

22. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 14 de março de 2024 (SEI 11150541 - Pág.1). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11150541 - Págs. 7-14). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campinas/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11422941).

CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

25. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

26. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

27. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 27/03/2024, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11422552** e o código CRC **35CD5748**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11422557)
- Minuta Exposição de motivos (11422565)

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.023095/2015-47,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 46.241.816/0001-08, número de inscrição no FISTEL nº 02008009149, a partir de 9 de setembro de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 27/03/2024, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11422557** e o código CRC **8D16E834**.

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.023095/2015-47, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4.804/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº ____, de __ de ____ de ____, publicada em ____, que renova, pelo pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de setembro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), nos termos da Portaria nº 728, datada em 3 de setembro de 1975, publicada em 9 de setembro de 1975, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 27/03/2024, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11422565** e o código CRC **2EF194D5**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12763, DE 28 DE MARÇO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.023095/2015-47,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 46.241.816/0001-08, número de inscrição no FISTEL nº 02008009149, a partir de 9 de setembro de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/04/2024, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11448890** e o código CRC **B403767B**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 28 de março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.023095/2015-47, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4804/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12763, de 28 de março de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de setembro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), nos termos da Portaria nº 728, datada em 3 de setembro de 1975, publicada em 9 de setembro de 1975, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/04/2024, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11448894** e o código CRC **4CFDB14C**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48753/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 12763/2024 (11448890) e a Exposição de Motivos nº 266/2024 (11448894)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 4804/2024 (11422552), encaminho a Portaria nº 12763/2024 (11448890) e a Exposição de Motivos nº 266/2024 (11448894), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 04/04/2024, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11448897** e o código CRC **619DFE94**.

Referência: Processo nº 53900.023095/2015-47

Documento nº 11448897

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 09/04/2024 18:21:57
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10266207
Data prevista de publicação: 10/04/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21533261	PORTARIA MCOM NA 12733.rtf	50ef7403227bff970e47653c936bd208	10,00	R\$ 389,20
21533262	PORTARIA MCOM NA 12742.rtf	9cdee60d84c41202a2c78b71e066f8d5	9,00	R\$ 350,28
21533263	PORTARIA MCOM NA 12746.rtf	1d8728a455dd8c9b9181d791e74d19fe	20,00	R\$ 778,40
21533264	PORTARIA MCOM NA 12751.rtf	76ed65254926987757313161c2752527	22,00	R\$ 856,24
21533265	PORTARIA MCOM NA 12759.rtf	cd5e2d416501227e5c02ac3fc9f7d862	8,00	R\$ 311,36
21533266	PORTARIA MCOM NA 12760.rtf	f7a05ee933f7ab76b7338663950f20e3	8,00	R\$ 311,36
21533307	PORTARIA MCOM NA 12761.rtf	4c53c7ba088d4466d35e793644df5626	8,00	R\$ 311,36
21533308	PORTARIA MCOM NA 12763.rtf	6612108b29ec01d40c187a4ad6c041cd	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			93,00	R\$ 3.619,56

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 10/04/2024 | Edição: 69 | Seção: 1 | Página: 10

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.763, DE 28 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.023095/2015-47, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 46.241.816/0001-08, número de inscrição no FISTEL nº 02008009149, a partir de 9 de setembro de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac468f9da

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA	
Nome Fantasia: RADIO CIDADE/RADIO MIX	
Telefone: (19) 32767676	E-mail: radiocidade@radiocidade.fm.br
CNPJ: 46.241.816/0001-08	Número do Fistel: 02008009149
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 09/09/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 09/09/2025	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99; ATO 8.593/2000;Ato nº 2.749, de 30/4/2015, publicado no DOU. de 4/5/2015.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Complemento:	
Bairro: JARDIM SAO GABRIEL	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA PAULO NOGUEIRA FILHO	Complemento:	
Bairro: JARDIM SAO GABRIEL	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Paulo Nogueira Filho	Complemento:	
Bairro: Jardim São Gabriel	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Paulo Nogueira Filho	Complemento:	
Bairro: Jardim São Gabriel	Numero: 17	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13045320

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Campinas	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 223	Frequência: 92.5 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 39.02kW
HCI: 67.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais											
Número da Estação: 7803850						Número Indicativo: ZYD817					
Data Último Licenciamento: 19/08/2021						Número da Licença: 53500.058524/2021-58					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 22° 56' 35.00" S				Longitude: 47° 01' 51.00" W				Cota da base: 784.20 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 070011701323						Modelo: FM24KS					
Fabricante: BT Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 25.000 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: HF 3 1/8						Fabricante: KMP-CABOS E SISTEMAS ESPECIAIS					
Comprimento da Linha: 86.00 m		Atenuação: .38 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50.00 ohms				
Antena Principal											
Modelo: 6814-4						Fabricante: SHIVELLY LABS					
Ganho: 3.26 dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: .00 °		Polarização: Circular		HCI: 67.5 m		ERP Máxima: 39.02 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0.01	10°: 0.03	15°: 0.07	20°: 0.12	25°: 0.19	30°: 0.27	35°: 0.36	40°: 0.48	45°: 0.61	50°: 0.74	55°: 0.88
60°: 1.01	65°: 1.15	70°: 1.28	75°: 1.41	80°: 1.55	85°: 1.69	90°: 1.83	95°: 1.98	100°: 2.12	105°: 2.27	110°: 2.42	115°: 2.58
120°: 2.73	125°: 2.91	130°: 3.09	135°: 3.28	140°: 3.46	145°: 3.62	150°: 3.74	155°: 3.82	160°: 3.87	165°: 3.9	170°: 3.92	175°: 3.95
180°: 4.01	185°: 4.15	190°: 4.32	195°: 4.51	200°: 4.68	205°: 4.76	210°: 4.73	215°: 4.53	220°: 4.23	225°: 3.83	230°: 3.42	235°: 3.05
240°: 2.73	245°: 2.52	250°: 2.35	255°: 2.21	260°: 2.09	265°: 1.96	270°: 1.83	275°: 1.69	280°: 1.55	285°: 1.41	290°: 1.28	295°: 1.15
300°: 1.01	305°: 0.88	310°: 0.74	315°: 0.61	320°: 0.48	325°: 0.36	330°: 0.27	335°: 0.19	340°: 0.12	345°: 0.07	350°: 0.03	355°: 0.01
Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0
Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 029401XXX00518						Modelo: FM 25000					
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.						Potência de Operação: 10.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			

Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo: HF 3 1/8				Fabricante:			
Comprimento da Linha: 86.00 m		Atenuação: .38 dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: 50.00 ohms	

Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:	
				HCI: m		ERP Máxima: 39.02 kW	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	728	Portaria	MC	03/09/1975	09/09/1975	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	302	Portaria	Dentel	20/02/1976	05/03/1976	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53504013259/2012-58	5191	Portaria	MCTIC		13/09/2018	Multa	Jurídico
9999	1568	Portaria	MC	27/09/1985		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	242	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Jurídico
29100.001053/1985	423	Portaria	MC	09/06/1986	16061986/00/0000	Consol. Carac. Técnicas	Técnico
9999	290796	Despacho	MC	29/07/1996	08/08/1997	Advertência	Jurídico
9999	471	Portaria	MC	26/09/1997	31/10/1997	Renovação	Jurídico
9999	461	Portaria	MC	17/12/1998		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	149	Decreto Legislativo	CN	29/06/2000	30/06/2000	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	13716	Ato	ER	12/12/2000	14/12/2000	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	405	Portaria	MC	18/12/2008	20/09/2010	Multa	Jurídico
9999	176	Portaria	MC	24/03/2010	08/04/2010	Renovação	Jurídico
9999	167	Decreto Legislativo	CN	19/02/2013	20/02/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.047835/2017-13	7064	Ato	ORLE	03/03/2017	30/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53900023095201547	12763	Portaria	MC	28/03/2024	10/04/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento							
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo							



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 49371/2024/MCOM

Brasília, 10 de abril de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11448894)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 4804/2024 (11422552), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 266/2024 (11448894), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 11/04/2024, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11468857** e o código CRC **42342442**.

Brasília, 19 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.023095/2015-47, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4804/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12.763, de 28 de março de 2024, publicada em 10 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de setembro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), nos termos da Portaria nº 728, datada em 3 de setembro de 1975, publicada em 9 de setembro de 1975, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 13865/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.023095/2015-47.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 19/04/2024, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11483878** e o código CRC **3D267A2F**.

EM nº 00343/2024 MCOM

Brasília, 19 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.023095/2015-47, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4804/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12.763, de 28 de março de 2024, publicada em 10 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de setembro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), nos termos da Portaria nº 728, datada em 3 de setembro de 1975, publicada em 9 de setembro de 1975, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 10/04/2024 1 Edição: 69 1 Seção: 11 Página: 10

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM N° 12.763, DE 28 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.023095/2015-47, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 46.241.816/0001-08, número de inscrição no FISTEL nº 02008009149, a partir de 9 de setembro de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, Leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos Legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

- I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;
- II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);
- III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;
- IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;
- V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I - RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-fonnal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.
2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.
3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.
4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.

8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria. 9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.

5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.

7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por não nativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.

8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.

10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).

11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).

12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário - SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº

4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou catista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os catistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistem parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a **MJR não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II - FUNDAMENTAÇÃO

11.1- UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Infonnar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma." (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de urna MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 1º da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consultoria Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

11.2- RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

11.2.1- CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

11.2.2 -ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	IBase legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785) devem ser conhecidos os tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757 de 2016 convertida na Lei nº 13.424 de 2017.
(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da

tempes tlvos fossem. Essa regra se aplica meliusve concesslonanas ou penrnsslonanas que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Lei n° 13.424, de 2017, com redaçã o da Lei n° 14-351 de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei n° 14.351, de 2022).	Art. 3o da Lei n° 13.424, de 2017, com redaçã o dada ela Lei n° 14-35J de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscree o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **"a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação"**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequenteJII.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

11.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	!Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 1º do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de e larida e p_erante as Fazendas federal, estadual, mumclpal ou dIstrItal da sede da pessoa jurídica, na fonna da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos do recursos do FISTEL.	Art. 113, inciso VII, do RSR.
xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.

xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as infonções exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas "b", "e", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessano, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

11.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III - CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE

RADIODIFUSÃO

1. *Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CON.TUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº Oi 250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.*



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado Al institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db47 l ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado Al institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 5 1 385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLvl.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db47lffc

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db47lffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 5 1 385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLvl.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 4804/2024/SEI-MCOM**PROCESSO: 53900.023095/2015-47****INTERESSADA: RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA****ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE.****DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Cidade de Campinas Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 46.241.816/0001-08**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campinas/SP, vinculado ao **FISTEL nº 02008009149**, referente ao período de 9 de setembro de 2015 a 9 de setembro de 2025.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de

1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Cidade de Campinas Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 728, de 3 de setembro de 1975, publicada no Diário Oficial da União do dia 9 de setembro de 1975 (SEI 11422543 - Pág. 1).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2005-2015**. De acordo com a Portaria nº 176, de 24 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da

União do dia 8 de abril de 2010, **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 9 de setembro de 2005**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 167, de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de fevereiro de 2013 (SEI 11422543 - Págs. 2-3).

8. Pela análise dos autos, observa-se que, em **13 de maio de 2015**, conforme consta do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2015-2025** (SEI 0512500 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 9 de março de 2015 e 9 de junho de 2015.

9. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11150542). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

10. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

11. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11150542).

12. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 14 de março de 2024 (SEI 11150541 - Págs. 15-19).

13. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de **Campinas/SP** e Itu/SP, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Maria Helena de Almeida Barbosa Garcia Nascimento e Fabio Barbosa Garcia Nascimento compõem o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos municípios de Valinhos/SP e Mogi das Cruzes/SP. Já o sócio administrador Odilon Garcia Nascimento Neto participa do quadro de outra pessoa jurídica que executa o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Valinhos/SP.

14. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11150541 - Págs. 4-6). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11153720).

15. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11150542).

16. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 10643058 - Pág. 1).

17. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

18. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de

funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

19. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

20. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

21. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 19 de agosto de 2021, com validade até 9 de setembro de 2025 (SEI 11150541 - Págs. 2-3).

22. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 14 de março de 2024 (SEI 11150541 - Pág.1). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11150541 - Págs. 7-14). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campinas/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, **ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12** (SEI 11422941).

24. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

25. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

26. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

27. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 27/03/2024, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/03/2024, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11422552** e o código CRC **35CD5748**.

- Minuta de Portaria (11422557)
- Minuta Exposição de motivos (11422565)

Referência: Processo nº 53900.023095/2015-47

Documento nº 11422552

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 10 de maio de 2024..

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

ASSUNTO: Trata-se de renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de setembro de 2015, da permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. (CNPJ nº 46.241.816/0001-08), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 343 2024 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, **GSISTE NI**, em 10/05/2024, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5735604** e o código CRC **AD4E2DB8** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 343/2024 MCOM, do Ministério das Comunicações.

Concluir registro nesta SE/CC/PR por tratar-se de processo de radiodifusão que encontra-se em análise na SAJ/CC/PR e na SAG/CC/PR, que são as Unidades competentes para análise sobre o tema.

ERLIA APARECIDA DE FIGUEIREDO CUNHA
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Erlia Aparecida de Figueiredo Cunha, Coordenador(a)-Geral**, em 10/05/2024, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5735828** e o código CRC **1EB7658B** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.023095/2015-47

Nota SAJ - Radiodifusão nº 463 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53900.023095/2015-47

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53900.023095/2015-47, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA** CNPJ nº 06.241.816/0001-08, na localidade de **Campinas/SP**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica^[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "*o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988*"^[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM ^[4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53900.023095/2015-47, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

GABRIEL DE JESUS ABREU

Estagiário da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

HELOÍSA LINS MUNIZ DUBEUX

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

^[1] A "**Frequência Modulada (FM)**" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

^[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

^[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luí. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

^[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel de Jesus Abreu, Estagiário(a)**, em 07/06/2024, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Lins Muniz Dubeux, Assessora**, em 15/07/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 15/07/2024, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 15/07/2024, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5784548** e o código CRC **3A7217A4** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental

Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica

Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 539/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53900.023095/2015-47.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00343/2024 MCOM, de 19 de abril de 2024, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Campinas (SP).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00343/2024 MCOM (5735597), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.023095/2015-47, acompanhado da [Portaria MCOM nº 12.763, de 28 de março de 2024](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de setembro de 2015, no município de Campinas, estado de São Paulo, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 46.241.816/0001-08, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU^[3], de 05/10/2023 (5735601), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
 - Nota Técnica nº 4804/2024/SEI-MCOM, de 27/03/2024 (5735603), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 23, que o caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963; e
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 27 de março de 2024 (5734443), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
5. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4]; e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[5], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
6. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	46.241.816/0001-08
NOME EMPRESARIAL:	RADIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$522.000,00 (Quinhentos e vinte e dois mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ODILON GARCIA NASCIMENTO NETO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	MARIA HELENA DE ALMEIDA BARBOSA GARCIA NASCIMENTO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	FABIO BARBOSA GARCIA NASCIMENTO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 04/07/2024 às 09:08 (data e hora de Brasília).

7. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO

Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI

Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 28/08/2024, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 28/08/2024, às 19:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 28/08/2024, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5870275** e o código CRC **E89A244F** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MENSAGEM Nº 966

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 12.763, de 28 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2024, que renova, a partir de 9 de setembro de 2015, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio Cidade de Campinas Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Brasília, 29 de agosto de 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 16 de agosto de 2024.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6045779) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BRENO BAJO DUTRA
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra, Assessoria**, em 30/08/2024, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6045881** e o código CRC **31EBEF09** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 30 de agosto de 2024.

À Chefia de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ.

Assunto: **Encerramento e arquivamento do Processo nº 53900.023095/2015-47.**

Considerando que a análise jurídica relativa ao ato já foi realizada, com a consequente assinatura da respectiva Mensagem ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente da República e publicação do ato no Diário Oficial da União, encaminha-se o Processo SEI nº 53900.023095/2015-47, para encerramento, arquivamento e demais providências cabíveis.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 30/08/2024, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6047576** e o código CRC **7015304A** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 966, de 29 de agosto de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 12.763, de 28 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2024, que renova, a partir de 9 de setembro de 2015, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio Cidade de Campinas Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício (6048901).

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Secretário(a) Adjunto(a), em 02/09/2024, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6048897** e o código CRC **1E397195** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MENSAGEM Nº 966

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 12.763, de 28 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2024, que renova, a partir de 9 de setembro de 2015, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio Cidade de Campinas Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Brasília, 29 de agosto de 2024.